

PRISÕES  
SEQUESTROS  
ASSASSINATOS

# DESAPARECIDOS POLÍTICOS

ORGANIZADORES

REINALDO CABRAL

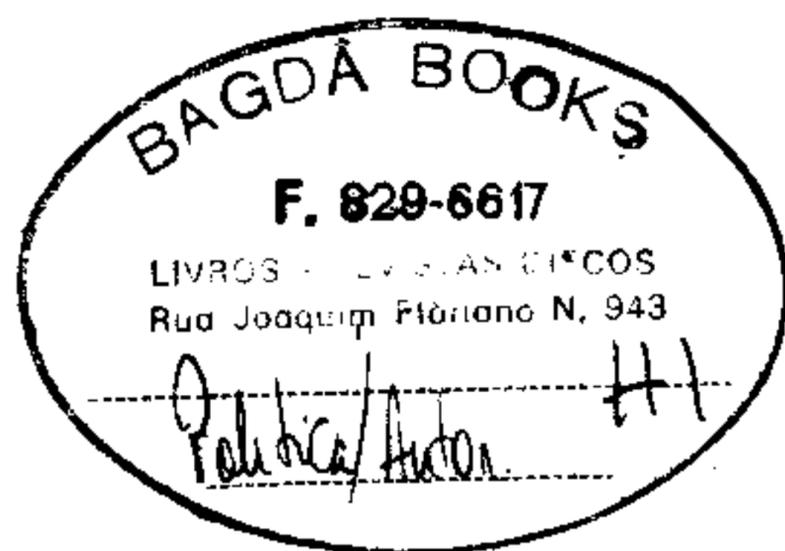
RONALDO LAPA

CBA - RJ.

EDIÇÕES OPÇÃO

Comitê Brasileiro pela Anistia

# DESAPARECIDOS POLÍTICOS



# **DESAPARECIDOS POLÍTICOS**

**PRISÕES SEQUESTROS ASSASSINATOS**

**ARTIGOS  
ENTREVISTAS  
DOCUMENTOS  
REPORTAGENS  
DEPOIMENTOS  
FOTOGRAFIAS**

**Edições Opção**

**Comitê Brasileiro pela Anistia — RJ**

**1979**

## **REALIZAÇÃO**

**ORGANIZAÇÃO:** Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa

**EDIÇÃO:** Fernando Mendes Neto

**REVISÃO:** Leila Pereira e Luis Carlos de Souza Cataldo

**CAPA:** Almeida

**PRODUÇÃO VISUAL:** Fernando Mendes Neto e João

**FOTOS-LABORATÓRIO:** Ney Rothier Müller

**PARTICIPAÇÃO ESPECIAL:** Barbosa Lima Sobrinho, Sobral Pinto,  
D. Paulo Evaristo Arns e Hélio Silva

**COLABORARAM NESTA EDIÇÃO:** Alex Polari de Alverga, Alípio de Freitas, Altenir Rodrigues, Ana Maria Mandim, Armando Lacerda, Altino Dantas, Beatriz Bomfim, Carmem Leite de Castro, Elvira Lobato, Francisca Abigail Paranhos, Fernando Mendes Neto, Henrique Lago, Ivan Maurício, Inês Etienne Romeu, José Genuíno Neto, Jorge Eduardo, Jacques Filho, Júlia Guarilha, Lino Machado, Marcos Borges, Mário Augusto Jakobskind, Marcelo Santa Cruz, Mouzar, Narciso Lobo, Norma Sá Pereira, Paulo Roberto Jabour, Raquel Moreno, Rosalina Santa Cruz, Roberto Ribeiro Martins, Ronaldo Lapa, Reinaldo Cabral, Rubim Santos Leão de Aquino, Sérgio Soares Xavier Ferreira, Sônia Beltrão, Vera Saavedra Durão e Zorilda Buarque.

Co-edição

Comitê Brasileiro pela Anistia — CBA-RJ

Avenida 13 de maio, 47, sala 313

Centro, Rio de Janeiro, RJ

Edições Opção Ltda (Direitos reservados)

Rua da Lapa, 200, sala 505

Centro, Rio de Janeiro, RJ

Série BRASIL DE NOSSOS DIAS – Volume 02  
DESAPARECIDOS POLÍTICOS

**EDIÇÕES OPÇÃO**  
**Conselho Editorial**

Almir Tolentino, Evaldo Diniz, Fernando Mendes Neto, Leila Pereira, Mário Augusto Jakobskind e Reinaldo Cabral

## SUMÁRIO

<b>A PERSPECTIVA DA LUTA</b> , Edições Opção	15
<b>A QUESTÃO DOS DESAPARECIDOS</b> , Comitê Brasileiro pela Anistia	19
<b>DESAPARECIDOS, CRIAÇÃO DA DITADURA MILITAR DE 64</b> , Hélio Silva	25
<b>ROSTO SEM FEIÇÕES, FÍGURA SEM NOME</b> , Barbosa Lima Sobrinho	28
<b>COMO IR ATÉ O FINAL DA QUESTÃO</b> , Sobral Pinto	30
<b>UM DRAMA AGONIZANTE</b> , D. Paulo Evaristo Arns	33
<b>Carta ao general Geisel</b>	37
<b>Apelo ao MDB</b>	38
<b>Outra carta ao general Geisel</b>	39
<b>Carta ao general Figueiredo</b>	40
<b>Órgãos de repressão e informação da ditadura</b>	43
<b>OS MARTÍRIOS DE UM ERÓI</b> , João Ninguém	49
<b>DAVID CAPISTRANO DA COSTA</b>	57
<b>UMA VIDA CONTRA AS DITADURAS</b>	
A trajetória de David	
As perseguições	
<b>HIRAM DE LIMA PEREIRA</b>	61
<b>ALGO NO AR ANTES DA PRISÃO</b>	
Coronel garante: está no Dops	
<b>JAYME AMORIM DE MIRANDA</b>	64
<b>O PREÇO DO IDEALISMO</b>	
<b>ITAIR JOSÉ VELOSO</b>	70
<b>ENTRE O SINDICATO E O PARTIDO</b>	
Casa invadida	
A revolta das filhas	
<b>JOÃO MASSENA MELO</b>	74
<b>PRISÕES, CASSAÇÕES E DESAPARECIMENTO</b>	
Herança operária	
A negativa do STM	
<b>ORLANDO BOMFIM JÚNIOR</b>	78
<b>RESPEITO PELA OPINIÃO DOS OUTROS</b>	
Quem era Bomfim ?	
A resposta do general	
<b>WALTER DE SOUZA RIBEIRO</b>	81
<b>EM DEFESA DA PAZ</b>	
Punição injusta	

<b>JOSÉ MONTENEGRO DE LIMA</b> NUM SÍTIO DA REPRESSÃO A família nada sabe	83
<b>LUIZ INÁCIO MARANHÃO</b> REVOLTA E PROTESTO Seqüestro em São Paulo Um marxista convicto	86
<b>ARMANDO FRUTUOSO</b> UMA LUTA SEM TRÉGUA Gildásio denuncia	89
<b>RUI FRAZÃO SOARES</b> TESTEMUNHAS DO SEQÜESTRO A família e a busca Em que cemitério? Henrique já pergunta pelo pai	91
<b>MÁRIO ALVES</b> COMO SUMIU NO DOI-CODI DO RIO Dilma Borges: — Quero enterra meu marido Mário expulso do PCB Desaparecimento do dirigente	95
<b>EZEQUIAS BEZERRA</b> TRÊS ACIDENTES FATAIS A última tentativa	101
<b>RAMIRES MARANHÃO</b> NA RESISTÊNCIA ESTUDANTIL DO RECIFE Influência do governo Arraes Atrocidades dos EUA no Vietnam Na defesa dos ideais	105
<b>JOEL VASCONCELOS</b> ESTUDANTE DESAPARECE NA PE Grave testemunho D. Joana: — Ninguém me olhou	109
<b>STUART EDGAR ANGEL</b> DUAS VERSÕES PARA UM DESTINO A queda de Stuart A repercussão nos EUA A repressão interna Novas reflexões de Alex Polari sobre Stuart	114

<b>FELIX ESCOBAR</b> A CONSCIÊNCIA DE UM OPERÁRIO Já em 61... Dedicado, generoso Primeiros indícios da prisão Invasões, traumas	121
<b>PAULO RIBEIRO BASTOS</b> <b>SÉRGIO LANDULFO FURTADO</b> TODOS OS PROCESSOS À REVELIA Paulo e Sérgio segundo Jabour	126
<b>HUMBERTO CÂMARA NETO</b> NINGUÉM VAI À JUSTIÇA PELO EX-DIRIGENTE DA UNE A militância de Humberto	131
<b>PAULO STUART WRIGHT</b> EUA RECLAMA SEU CIDADÃO Com os pescadores Incomodando o partido Perseguições e cassação	133
<b>EDUARDO COLLIER FILHO</b> AS AMEAÇAS DE SEMPRE Anúncio misterioso Eduardo à mãe: - Não tenha medo	136
<b>FERNANDO DE SANTA CRUZ</b> NÃO HÁ O QUE ESQUECER Revolta e busca Manobras da repressão As repercussões	143
<b>HONESTINO GUIMARÃES</b> A CONSCIÊNCIA DA LIBERDADE Da vida estudantil à clandestinidade Porque não me entrego A queda sem testemunho	150
<b>JORGE LEAL GONÇALVES</b> OUTRO CASO NA PE	156
<b>CARLOS ALBERTO FREITAS</b> ENTRE A MORTE E A ESPERA A esperança do regresso In memoriam, por Vera Saavedra Durão	159
<b>ANTÔNIO JOAQUIM MACHADO</b> ADVERTÊNCIA ANTES DO SEQÜESTRO Os esforços do pai	164

<b>MARCOS ANTÔNIO DIAS</b> NA LUTA JÁ AOS 15 ANOS Perfil de Marcos D. Maria Depõe	168
<b>MARIANO JOAQUIM</b> ÚLTIMO ENCONTRO COM FELIPE Mariano por Alípio de Freitas	172
<b>ALUÍZIO PALHANO</b> LEDA PEDREIRA: – QUERO JUSTIÇA Primeira lição: solidariedade O retrocesso político Uma toalha branca, a senha da paz Palhano por Altino Dantas	176
<b>IVAN MOTA DIAS</b> D. NAIR: – QUERO A VERDADE	184
<b>WALTER RIBEIRO NOVAIS</b> PRISÃO ÀS CLARAS	188
<b>RUY CARLOS BERBET</b> “TUDO BEM” NO ÚLTIMO BILHETE	190
<b>HELENI TELES GUARIBA</b> NA LISTA NEGRA DA AERONÁUTICA Magnetismo pessoal	192
<b>ANTÔNIO DOS TRÊS REIS</b> IGREJA DENUNCIA NO EXTERIOR	195
<b>LUIZ EURICO TEJERA</b> O APELO DE DONA CLÉIA Quem sabe de Luiz Eurico?	197
<b>PAULO MASSA</b> UMA MUDANÇA RADICAL Conselho rejeitado	200
<b>THOMAZ ANTÔNIO MEIRELLES</b> ARMADILHA DA LIBERDADE Thomaz segundo Miriam	203
<b>PAULO DE TARSO CELESTINO</b> A PERSISTÊNCIA COMO ARMA Contradições do governo	207
<b>LUÍS DE ALMEIDA ARAÚJO</b> A ESPERANÇA DE REVER O FILHO	210

<b>VIRGÍLIO GOMES DA SILVA</b> DE RETIRANTE À GUERRILHEIRO Atividades políticas	212
<b>IÊDA SANTOS DELGADO</b> COMUNICADOS DUVIDOSOS As cartas Os telefonemas	215
<b>WILSON SILVA</b> <b>ANA ROSA KUCINSKI</b> NO DOSSIÊ DA MENTIRA E Wilson?	218
<b>ISIS DIAS DE OLIVEIRA</b> ENFARTOS NO CAMINHO DA BUSCA Revolta contra desigualdades	221
<b>JOSÉ PORFÍRIO DE SOUZA</b> O SEQÜESTRO DEPOIS DA LIBERTAÇÃO Um político inquieto	225
<b>NELSON DE SOUZA KOHL</b> NA OPERAÇÃO CONE-SUL Nelson por João Luiz	227
<b>FLÁVIO DE CARVALHO MOLINA</b> DE CABEÇA ERGUIDA A militância política Na carta, o amor à família	230
<b>JOAQUIM PIRES CERVEIRA</b> <b>JOÃO BATISTA RITA PEREDA</b> SEQÜESTRO EM BUENOS AIRES O caso Cerveira O caso Pereda O empenho de Lourdes e Amélia Caso Cerveira: Desdobramento	233
<b>CAIUBY ALVES DE CASTRO</b> NUM QUARTEL DE BRASÍLIA Prisão ilegal	239
<b>RUBENS PAIVA</b> CAI A MÁSCARA DA REPRESSÃO Tensão e violência Quem acredita nesse seqüestro? Desespero da família e amigos	241

<b>JEAN HENRY RAYA</b>	247
<b>CARTA ANÔNIMA, O REGISTRO DA PRISÃO</b> Omissão do STM	
<b>À ESPERA DE NOVAS DENÚNCIAS</b>	250
<b>EDGARD AQUINO DUARTE</b>	251
<b>JOSÉ ROMAM</b>	
<b>HÉLIO LUIZ NAVARRO</b>	252
<b>DENIS CASIMIRO</b>	
<b>ISSAMI NAKAMURA OKAMO</b>	
<b>OUTROS CASOS</b>	253
Paulo Torres Fernandes Gonçalves, Pedro Inácio de Araújo, Vitorino Alves Moutinho, Miguel Pereira dos Santos, Nestor Veras, Norberto Armando Habbegar e Roberto Rascado Rodrigues.	
<b>BOICOTE À CPI</b>	256
<b>A GUERRILHA DO ARAGUAIA, José Genuíno Neto</b>	260
<b>ANEXO I – Mortos e desaparecidos na guerrilha do Araguaia</b>	263
<b>ANEXO II – OS MORTOS</b>	265
Siglas de partidos, organizações e entidades	270
<b>FOTOGRAFIAS</b>	273

*Até quando haverá, no Brasil, mulheres que não sabem se são viúvas; filhos que não sabem se são órfãos; criaturas humanas que batem em vão em portas implacavelmente trancadas, de um Brasil que julgávamos ingenuamente isento de tais insanas crueldades?*

**TRISTÃO DE ATHAYDE**

# A PERSPECTIVA DA LUTA

**Q**uando começamos a colher material para a elaboração deste livro, no natal de 1978, uma idéia nos acompanhava: sua edição, associada como estava e está ao desenvolvimento das lutas pelas liberdades democráticas, seria inevitável.

Um trabalho de tal ordem não poderia deixar, por razões óbvias, de contar com a participação de um grande número de colaboradores, todos eles convencidos de que, dentro dos limites que sempre existirão enquanto perdurar o autoritarismo estatal, o caminho para o ajuste de contas popular com a ditadura militar, cedo ou tarde, exige a coleta de documentação, informações e um imenso esforço de divulgação dos crimes cometidos pelos representantes dos interesses do capital internacional no poder.

Assim, os critérios para a realização do levantamento jornalístico e preparação dos textos não poderiam deixar de ser elásticos. Apóia esses critérios o pensamento de que a democratização do poder e da sociedade começam a ser alicerçados através de situações aparentemente mínimas, como a fala, a linguagem, a escrita e, mais do que tudo, a diversidade de opiniões, pontos de vista. Desse jeito, no lugar da padronização da linguagem, observa-se, nesse trabalho, um desequilíbrio, uma disparidade que, ao invés de ameaçar a qualidade dos textos, a realça quanto à contextura. No lugar de sua uniformização, encontram-se abordagens multifacetadas. Há espaço para diferentes pontos de vista, porque tais critérios foram cimentados pelo respeito à divergência quanto ao pensamento político dos colaboradores e até mesmo quanto à posição política de cada desaparecido.

Os casos de desaparecimentos de presos políticos aqui abordados constituem um levantamento jornalístico ainda incompleto. Porque a lista de presos desaparecidos veiculada pelo Comitê Brasileiro pela Anistia já alcançava em junho 78 pessoas.

Por desaparecidos adotamos o conceito tirado no Congresso Nacional pela Anistia, realizado em novembro de 1978, em São Paulo: militantes políticos cuja prisão, seqüestro ou morte não foram reconhecidos pelo governo.

O que nos moveu a realizar esse trabalho não foi apenas o interesse jornalístico e muito menos o literário. Óbvio: a motivação desse levantamento é essencialmente política. Desde algum tempo, e especialmente hoje, as ameaças, perseguições, prisões ilegais, torturas, assassinatos e os desaparecimentos aparentemente misteriosos deixaram de ser apenas do domínio da repressão, do seu governo e do seu regime. A luta mais geral das oposições ainda não tomou em suas mãos, como reivindicações suas, a elucidação, o esclarecimento, a responsabilização de tais crimes políticos e comuns. Mas isso não está longe de acontecer.

Nesse sentido mais amplo, esse trabalho se impõe pela firmeza dos depoimentos de familiares de desaparecidos, de testemunhas de prisões, de seqüestros, de torturas, pela segurança das informações nele contidas e, principalmente, pela perspectiva lançada, apoiada em documentos citados, em relação à responsabilização deste horripilante tributo prestado à nação pela ditadura militar de 1964.

Na verdade, e isso é importante ressaltar, os casos constantes deste livro são apenas uma fração daqueles que formam o mosaico dos desaparecidos políticos pós-64.

Para se ter uma noção de que apenas estamos no início da apuração do número total de sumidos, basta lembrar que bem no começo, quando a censura à imprensa era ferrenha, com denúncias chegadas ao Congresso Nacional, só se tinha conhecimento de dois a quatro casos mais notáveis do ponto de vista do público. Mesmo porque um desses seqüestros envolvia figura expoente da sociedade carioca: o industrial e ex-deputado federal cassado, Rubens Beyrodt Paiva, seqüestrado de sua casa a 20 de janeiro de 1971. Esse foi certamente o caso cuja ressonância obrigou o governo a fechar o seu já então desgastado Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

Suspensa a censura à imprensa em junho de 1978, novos casos passaram a ser amplamente publicados. Publicações tímidas, porque de um lado havia poucas informações disponíveis e de outro, os grandes jornais quase sempre não lhes davam maiores créditos, por evidentes interesses políticos. Aos poucos, entretanto, familiares, amigos, ex-militantes, testemunhas, apoiados nos organismos de defesa dos direitos humanos, organizados ainda que embrionariamente, encorajam-se e passam a reivindicar pelos seus mortos, sumidos.

Isso tem uma razão de ser: como antes eles não tinham espaço político, ninguém os ouvia, ou não queria ouvi-los. O medo comandava tudo. Isso significaria compromisso. Com exceção daqueles baluartes que na imprensa ou fora dela, mesmo no auge da repressão e da censura, não permitiam trégua à sua imaginação para veicular o clamor dessa parte social ensanguentada. Por dever de ofício, registre-se, p. ex., o belíssimo artigo — *Os Esperantes* — do pensador católico Tristão de Athayde, publicado no *Jornal do Brasil* em 25 de outubro de 1974, onde ele fala sobre o desespero das famílias dos desaparecidos.

A maioria dos desaparecimentos ocorreu durante o governo do general Médici. Um menor número se verificou durante o governo do general Geisel, ao que se sabe até agora. Isto está associado ao crescimento do movimento social, ampliado, inegavelmente em 1978, o que abriu espaço às denúncias dos crimes da ditadura. A quantidade e qualidade dessas denún-

cias estão vinculadas à expansão do movimento político da sociedade, especialmente derivado daquelas camadas médias de renda média e baixa.

Apesar de tudo, os aparelhos repressivos estatal e clandestino continuam à disposição dos dirigentes do regime, no terreno militar e econômico. As perseguições, ao contrário do que às vezes se pensa, não cessaram. Há parentes de desaparecidos que ainda hoje recebem telefonemas anônimos: ora a voz é igual, ora é semelhante a dos seus entes. O terrorismo estatal — clandestino ou não — continua presente, intacto. Os mesmos torturadores tantas vezes denunciados são orgulhosamente conservados em seus postos, de onde procuram reacender o medo e a esperança de que fulano ou sicrano reapareça. Quantos parentes de desaparecidos já não foram vitimados por esse mesmo clima? Edmundo Dias de Oliveira, pai de Isis, p. ex., já sofreu dois enfartos.

Com isso, a repressão estatal demonstra que não se contenta com os crimes já praticados. Pretende mesmo liquidar com todos aqueles aparentados ou que tenham afinidade pessoal ou política com os desaparecidos. Essa filosofia move a repressão brasileira. Por isso, uma das funções desse trabalho é a caracterização dessa situação. Pois o amplo debate sobre outros gravíssimos problemas nacionais poderá, por descuido das oposições, encobrir essa questão.

Já está claro: as oposições ao governo-regime não podem esperar que a desarticulação, desativação e desmontagem dos aparelhos repressivos estatal, oficial e clandestino — este é a continuação daquele —, se transformem apenas numa decisão governamental. Evidentemente, o governo, qualquer que seja o nome no poder, terá parte nessa iniciativa. Mas isso só acontecerá com uma grande expansão da pressão popular amplamente articulada. Fora disso, o país estará fadado a ter sempre sobre seus ombros, no seu encaixo e até ao seu lado sob as aparências de uma suposta proteção tão ao sabor fascista os chamados órgãos de segurança da ditadura militar brasileira.

Embora as informações, citações, documentos, situações constantes deste trabalho tenham recebido o nihil obstat das famílias dos respectivos desaparecidos, tivemos o cuidado, inclusive, de fazer a leitura, para cada uma delas, dos textos elaborados nos casos em que as circunstâncias assim o exigiam. Claro: há casos em que isso se tornou absolutamente desnecessário. Nesses casos, nos limitamos a transcrever os depoimentos remetidos ou tomados. De antemão, agradecemos o seu apoio na concessão de documentos, pois sem isso e seu estímulo esse trabalho não seria produzido tão rapidamente.

Finalmente, para um trabalho iniciado objetivamente no natal de 1978, levando-se em conta as condições políticas para a realização dos contatos, entrevistas, depoimentos, obtenção de documentos e preparação de textos, o tempo de execução foi extremamente recorde.

Isso se tornou possível graças à compreensão, esforço e empenho pessoal dos colaboradores. Sobretudo à sua consciência de que a produção coletiva desse livro foi gratificante ao nível individual, apesar das crueldades relatadas em cada caso que, por vezes, encheu de lágrimas pessoas envolvidas no trabalho.

Ainda não levantamos tudo sobre as circunstâncias de diversos sumiços de presos políticos, mas, em vários casos, com a colaboração do Comi-

tê Brasileiro pela Anistia, acreditamos que estamos muito perto de dados mais conclusivos. Essas conclusões já têm desdobramentos imediatos, ora através de processos contra a União, ora através de pedidos de comissões de inquérito na área militar. Tudo isso em cima de fatos concretos, documentados, testemunhados.

A riscos — ameaças, mortes, desaparecimentos — todos nós continuamos expostos neste país. Mas, apesar disso, o esclarecimento desses casos se constitui uma tarefa democrática da qual não nos afastaremos e para cuja execução não pouparemos esforços.

Por fim, agradecemos também a receptividade e ao estímulo dos participantes especiais deste trabalho, o cardeal Arns, o historiador Hélio Silva, o jurista Sobral Pinto, o jornalista Barbosa Lima Sobrinho, e a todos aqueles que colaboraram direta e indiretamente nesta realização.

Edições Opção

Rio de Janeiro, junho de 1979

# A QUESTÃO DOS DESAPARECIDOS

**A** luta pela elucidação da situação dos desaparecidos e dos mortos e pelo esclarecimento das circunstâncias em que ocorreram as mortes e os desaparecimentos de cada um desses opositores do regime faz parte do programa mínimo de ação adotado no Congresso Nacional pela Anistia, realizado em São Paulo em novembro de 1978.

Esse compromisso dos Movimentos de Anistia é uma decorrência necessária do entendimento segundo o qual “a luta pela anistia tem duas faces: uma que defende os que até o momento têm sido atingidos pela repressão e pelo arbítrio; outra, que visa à defesa e à garantia dos que hoje estão lutando” (Carta do Congresso Nacional pela Anistia).

A defesa e a garantia dos que hoje estão lutando pressupõe a anistia ampla, geral e irrestrita como objetivo indispensável e urgente para a efetiva conquista de liberdades políticas pelo povo brasileiro. Mas a defesa e a garantia de todos aqueles que tomam parte nas lutas populares por melhores condições de vida e contra a opressão exigem também que se ponha fim a uma situação em que o aparato repressivo do Estado adquiriu um poder absoluto e incontrastável.

A questão dos mortos e dos desaparecidos adquire a sua dimensão apropriada, e mais ampla, à luz do entendimento, que é o dos movimentos de Anistia, de que se impõe a supressão do aparato repressivo, a desativação dos centros de torturas, oficiais, clandestinos ou militares. Impõe-se a responsabilização dos que, investidos de autoridade conferida pelo poder de polícia, têm praticado torturas e assassinatos; impõe-se acabar com a impunidade dos órgãos para-militares. A luta pela elucidação da situação dos desaparecidos e dos mortos está inserida enfim na luta para pôr fim à vigência em nosso país do terrorismo de Estado, implantado progressivamente a partir de 1964 e levado ao paroxismo após 1969.

A questão dos assassinatos e dos desaparecimentos tem de ser examinada no quadro desse terrorismo de Estado.

Como aspecto essencial de exacerbação da ação coercitiva do Estado

deve-se registrar o fato de que aquilo que aqui chamamos de terror de Estado caracterizou-se pela institucionalização do correspondente aparato repressivo.

As torturas, as mortes e os desaparecimentos não são produto de excessos incontrolláveis de agentes isolados da repressão. O regime organizou-se para tal. Recrutou e adestrou agentes, criou repartições, destinou verbas, imaginou aparelhos e instrumentos, fiscalizou a perfeita execução dos serviços, premiou seus mais eficientes executores, obstruiu e impediu a limitada ação da precária justiça que tentou por vezes opor-se ao arbítrio.

O estabelecimento de pena de morte para crimes políticos pela Junta Militar que, em 1969, ocupou o poder, mais uma vez usurpado, foi talvez o ato que mais claramente configurou, no plano jurídico, esse novo caráter terrorista do Estado. No entanto, os detentores do poder encontraram motivações para recuarem da aplicação “legal” da pena de morte aos inimigos do regime e o que se viu, sobretudo no sangüinário governo Médici, foi a aplicação da pena de morte *de fato* a grande número de opositores do regime.

É a época em que se sucedem os “tiroteios”, os “suicídios” e os “atropelamentos”. São insubsistentes essas versões oficiais dos inúmeros casos de mortes por torturas e assassinatos friamente decididos e executados — como foi o caso da morte de Eduardo Leite, que teve sua “fuga” anunciada quando ainda se encontrava preso no DEOPS paulista, conforme testemunho dos sessenta presos ali recolhidos nessa ocasião, e posteriormente foi dado como morto num “tiroteio”, “tiroteio” este que não poderia explicar jamais por que seu corpo, entregue à sua mulher, Denise Crispim, tinha as orelhas decepadas, os olhos vazados, os dentes arrancados.

O problema dos desaparecidos — pessoas que em virtude de suas atividades políticas não tiveram suas prisões reconhecidas nem suas mortes assumidas pelo governo — é outra resultante trágica do terrorismo sem peias do aparato repressivo do regime militar. Confrontado com a precária mas ininterrupta resistência da opinião pública nacional e internacional, o regime não poderia estender ilimitadamente a aplicação aberta da pena de morte de fato. E esses limites se tornavam cada vez mais estreitos com o crescimento da insatisfação popular e a tentativa do regime de mudar a sua face para melhor enfrentar a crise econômica e política. É nesse contexto, em que o regime se vê compelido a mudar, adotando a estratégia da “abertura política” para institucionalizar o arbítrio, que se multiplicam os desaparecimentos, ocorridos em grande número no início do governo Médici. As dificuldades de discernir os móveis políticos específicos dos crimes então praticados nos porões da ditadura são evidentes. Não pretendemos aqui penetrar na intencionalidade dos atos dos detentores do poder nem sugerir interpretações desses fatos que sirvam para escamotear a responsabilidade política do regime como um todo por essas mortes e desaparecimentos. Não obstante é necessário reconhecer que, em alguns casos pelo menos — quase certamente foi este o caso de Vladimir Herzog e Manoel Fiel Filho —, as mortes e os desaparecimentos se constituíram em episódios da luta pelo poder aberta ou velada no interior do aparelho de Estado. Uma conclusão a mais pode ser extraída com toda objetividade: independentemente de corresponderem a uma estratégia de governo ou de expressarem a resistência de uma oposição interna ao regime localizada nos órgãos de se-

gurança, os desaparecimentos — eliminando inúmeros militantes da oposição popular ao regime e inclusive conhecidos dirigentes políticos revolucionários — inseriam-se, junto com toda uma série de medidas repressivas, nos esforços do regime de desarticulação de todas as forças de oposição mais conseqüentes como preliminar da colocação em prática de sua estratégia de “distensão política”.

O regime, a quem cabe a responsabilidade política pelos desaparecimentos, tudo tem feito para impedir a apuração das circunstâncias dos mesmos e das responsabilidades dos seus agentes por todos esses crimes. A versão oficial sobre a situação dos desaparecidos, apresentada pelo ex-ministro da Justiça, Armando Falcão, através da televisão, é a prova cabal dessa disposição governamental de impedir a elucidação da situação dos desaparecidos. Disposição esta que levou o partido do governo a obstruir a constituição da CPI dos Direitos Humanos votada recentemente pelo MDB. Entretanto, observam-se em diversos casos dos chamados “desaparecidos” indícios, evidências e mesmo a certeza de que os mesmos estiveram detidos em organismos de segurança — DOI-CODI, CENIMAR, CISA, DOPS — e sítios clandestinos da repressão. Dentre os casos pesquisados sobressaem, pelos depoimentos de familiares, presos e ex-presos, os de Stuart Angel Jones, Mário Alves, Aluizio Palhano, Rubens Paiva, Joel Vasconcelos Santos, Armando Frutuoso, Paulo Wright, Ruy Frazão, Jorge Leal Gonçalves, Edgard Aquino Duarte, Mariano Joaquim da Silva, Virgílio Gomes da Silva.

As primeiras denúncias sobre estes desaparecimentos partiram de seus familiares que têm desenvolvido todos os esforços possíveis e imagináveis por este Brasil afora em busca de apurar as circunstâncias em que se deram tais prisões e o destino de seus parentes desaparecidos. Algumas das famílias sofreram intimidações das autoridades responsáveis pela segurança, outras foram presas para que desistissem da incansável busca da verdade. Acionaram-se os recursos judiciais, limitados à época dessas prisões pelo fato de que o AI-5 havia suprimido o habeas-corpus, remédio legal contra as prisões ilegais e abuso de autoridade. A imprensa estava então silenciada pela ferrenha censura imposta aos meios de comunicação, impossibilitando qualquer tipo de denúncia.

Com o crescimento do Movimento pela Anistia ampla, geral e irrestrita em escala nacional e sobretudo a partir da realização do Congresso Nacional pela Anistia, a luta pela elucidação da situação dos desaparecidos transcendeu o âmbito dos esforços dos familiares e converteu-se numa campanha nacional, coordenada por uma Comissão Nacional pelos Mortos e Desaparecidos criada pelos movimentos de Anistia. E nessa campanha nacional pelos desaparecidos e mortos estão definidos os seguintes objetivos:

- Exigir esclarecimentos ao governo sobre os desaparecimentos;
- Exigir que sejam apuradas as responsabilidades de tais desaparecimentos e mortes;
- Encetar uma campanha específica pelos mortos do Araguaia, para saber onde estão os corpos e a relação de nomes dos mortos.

Esta é a luta dos movimentos de anistia, que prosseguirá até a realização de seus objetivos sem que se possa esquecer que, “pessoalmente, os mortos e desaparecidos já não podem ser beneficiados pela Anistia. Apenas sua honra e sua memória podem ser recuperadas pela medida, com o reco-

nhecimento de que esses companheiros foram assassinados por fazerem oposição ao regime de arbítrio. Além disso, suas famílias ainda precisam de anistia para suas angústias, sofrimentos e incertezas. Precisam de anistia para que outros não passem pelo que passaram tantos companheiros” (Carta da Comissão de Trabalho sobre Mortos e Desaparecidos – Congresso Nacional pela Anistia).

**Pelo fim do regime de arbítrio e repressão!  
Pela Anistia, Ampla, Geral e Irrestrita!  
Comitê Brasileiro pela Anistia-RJ  
Seção do Rio de Janeiro – maio/1979**

# ARTIGOS

# DESAPARECIDOS, CRIAÇÃO DA DITADURA MILITAR DE 64

HÉLIO SILVA

**S**empre houve violências na História do Brasil. Mas o desaparecimento do preso político é fato relativamente novo. Aparece nos governos militares pós-64, especialmente no governo Médici.

Logo depois da proclamação da República, vamos encontrar a ditadura militar de Floriano Peixoto e a reação a esta ditadura.

Deodoro, eleito presidente da República pela Assembléia Nacional Constituinte, a 25 de fevereiro de 1891, renuncia a 23 de novembro, sendo substituído pelo vice-presidente, Floriano Peixoto. A Constituição estabelecia que, no caso de vacância, dentro da primeira metade do período presidencial, que era de quatro anos, dever-se-ia convocar nova eleição. Floriano desobedeceu à Constituição, governando até o fim do mandato presidencial. Mas reconhecia sua condição, pois assinava vice-presidente, em exercício.

Treze oficiais-generais escrevem a Floriano exigindo que mande proceder, sem mais delongas, à eleição presidencial. São presos, reformados, deportados para regiões inóspitas. Rui Barbosa impetra uma ordem de habeas-corpus ao Supremo Tribunal Federal, que julga politicamente, negando o pedido. Floriano teria dito: *Se o Supremo Tribunal conceder o habeas-corpus, quem dará habeas-corpus aos ministros?*

A agitação política e as revoltas armadas haviam criado uma situação de fato, gerando um governo forte. Era uma ditadura militar, que recebeu protestos de militares, que ficaram no desterro até serem anistiados. Mas não houve nenhum caso de desaparecimento de preso político.

Durante a “ferrenha ditadura imposta pelo governo Floriano”, como a denominou o almirante Custódio de Melo, houve revoltas, motins, protestos, violências, prisões e mortes. Mas não consta o desaparecimento de presos políticos.

No governo Hermes da Fonseca, houve a revolta da Chibata, a 23 de novembro de 1910, chefiada pelo marinheiro João Cândido, exigindo a

abolição do regime da chibata que, apesar de proibido, continuava a vigorar na Marinha, como castigo. A 1<sup>o</sup> de dezembro o Batalhão Naval subleva-se, sendo rapidamente esmagado. Os revoltosos são severamente punidos, vindo a morrer muitos deles no presídio da ilha das Cobras. Um navio é preparado para transportar prisioneiros, muitos dos quais são jogados ao mar e outros abandonados na selva. Mas o diário de bordo registra os nomes das vítimas.

Em outros períodos conturbados de nossa História houve violências. No governo Artur Bernardes que recorreu ao estado-de-sítio durante todo o seu quadriênio, tivemos prisões, mortes, deportações. Houve um episódio rumoroso. Um homem do alto comércio, Conrado Niemeyer, acusado de conspirar contra o governo, é preso e cai, ou é atirado de uma varanda interna da Polícia Central. Crime ou suicídio, seu corpo não foi sonogado.

Depois do movimento de outubro de 1930 tivemos um período de Governo Provisório, discricionário; a revolução de São Paulo, em 1932; os levantes de novembro de 1935 em Natal, Recife e Rio de Janeiro; o Estado Novo, a experiência totalitária no país de 10 de novembro de 1937 a 29 de outubro de 1945; a intentona integralista com o ataque ao Palácio Guanabara, em 1938. As repressões assinalam prisões, violências, fuzilamentos, mas nenhum caso de desaparecimento de preso político. Os corpos apareceram, os mortos tiveram nomes.

Assim, chegamos até abril de 1964, quando se inaugura o período de governos militares. É nesse período, notadamente no governo do general Médici, que aconteceram esses episódios lamentáveis: o desaparecimento de presos políticos.

Então, num determinado momento, um homem, uma mulher, ou até crianças, desaparecem. São arrancados, do meio da rua, são arrancados de suas casas e de seus locais de trabalho e ninguém sabe mais informar. As indagações pelos canais regulares, pelos meios judiciais, ou os reclamos da opinião pública não têm eco. A grita das famílias não tem eco. E ninguém sabe exatamente o que aconteceu.

Não posso precisar a data do primeiro desaparecimento. Sei que o problema ficou mais patente no governo Médici. O primeiro caso que eu tive uma documentação, que pude apresentar, foi o de Stuart Angel Jones. Tive o depoimento de uma testemunha de vista, Alex Polari, que se prontificou a depor sobre o assunto. Ele, Alex, estava condenado à prisão perpétua e achou que era o seu dever denunciar aquilo. E eu achei que era o meu dever publicar tudo. O episódio faz parte do livro *Os Governos Militares de 1969 a 1974*, da coleção *História da República Brasileira* e a primeira edição esgotou-se rapidamente. Os fatos nunca foram contestados, mas, em virtude da repercussão no estrangeiro, as autoridades tentaram a apreensão dos remanescentes que estavam na própria editora que já preparava um relançamento.

Stuart Angel é um exemplo do governo Médici.

O que se sabe é que num determinado momento ele foi agarrado, colocado na mala de um automóvel marca Opala e levado para um centro de torturas, no Galeão. Há testemunhas que assistiram a sua tortura. Há testemunhas que podem asseverar que ele foi morto, mas ninguém viu o corpo. O que se sabe é que, num determinado momento, ele desaparece e a mãe não consegue ver o filho vivo ou morto. Ninguém sabe se ele foi

sepultado com o nome trocado ou se foi jogado em alto-mar. Houve reclamações do governo norte-americano, pois ele tinha dupla nacionalidade. Houve interpelações da figurinista Zuzu Angel (mãe do Stuart, que também morreu de forma misteriosa) ao presidente da República e a todas as autoridades. Houve interpelações de todas as naturezas. Houve uma farsa trágica de continuarem o processo do Stuart, que é chamado para depor. Ele que tinha sido preso é dado como revel. É absolvido nos Tribunais Militares.

Em virtude da repercussão do livro passei a ser procurado por outras famílias que fizeram outras denúncias. Recebi tanta gente que é difícil enumerá-las. Recebi a família do David Capistrano, do Rubens Paiva, da Jana (desapareceu no Araguaia). E ainda hoje, freqüentemente, recebo cartas de pessoas relatando casos de desaparecimentos, sempre nas mesmas circunstâncias. Num determinado momento a pessoa é seqüestrada. Pouco depois, volatiliza-se e desaparece.

Há o caso do ex-deputado federal Rubens Paiva, que num determinado momento vai no seu próprio automóvel para um quartel. O automóvel é devolvido à família, sob recibo, mas sem o dono dentro dele. Que fim levou o dono do automóvel? Desapareceu.

Há o episódio de David Capistrano, que vinha do Sul para São Paulo de automóvel e, no trajeto entre Paraná e São Paulo, ele, o automóvel e um companheiro, que não tinha nada com isso, desaparecem misteriosamente. Como se a terra tivesse aberto. Não se soube mais nada do David Caspi-trano.

Isso é só para citar alguns, pois além desses ocorreram dezenas de desaparecimentos depois da revolução de 64. A maior parte no governo do general Médici.

Criou-se essa figura misteriosa que some como se tivesse sido levado por um disco voador. A mulher é viúva de um marido que pode estar vivo. O filho é filho e órfão de um pai que pode estar vivo. É órfão ou o pai está vivo? E todas as repercussões jurídicas e econômicas disto criaram figuras jurídicas inteiramente novas. Como os filhos dos banidos que não conseguem registro. Como as viúvas que não podem receber a pensão porque os militares não assumem a morte do desaparecido. Ou as esposas de militares punidos que recebem pensão como viúvas de maridos vivos. E os filhos de militares que para se matricularem num colégio militar figuram como órfãos de pais vivos.

# ROSTO SEM FEIÇÕES, FIGURA SEM NOME

BARBOSA LIMA SOBRINHO

**S**empre me pareceu que a coluna dos desaparecidos fosse monopólio dos comunicados de guerra. Não pude esquecer-me do tempo em que corríamos aos acontecimentos do *front*, nos campos de batalha da Europa, quando ao lado dos *mortos e feridos* havia sempre espaço aberto para o registro dos *desaparecidos*. Não sei se para minimizar o número dos mortos, ou para dar lugar aos que ainda poderiam aparecer. Como no caso dos prisioneiros ou dos desertores.

No Brasil e em outros países da América Latina, a coluna dos desaparecidos exclui de todo a hipótese do reaparecimento. Talvez o nosso primeiro caso tenha sido o do deputado Rubens Paiva. Pouco a pouco seguido de outros, em que o desaparecimento já estava significando a morte. A primeira lista surgiu no governo do presidente Geisel, e ainda haveria que louvar a misericórdia da citação do nome, porque antes nem era possível a hipótese de que houvessem existido as pessoas relacionadas pelo governo. E a citação do nome também não melhorou a situação, uma vez que o desaparecimento era ainda pior do que a morte, porque não deixava viúva, nem herdeiros convocados, nem descrição de bens, nem partilha. Era como um desses crimes que não deixam rastro, pois que o próprio esqueleto é destruído pela eficácia de ácidos implacáveis.

Tem razão Hannah Arend quando recorda que, nos países governados em regimes totalitários, a prisão vale, de começo, como seqüestro, para acabar como túmulo, com uma cova rasa, no chão, sem um nome que a assinalasse. Muito pior e mais grave que um assassinato. Este deixa cadáver, para a composição do corpo de delito. E o desaparecimento vale pela ocultação do próprio cadáver.

Na verdade, ao totalitarismo não basta o sacrifício do adversário, do dissidente que talvez não seja mais que um indiferente ao governo constituído, uma simples vítima da delação de interesses que contra ele conspiram. O desaparecido dos comunicados de guerra ainda pode ser procurado. No totalitarismo, a procura do desaparecido pode valer como ato de

subversão ou a candidatura ao próprio desaparecimento. O desaparecido não deixa esposa, nem filhos, nem amigos. Há que apagar tudo que possa recordar sua memória ou sua vida, pois que, na verdade, responde pelo maior dos crimes possíveis, o crime de haver nascido, para o qual não existe perdão, nem piedade, num regime em que todas as práticas tenham o direito de cobrir-se com a bandeira sagrada da Segurança Nacional. Foi em nome dela que veio a surgir, na crônica dos povos que se supunham civilizados, o rosto sem feições e a figura sem nome dos desaparecidos, a quem se nega até mesmo o direito a uma lápide funerária ou, ainda menos do que isso, o direito a um atestado de óbito.

# COMO IR ATÉ O FINAL DA QUESTÃO

SOBRAL PINTO

**E**stou convencido de que eles foram eliminados por agentes do serviço de repressão. Ouvi, mais de uma vez, de elementos integrados nesse serviço esta afirmação: “Estamos em guerra. Na guerra os beligerantes cuidam de se eliminarem mutuamente, na esperança de eliminar o inimigo antes de ser por ele eliminado. Nesta guerra revolucionária que travamos contra os subversivos, se nós não os eliminamos, seremos por eles eliminados”.

Esta é a mentalidade que reina no seio do serviço de repressão. No regime de arbítrio e de irresponsabilidade que, em 1964, foi implantado no país, não é de se estranhar que, em face desta mentalidade, tão numerosos sejam os casos de desaparecidos.

Contudo, algumas medidas jurídicas são cabíveis para se apurar as responsabilidades. Após terem sido presos ou seqüestrados por autoridades civis ou militares, os desaparecidos apresentam aspectos diferentes, que comportam e exigem medidas diferentes, que são também de alçada e setores diferentes. Dentro desta orientação, urge encarar no caso, separadamente, o aspecto político, o aspecto policial e o aspecto jurídico. Todos esses aspectos estão entrosados entre si, mas as providências (que evidentemente dependem das iniciativas das respectivas famílias com a colaboração de advogados hábeis, experimentados e prudentes), a serem tomadas serão diferentes para cada caso, e terão de ser processadas em setores diferentes.

Sendo político o motivo da prisão ou seqüestro, cumpre, inicialmente, apurar se foi efetuada por autoridades civis ou militares, encarregadas de investigar as atividades daqueles que se articulam e se movimentam para modificar, pela força e violentamente, o regime militar que se implantou no país desde 31 de março de 1964.

Em seguida cabe descobrir em que cárcere o desaparecido foi recolhido, a saber, civil ou militar. Antes, porém, deve a família fazer um levantamento, quanto possível completo, da atividade deste no período anterior à sua prisão ou seqüestro, com o objetivo de descobrir, com exatidão, se houve ou não, razão para privá-lo de sua liberdade.

No caso de se verificar que a prisão foi justa, apurar se foi comunicada ao juiz competente, na forma determinada em lei, se foi instaurado o inquérito e, posteriormente, o processo criminal cabível. Se for apurado que a prisão ou seqüestro foi puramente arbitrário, verificar a razão pela qual o desaparecido não reconquistou a sua liberdade.

Quanto ao aspecto policial, eis as providências que devem ser promovidas pela família do desaparecido, orientada por um advogado de confiança:

- a) investigar, com precisão, se houve, no caso, prisão ou seqüestro;
- b) descobrir que autoridade prendeu ou seqüestrou a pessoa desaparecida;
- c) fixar, outrossim, o local em que ocorreu a prisão ou seqüestro;
- d) verificar, igualmente, qual a autoridade que prendeu ou seqüestrou, se civil ou militar.

Estes dois aspectos, o político e o policial, são de suma importância, porque é através deles que se pode recolher os elementos que irão permitir a abertura de inquérito perante a administração civil ou a administração militar, com finalidade de apontar os responsáveis pelo desaparecimento.

Com base no inquérito, a família dos desaparecidos terá elementos para promover as responsabilidades criminais daqueles que participaram do desaparecimento e, também, para promover contra o Estado a competente ação de indenização pelo desaparecimento da pessoa, presa ou seqüestrada. Esta ação será contra a União Federal se as pessoas causadoras do desaparecimento pertencem às Forças Armadas. Será, porém, contra o Estado se as pessoas responsáveis pelo desaparecimento forem da polícia civil estadual. Se, entretanto, pertencerem à polícia federal, a ação terá que ser também contra a União Federal.

Quanto ao aspecto jurídico, pode a família do desaparecido, não só pleitear a punição dos agentes do aparelho repressivo, como também pleitear a indenização a que tem direito pelo fato dos desaparecimentos. A família deve, também, promover, na justiça cível, o processo de ausência previsto no Capítulo III do Título VI do Código Civil, regulado do Art. 463 até 484, a fim de que, através da pessoa competente, a família possa atuar e agir nas suas relações jurídicas previstas e definidas na lei civil.

Para ter êxito em suas atividades, quer no aspecto político, quer no aspecto policial, quer no jurídico, não basta a família pedir a colaboração de um advogado experimentado. Precisa recorrer às organizações existentes no país, que se dedicam às investigações de todo o gênero (políticas e policiais), para que elas forneçam os dados necessários.

A restauração, em parte, a partir de 1º de janeiro deste ano, da independência da tribuna parlamentar, da liberdade dos meios de comunicação e da autonomia da Justiça, no país, cujos juízes reconquistaram as garantias constitucionais, habilitará a família do desaparecido a lutar, enérgica e desassombadamente, pela descoberta da verdade a respeito do desaparecimento do parente preso ou seqüestrado.

Convém, em matéria de tanta e tamanha magnitude, aconselhar as famílias para se organizarem em comitês, à semelhança do que fizeram os

partidários da anistia. A união faz a força, não só porque coloca numerosas pessoas unidas no trabalho de investigação, como também facilita a obtenção de recursos monetários indispensáveis às investigações, tanto de caráter político, quanto de caráter policial e de caráter jurídico.

Heráclito Fontoura do Sobral Pinto é advogado e se notabilizou defendendo presos políticos, especificamente os acusados de pertencerem ao PCB.

# UM DRAMA AGONIZANTE

D. PAULO EVARISTO ARNS

**A**s notícias me chegavam através das famílias, logo que estas notavam o desaparecimento de um de seus membros. Por vezes tínhamos sorte e localizávamos as pessoas, após alguns dias. As buscas demoravam, em algumas ocasiões, 24 horas, e em outras, dez dias ou mais. Nos casos de desaparecidos, demoram até hoje.

Em minha condição de arcebispo, procurava ajudar as pessoas a encontrar um bom advogado, a buscar todos os recursos, através dos relacionamentos com as autoridades, que costumavam seqüestrar tais pessoas, e eu mesmo recorria ao comandante ou aos chefes do DEOPS de São Paulo. Também mantínhamos constantes contatos com o Rio, para onde normalmente imaginávamos que elas pudessem ter sido conduzidas.

Aos poucos, começamos a desconfiar de que o desaparecimento era proposital e que poderia significar ou morte ou algum julgamento terrível.

Em fins de 1973 e inícios de 1974, começamos a fazer as listas dos presos desaparecidos, com todos os dados fornecidos pelas famílias, por outros presos, até mesmo por comunicações sigilosas. Foi então que nos dirigimos pessoalmente, com familiares, à presidência da República, e aí tivemos dois encontros com o chefe da Casa Civil, general Golbery do Couto e Silva.

O drama dos familiares é indescritível. Algumas receberam lembranças dos filhos, como anel debaixo da porta, telefonemas, bilhetes. Quase tudo a indicar que o desaparecimento seria definitivo. Em alguns casos também surgiam esperanças vagas, com indicações de lugares próximos ou distantes. Houve gente que foi à Amazônia, ao Chile, ao Araguaia, sempre à procura de informações. Muita angústia, muita lágrima, também muita fé e solidariedade. Afinal, uma tragédia que eu não encontrara nem nos livros de História da antiguidade.

Quase sempre, os responsáveis pelos órgãos de segurança me davam resposta negativa. Muitas vezes, comprovadamente falsa. Frequentemente nos mandavam a outros locais, onde também se guardavam presos, simples-

mente com o intuito de nos despistarem. Era um emaranhado de contra-informações.

Juridicamente insustentáveis, moralmente condenáveis e humanamente insuportáveis, são tais desaparecimentos, planejados e friamente executados. Temo que, no futuro, nem dêem crédito que tais coisas possam ter acontecido no meio de um povo bom, solidário e amigo como o brasileiro.

As listas de desaparecidos foram publicadas diversas vezes. Serão sempre de novo lembradas. O Deus da Justiça deve ter anotado também tudo o que se passou nesse campo. No Chile, em plena repressão, presenciei como as esposas e mães solitárias gritavam o nome de seus desaparecidos para dentro da platéia, como para dizer que eles agora pertenciam ao mundo todo.

Não tenho muita esperança de que alguém volte. Mas tenho consciência de que eles fazem parte de nossa vida, e assim nos obrigam a alertar a nação, para que tais fatos não se repitam.

Creio que é importantíssimo formarmos, em toda parte, Comissões de Justiça e Paz, ou centros de promoção e defesa dos direitos humanos, para que a população esteja vigilante e tenha meios para pressionar, na hora mesma em que começam processos iníquos contra algum desprotegido.

Os juízes, por sua vez, deveriam fazer um exame de consciência e dar contas ao público, por que se calaram, quando eram advertidos. Os executivos, responsáveis pelos desaparecimentos, deveriam chegar a um momento de lucidez, mesmo em clima de anistia, para que os métodos empregados chegassem à plena luz.

A imprensa, por sua vez, não deve descansar, enquanto nem tudo for elucidado.

E, apesar de tudo, não deve desaparecer da terra a confiança no homem, porque dentro dele existe mais do que um sopro de vida terreno. Existe uma eternidade.

# DOCUMENTOS

## CARTA AO GENERAL GEISEL

Excelentíssimo Senhor General ERNESTO GEISEL  
Digníssimo Presidente da República

**A**s signatárias da presente nos dirigimos a Vossa Excelência, Supremo Magistrado da Nação, na esperança de que Vossa Excelência ponha fim as terríveis angústias e incertezas a que estamos submetidas há longos meses, com a prisão e desaparecimento de nossos maridos, pais, filhos e irmãos.

Anima-nos escrever-lhe a firme convicção não apenas de que Vossa Excelência exerce a Magistratura do País com o sólido objetivo que o povo brasileiro deseja e espera de seu Presidente, mas a certeza de que sua elevada sensibilidade humana tudo fará para promover a justiça no seio das famílias que ora se dirigem a Vossa Excelência.

Melhor objetivando, conforme relatório anexo à presente, nossos entes queridos foram detidos há longos meses, e até a presente não obtivemos a legalização de suas prisões nem conseguimos obter uma palavra concreta a respeito da situação de cada um deles.

Estamos certas que Vossa Excelência tem todo o empenho no aperfeiçoamento do Patrimônio Jurídico, cultural e moral da nacionalidade. Assim sendo confiamos em que Vossa Excelência dará uma solução cabal ao DRAMA que nos envolve.

Saiba e utilize também, Senhor Presidente, que muitas de nós dispõem de dados e informações capazes de ajudar o governo de Vossa Excelência, a identificar alguns dos responsáveis por tais crimes cometidos contra os nossos entes queridos, desde que seja aberto um inquérito e as pessoas arroladas recebam as garantias necessárias à livre contribuição com as verdadeiras autoridades.

Senhor Presidente, não somos alheias às enormes dificuldades que sempre envolvem o Supremo Mandatário da Nação sempre que pretende dirigir o povo com justiça. Ainda agora, algumas de nós fomos ou estamos sendo vítimas de ameaças veladas ou ostensivas para que abandonemos esta Causa. Querem, contudo, impor-nos o impossível. Nenhuma de nós, como nenhum ser humano digno, poderia curvar-se à vileza dessa covardia, abandonando seu ente querido ao vilipêndio ou à morte. Enquanto não houver uma definição sobre a situação dos desaparecidos nos cárceres desconhecidos, nem nós nem ninguém nos perdoaria se sucumbissem à pusilanimidade de abandoná-los à insânia de uns poucos que desservem ao Governo e solapam as instituições humanistas e tradições cristãs de nosso povo.

Creia, Senhor Presidente, que é com todo o respeito e confiança que colocamos a sorte de nossos maridos, pais, filhos e irmãos e a nossa própria segurança sob suas mãos de Vossas Excelência, enquanto esperaremos e nos dispomos a colaborar com Vossa Excelência, na solução dos casos que ora submetemos à sua elevada consideração e sabedoria.

Respeitosamente,  
Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1975

*Seguem-se assinaturas de nove parentes dos desaparecidos.*

## APELO AO MDB

**N**ós, familiares das pessoas desaparecidas que foram objeto da recente nota oficial do Exmo. Sr. Ministro da Justiça, e tendo em vista a realização, no próximo dia 28 de fevereiro, de reunião dos representantes do Movimento Democrático Brasileiro na Câmara dos Deputados, queremos chamar a atenção de V. Excia. para o que se segue:

— achamos da maior importância que continuem as investigações sobre o destino dos nossos desaparecidos, reconhecendo na nota oficial do Sr. Ministro da Justiça um esforço de levantamento parcial das suas situações legais;

— essa nossa opinião e desejo se prende ao fato de acharmos ainda insuficiente que os nossos pais, filhos, esposos e esposas sejam dados como foragidos, na clandestinidade, ou no exterior, quando há, em diversos casos pelo menos, fatos e seguros indícios que merecem ser levados em conta para uma investigação mais apurada;

— crentes em que o Poder Legislativo tem uma função insubstituível para a conquista dos ideais democráticos e da paz social, e confiantes na disposição do Movimento Democrático Brasileiro de cumprir o papel que lhe cabe, é que estamos dispostos a colaborar, no que for da nossa alçada, como uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que se disponha a trazer uma solução completa e definitiva para a incerteza e desespero que esses desaparecimentos nos vêm causando.

A partir de tudo isso, Excelência, nós temos a certeza do seu empenho pessoal e bom senso, e de que sua presença na reunião do próximo dia 28 de fevereiro, contribuirá para minorar o sofrimento das nossas famílias, que atualmente atravessam momentos de grande angústia e dura provação.

Esteja certo, Senhor Deputado, de poder contar conosco para obter as informações que julgar necessárias, e dos nossos melhores votos pela sua felicidade pessoal e atuação parlamentar.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1975

*Seguem-se 14 assinaturas.*

## OUTRA CARTA AO GENERAL GEISEL

Excelentíssimo Senhor Presidente da República  
General Ernesto Geisel

**E**sta carta segue-se a muitas outras enviadas individualmente por famílias de presos políticos desaparecidos a V. Exa. ou a membros do seu governo. É mais um apelo dirigido à sua compreensão e à sua autoridade como chefe da Nação.

Em agosto de 1974, como V. Exa. deve recordar-se, foi realizado um encontro entre membros da Igreja Católica, entre os quais d. Evaristo Arns e o professor Cândido Mendes, familiares de desaparecidos e o ministro Golberi do Couto e Silva. Uma resposta viria mais tarde, através do ministro da Justiça, sr. Armando Falcão. Resposta esta aguardada na expectativa e na angústia por tantas famílias. Resposta que aumentou esta angústia e a expectativa, porque veio insatisfatória, fria, vazia, e não resiste ao menor confronto com fatos concretos já levantados pelas famílias e constantes até mesmo de processos em curso na Justiça Militar.

Mas, ao primeiro levantamento dos desaparecidos, somam-se hoje novos nomes. Homens e mulheres que foram presos e desapareceram, após 1974. Portanto, durante o governo de V. Exa.

Esses homens e mulheres, cujos nomes o Comitê Brasileiro pela Anistia e os próprios familiares enviam agora a V. Exa. não são pessoas que um dia saíram de casa e não voltaram, por amnésia, ou, como já foi insinuado por um membro do seu governo, por incompatibilidade conjugal. Esses homens e mulheres, estranhamente, tinham um passado político.

Ocupavam uma posição em sua comunidade. Desenvolviam atividades políticas e tinham uma posição definida contra a situação política em que nos encontramos desde 1964. E mais estranhamente ainda verificamos que não há desaparecidos pró-governo. Por quê?

Nós, os familiares dos desaparecidos e o Comitê Brasileiro pela Anistia, que abraçou nossa luta e nossa dor, traumatizados, sofrendo o desaparecimento dos nossos entes queridos, convivemos até agora apenas com boatos aterradores, com informações dispersas e, em alguns casos, com testemunhas que conflitam com as evasivas oficiais.

E é em nome deste direito, inalienável, de obter esclarecimento desses desaparecidos e de apurar as circunstâncias em que ocorreram, que indagamos a V. Exa., certos de que obteremos uma resposta. Por que, após tanto tempo, tantas evasivas? Sr. Presidente, queremos, mas nem sempre conseguimos manter a esperança de que ainda estejam vivos. E se estiverem, onde se encontram? Por que o silêncio de tantos anos em torno deles?

Esta resposta, V. Exa. não dará apenas aos familiares dos desaparecidos e ao Comitê Brasileiro pela Anistia. Dará também à opinião pública, que pede hoje uma ação concreta do governo no sentido do restabelecimento do respeito aos direitos humanos.

Atenciosamente,  
Comitê Brasileiro pela Anistia.  
Brasil, 28 de dezembro de 1978.

*Segue-se uma relação parcial de 54 presos políticos desaparecidos.*

## CARTA AO GENERAL FIGUEIREDO

**O**s familiares de presos políticos brasileiros desaparecidos dirigem-se a V. Excia., por este instrumento, estimulados pela entrevista concedida à imprensa no dia 16 p.p. Nela V. Excia. comprometeu-se com a defesa dos direitos humanos e admitiu que eles foram violados em nosso país.

A confiança da opinião pública nas palavras de V. Excia. depende do esclarecimento completo de casos como o de nossos queridos familiares, ocorridos durante os dois últimos governos, dos quais V. Excia. fez parte, notadamente na atual administração, quando chefiou o Serviço Nacional de Informações.

Temos envidado grandes esforços, ao longo de mais de quatro anos, para localizar nossos parentes. Nesse trabalho conseguimos a adesão de setores expressivos da vida nacional. Parlamentares, eminentes figuras do Clero, a Ordem dos Advogados do Brasil, figuras destacadas da intelectualidade, apelaram, até agora em vão, no sentido de que obtivéssemos uma resposta clara.

Em 7 de agosto de 1974, através da intermediação do Cardeal D. Evaristo Arns, obtivemos uma entrevista com o Chefe da Casa Civil da Presidência da República, General Golbery do Couto e Silva. Nesta ocasião o General não só ouviu de viva voz o relato das prisões e desaparecimentos de nossos familiares, como recebeu completo "dossier" de cada caso. Garantiu-nos uma resposta até o dia 20 de agosto de 1974, através da Comissão de Justiça e Paz, resposta esta jamais fornecida.

Em 6 de fevereiro de 1975, fomos surpreendidos com nota do Ministro da Justiça, através da televisão, dando conta do suposto paradeiro de vinte e sete pessoas, baseada inclusive em dados fornecidos pelo S.N.I., digirido por V. Excia. Os termos da nota contrariavam e contrariam a verdade dos fatos, muitos dos quais documentados e já do domínio público.

Naquele momento nossa angústia e dor não pode chegar aos meios de comunicação submetidos que estavam à censura prévia. No momento em que é suspensa essa medida a imprensa escrita, dela nos valem para ressaltar que os "propósitos de coibir abusos de autoridades na área dos direitos humanos" externados por V. Excia. requerem uma atitude coerente, qual seja, uma contribuição para a apuração dos fatos referidos e identificação dos responsáveis. Temos certeza de que V. Excia., pelo cargo ocupado, possui resposta às indagações que nos torturam há tantos anos.

No momento em que a sociedade brasileira luta e se prepara para o estabelecimento de franquias democráticas em nosso país, esta não é só uma exigência nossa, ela passa a ser uma condição colocada pela consciência jurídica e humanista de toda nação.

Aguardando a manifestação de V. Excia.,  
Rio de Janeiro, 23 de julho de 1978  
Subscrevemo-nos.

*Seguem-se assinaturas de familiares de desaparecidos.*

*N. dos Organizadores.* Todos os documentos constantes deste livro foram transcritos integralmente, respeitando-se os pontos de vista e ortografia dos seus Autores.

# ÓRGÃOS DE REPRESSÃO E INFORMAÇÃO DA DITADURA

**O** riginário do governo do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, em 1964, e um dos primeiros atos dos golpistas na forma da lei 4.341, o SNI foi idealizado pelo general Golbery do Couto e Silva, chefe da Casa Civil do governo do general Ernesto Geisel e do seu sucessor general João Baptista Figueiredo, para ser os olhos e ouvidos do regime e seus governos.

Começou a funcionar no mesmo ano, no 27º andar do edifício Avenida Central, no Rio, no escritório do engenheiro Glycon Paiva. Mais tarde foi transferido para Brasília. Em menos de dois anos, a organização básica estava armada. Do seu cérebro, a Agência Central de Brasília, às extremidades da rede, os agentes municipais.

Nessa época, o general Figueiredo já fazia parte do SNI. Fora nomeado por Golbery para chefiar a agência do órgão no Rio. O SNI já possuía em seus cadastros 100 mil nomes de pessoas tidas como simpatizantes de idéias esquerdistas e um total de 20 mil telefones *grampeados* em todo o país.

Até 1967, a segurança interna era de responsabilidade das Secretarias Estaduais de Segurança Pública através dos respectivos DOPS, que reprimiam as possíveis contestações ao governo. Quando as organizações armadas começaram a reagir à violência do regime, no país, precisamente a partir de 1969, as forças de repressão responderam com a ampliação do seu aparelhamento. Pois existia o CENIMAR e, embrionariamente, o Centro de Informações do Exército.

Foi elaborado, então, o plano de segurança interno para combater o que os militares denominavam de *guerra interna contra os inimigos do regime*. Uma missão foi enviada aos Estados Unidos para conhecer os métodos americanos de combate aos movimentos de libertação popular e outra partiu para a Inglaterra. País onde, na época, o governo lutava contra diversas colônias que defendiam a sua independência e ainda, internamente, contra o Exército Irlandês.

Os métodos de repressão policial e política utilizados nos EUA e na Inglaterra eram — e são — violentos: na época, tratava-se de guerras onde os inimigos tinha um razoável poder de fogo. O primeiro país combatia no Vietnam e o segundo na guerra das colônias que, inclusive, recebiam ajuda de potências estrangeiras. Toda essa parafernália apreendida pela repressão brasileira no exterior foi usada não só no desbaratamento de grupos armados como também contra indivíduos, famílias e até populações indefesas. A justificativa era de que o Brasil estava em guerra. Uma guerra, porém, abafada pela censura.

O primeiro órgão que surgiu ligado à *guerra interna* foi o OBAN em São Paulo, financiada por empresários que se sentiam ameaçados e queriam unificar a luta em defesa dos seus interesses.

Mais tarde, já em 1970, a cúpula militar se reuniu e dividiu o país em áreas geográficas, não coincidentes com os espaços territoriais dos quatro Exércitos. Cada uma dessas áreas recebeu um Centro de Operações de Defesa Interna — CODI — que coordenava os vários Departamentos de Operações Internas — DOI.

O CODI é subordinado ao comando do Estado-Maior da área em que atua, diretamente vinculado à Segunda Seção (S-2). Coordena a atuação dos três centros de informação das Forças Armadas e mantém vínculos com os demais organismos policiais e militares. O DOI é o seu braço executivo.

O CODI de São Paulo parece ter servido de modelo aos demais, mas não chegou a ser criado em todos os Estados. Ele funciona, além de São Paulo, no Rio de Janeiro, Brasília, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Ceará. Em alguns Estados há DOIs, às vezes, subordinados a um único CODI.

Além disso, foram instalados ou reestruturados os Centros de Informações das Forças Armadas. O CIE, do Exército, foi o primeiro deles. Depois, em 1969, o CISA, da Aeronáutica, e, em 1971, o CENIMAR, da Marinha, inspirado no M-7 da Marinha Inglesa, considerado o serviço secreto mais eficiente do mundo. Pouco depois surgiu outra agência chamada CIEEx — Centro de Informações do Ministério das Relações Exteriores. Todos eles são ligados aos gabinetes dos respectivos ministros. No cume de todos esses órgãos e agências está o poderoso SNI.

O SNI coordena o trabalho da Agência Central, em Brasília; das demais agências estaduais instaladas nas capitais e das agências setoriais: CIE — Centro de Informações do Exército; CISA — Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica; CENIMAR — Centro de Informações da Marinha e CIEEx — Centro de Informações do Ministério das Relações Exteriores. Ainda são subordinados ao SNI as DSI — Divisões de Segurança Interna, instaladas nos ministérios civis e as ASI — Assessorias de Segurança Interna, que funcionam nas autarquias e sociedades de economia mista.

A partir de uma informação sobre o funcionamento de determinado aparelho, o CIE determinava — como evidentemente ainda determina — que o estouro deveria ser efetuado pelos Departamentos de Operações Internas — DOI. A orientação poderia sair também do CISA, que, nesse caso, não se utilizaria das equipes de rua dos DOIs, mas sim dos seus próprios aparelhos e agentes. Os DOIs podiam, porém, receber o preso depois de *trabalhado* e se encarregariam de processá-lo.

Nas casas onde funcionavam aparelhos estourados, o CISA, CENIMAR e CIE instalaram seus próprios aparelhos clandestinos, utilizados para interrogatórios e torturas, desaparecimentos. Enquanto a família do desaparecido se dirigia aos órgãos convencionais, o preso poderia ser transferido de um para outro órgão sem ninguém saber nas mãos de quem ele realmente estava.

Capturado por essa equipe de rua, alguns passavam pelos aparelhos clandestinos do regime para um primeiro interrogatório. Depois, se conseguisse sair vivo, seria entregue ao CODI-DOI, que o mantinha detido e se encarregava dos processos e da ampliação dos interrogatórios. Aí seria oficializada a prisão, dependendo das conveniências do governo e da repressão. Se, p. ex., um preso viesse a falecer no primeiro interrogatório, seu corpo desapareceria sem que ninguém aparentemente soubesse.

Os CODIs, como os DOPS, assumiam o controle da ação, respondendo publicamente pelas prisões, já que as outras agências tinham caráter secreto. No CODI os interrogatórios eram longos e as informações colhidas analisadas pelos escalões superiores até chegar ao topo do sistema — o SNI.

# **OS MARTÍRIOS DE UM ERÓI**

## OS MARTÍRIOS DE UM EROÍ

João Ninguém

O Santo Deus dai-me forças  
com boa memória e vista  
iluminai meu repente  
já que sou um repentista  
para escrever um cordel  
sobre uma cena cruel  
chacina de terrorista

Deu-se no Rio de Janeiro  
este drama tão pungente  
irei contar aos leitores  
tudo detalhadamente  
como Stuart sofreu  
do jeito que ele morreu  
nas mãos da negra serpente

Vivia o jovem Stuart  
com os carinhos dos paes  
radiante como lirio  
Nas regiões divinais  
foi preso encarcerado  
cruelment assassinado  
por escrupulos voras

O Jesus como-se mata  
um jovem ná cor da idade  
com 27 anos apenas  
sofrer esta crueldade  
por ser fiel a nação  
teve a decpção  
seguir pra etrnidade

Este moço de quem falo  
era filho de um casal  
ele norte americano  
ela brasileira natal  
se-orgulhvão do rapaz  
por seus lidos ideais  
lutar sempre contra o mal

Stuart foi detido  
ná época da revolução  
levado por extremistas  
para a base aerea do galeão  
dentro do porta mala  
de um automovel opala  
que serviu de camburão

Quando chegou no Cisa  
foi logo trancafiado  
só retiravam da cela  
para ser martirisado  
tortura e mais tortura  
por covardes da linha dura  
foi pelo chão arrastado

Só não foi crucificado  
porque não avia calvario  
mais-se ouvece seria!  
igual Jesus o emissario  
sofreu igual Tiradentes  
pelas orrendas serpents  
de coração sanguinario

O rapaz pedia agua  
ná mais triste aflição  
os covardes ainda riam  
da angustia do critão  
diziam quente ou gelada  
vamos dar-lhe agua salgada  
antes uma incenção

Chamaram Stuart de Paulo  
para confundir os de mais  
que tambem estavam presos  
a mercer dos animais  
após darem a ingeção  
puseram fim a aflição  
deste que repósa em paz

A representação da América  
lansou sinal de protesto  
dão Eugenio Sáles  
tambem feis seu manifesto  
dizendo isto é cruel  
Santo Deus do Israel  
crime orrendo eu detesto

Ainda existe um detale  
que tenho para narrar  
após Estuarte morto  
os monstros do Pra-Sar  
entre chacotas e vaia  
na restinga de Maranbaia  
lansaram seu corpo ao mar

A senhora Zuzu Angel  
genitora do rapaz  
perdeu um ente querido  
que não esqueesse já mais  
deu um presente a Jesus  
cordeiro de Santa Cruz  
e mansageiro da paz

Senhor Norman Angel Jones  
ficou sem o filho amado  
que pelos viventes marinhos  
seu corpo foi exumado  
sua alma está no céu  
junto com São Miguel  
aos pés do crucificado

Ao triste casal elutádo  
meu sinsero sentimento  
e para outros parentes  
digo o mesmo no momento  
ná lei da re-encarnação  
este erói cidadão  
retorna com mais talento

Quem já leu as escrituras  
sábe o que a biblia tem  
não-se emprençiona com isto  
entrega tudo ao alem  
no tribunal sagrado  
fica tudo arquivado  
o dia do julgo vem

Quem planta o bem cole flore  
quem planta o mal tempestade  
Deus deu o livro arbite  
não usou de falcidade  
segundo os ensinamentos  
no dia de julgamentos  
vence a luz e a verdade

Jesus Cristo o Salvador  
disse um dia em cermão  
quando aparecer no mundo  
coisas encrivel a geração  
não fique emprenconado  
porque o mundo cansado  
está perto a exumação

Eis ai uma verdade  
no caso deste rapaz  
barbaramente assacinado  
por adptos ao sátanaz  
isto já estava previsto  
antes a vinda de Cristo  
séculos e séculos atras

Ná terra a justiça e falha  
verdadeira e a do ceú  
quem mata seu cemelhante  
se cóbre em um negro vel  
não tem socego ná vida  
e em sua decaida  
vai beber taças de fél

Ná hora da sua mórte  
não pense em salvação  
enfrenuiu os mandamentos  
do Santo Deus de Abrão  
fica igual Bárrabras  
ná pata do satanaz  
esperando a surreição

No dia sa surreição  
todos maus vão ser queimados  
só ficaram os fieis  
que por Deus for separados  
ná manção celestial  
não tem lugar pra marginal  
diz o Pai e o Filho amados

As vezes fico pensando  
ná minha situação  
quando chegar este dia  
se vou ser queimado ou não  
meu futuro a Deus proverar  
se por ventura me queimar  
não fui digno a salvação

Madame Zuzu Angel  
vou fazer-lhe um pedido  
Estuart está no céu  
de Deus pai já é remido  
pelo sangue carmesim  
perdona que foi ruim  
matou seu filho querido

Senhor Norman Angel Jones  
faço-lhe o mesmo pedido  
entregue ao soberano  
fica tudo resolvido  
lembre o que Jesus disse a Pedro  
esta escrito não e segredo  
quem fére sera ferido

Este é o encinamento  
do Filho de Deus amado  
que-só-se dando o perdão  
e que samos perduado  
por isto faço o pedido  
nem tudo esta perdido  
um erói sempre é lembrado

Enserro este poema  
desculpem não escrever bem  
unicamente narrei  
logicas que elio silva tem  
aquele que gostar diz  
quem será este enfeliz  
chamado João Ninguém

Fim

# REPORTAGENS

# DAVID CAPISTRANO DA COSTA

## UMA VIDA CONTRA AS DITADURAS

**A** viagem transcorria sem problemas até que o avião bate no solo e os passageiros iniciam o desembarque. Alguns policiais se aproximam e os três filhos menores de David Capistrano são levados para uma unidade do Exército em Fortaleza. David, preso, é enviado para o Recife, juntamente com um amigo da família que conduzia as crianças. Isso porque, surpresos ao encontrarem somente três adolescentes de 15, 13 e 10 anos, os policiais cumpriram a determinação em parte: seqüestraram somente David, o mais velho. Oito dias depois de interrogado, o rapaz é solto sem nenhuma explicação. Anteriormente, Maria Augusta, mulher de David, ficara detida, sem explicações, durante três meses.

Estes são alguns dos inúmeros casos contados por Maria Augusta de Oliveira sobre as perseguições sofridas pela família, inclusive filhos menores, depois de 1964.

David Capistrano, combatente da guerra civil espanhola, militou na resistência francesa contra a ditadura de Hitler, participou do levante comunista de 1935, no Rio, foi jornalista, elegeu-se deputado estadual em 1946, em Pernambuco, pelo PCB. Desapareceu entre 15 e 16 de março de 1974, após ter sido preso por policiais brasileiros juntamente com o seu amigo José Romam, na cidade fronteiriça de Uruguaiana, durante uma viagem de automóvel que pretendia realizar entre o Rio Grande do Sul e São Paulo. O carro até hoje não foi localizado. A família não sabe exatamente o local onde David foi preso. Sabe-se que estava chegando ao país por Uruguaiana e a data provável de sua chegada a São Paulo.

Depois de passar a fronteira com a Argentina ele mandou um telegrama. Dizia que estava tudo bem. Em Uruguaiana ainda passou alguns dias na casa de um amigo à espera de José Romam que ia buscá-lo de automóvel. Seguiram a viagem e nunca mais foram vistos.

O desaparecimento ocorreu já no período do governo do general Geisel, quando também foram presas inúmeras outras pessoas acusadas de pertencerem ao PCB. Foi um dos episódios — resultado da repressão do

governo brasileiro — que mais despertou a curiosidade da opinião pública internacional.

Intervieram diretamente no caso, com interpelações ao governo brasileiro, o então primeiro secretário do Partido Socialista Francês, François Mitterrand; o secretário internacional do mesmo partido, Robert Pontillon; a representante da Anistia Internacional em visita ao Brasil, Barbel Hegeler; o papa Paulo VI, que enviou ao Rio dois missionários para tratar diretamente com o presidente Geisel desse e de outros casos de pessoas desaparecidas; a OAB e o MDB. Houve ainda uma reunião em Brasília, promovida por D. Evaristo Arns, com o chefe do gabinete civil da presidência da República, Golbery do Couto e Silva, além de outras autoridades e famílias de desaparecidos, entre as quais a de David Capistrano. Após ouvir os relatos das famílias, Golbery prometeu uma resposta do governo dentro de 20 dias. Até hoje nada foi esclarecido. E para completar o quadro de arbitrariedades, em setembro de 1978, a Auditoria Militar julga e absolve 67 pessoas acusadas de reorganizar o PCB, entre elas David Capistrano da Costa.

## A TRAJETÓRIA DE DAVID

Sua militância política começa muito cedo, ainda em 1935, no Rio, quando participa do levante que os militares convencionaram chamar de Intentona Comunista. Derrotado, sai da Aeronáutica e, um ano depois vai para a Espanha, onde participa das Brigadas Internacionais que lutam em defesa da República espanhola. Mais tarde, segue para a França e é preso. Quando os soldados de Hitler ocupam Paris, David, libertado, se integra aos maquis e participa intensamente da resistência à ocupação nazista. Numa escaramuça de rua, na Alemanha, é capturado pelos nazistas e transferido para um campo de concentração, localizado na Floresta Negra.

O então presidente Getúlio Vargas inicia o namoro com a Alemanha hitlerista, e os brasileiros presos naquele país são anistiados. Entre eles David Capistrano, com 35 quilos, apesar dos seus 1,70 m de altura. Recuperado, Capistrano volta ao Brasil, luta contra o Estado Novo e, nas eleições de 1945, elege-se deputado estadual por Pernambuco, nas fileiras do PCB. Participa ainda da Constituinte de 1946, mas em 1947, no governo de Eurico Gaspar Dutra, tem o seu mandato de deputado estadual cassado. Preso e processado em 1952 é solto pouco depois.

Entre 1958-64 participa ativamente da vida política de Pernambuco, onde dirige o jornal *A Hora*, que apóia a candidatura de Miguel Arraes para o governo do Estado. Jornalista militante dirige também *A Folha do Povo*. Mas em 1964, as forças militares, com a ajuda da CIA e do capital estrangeiro, tomam o poder no Brasil, e sem outra alternativa, Capistrano entra na clandestinidade. Daí por diante é perseguido permanentemente pelos órgãos de repressão do regime por suas ligações com o PCB.

## AS PERSEGUIÇÕES

Sem encontrar David, os organismos de repressão dirigem toda a fúria contra a sua família. Um comando militar invade sua casa no Recife, mas não o encontra. Mesmo assim, prendem sua companheira, Maria Au-

gusta de Oliveira, e seu filho David, na época com apenas 15 anos. Os policiais vasculham totalmente a casa da família, levam roupas, documentos e retratos, na esperança de apagar qualquer vestígio da existência do militante revolucionário. Maria Augusta ficou detida numa penitenciária do Recife durante três meses. Achavam que ela sabia o paradeiro do marido. E David, ainda continuou preso, mesmo depois que a mãe foi libertada.

A transferência de toda a família para o Rio de Janeiro, em fins de 1965, parecia ser a fórmula encontrada para fugir à sanha dos organismos de repressão do Recife. Puro engano, as perseguições continuaram. A fim de evitar novas investidas policiais contra a sua família, David Capistrano sai clandestinamente do país em 1971, e procura asilo político na Tchecoslováquia. Três anos depois, doente, começa a pensar no seu regresso.

*Depois que meu pai saiu do Brasil – conta sua filha Carolina – o nosso contato com ele se deu através de cartas que ele escrevia constantemente. Era perigoso guardar essas cartas, e tudo que dizia respeito a ele nós silenciávamos. No início de 1974, recebemos novas notícias. Revelava problemas de saúde e manifestava o desejo de não terminar os seus dias lá fora. Estava trabalhando em Praga, na Revista Internacional. Sabíamos que ele iria voltar, entrando clandestinamente pelo sul, através da cidade fronteiriça de Uruguaiana. Então, ele chegou ao Brasil e recebemos um telegrama, que dizia estar tudo bem. O José Romam foi buscá-lo e os dois nunca mais foram vistos.*

*Esperamos até 20 de março de 1974 e como os dois não mandaram qualquer notícia, começamos a ficar preocupados. Aí entramos em contato com a família de José Romam para tentar um trabalho de buscas e localização. Nos dirigimos ao Departamento de Estradas e Rodagens e aos hospitais para ver se não havia acontecido acidente.*

*Uma vez verificada a não existência do acidente e tendo em vista o passado e a condição de clandestinidade em que David foi obrigado a entrar no país, fomos levados a concluir que eles foram presos. Ele e o José Romam. Recorremos então aos caminhos normais para os casos desse tipo. Iniciamos os contatos com a Igreja, com alguns militares, parlamentares, advogados e amigos e começamos uma campanha de denúncias para preservar suas integridades físicas. Sabíamos que David poderia permanecer detido, pois tinha processos na Justiça a responder.*

*Daquele período até agora, várias versões nos chegaram. Inicialmente tivemos notícias de que ele teria passado pelo DOI-CODI na rua Barão de Mesquita no Rio, e no DOPS de São Paulo<sup>1</sup>.*

*Continuamos na busca até que em 6 de fevereiro de 1975 fomos surpreendidos com uma nota do ministro da Justiça, Armando Falcão, dando conta do suposto paradeiro de 27 pessoas, entre elas David. Para o ministro, David estaria asilado na Tchecoslováquia. O comunicado oficial, por falta de argumentos, não convenceu ninguém. A prisão do motorista*

<sup>1</sup> A família teve notícias de que David estaria detido no Hospital Psiquiátrico de Juqueri, em São Paulo, mas nada conseguiu apurar.

*de táxi Samuel Dib<sup>2</sup>, que atravessou a fronteira com David, confirmou tudo. De acordo com os autos do processo, Samuel deixou David na cidade fronteiriça de Uruguaiana, onde encontraria um amigo, para depois seguirem de automóvel com destino a São Paulo.*

A 14 de março de 1978, o próprio presidente do STM, Hélio Leite, respondendo a uma solicitação da representante da Anistia Internacional, Patrícia Deerey, reconheceu a prisão de David pelo governo brasileiro, mas disse que ele foi libertado depois de uma semana. Não esclareceu, porém, a data, o local da prisão nem para onde ele foi levado. Como sempre a fragilidade das afirmações do presidente do STM não convenceu ninguém.

<sup>2</sup> Samuel Dib foi preso em 1974 e acusado juntamente com João Polidoro Coutinho Machado e Emílio Bohngaren – ambos absolvidos por insuficiência de provas – na 2ª Auditoria Militar de Bagé de integrar o “Comitê de Fronteira” do PCB no Rio Grande do Sul. Ele foi apontado como responsável pelo transporte de foragidos da justiça militar brasileira para a Argentina e de facilitar a entrada ilegal no país de pessoas tidas pelo regime como subversivas. Dib era proprietário de um táxi com que fazia constantes viagens entre Uruguaiana e Passo de los Libres entre outubro de 1973 e maio de 1974. *O Estado de São Paulo*, 07-10-77.

# HIRAM DE LIMA PEREIRA

## ALGO NO AR ANTES DA PRISÃO

**A** pelo para que ajudem a encontrá-lo. Trata-se de um homem de 62 anos, cujo estado de saúde já nos inspirava cuidados mesmo antes disso, uma vez que sofre de problemas circulatórios e cardíacos, é herniado e está quase cego por conta de catarata e glaucoma. Precisamos encontrá-lo urgentemente, pois, conhecendo os métodos desumanos usados pelos seus coatores, receamos não chegar a tempo de proporcionar-lhe a assistência médica de que tanto necessita.

Este apelo foi feito por Célia Pereira em carta-denúncia enviada à Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, em 12 de março de 1975. Manifestava temores pela morte do seu marido, Hiram de Lima Pereira, preso entre os dias 14 e 15 de janeiro daquele ano por agentes do DOI-CODI ou DOPS de São Paulo, de acordo com petição encaminhada pelos seus advogados José Carlos Dias e Maria Luiza Flores da Cunha Bierrenbach ao juiz da 1ª Auditoria da 2ª CJM de São Paulo, em 6 de março.

Pernambucano de Recife, onde foi secretário de Administração da prefeitura quando Miguel Arraes era prefeito, Hiram teve intensa participação política naquele Estado<sup>1</sup>. Ele pontifica — ao lado de David Capistrano e Paulo Cavalcanti — como um dos articuladores do movimento que derru-

<sup>1</sup> “Durante o trajeto da cela para o avião, perguntaram se eram comunistas o prefeito Miguel Arraes e o vice-governador Pelópidas Silveira e acharam graça na minha negativa.”

Esse é um trecho do depoimento de Hiram de Lima Pereira (sete laudas em espaço dois) encaminhado à Associação de Imprensa de Pernambuco, ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Recife e ao Clube de Imprensa de Pernambuco, em junho de 1961, quando era secretário de Administração da prefeitura do Recife. Hiram fora seqüestrado em sua casa, tendo sua mulher como testemunha, no dia 10 de junho por três agentes da Secretaria de Segurança de Pernambuco e sua soltura ocorreu dia 19, depois de ter sido confinado no território de Fernando de Noronha, período em que foi barbaramente torturado por elementos das Forças Armadas e longamente interrogado. Durante sua permanência em Fernando de Noronha, lá estavam também presos os jornalistas David Capistrano, Irineu Ferreira e o presidente do Sindicato dos Carris Urbanos do Recife, Ramiro Justino.

bou a oligarquia política na campanha eleitoral que conduziu Arraes ao governo estadual.

A reação nunca perdoou a Hiram nem tampouco a seus companheiros, como o próprio David. Razão porque, desde 1964, a perseguição política a Hiram se acirrou de tal forma que 11 anos depois, apesar de uma rigorosa clandestinidade, ele acabou caindo nas malhas da ditadura que combateu desde o nascedouro, ou melhor, bem antes de sua instalação.

Assim, pouco depois do golpe militar, a família de Hiram se mudou para São Paulo. Desde então ele ficou impossibilitado de ter uma convivência com sua mulher e filhos. Mas mesmo assim, semanalmente, durante todos esses anos, Hiram sempre aparecia e dava notícias suas à mulher ou às filhas. “Fazia parte do seu temperamento” – lembra Célia.

– Estive com ele pela última vez no dia 9 de janeiro de 1975 (cinco ou seis dias antes de sua prisão) e, nessa ocasião, ele me disse que a situação era muito séria e se não aparecesse dentro de cinco dias eu poderia procurá-lo porque algo de grave poderia ter acontecido.

Célia e seus filhos estavam apreensivos: Hiram não dera notícias. Eis que, no dia 15 de janeiro, às 6 h, ela foi seqüestrada por dois homens que invadiram a casa de sua filha (onde se achava), Zodja Pereira. Os seqüestradores se identificaram como sendo da OBAN. Disseram que a conduziram ao quartel do II Exército, para, segundo eles, esclarecer “um negócio”.

Os dois agentes garantiram à filha de Célia que ela estaria logo de volta após prestadas as declarações desejadas. Mas perguntaram por Hiram. Pediram para ver as dependências da casa. Célia os deixou à vontade para ver, inclusive, o resto do apartamento da filha.

Segundo Célia recorda, os policiais usavam apenas calça e camisa e evitavam pronunciar os próprios nomes.

A mulher de Hiram foi levada num Opala azul, mas no meio do caminho o carro dos policiais colidiu, num cruzamento, com um automóvel particular. Um dos seqüestradores se identificou para o motorista do outro veículo como sendo capitão do Exército. Depois disso, os dois policiais fizeram uma chamada pelo rádio do Opala e pediram uma ambulância para levar “os pacientes”. Minutos depois, chega a *ambulância* solicitada, “uma C-14, de cor azul-clara”. Nela, “além do motorista, vinham mais dois homens armados de metralhadoras”.

Célia foi conduzida à OBAN, onde, ao chegar, começaram as provocações, transformadas em interrogatórios e torturas que se estenderam até o dia 17.

O cenário: primeiro, no corredor onde ficou à espera, apareceu um japonês de avental, dizendo-se médico e perguntando sobre sua saúde. “Momentos depois, surge um preto de cabelo moderno gritando por meu marido. Quando lhe disse que não sabia, ele saiu dizendo em tom de ameaça: Vai sobrar pra você, velha, vai sobrar.”

Enquanto Célia esperava, passavam a todo instante pessoas encapuzadas. Depois ela foi chamada para o interrogatório. Exigiam-lhe informações sobre sua vida e a do marido desde 1964, quando moravam no Recife. As indagações eram intercaladas por ameaças, bofetões e choques elétricos.

Finalmente ela foi solta às 14 h do dia 17. Pegou um táxi, próximo à OBAN. Logo adiante, o táxi foi interceptado pelos mesmos homens que a seqüestraram. Ela foi obrigada a pagar o táxi, descer e “aproveitar a carona”, como os policiais sublinharam, já que eles também iriam à sua casa.

Ao chegar lá, revistaram tudo, leram cartas da família e apresentaram um papel, que ela não chegou a ler nem lhe foi entregue. Os dois policiais disseram ser a ordem de apreensão de uma máquina de datilografia de Célia. A máquina fora um presente de seus filhos. Os agentes prometeram devolvê-la, mas até hoje isso não ocorreu.

## CORONEL GARANTE: ESTÁ NO DOPS

Na sua primeira carta-denúncia à Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, Célia narra seu seqüestro e o interesse manifestado pelos agentes em torno da localização do seu marido. Na segunda, a 12 de março, ela se mostra convencida de que Hiram “está preso pelo fato de que quando estive detida na OBAN, afirmaram-me lá que meu marido estava cercado, sendo sua prisão uma questão de horas”.

— Apelo ainda — diz ela — para que cesse a coação sobre a família. Já foram detidas mais duas filhas, ambas casadas e mães de família, que foram ameaçadas e ouviram de seus inquiridores que “ali, onde estavam — OBAN — não tinham nenhuma segurança física nem legal e também não entrava advogado”.

Para localizar o marido, ela procurou depois disso o QG, do II Exército, de onde foi encaminhada, por um coronel, ao DOPS, e lá também disseram que Hiram não estava. Célia retornou ao QG, onde o mesmo coronel que a atendera anteriormente se mostrou surpreso quando ela informou que lá no DOPS haviam dito que seu marido não se achava. O coronel lhe disse: — Se eu disse que ele estava lá, é porque estava.

Um oficial do Serviço Secreto do QG igualmente informou a Célia que seu marido não havia sido preso por nenhum órgão militar. Esgotadas essas buscas em São Paulo, ela seguiu ao Rio de Janeiro. No I Exército e no DOPS ouviu as mesmas informações: Hiram não estava preso ali.

Inconformada com os resultados de sua procura, ainda do próprio punho, Célia preparou e remeteu uma carta do ministro da Justiça, Armando Falcão, a 14 de março de 1975. Nela, pedia providências para a localização do marido e relatava as coações, torturas e ameaças sofridas também pelas filhas da parte dos órgãos de repressão.

Em todos os seus apelos feitos até hoje às autoridades eclesiásticas e militares, Célia sempre proclama a necessidade de Hiram ser julgado de acordo com as leis em vigor, mas que lhe seja igualmente dado o direito de defender-se.

Oficialmente, são poucas as citações do nome de Hiram desde sua prisão. A petição apresentada pelos advogados do desaparecido visando à obtenção de esclarecimentos sobre o motivo e as circunstâncias de sua prisão, com efeito, foi respondida pela Justiça Militar. Sob o título de *Comunicação de Prisão*, o nome de Hiram aparece como indiciado *sem irregularidade*, no despacho de 23 de abril de 1975, processo 433/75, da 2ª Auditoria da 2ª CJM de São Paulo<sup>2</sup>.

A 20 de setembro de 1978, Hiram foi julgado à revelia pela 2ª Auditoria da Marinha, a partir de quando também foram baldados os esforços para averiguar as circunstâncias do seu desaparecimento.

<sup>2</sup> *Diário da Justiça*, 13-05-75, p. 2480.

# JAYME AMORIM DE MIRANDA

## O PREÇO DO IDEALISMO

**O** golpe militar de 64 encontrou na família Miranda, de Maceió, uma das mais robustas resistências em Alagoas. Isso teve um preço: o seqüestro de Jayme Amorim de Miranda, dia 4 de fevereiro de 1975, no Rio de Janeiro, sem que de lá para cá se saiba com certeza em que circunstâncias ocorreu. Há — e muitas — insinuações, hipóteses sobre seu possível paradeiro. Uma delas é sustentada, nessa entrevista, pelo seu irmão, Haroldo Amorim de Miranda, para quem de acordo com “informações filtradas nos subterrâneos da resistência comunista”, junto com outros presos igualmente torturados em São Paulo, Jayme teria sido jogado de um avião militar a 200 milhas da costa, no oceano Atlântico.

De família numerosa, o jornalista, publicitário, homem de rádio e TV, com 35 anos de profissão, irmão mais velho de Jayme, Haroldo se transformou em ponta-de-lança da família na busca do irmão. Assim é que depois do seu desaparecimento, ele percorreu os quatro cantos do Brasil em busca de informações, elaborando um relatório para a família. Esse relatório se tornou o ponto de partida para novas viagens, buscas, mas nem por isso a incerteza diminuiu. Mas, a cada informação frustrada sobre o que aconteceu ao irmão, Haroldo tenta redobrar as esperanças da família. Empenha-se em levar o caso “até o fim”.

Sua entrevista:

*Quem era Jayme Miranda?*

Um puro, um ideólogo cômico da sua linha política, crente num país sem desigualdades. Forjado num princípio de fidelidade a uma doutrina que ele considerava aplicável ao seu povo, terminado o trabalho de fixação de uma nova consciência política. Jayme, era um teórico buscando dar sentido prático aos estudos que realizava. Um esquerdista de sentimentos puros, que impunha respeito aos seus adversários. Mais temível preso do que

solto, face à envolvimento com que dominava as massas, nos presídios ou nas ruas. Quando cumpriu um ano de prisão, em Maceió, no governo de Arnon de Mello<sup>1</sup>, como advogado, abriu os caminhos da liberdade aos presos sem culpa formada. O fato irritou o então diretor do presídio, um coronel atrabiliário, hoje já falecido, que mandou surrá-lo. A prisão levantou-se em motim e o tal diretor quase é morto por um preso comum. Era a reação dos enjaulados em defesa do advogado sem prisão especial que não recebia dinheiro para pôs nas ruas os injustiçados da época.

Quando caiu, em 64, Jayme Miranda mereceu das Forças de Segurança da chamada revolução elogios pela sua conduta em assumir o ônus do seu ideal comunista. Sua ação, na prisão, evitou muitas mortes e uma coisa curiosa e notável: homens que estavam programados para a tortura, pela polícia civil, foram salvos pela ação precisa da denúncia dos familiares desses presos à guarnição federal do Estado. E as providências foram tomadas de imediato: nenhuma autoridade civil poderia retirar presos políticos, fosse a que pretexto fosse. O trabalho inteligente de Jayme, orientando mães e esposas de detidos, salvou Alagoas da mancha de torturas em quartéis. Faça-se justiça: à época, briosos homens que comandavam o verde oliva impediram revanchismos, torturas e assassinatos em Maceió. E, na área civil, na polícia do interior, com a morte do torturador Alberico Barros, os excessos também cessaram.

Um ano quase depois de ter sido preso pela última vez, Jayme foi posto em liberdade vigiada: tinha que se apresentar cada oito dias, numa dependência militar. Saíra enfermo da prisão, com suspeita de câncer na laringe e, não conseguindo tratamento correto em Maceió, foragiu-se para buscar cura num centro maior. Sua ausência depois da segunda semana, arrepiou as autoridades que insistiram com o seu pai, comerciante Manoel Miranda e o autor deste depoimento, para que dessem conta dele. Foram 90 dias de pressão, passados, contudo, sem vexames maiores. Jayme Miranda saiu de jipe para Recife e, de lá, via aérea, para o Rio onde chegou em 1965.

*Quando sumiu? Quando souberam do seu desaparecimento?*

Na semana do carnaval de 75. Jayme fora se despedir do seu pai e da irmã, Zenaide, que retornavam a Maceió. Tinham estado juntos dois ou três dias. O velho Miranda estava ficando sem visão, cegando aos poucos, e manifestara desejo de ver o filho, recém-vindo de quase um ano na Rússia. O desaparecido do clã dos Mirandas escondia da família sua real condição física. As múltiplas prisões, em Recife, em Maceió, a vida difícil do político na ilegalidade, lhe abalaram o físico. Membro do Comitê Central do PC, Jayme fora mandado à União Soviética para tratamento de saúde. As

<sup>1</sup> O senador biônico Arnon de Mello foi governador de Alagoas.

pressões da máquina repressora do governo aumentaram. De propósito, se estabeleceu, da parte do governo, uma espécie de confusão entre a linha tradicional do PC e o grupo da linha chinesa<sup>2</sup>. Segunda pessoa de Prestes, Jayme, à época da visita do pai, em fevereiro de 1975, vivia o drama da queda da imprensa operária. O antigo comando do PC já decidira pela sua saída definitiva do país, pois, mortos todos os chamados terroristas, para justificar a máquina de combate ao comunismo, orientada de fora, o governo se enveredara, decisivamente, pelo assassinio dos chamados vermelhos puros. Começara um novo banho de sangue, tendo São Paulo como principal produto de extermínio. A 4 de fevereiro de 1975, pela manhã, Jayme Miranda deixou sua casa, no Catumbi — durante dez anos ninguém flagrara suas residências (trocava de moradia a cada seis meses) — beijou o pai e a irmã e nunca mais foi visto ou deu sinal de vida.

*Quais as versões correntes sobre seu destino?*

Ao sair de casa Jayme dissera à esposa, Elza, que deveria se avistar com pessoas, nos Pilares, logo após se despedir do pai. Nunca voltou, e ninguém ousa informar se esteve na entrevista em Pilares, no Rio. Há versões, filtradas dos subterrâneos de resistência comunista que afirmam ter se registrado um tiroteio, naquela localidade, entre policiais civis e um grupo desarmado. Seis homens teriam tombado na hora. Um deles, ainda com vida, foi arrastado e torturado até a morte num quartel das imediações. Este homem teria sido Jayme. Outra versão, esta a mais aceita, dava conta de que, presos, Jayme e seus companheiros teriam sido levados para São Paulo, à época sob o comando dos homens que mataram Herzog e Fiel e os deram como suicidas. Na capital paulista, depois de torturados foram, em grupos, jogados de um avião militar a 200 milhas da costa, no oceano Atlântico.

*Quais os esforços da família para buscar Jayme ou notícias sobre ele?*

Uma luta de titãs. O vencer o medo da prepotência e a covardia dos homens. Jayme, advogado, regular, registrado na ordem de Alagoas, precisou da atenção do dr. Ribeiro de Castro, então presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, para ter as gestões da sua busca aceitas. Ninguém, em Maceió, na OAB, queria assumir a grave responsabilidade de — imaginem — dizer que o associado era realmente associado, filiado à Ordem. Os estatutos da OAB proíbem que gestões sejam feitas sem o ponto de partida original — ou seja, a entidade de origem do associado. O jeito foi apelar. E o apelo foi entendido pelo dr. Ribeiro de Castro que achou mais justo se tentar salvar uma vida a se ater a convencionalismos que a sombra do medo prejudica. O prestígio do dr. Ribeiro junto ao general Reynaldo de Almeida, então comandante do I Exército, e junto ao esfíngico senhor Armando Falcão deu ao governo nome aos bois. Jayme Amorim de Miranda criou nome, foi procurado de perto. E o senhor Falcão deu resposta: mandou o deputado José Bonifácio dizer na Câmara Federal que Jayme e os outros

<sup>2</sup> Haroldo se refere ao PC do B, que na época seguia a linha maoísta.

desaparecidos não tinham sido seqüestrados coisa nenhuma. Estavam escondidos na Tchecoslováquia ou na Rússia. O deputado alagoano, José Alves<sup>3</sup> aparteou na Câmara a José Bonifácio, para dizer que sabia, da boca de familiares do pseudo-desaparecido — para ele —, que Jayme estava são e salvo na Europa. Diga-se de passagem que José Alves viajara com este depoente, no mesmo avião, para Brasília, soubera do drama, se mostrara penalizado e, depois, agredira uma família inteira, em desespero, com tamanha mentira. Diga-se mais, que, apesar de ter constado da *Voz do Brasil*, o aparte cretino do sr. Alves, este, interpelado em Maceió, por este depoente, negou que houvesse aberto a boca para dizer que Jayme estava na Europa.

*Alguma esperança de rever Jayme com vida?*

No dia em que dragarem ou for viável se dragar o oceano Atlântico, é possível que sejam dadas sepulturas decentes aos corpos de Jayme e outros patriotas. Hoje, pais, esposas, mães, filhos não buscam mais o calor, o reencontro físico dos entes queridos que a reação indiscriminada matou, fez sumir. Não! Esposas precisam, carecem saber se são viúvas; filhos se são realmente órfãos de pai; pais que gostariam de dar sepultura decente aos seus filhos. Não acham vocês que é pedir pouco aos assassinos ocultos? Aos que mataram em nome de Deus, Pátria e Família?

*Quem poderá reparar o luto frio dos crimes sem cadáveres?*

Difícil de dizer. Uma anistia ampla, irrestrita, talvez. Isto porque simbolizaria o fim do medo perpétuo que acompanha quem viu ou viveu de perto cada caso particular. Nos quartéis, nas delegacias, nas prisões, nos porões dos navios ou nos aviões da morte, nem todos eram chacais. Nem todos eram assassinos. Num Estado realmente de direito, a verdade sobresairá, fiquem certos. Jayme, por exemplo, era uma audiência normal de secretários de Estado, senadores e deputados de Alagoas. Eu mesmo levei muitos destes senhores, do governo, a pedidos deles próprios, para entrevistas com Jayme. O sistema de organização do PC sempre foi um primor. E este sistema ajudou muita gente da ala camaleão, isto é, sopra aqui, morde acolá, a se aconselhar com os meninos do ideal puro, tão imaculado que, num país subdesenvolvido, não conseguiu vingar.

*De que vivia Jayme Miranda? Onde trabalhava?*

Jayme era um quadro do Comitê Central do PC. A imprensa popular sempre foi uma arma poderosa de aliciamento. O operário sempre pagou pelo seu jornal, pela *Voz do Povo*. A repressão fechava uma gráfica e, no

<sup>3</sup> José Alves é cria política do ex-governador de Alagoas, Lamenha Filho, de quem foi secretário de Administração. Em 1974 se elegeu deputado federal pela ARENA, transformando-se num seguidor do deputado José Bonifácio. Foi derrotado nas eleições de 1978, ao tentar reeleger-se.

dia seguinte, uma outra, na agulha, estava nas ruas. Aqui, em Maceió, por exemplo, Jayme Miranda era proprietário da *Voz do Povo*, jornal regular, registrado, pagando impostos e tudo mais. A redentora fechou o jornal. Quem fez a diligência deu uma de mágico e nunca o governo Luiz Cavalcante explicou para onde foram máquinas, móveis, tiparia, tudo que um jornal possui, inclusive depósito de reserva de papel. Tomaram tudo, até máquina de escrever. Sem recibo e sem respeito à propriedade alheia. Até a máquina impressora, grande, enorme, desapareceu. No Rio, exilado no seu próprio país, Jayme, homem que sentou à mesa com Mao Tsé Tung, na China, em Pequim, para discutir, em chinês, a crise Moscou-Pequim, traduzia, clandestinamente, poliglota que era, para vários jornais importantes de Rio e São Paulo. Ganhava, assim, parte do seu sustento e da família.

### *Que achava Jayme do governo militar?*

Dizia ele que os políticos do bloco entreguista, das multinacionais, instigaram os militares à aventura de 64. Depois, caíram do cavalo. Um a um. E bem que conspiraram todos, para se juntarem à força singela do comunismo, buscando uma virada que não vingou. Jayme nunca considerou Jango governo de esquerda. Nem nunca situou Brizola como tal. Havia, sim, dizia ele, um jogo de interesses, no qual os próprios comunistas — ele confessava — entravam de coringa. As cartas mudavam e mudavam tanto que até o poderoso Lacerda vestia blusa vermelha para mudar a cor da chita governamental. Pouca gente sabe que Jayme, podendo ser oficial do Exército — era universitário e teria direito ao CPOR — trancou a matrícula no terceiro ano de Direito e foi ser aluno da ESA — Escola de Sargento de Armas. Na época, sua família nem os amigos sabiam, mas já era parte de um esquema político, era assim como que um plantio, na sargentada, de um ideal avançado. E, sargento rebelde, dos cinco anos de lei, tirou três e meio, sendo dispensado sem ser expulso, coisa rara, nos regulamentos militares. Quando voltou, sem farda, Jayme retornou à faculdade e concluiu o curso. Deu trabalho colar grau com a polícia de Arnon de Mello querendo prendê-lo. E foi uma linda festa de solidariedade: Jayme protegido pela turma toda para colar grau de bacharel em Direito na velha Jaqueira de Maceió.

### *Como vive a família de Jayme Miranda?*

Jayme<sup>4</sup> havia estabelecido que, se desaparecesse, isto é, se não voltasse à casa e se em 120 dias não desse sinal de vida, poderíamos, nós, da fa-

<sup>4</sup> Jayme foi julgado à revelia na 2ª Auditoria da Marinha a 19 e 20-09-78 juntamente com outras pessoas tidas como desaparecidas (Orlando Bomfim, Luiz Inácio Maranhão, Hiram de Lima Pereira e Elson Costa), acusadas de tentarem reorganizar o PCB. Na sua defesa, o advogado Humberto Jansen apelou para Sófocles, cuja tragédia, *Antígona*, comparável à dos desaparecidos, se desenrola em torno do tirano de Tebas, que impedia Antígona de sepultar o seu irmão Polinice porque este empunhara armas contra a tirania.

mília, providenciar o traslado da sua família para Maceió, porque ele já não vivia. E, assim foi feito. Elza, Yuri, Olga, Jayminho e André estão em Maceió desde o prazo fixado por Jayme. Que vida levam? Como os senhores imaginam? Vida de conformação, desespero. Tudo sob controle, é claro, para não complexar as crianças. Elza trabalha dois turnos; a menina Olga perdeu, agora (79), um vestibular. Os dois ramos da família – Rocha e Miranda -- ajudam, e os cinco vivem o compasso de espera do indefinido amanhã de liberdade que estão prometendo por aí...

# ITAIR JOSÉ VELOSO

## ENTRE O SINDICATO E O PARTIDO

O caso do desaparecimento de Itair José Veloso, apontador de obras, militante do sindicalismo brasileiro desde 1953 — a partir de quando integrou a Juventude do PCB — possui alguns detalhes que o diferenciam de tantos outros de igual impacto para família. Ele saiu de casa às 7.30 h do dia 22 de maio de 1975 para um encontro às 8 h. Disse à mulher, Ivanilda da Silva Veloso, com quem teve quatro filhas, que voltaria ao meio-dia para ir com ela ao médico. Desde então ela não soube mais notícias dele.

— Esperamos, esperamos e nada dele chegar. No outro dia, minha filha, a que tinha 17 anos na época, iria à escola fazer uma prova. Eu não queria falar nada para ela, nem para as outras três. Mas ela sentiu que havia algo no ar. Então me disse: “É melhor nós nos prepararmos para o pior, porque do jeito que ele é, é difícil não ter acontecido alguma coisa”. Em 1961 — conta sua mulher e alguns dos seus amigos — Itair se tornou dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Niterói e Nova Iguaçu, transformando-se, depois disso, em secretário-geral da Federação dos Trabalhadores da Construção Civil do Estado do Rio de Janeiro e Niterói. Nem por isso abandonou sua função de apontador de obras. Não queria perder o contato com as bases. O desaparecimento de Itair levou Ivanilda a procurar, de imediato, o advogado e hoje deputado federal pelo MDB do Rio de Janeiro Antônio Modesto da Silveira. Ela não o encontrou no mesmo dia, o que só ocorreu na segunda-feira seguinte.

Daí em diante, começou a busca: CNBB, Palácio São Joaquim, D. Eugênio Sales, capelão do Hospital do Exército, advogado Heleno Fragoço: — Enfim, passei um tempo enorme nessa busca. Mas várias pessoas com quem me avistei procuravam me consolar, principalmente as irmãs Olímpia e Augusta, respectivamente, do Palácio São Joaquim e da CNBB.

Depois disso Ivanilda passou a freqüentar essas pessoas e lugares. O impacto inicial do sumiço do operário lançou uma fagulha de esperança:

ela passou a esperar o reaparecimento do marido de forma brusca, tal como seu desaparecimento.

— Eu pensava que bastaria falar com alguém importante para ele reaparecer repentinamente. Até que acordei da minha ilusão e percebi que, à falta de solução, as pessoas começam a enrolar. Isso aconteceu quando, certo dia, meses depois do desaparecimento do meu marido, fui ao gabinete de D. Eugênio Sales para pedir sua interferência junto ao ministro do Exército. Sua secretária, irmã Olímpia, sugeriu que eu fizesse um bilhete para o cardeal na impossibilidade de falar com ele diretamente. Escrevi sobre meu desespero e das minhas quatro filhas, tudo que eu sentia e ainda sinto. Ela levou o bilhete, mas não deu resposta imediata. Não ficou nada claro, ficou tudo no ar.

Conta a mulher do ex-sindicalista ter voltado ao Palácio São Joaquim várias vezes, nem sabe quantas. “Numa delas, a secretária do cardeal me disse que D. Eugênio tinha lido meu bilhete e que o ministro dissera que meu marido não constava da lista de presos.” A atividade sindical intensa de Itair, na efervescência política do início da década de 60, o conduz a uma posição destacada dentro do movimento operário. Esse fato é confirmado durante o governo de João Goulart (1961-64), quando, logo no princípio, Itair chefia uma delegação sindical brasileira a um encontro internacional de sindicalistas, em Moscou. Depois da revelação da secretária do cardeal as esperanças de Ivanilda sofreram um abalo e o seu desespero aumentou. Não sabia a quem recorrer nem o que dizer às crianças. “Pensei que iria sucumbir. Amigos me estimularam a reagir.”

Nesse sentido, ela procurou arranjar um trabalho. Arranjou durante sete meses num hotel, mas a situação se agravou — assegura ela — porque não conseguia conciliar as coisas: cuidar da casa, de filhos e dessa situação política. “O problema político exigia minha presença no advogado, nas reuniões da Anistia, em entrevistas à imprensa, porque a busca continuava. Além disso, adoeci.”

De fato, as conseqüências do seqüestro de Itair abalaram de tal forma sua família que, Ivanilda, p. ex., perdeu por completo sua saúde. “Estou há quatro anos dormindo à base de tranquilizantes.” E ainda teve um problema: passou a ser medicada devido à insônia sem que os médicos soubessem que, por trás, houvesse um sério problema político. A tensão era de tal modo que ela não se atrevia a revelar o seqüestro do marido aos médicos. Até que rompeu o bloqueio, mas nem por isso melhorou.

## **CASA INVADIDA**

A militância política de Itair, nos tempos em que havia garantias constitucionais às liberdades públicas — embora não houvesse ampla liberdade partidária —, sempre foi aberta, dentro do organismo político e sindical. Isso fez com que seu nome fosse incluído no alvo dos órgãos de repressão.

Após a eclosão do golpe militar de 64 a casa de Itair foi invadida por policiais do DOPS de Niterói. Ele não estava em casa. Sua mulher foi chamada a prestar depoimento a respeito do trabalho do marido. Ivanilda nada disse sobre a sua militância política, a não ser o que já era do conhecimento dos seus companheiros — que ele tinha uma posição de liderança

dentro do movimento dos trabalhadores da construção civil do Estado do Rio de Janeiro.

A partir daí Itair foi arrolado num processo sob acusação de pertencer ao PCB, passando depois disso a viver na clandestinidade.

Itair não costumava informar à mulher sobre suas atividades políticas fora de casa, na clandestinidade — “Ele não queria me envolver nem as filhas”, diz Ivanilda.

## A REVOLTA DAS FILHAS

— A minha ligação com Itair era muito forte. Tudo que fazíamos era sempre um com o outro. Até o sapato que íamos comprar, saíamos juntos. Íamos sempre à feira juntos porque ele não queria que eu pegasse em peso.

A intensidade do trabalho político de Itair, como hoje reconhece sua mulher, fazia com que ele se preocupasse em evitar que seus problemas se projetassem na família. Era rigoroso nesse sentido. Não se abria politicamente com as filhas, não lhes contava nada sobre sua atividade no PCB, embora todas já soubessem, de alguma forma, antes do seu desaparecimento, que ele se dedicava ao partido, ao movimento de politização dos seus companheiros trabalhadores.

Sua dedicação à família não competia com sua dedicação ao trabalho político. Seu envolvimento emocional com a mulher e filhas era desmedido. Ivanilda relata que sua filha, na época com 14 anos, ficou, depois do sumiço do pai, extremamente fechada.

— Até hoje isso permanece. A mais velha, hoje com 23 anos, tem problemas de taquicardia, evidentemente surgidos depois do seqüestro do pai, conforme ficou constatado. A de 21 anos é a que mais se controla, mas mesmo assim ela também explode. Ela explode diferente. Mas uma coisa é certa: nenhuma delas jamais se revoltou com o pai. Sua revolta é contra essa arbitrariedade contra o pai, uma pessoa muito humana. A de 21 anos me diz que não gosta de falar sobre isso comigo para não me abalar. Elas me acham uma rocha.

Uma coisa importante — explica Ivanilda — é que nenhuma das minhas filhas nunca faltou um dia à aula depois do desaparecimento do pai. Uma delas foi à aula chorando, fez prova, isso no dia seguinte ao seqüestro do meu marido. Em fevereiro de 1975, o ministro da Justiça, Armando Falcão, divulgou uma nota — uma das primeiras em respostas às pressões de familiares de desaparecidos políticos — onde dizia que David Capistrano estava na Tchecoslováquia, que João Massena havia sido solto em 1973, mas sobre Itair nenhuma palavra<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Os três desaparecidos foram incluídos no processo de julgamento de Luís Carlos Prestes e mais 60 pessoas acusadas de tentar reorganizar o PCB. O julgamento se deu na 2ª Auditoria da Marinha nos dias 19 e 20 de setembro de 1978. Nessa sessão, o Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria da Marinha absolveu, por unanimidade, 11 dos acusados, considerou prescritas as penas de Prestes e mais 54 pessoas e mandou verificar os maus tratos denunciados pelo indiciado Dimas da Anúnciação Perrin. Como outros, julgado a revel, Itair foi absolvido. Em sua defesa atuou o advogado Amilton Siqueira. *Jornal do Brasil*, 21-09-78.

Ivanilda compareceu ao julgamento e se emocionou quando um dos acusados, o advogado Marco Antônio, lembrou, pela primeira vez, o nome do seu marido. Fez-lhe elogios inesperados — até então ela não ouvira ninguém, a não ser membros do CBA, falar de Itair, nem mesmo para uma palavra de conforto. Todos se sentiam tão amargurados, tensos, sufocados diante do tribunal que muitas vezes soava um abraço, ouvia-se um choro silencioso — era a solidariedade pela dor.

— O desaparecimento do meu marido foi uma tragédia para todos nós. Ele sempre foi ótimo companheiro, excelente marido. Mas nossa luta não acabou. Não descansaremos enquanto não descobirmos o paradeiro de Itair.

# JOÃO MASSENA MELO

## PRISÕES, CASSAÇÕES E DESAPARECIMENTO

# E

ntre os desaparecidos, João Massena Melo carrega um predicado peculiar: foi cassado duas vezes. A primeira como vereador do antigo Distrito Federal pelo PCB em 1947, e a segunda como deputado estadual do PST pelo antigo Estado da Guanabara (eleito em 62), em 1964, quando também teve seus direitos políticos suspensos pelo prazo de dez anos. Assim, não por outra razão, Massena estava no rol das pessoas persistentes, de tal modo que, já em 1974, antes de sumir misteriosamente em São Paulo a 3 de abril, vez por outra, risonhamente, repetia para sua mulher, Ecila Francisca Massena Melo, sua pretensão de candidatar-se outra vez apesar de todas as perseguições sofridas. Dessa maneira, reconstruía o canal por onde lançaria suas denúncias.

O caso de Massena está entre aqueles dos seqüestrados sem testemunhas e tem alguma semelhança com o de Thomaz Antônio da Silva Meirelles Neto<sup>1</sup>. Sob acusação de tentar reorganizar o PCB, Massena foi preso a 1.º de julho de 1970 no Rio, onde morava com a família (mulher, três filhos, sogro e sogra), na rua Luiz Delfino, 48, Cascadura. Ecila conta que sua casa foi invadida e saqueada por agentes do governo, à paisana, armados de revólveres e metralhadoras: “Com eles chegou um oficial apresentando uma declaração de prisão preventiva em nome da 2.ª Auditoria da Marinha. Eles invadiram a casa como se lá fosse um esconderijo, algo escuso, mas a decepção da polícia foi ter encontrado a casa ocupada por uma família, fazendo coisas normais, rotineiras. Fomos levados à Ilha das Flores, onde, no dia seguinte, fomos todos soltos com exceção de Massena”.

Massena permaneceu preso durante dois anos e sete meses apenas com a prisão preventiva. Um período maior na Ilha das Flores; depois foi

<sup>1</sup> Thomaz Antônio da Silva Meireles Neto foi condenado, em 1972, a três anos e seis meses de reclusão pela 2.ª Auditoria da Aeronáutica. O STM reduziu sua pena a um ano. Solto, desconfiado de que sua libertação era uma armadilha, ele entrou na clandestinidade e depois sumiu.

transferido para a Ilha das Cobras — mas nesse período “não puderam desaparecer-lo”, no dizer de sua mulher, que ia sempre visitá-lo, afinal ele fora preso com testemunhas, numa situação normal de sua vida. Massena foi solto em fevereiro de 1973, embora seu julgamento só tenha ocorrido cinco anos depois, em 20 de setembro de 1978, quando foi absolvido juntamente com outras pessoas submetidas às mesmas acusações e igualmente desaparecidas, como Jayme Amorim de Miranda, Orlando Bomfim Junior, David Capistrano, Itair José Veloso, Hiram de Lima Pereira.

A libertação de Massena, para sua mulher, foi uma verdadeira armadilha. Eles — os organismos de repressão — ficaram à sua espreita e na primeira oportunidade apanharam o ex-deputado. Desde sua libertação até o dia de sua ida para São Paulo, 19 de março de 1974, Massena permaneceu sempre com a família, sem nenhuma inclinação para entrar na clandestinidade. Saíamos para muitos lugares, ele ia fazer compras, desenvolvia várias atividades em casa, como consertos de móveis, essas coisas caseiras, tínhamos uma vida familiar normal. Mas ele sempre foi uma pessoa extremamente inquieta e mal agüentou ficar parado em casa durante esse tempo. Insisti para ele não ir a São Paulo. Parece que já sabia de antemão o que iria acontecer — depõe Ecila.

## HERANÇA OPERÁRIA

A atividade política de Massena começou no Rio de Janeiro desde a época dos seus primeiros passos na política partidária nos principais pólos de atração partidária e econômica do país.

Filho de Sebastião Massena Melo e Olímpia Melo Maciel, nascido a 16 de agosto de 1919 na cidade pernambucana de Palmares, ele já se interessava por política na adolescência.

Seu pai era carpinteiro e sua mãe costureira. Sua mulher, Ecila, localiza o início de sua carreira política no meio operário, por volta de 1932-33, quando Massena veio para o Rio “tentar a vida”. Aí entrou para a fábrica Nova América como tecelão, depois de ter trabalhado como balconista num pequeno armazém da Baixada Fluminense.

Foi justamente nesse meio, entre os companheiros da indústria têxtil, que Massena começou a criar uma liderança que o levaria à vitória eleitoral como vereador, em 1947 — o mesmo ano do seu casamento com Ecila. Com o fim da ditadura Vargas, depois da Constituinte de 1946, no ano seguinte, o PCB é declarado ilegal. Massena é cassado. As perseguições desse período o levam, com a mulher, a morar até 1950 em Pernambuco, quando então retorna ao Rio.

De 1960 em diante, Massena alça vôo maior. Sai candidato e ganha uma cadeira de deputado estadual. Dessa vez, com a legenda do minoritário PST, obtém grande apoio dos metalúrgicos: era soldador, membro do Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara. Mas em 1964, outra vez tem seu mandato cassado. O que entretanto não o afasta da militância. Ele gostava da vida política, revela Ecila.

Ela recorda que o seu marido está entre aqueles militantes para quem as prisões pareciam representar um estímulo para continuar a luta:

— Ele *teve* preso várias vezes durante o Estado Novo. Tanto é que foi companheiro de cela de Agildo Barata, Carlos Marighella e tantos outros. Massena não era do tipo que, após sair da prisão, deitava falação sobre torturas sofridas. Dizia sempre que sofreu muito para não delatar ninguém. Mesmo assim seus filhos foram criados sob o signo das perseguições.

Poucos dos presos políticos de 1970 tiveram a sorte de sair vivos do cárcere e não foi por outra razão que, depois que seu marido obteve liberdade em fevereiro de 1973, Ecila não conseguiu, desde então, acabar com a preocupação de que se, dali em diante, Massena retornasse aos organismos de repressão, poderia estar selada a sua morte.

— O tempo de prisão foi bem aproveitado por Massena. Ele estudou muito. Sociologia, economia, política: era um homem que mesmo antes disso, já falava sobre qualquer assunto. Muitas vezes as pessoas perguntavam se ele era formado.

Ecila conta, melancólica, que à véspera da ida de Massena a São Paulo a fim de procurar emprego — “ele teve a maior dificuldade de arranjar ocupação remunerada aqui no Rio” — foi uma batalha desesperadora. “Fiz de tudo para ele não ir, brigamos, mostrei-me zangadíssima, insatisfeita com sua atitude, porque parece que sabia o que iria acontecer. Disse a ele: não vai, não vai, homem. Você bem sabe o que pode acontecer. Eles poderão se aproveitar da tua viagem para te prender outra vez. Mas ele insistiu.”

— Em meio a esse clima — lembra Ecila — a 30 de março Massena escreveu sua última carta. Nela, ele dizia que estava com saudade da família. Reclamava a presença da mulher, mas não se referia às suas atividades políticas, nem mencionava o endereço da casa do amigo onde se hospedara temporariamente. Mas, com a raiva que eu estava ainda devido à insistência dele em ir para São Paulo, peguei a carta e rasguei.

Na carta, Massena marcava um encontro com sua mulher, que seria realizado num fim de semana, entre os dias 5 e 6 de abril. Ela foi ao encontro, esperou todo o fim de semana, mas Massena não apareceu.

## A NEGATIVA DO STM

Então julgou que alguma coisa teria acontecido, mas ainda não colocara a prisão dele como uma possibilidade. Afinal, na carta, Massena se mostrava tranqüilo. Ecila regressa ao Rio e, no dia 20 de abril, chega à sua casa num bairro suburbano do Rio, Cascadura, o homem na casa de quem Massena se hospedara. Foi ele quem lhe informou que Massena saiu de casa dia 3 de abril de manhã, “apenas com a roupa do corpo, dizendo que voltaria para o almoço e não voltou”. A mesma pessoa também não forneceu maiores detalhes sobre a permanência de Massena em São Paulo, apenas entregou-lhe uma maleta com as roupas e objetos de uso pessoal do ex-deputado.

Depois disso, a família de Massena desenvolve intensa busca, seguindo o mesmo ritual das outras famílias de desaparecidos: vai a São Paulo e procura a Igreja, busca os conhecidos órgãos de repressão civil e militar, vai a hospitais de emergência, cemitérios, Instituto Médico Legal (Massena sofreu um princípio de parada cardíaca em 1970 em consequência das torturas). Ninguém sabe do seu paradeiro.

Ainda: ela manda carta ao conselheiro federal F.A. Serrano Neves, da OAB, a deputados estaduais e federais. Aflita, sua filha Alice também escreve uma carta e envia ao Congresso Nacional: a 25 de abril de 1974, o líder do MDB na Câmara dos Deputados, Laerte Vieira, seguido pelo deputado Marcos Freire, lê o apelo de Alice, “angustiada, desesperada, mas esperançosa que o vosso apelo possa salvar a vida de meu pai”<sup>2</sup>.

A família de Massena impetra um habeas-corpus no STM, n. 31.242, distribuído ao ministro Alcides Carneiro. Mas foi negado sob alegação de que Massena não se encontrava preso em nenhuma dependência militar. Já em 1975, sai uma nota do ministro da Justiça, reafirmando que Massena não se achava detido em nenhum organismo militar oficial.

“Massena adorava todos nós e não iria sumir de repente, além de não ter razões para fazê-lo.” Por isso, Ecila, sustenta ter sido seu marido seqüestrado pelos órgãos de repressão.

— Massena era uma pessoa emocionalmente tranqüila, séria, eles acham que matam as idéias matando as pessoas . . . Por que o governo prendeu tanta gente sem testemunha? É isso o que eu também quero saber.

<sup>2</sup> *Diário do Congresso Nacional*, n. 31, 02-05-74, e n. 71, 28-06-74.

# ORLANDO BOMFIM JÚNIOR

## RESPEITO PELA OPINIÃO DOS OUTROS

O

ito de outubro de 1975. Um telefonema anônimo para um dos filhos de Orlando Bomfim Júnior informa laconicamente: “Aqui fala um amigo de seu pai. Contrate um advogado e comunique à ABI”. Esse telefonema bastou para sobressaltar toda uma família. Os seis filhos do membro do Comitê Central do PCB imediatamente iniciaram todos os contatos possíveis para localizá-lo.

— No mesmo dia foi feita uma ligação telefônica para uma autoridade em Brasília. Dela recebemos — contam seus filhos — a promessa de que receberíamos uma resposta, de localização, em 72 horas. Preso no Rio de Janeiro, nas proximidades do bairro de Vila Isabel na tarde do dia 8, a favor dele foi impetrado habeas-corpus junto ao STM pelo advogado Humberto Jansen Machado, da ABI, da qual o desaparecido é sócio. No dia 13, o advogado entrou com uma petição na 2ª Auditoria da Marinha, onde Orlando Bomfim tinha um mandado de prisão preventiva decretado. Em qualquer dependência policial ou militar em que se encontrasse, esta deveria comunicar à Marinha.

Cartas foram enviadas ao MDB (o deputado Getúlio Dias, na liderança da oposição na Câmara denunciou a prisão e o deputado Cantídio Sampaio, respondendo pela liderança da Arena, prometeu pedir informações ao governo), ao ministro da Justiça, a parlamentares. Contatos foram feitos e mantidos com a CNBB, CBA em São Paulo, Comissão de Justiça e Paz do Rio e São Paulo, com o cardeal D. Eugênio Sales. Uma carta também foi entregue à OAB-Rio, entidade da qual Orlando Bomfim é membro pela seção de Minas Gerais.

— A angústia não datava, porém, de 8 de outubro. Ela vinha desde 1964, quando nosso pai foi arrancado do nosso convívio e da sociedade para entrar numa clandestinidade forçada pela situação política. Uma clandestinidade que era, mais uma vez, uma opção de vida. De uma luta, de dedicação a um ideal. Mas esta mesma clandestinidade era pesada para um homem cheio de hábitos simples e pequenos, como criar canários, ir à praia

pescar, falar com as pessoas, tomar um aperitivo no bar da esquina.

No dia 31 de outubro a família recebeu a informação, vinda através de amigos e de áreas militares, de que ele estava preso no DOI-CODI do Rio de Janeiro. Todos os contatos foram retomados. Novas cartas foram despachadas e a ABI, solicitada, enviou um pedido de informação ao comandante do I Exército, general Reynaldo Mello de Almeida. Mais três confirmações chegaram à família de que ele estava no Rio. Mas 11 dias depois o I Exército informava que ele não estava e nunca estivera lá. A resposta de outras áreas militares seria idêntica: ninguém assumia sua prisão.

No dia 27 de novembro surgiu o primeiro boato. Como sempre, a origem era de *fontes militares*. A redação do jornal *O Estado de S. Paulo* recebeu um telefonema anônimo informando que Orlando Bomfim estava morto. No mesmo dia a sucursal carioca da *Folha de S. Paulo* recebia um telex informando sua morte. Morte na prisão, durante interrogatório.

A partir daí, uma pergunta seria constantemente feita por quem dava as informações:

– Ele sofre do coração?

Apesar de estar hoje com 65 anos, Bomfim sempre teve excelente saúde e nenhuma doença cardíaca. A partir de então, seus filhos e familiares continuaram a enviar cartas, a retomar contatos, procurando alimentar o caso. E em todas as cartas enviadas às autoridades, sempre se deixava claro que nada se exigia além do cumprimento da lei e dos princípios da Declaração dos Direitos Humanos. Ele tinha direito à assistência de um advogado e à visita de sua família. E sempre se frisava que os filhos temiam por sua sobrevivência. Afinal, conheciam através do noticiário dos jornais outros casos de desaparecimento.

## QUEM ERA BOMFIM

Membro do Comitê do Central do PCB, nascido em 1914, no Espírito Santo, lá fez seus primeiros estudos e depois, em Belo Horizonte, cursou Direito na UFMG. Jornalista, muito jovem foi secretário do *O Estado de Minas*. E seria jornalista até 1964, quando o jornal que dirigia no Rio, *Novos Rumos*, foi fechado. Eleito vereador pelo PCB com a redemocratização de 1945, também foi um dos signatários do *Manifesto dos Mineiros*. Depois de optar pela vida política, começou a dirigir jornais partidários, advogar gratuitamente, abandonando uma famosa banca de advocacia. Transferiu-se para o Rio em 1958, quando começou a trabalhar na *Imprensa Popular*.

No Morro da Mina, em Conselheiro Lafaiete (MG), participou junto com os mineiros de uma greve que durou 43 dias. Era seu advogado, morava com eles e foi lá que, procurado *vivo ou morto*, conseguiu cobertura de casa em casa, escapando da polícia. Estes operários o acompanharam durante toda sua vida. Nos seus aniversários, eles iam a Belo Horizonte, hospedavam-se em sua casa. Levavam cabridos assados, leitões e faziam a festa. Quando de sua vinda para o Rio de Janeiro, a viagem teve de ser adiada porque a festa durou praticamente dois dias. Era um entra e sai de gente humilde, operários com quem sempre conviveu, de políticos, amigos, intelectuais.

O que seus amigos mais chegados de Belo Horizonte lembram hoje é

seu espírito aberto, sem verdades pré-fabricadas. “Ele tem um profundo respeito pelas opiniões dos outros, mesmo, não raro, discordando com veemência. A sua popularidade não é limitada entre os seus colegas de imprensa. É difícil alguém que conheça Bomfim — seja político ou padre —, deixar de admirá-lo por sua amizade e lealdade.”

Este respeito pelo ser humano pode ser detectado nos gestos mais simples, inclusive na vida familiar, como conta um dos seus filhos. Uma das minhas irmãs era uma religiosa devotada. Meu pai, que não é religioso mas ateu, nunca a reprimiu pela sua opção religiosa. Ao contrário, constantemente papai a acordava para que não perdesse o horário da missa.

Hoje, decorridos mais de três anos de sua prisão e de seu desaparecimento os filhos — Regina, Orlando, Roberto, Olga, Sérgio e Beatriz — continuam a procurá-lo. Tentam pôr fim a esta angústia de ter o pai arrolado numa lista de presos políticos desaparecidos. E esta luta para encontrá-lo não cessará. Porque sua vida toda dedicada a um ideal, sua opção de lutar pelas minorias desfavorecidas, por uma vida mais digna e justa para os brasileiros assim o exige.

## A RESPOSTA DO GENERAL

Habeas-corpus ao STM, petição à 2ª Auditoria da Marinha, comunicação da ABI às Forças Armadas, à CNBB e denúncia na Câmara dos Deputados<sup>1</sup>. Nada disso surtiu efeito: de lá para cá, o velho jornalista e advogado Orlando Bomfim pareceu ter sido vítima de um encantamento a acreditar-se na palavra das autoridades militares do Rio de Janeiro, onde ele foi seqüestrado.

O então comandante do I Exército, general Reynaldo Melo de Almeida, hoje presidente do STM sem cerimônia, deu a seguinte resposta à ABI:

*O Exército brasileiro conhece perfeitamente sua destinação constitucional e jamais se afastaria das normas legais vigentes, principalmente na salvaguarda e preservação dos legítimos direitos dos cidadãos e da própria Pátria.*

Nessa resposta à comunicação do desaparecimento de Bomfim, o general assegura ter prestado informações ao STM. E afirma que Bomfim “não se acha preso por ordens nem à disposição de qualquer órgão do I Exército”<sup>2</sup>.

De tal forma que, sobre as circunstâncias do desaparecimento do jornalista, a única coisa concreta que se sabe é que seu deu quando Bomfim se dirigia a Vila Isabel ao encontro de um companheiro, cujo nome ignora.

<sup>1</sup> *O Globo*, 23-10-75.

<sup>2</sup> *Jornal do Brasil*, 13-11-75.

# WALTER DE SOUZA RIBEIRO

## EM DEFESA DA PAZ

**H**á mais de cinco anos a família do militar reformado e jornalista Walter de Souza Ribeiro busca uma resposta oficial para o seu paradeiro. Desde o seu desaparecimento a 3 de abril de 1974, em São Paulo, sua família vive a luta incessante para que se reconheça o seu seqüestro, praticado em meio à escalada da violência política e policial que tomou conta dos primeiros meses do governo do general Ernesto Geisel.

A mulher de Walter, Adalcy Byrro Ribeiro, conta que os primeiros esforços para encontrar o marido foram desenvolvidos imediatamente após seu desaparecimento. Pois, contrariando seu comportamento de marido e pai atencioso, Walter saiu e não retornou para festejar o seu aniversário, nem tampouco lhe telefonou, como era de costume.

— Minha primeira reação foi pensar em acidente, mas, depois de constatar que ele não havia se acidentado, tive então a certeza de que fora preso em São Paulo. A partir desse momento procuramos contatos com a OAB e foi impetrado um habeas-corpus, sem nenhum valor naquela época. Busquei também o apoio da CNBB, através do arcebispo de São Paulo, cardeal Arns, que corajosamente organizou uma audiência de dez famílias de presos políticos com o general Golbery do Couto e Silva.

Do general Golbery, Adalcy recebeu a certeza de uma resposta para dentro do prazo máximo de um mês. Mas a resposta às dúvidas de sua família não lhe seria dada no prazo garantido pelo general. Ao contrário. A única reação do governo viria de forma fulminante em fevereiro de 1975, quando o então ministro da Justiça, Armando Falcão, divulgava sua nota sobre os desaparecidos políticos. Sobre Walter ele sentenciava: *Ex-oficial do Exército, expulso por atividades subversivas, como indigno para o oficialato. Há um mandado de prisão expedido pela 2ª Auditoria da 2ª CJM em 1970. Encontra-se foragido.*

Para Adalcy, a nota do ministro da Justiça só é correta quanto à filiação do seu marido.

– De resto, só alinha calúnias, pois fala em prisão preventiva, quando a própria 2ª Auditoria do Exército de São Paulo fornecera uma certidão negativa nesse sentido.

Para ela, Walter foi condenado a 6 de junho de 1966 a três anos de prisão, incurso nos artigos 7º e 9º da lei 1.802/53. Sua sentença foi reformada pelo STM em acórdão de 27 de maio de 1974. Diminuída de um ano e oito meses, sua pena foi prescrita. Esses dados estão na certidão fornecida pela 2ª Auditoria de São Paulo.

## PUNIÇÃO INJUSTA

– A nota é caluniosa também quando diz que meu marido foi expulso do Exército como indigno. Não existe até agora, que seja do meu conhecimento e de meus filhos, nenhuma expulsão e sim reforma pela lei 1.507-A, de 28 de janeiro de 1950, por incompatibilidade para o oficialato<sup>1</sup>. O motivo da incompatibilidade foi a sua assinatura em um apelo para a paz mundial, contra o uso de armas atômicas e contra o envio de tropas brasileiras para a guerra da Coreia.

Adalcy respira e retoma seu raciocínio:

– A reforma de um oficial por incompatibilidade não significa indignidade, conforme declarou o senhor Armando Falcão. Nossa dor já era demasiadamente grande pelo dramático desaparecimento do chefe da nossa família para suportar ainda o peso da difamação que o ministro nos impôs através de toda a imprensa nacional.

Tão logo tomou conhecimento da manifestação do governo, Adalcy enviou uma carta ao general Sylvio Frota, então ministro do Exército. Pedia mandar informar-lhe qual o *Diário Oficial* que publicou o ato de expulsão do Exército, como indigno, do 2º Tenente Reformado, Walter de Souza Ribeiro. A carta foi protocolada e recebeu o número 605 – CRPE de 6 de março de 1975. Não obtendo nenhuma resposta do ministro, ela enviou também um telegrama, mas igualmente não foi atendida.

Para a família de Walter, seu desaparecimento significou não apenas a angústia e revolta, mas também privações a nível financeiro. Como mulher de oficial reformado, Adalcy tem direito a um soldo que não lhe é pago. Para recebê-lo, um dos documentos exigidos é o atestado de óbito, segundo recomendação feita pelo próprio montepio ligado ao Exército.

Com três filhos – Marcos, 25 anos, quintanista de Medicina; Marina, 21 anos, cursando o segundo ano de Arquitetura e Marcelo, 18 anos, no primeiro ano de Física -- Adalcy se vê forçada a complementar seu curto orçamento de professora primária vendendo roupas.

Cinco anos após o seqüestro de Walter, ela não admite sua condição de desaparecido – mantém sua busca através da ação de advogados e da Comissão de Justiça e Paz da CNBB.

<sup>1</sup> Trata-se da Lei de Reforma de Oficiais.

# JOSÉ MONTENEGRO DE LIMA

## NUM SÍTIO DA REPRESSÃO

**C**onheci José Montenegro em 1969, quando fomos colegas de trabalho em uma pesquisa sócio-econômica e passamos a ter relações esporádicas ao nível de amizade pessoal.

Tendo problemas financeiros, em fins de agosto de 1975 procurou-me para solicitar que o acolhesse em minha residência por alguns dias, enquanto procurava emprego, com o que concordei.

No dia 28 de setembro comunicou-me que faria uma viagem e retornaria no fim da semana. Vestia, ao sair de casa um terno cinza-chumbo, camisa amarelo-claro e gravata cinza, se não me falha a memória. Desde então, nunca mais o vi, nem tive qualquer notícia de seu paradeiro, até que, em novembro, soube através do Jornal da Tarde que Montenegro se encontrava preso nas dependências do DOI-CODI do II Exército desde o dia 14 de outubro. Segundo denúncia feita da tribuna da Câmara Federal pelo deputado Laerte Vieira, ele sofrera maus tratos.

Diante disso, procurei a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo a fim de tentar localizar Montenegro, sendo que até o momento não consegui qualquer informação.

Trechos de uma carta Orlando Marreti Sobrinho

Nascido no Ceará na década de 40, José Montenegro de Lima tinha quase todas as características físicas de um nordestino<sup>1</sup>. A exceção era a

<sup>1</sup> ISTO É, n. 66, 29-03-78, inclui José Montenegro de Lima numa relação de 23 desaparecidos por motivos políticos de posse da Casa Branca.

altura: os seus quase dois metros contrastavam com a estatura média dos sertanejos. No mais, moreno, bem magro, raquítico mesmo. Alto e magro, retrato de um palito andante. Na sua face estampava sempre um sorriso, brincalhão que só ele mesmo.

Desde cedo Montenegro teve contato com os problemas econômicos e sociais de sua terra e sua gente. Criado no interior ao lado da seca e demais flagelos, foi mais tarde estudar em Fortaleza, pois queria ser um técnico de nível médio. Na escola secundária inicia seus primeiros contatos com as idéias políticas de progresso e liberdade e começa a tomar consciência das mazelas políticas e da elitizante estrutura educacional.

Aderindo ao movimento estudantil secundarista como aluno da Escola Técnica do Ceará, nos primeiros anos da década de 60, Monte, como era conhecido entre os amigos, passa a ser um ativista na defesa dos interesses estudantis. Em 63 é eleito para a diretoria da União Nacional dos Estudantes Técnicos Industriais — UNETI —, sediada no Rio de Janeiro, na praia do Flamengo, 132, onde ficava a tradicional sede da UNE.

A UNETI era uma entidade recém-criada, tinha pouco mais de dois anos. Nascera da necessidade de uma defesa mais específica dos interesses dos estudantes técnico-industriais, num momento em que o ensino nesta área se desenvolvia e a sua orientação era motivo de cobiça das empresas estrangeiras. Atuava em unidade com a UNE e UBES, da qual descendera. A sede comum facilitava os trabalhos, mas, por outro lado, dificultava a acomodação de todas as entidades, o que levou a UNETI, a mais recente delas, a conseguir uma outra, por intermédio da Diretoria do Ensino Industrial do Ministério da Educação, ali mesmo no Flamengo, na rua Paissandu. Era um sobrado que além de comportar os trabalhos da entidade, também permitia a moradia de seus diretores, entre os quais Montenegro, pois a maioria deles se originava de outros Estados.

O fato da UNETI ter sua sede em separado possibilitou que ela não tivesse logo o mesmo destino que a UNE com o golpe de 1964. Ainda teve algum tempo de vida legal, enquanto a UNE e a UBES foram prontamente fechadas. Sua sede foi incendiada e posteriormente ocupada pelo governo (hoje é sede da FEFIERJ).

Montenegro teve vida legal logo no pós-64, mas não deixou de ser perseguido. Foi indiciado no IPM da UNE, que envolveu mais de mil estudantes, especialmente no Rio de Janeiro. As dificuldades de trabalho e estudo cedo começaram a se manifestar e aos poucos Monte foi obrigado a viver refugiado dentro de seu próprio país, pois considerava legítimo o direito de manifestar-se politicamente como qualquer cidadão.

## **A FAMÍLIA NADA SABE**

Nos anos mais duros da ditadura, em especial a partir de 1969, Montenegro viveu clandestinamente, única forma encontrada de manifestar sua oposição ao regime de opressão. Viajou, morou em diversos Estados, perambulou pelo Brasil afora.

Apesar das dificuldades, nunca perdera a esportividade. Podia ser encontrado por velhos amigos nas ruas de São Paulo ou Rio de Janeiro, assim como pulava atrás de trio elétrico em pleno carnaval da Bahia em 74.

Os órgãos de segurança acusavam Montenegro de ser militante do PCB. E o perseguiram até a prisão. Foi preso no dia 29 de setembro de 1975 numa rua de São Paulo, onde então residia. Seus companheiros de cárcere, que se encontravam no DOI-CODI de São Paulo naquele setembro de 75, afirmam que ele não chegou até lá. Teria sido levado diretamente para um dos sítios clandestinos da repressão, de onde não mais se teve notícias suas. Os companheiros de processo denunciaram seu desaparecimento. E pouco tempo depois a Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, incluía seu nome entre os desaparecidos. Mas sua família — de gente extremamente humilde do interior cearense — até hoje não reclamou oficialmente o paradeiro de Montenegro, que tinha pouco mais de 30 anos. Talvez ainda hoje não saiba o que aconteceu com Monte.

# LUIZ INÁCIO MARANHÃO

## REVOLTA E PROTESTO

**D**esaparecido desde o dia 3 de abril de 1974, Luiz Inácio Maranhão Filho, nascido em Natal (RN) em 25 de janeiro de 1921, obteve apenas uma manifestação de solidariedade do partido da oposição no Brasil, o MDB, e a leitura de uma carta em que sua mulher Odete Roselli Garcia Maranhão pede investigações sobre o seu paradeiro e garantias mínimas à sua integridade física. A carta de Odete Maranhão foi lida na Câmara dos Deputados em maio de 1974 pelo secretário-geral do partido deputado Thales Ramalho, arrancando de outros parlamentares da Arena e MDB vivas manifestações de protesto e revolta. Odete Maranhão comunicava a prisão do seu marido, presumivelmente no dia 3 de abril, em São Paulo, “onde estava sendo barbaramente torturado pelo notório delegado Fleury”<sup>1</sup>.

No dia 15 de maio de 1974, o *Jornal do Brasil* dizia que o vice-líder da Arena na Câmara, deputado Garcia Neto, reafirmara a disposição do governo em verificar a procedência de prisões denunciadas freqüentemente pelo MDB. *Garcia Neto* assegurava que tanto o presidente da República quanto o ministro da Justiça “estão empenhados em constatar a veracidade dos fatos”. Chegou a dizer que “o governo, de maneira alguma, pode ficar sem tomar providência”.

Que providências foram tomadas desde então? Após o desaparecimento de Luiz Inácio Maranhão Filho e da manifestação parlamentar, seu caso não mereceu sequer uma linha nos jornais da grande imprensa e as peregrinações de sua companheira em busca de ajuda para a sua localização revelaram-se totalmente infrutíferas. Apesar do apelo feito diretamen-

<sup>1</sup> Uma das principais cabeças da repressão policial e política do Brasil pós-64, o delegado Sergio Paranhos Fleury morreu acidentalmente, afogado no dia 30 de abril desse ano. As oposições à ditadura comemoraram a sua morte durante as manifestações do 1º de maio de 1979.

te ao então presidente Geisel para que mandasse apurar o caso com urgência, dadas “as precaríssimas condições de saúde” em que se encontrava então Luiz Inácio Maranhão Filho, com 53 anos, nada foi feito e nada resultou também do pedido ao ministro da Justiça para que investigasse a procedência das denúncias.

Odete Maranhão constituiu como advogado Aldo Lins e Silva e peregrinou “de delegacia em delegacia, de entidade em entidade, de autoridade a autoridade, tudo em vão”, relata em uma carta a um amigo. Esteve com o professor Cândido Mendes, da Comissão de Justiça e Paz, mas sem nenhum resultado. Conseguiu uma audiência com o general D’Ávila Mello, então comandante do II Exército, que procurou entendimento com o coronel Erasmo Dias. As respostas de ambos foram negativas: garantiam que Inácio não se achava sob a responsabilidade de seus comandados.

## SEQÜESTRO EM SP

Ex-deputado pelo Rio Grande do Norte, cassado em 64, professor universitário, advogado e jornalista, na famosa nota emitida pelo então ministro Armando Falcão, da Justiça, Luiz Inácio foi apontado como membro efetivo do Comitê Central do PCB.

O episódio do desaparecimento de Inácio foi semelhante ao de centenas de outros companheiros, bruscamente subtraídos do convívio da sociedade e desaparecidos num sorvedouro que se fechava tão logo suas vítimas lhes caíam nas malhas: os porões, subterrâneos, minas de cal e cemitérios clandestinos da repressão. Sua prisão foi testemunhada por algumas pessoas e se deu numa das praças de São Paulo, quando foi cercado por homens que pareciam assaltantes. O que levou testemunhas a acorrerem com o intuito de ajudá-lo. Mas ao constatarem que se tratava de agentes policiais — colocaram algemas em seus pulsos — se afastaram, observando que ele foi conduzido num veículo comumente usado para transporte de presos comuns. Desde então Inácio nunca mais foi visto.

## UM MARXISTA CONVICTO

— Conheço-o desde menino. Criamo-nos juntos, na mesma cidade, na mesma rua, freqüentamos os mesmos colégios e os mesmos lugares da nossa pequena cidade — recordou o deputado Thales Ramalho, na Câmara, depois de ler, comovido, a carta de Odette<sup>2</sup>.

— Nós só nos separamos quando eu fui para o Recife, em 1940, concluir os estudos, iniciados em Natal. Não nos vimos mais. Acompanhava, porém, sua vida de longe. Soube que se tornara, desde a juventude, um marxista convicto e militante.

A atenção dos parlamentares se redobrou quando o secretário-geral do MDB frisou que Inácio “um homem sério, de grande dignidade pessoal, de caráter exemplar (...) lançou-se de corpo e alma, fazendo de sua vida

<sup>2</sup> *Diário do Congresso Nacional*, 15-04-74, p. 2851.

um verdadeiro inferno, a uma luta que acha justa, e a qual livremente escolheu sabe Deus por quê. Ele é um homem responsável, responsável e autêntico, verdadeiramente autêntico”.

O deputado pediu o julgamento de Inácio. Enfatizou a necessidade de que “seu direito de ser respeitado como gente, como pessoa humana seja reconhecido”. E ainda: reclamou que Inácio tivesse direito a ser visitado por seus advogados, pela sua mulher e seus familiares. Mas nada disso aconteceu. Jamais se soube o que aconteceu, realmente, a Inácio. Mesmo assim, até hoje, a professora universitária no Rio Grande do Norte, Odette, insiste na busca de informações sobre seu marido. A indicação principal do seu inconformismo.

# ARMANDO FRUTUOSO

## UMA LUTA SEM TRÉGUA

**N**o dia 28 de março de 1978, a 2ª Auditoria do Exército do Rio de Janeiro absolveu Armando Teixeira Frutuoso, acusado de ser dirigente regional do PCB. Pouco menos de um ano antes, em junho de 1977, a 1ª Auditoria do Exército de São Paulo, condenara Frutuoso, à revelia, a cinco anos de prisão, no processo que envolveu os presos da Lapa, em São Paulo, de 16 de dezembro de 1976, sob a acusação de integrar o comitê central do mesmo partido.

Ambos os julgamentos, envolvendo Frutuoso, foram uma farsa. Havia denúncias de testemunhas de sua prisão, tortura e desaparecimento. Mas, nos dois casos, elas não foram levadas em conta. No segundo julgamento, o próprio advogado de ofício — já que Frutuoso era *revel* —, Lourival Nogueira Lima, pediu o desmembramento do processo, para declarar a punibilidade extinta por morte. O que foi recusado pelo Conselho Permanente de Justiça. A secretária do CBA do Rio, Iramaya Queiroz Benjamim, em manifestação realizada naqueles dias, condenou o julgamento e apelou:

— Pelo menos, em reverência à memória do morto, não se prossiga com a farsa do julgamento.

Mas não valeram os protestos. Frutuoso foi condenado num julgamento e absolvido noutro, sempre como *revel*, informando a polícia que ele nunca fora preso.

Armando Frutuoso foi seqüestrado pelos órgãos da repressão às 19 h de 30 de agosto de 1975, num bairro suburbano do Rio. Barbaramente torturado no DOI-CODI do 1 Exército, na rua Barão de Mesquita, Tijuca, foi acareado ali quatro ou cinco vezes com o preso político Gildásio Westin Cosenza entre os dias 4 e 7 de setembro. A partir de então, os torturadores silenciaram. Não houve mais notícias sobre Frutuoso. No dia 4 ele mal podia levantar-se, tamanha as sequelas produzidas pelas torturas. Seu rosto apresentava manchas de sangue e equimoses. A partir de determinado dia os torturadores passaram a negar alimentação e água a Gildásio e Frutuoso. Gildásio ouviu os gritos de Frutuoso pedindo água e a resposta dos torturadores de que “não iam gastar comida e água com quem ia morrer”.

Outro preso político, Delzir Antônio Mathias, também testemunhou os fatos. Em carta datada de 21 de março de 1978, endereçada ao Conselho de Justiça da 2ª Auditoria do Exército quando de seu julgamento — no mesmo processo em que Frutuoso foi *absolvido*, ele afirmou:

— A minha denúncia de sua morte decorre do fato de haver ouvido de minha cela no DOI-CODI os seus gritos lancinantes, emitidos noites e dias seguidos e que repentinamente cessaram. Estou convencido de que se tratava do sr. Armando Teixeira Frutuoso por ter ouvido naquela ocasião o comentário de um para outro torturador afirmando que “esse lixo humano é o Juca ou Armando Frutuoso”.

## GILDÁSIO DENUNCIA

As denúncias de Gildásio foram amplamente documentadas e divulgadas<sup>1</sup>. Quando foi inquirido na 1ª Auditoria do Exército, em São Paulo a 9 de março de 1976, relatou os fatos, inclusive esclarecendo que Frutuoso havia sido preso usando documentos falsos com o nome de Armando David de Oliveira. Mais tarde, quando o então ministro do STM, general Rodrigo Otávio Jordão Ramos, denunciou o uso de torturas contra indiciados em inquéritos policiais-militares, Gildásio lhe dirigiu extensa carta relatando em minúcias o caso Frutuoso. Apesar da decisão do ministro Rodrigo Otávio de enviar a carta-denúncia ao ministro relator do processo, até hoje nenhuma medida efetiva foi tomada, a não ser a ampla divulgação que o fato teve na imprensa.

Armando Teixeira Frutuoso era antigo líder sindical e militante comunista no Rio de Janeiro. A partir da redemocratização do país em 1945, torna-se um ativista sindical junto a seus companheiros dos carris urbanos (antigos bondes do Rio) e aos trabalhadores das demais empresas do então grupo Light. A partir de 1949 já se destaca como um dirigente sindical, sendo enviado, no início da década de 50, para representar os trabalhadores cariocas no Congresso Sindical Mundial pela Paz e contra a guerra da Coreia. Mais tarde, presidiu o sindicato de sua categoria. Entre 45 e 64, em decorrência de sua atividade sindical, sofreu 14 prisões por parte do DOPS do Rio, tendo sido torturado na maioria delas, mas sempre mantendo uma atitude digna: saía da prisão para continuar a luta. Certa vez, quando de uma greve de sua classe, trabalhadores colocaram como uma das condições para qualquer negociação com os patrões a imediata soltura de Armando, que, assim, saiu da cela do DOPS para a mesa de negociações.

Com o golpe militar de 1964, Frutuoso perdeu seu mandato sindical e teve os direitos políticos cassados. Como líder operário e comunista, não se conformou com a repressão que se abateu sobre sua classe. Continuou, na clandestinidade, a defender os interesses dos trabalhadores e do povo. Por isso foi sempre perseguido pelos órgãos de repressão, até sua prisão, em 1975. Nestes 11 anos, foi dirigente estadual do PCB e um dos líderes da corrente que divergia neste partido, vindo mais tarde a aderir ao PC do B. Quando da sua prisão, era acusado de ser membro do comitê central deste partido clandestino.

<sup>1</sup> Consultar *Violência Política e Corrupção*, Reinaldo Cabral, Mário Augusto Jakobskind, Edições Opção, Rio de Janeiro, 1978, p. 42-48.

# RUI FRAZÃO SOARES

## TESTEMUNHAS DO SEQÜESTRO

**S**er mulher de um desaparecido é, através de um trabalho lento consigo mesma, interiorizar a sua morte. Assim é Felícia Soares, mulher de Rui Frazão Soares, nascido em 4 de outubro de 1941, em São Luís do Maranhão, e desaparecido a 27 de maio de 1974, após sua prisão por agentes policiais em trajes civis armados de revólveres na Feira de Petrolina, em Pernambuco.

Passados já quase cinco anos, Felícia ainda procura Rui. Acha que não vai mais encontrá-lo. Mas quer saber o que foi feito dele. Ela precisa saber, pois tem Henrique que lhe faz perguntas, lhe indaga “se uma criança sem pai pode ser feliz”. Rui foi preso perante populares e feirantes e levado algemado até um carro, em Petrolina. Há testemunhas. Felícia esteve com elas, ouviu-as. Por isso exige uma resposta oficial e que sejam julgados os responsáveis.

Ex-estudante de Engenharia em Minas, Rui Frazão Soares, em razão das perseguições políticas sofridas após a sua prisão em 1965, permaneceu durante vários anos no interior do Maranhão, região onde os trabalhadores vivem em condições de extrema miséria.

Em 1967, assume a função de exator federal da delegacia da Receita Federal do Maranhão, onde foi aprovado em concurso público, quando ainda era estudante do Liceu Maranhense. Exerce a função em Viana e passa a atuar no movimento camponês, trabalhando na região do Pindaré<sup>1</sup>.

Esse trabalho se desenvolve até 1971, quando recebe um mandado de prisão de Recife. Pede então demissão e começa a viver na clandestinidade. Rui fez um curso de rádio e televisão e montou uma oficina em Juazeiro da Bahia, onde, com a ajuda de Felícia, sobrevive fazendo peças de artesanato.

Morava em Juazeiro da Bahia com Felícia e Henrique, mas trabalhá-

<sup>1</sup> *Diário do Povo*, Maranhão, 30-03-79.

va em Petrolina, vendendo os artesanatos em sua banca de feira.

A 27 de maio de 74, quando sua mulher e o filho doente se encontravam em Fortaleza, Rui estava trabalhando. Chegara recentemente de viagem ao interior de Pernambuco, onde fora adquirir confecções para comercializar na feira. Ali os feirantes o conheciam como Luís Antônio Soares da Silva. Muito estimado de todos, realizava negócios com donos de várias bancas. Naquele dia ele se aproximava de sua banca quando foi detido. Sua prisão causou verdadeiro tumulto na feira e, já decorridos quase cinco anos, existem ainda testemunhas do fato, capazes de lembrar com detalhes o acontecimento.

Em viagem no começo deste ano ao Nordeste, Felícia conseguiu obter o depoimento de três testemunhas importantes da detenção de seu marido.

Elas mantinham contatos de negócios com Rui, e firmaram por escrito declarações de que ele foi preso, algemado e ameaçado de morte por um policial em frente à sua banca de artesanato. Assim, dado como foragido pelo ex-ministro da Justiça, Armando Falcão, em lista apresentada ao país em 1975, ele foi, na verdade, seqüestrado por elementos da repressão, que até hoje se negam a informar sobre seu destino.

Nas declarações colhidas por Felícia, entre 15 e 16 de janeiro de 1979, uma das três testemunhas disse que “para fins de esclarecimento junto à justiça, viu a prisão do cidadão conhecido aqui na feira por nome de Luís, cujo nome verdadeiro é Rui Frazão Soares, que o mesmo foi preso, algemado e levado por três homens armados de revólver, aqui na feira, no dia 27 de maio de 1974, na cidade de Petrolina”.

— No dia 27 de maio de 1974, indo à feira de Petrolina procurar o sr. Luís, de nome verdadeiro Rui Frazão Soares, do qual eu revendia confecções, não o encontrei e nem mesmo a sua banca de feira. Fui então informada por populares, que o mesmo havia sido preso por três homens armados que o algemaram e o conduziram num carro da Polícia Federal, assim como todos os seus pertences: pasta de documentos e dinheiro, confecções e a lona da banca. A história da prisão era comentada por todas as pessoas da feira. A partir deste dia não mais tivemos notícias dele. Alguns meses depois fui abordada por dois homens numa camioneta preta para informar notícias da esposa, onde morava, etc. Respondi que não sabia informar e de fato não tinha endereços — assegura outra testemunha.

A terceira detalhou a prisão de Rui com precisão, a ponto de os argumentos insistentes das autoridades policiais se esfacelarem de maneira vergonhosa. Ela garante ter assistido “no dia 27 de maio de 1974, na feira de Petrolina, à prisão do sr. conhecido por Luís, que depois vim a saber se chamava Rui Frazão. A referida prisão foi efetuada por três homens, um deles armado de revólver. O sr. Luís procurou livrar-se da prisão, mas um dos homens quis atirar nele. Gritei e pedi que não o matassem. Um dos homens ordenou que não o matassem. Prenderam-no algemado e ele gritou, pedindo que avisasse o acontecido à esposa dele. Aos empurrões, foi colocado num carro preto que os populares presentes disseram ser da Polícia Federal. Saíram e voltaram mais tarde para apanhar as confecções que o sr. Luís vendia. Ainda me dirigi aos homens perguntando o motivo daquela prisão e para onde ele estava sendo levado. Um deles respondeu que eu não me

metesse no caso porque a 'boca era quente'. Deste momento em diante não soube mais nenhuma notícia do preso”.

Logo após a prisão de Rui, Felícia Soares e d. Alice Frazão, sua mãe, contrataram advogados em Recife, Fortaleza e no Rio. Foram impetrados habeas-corpus para sua localização, mas nenhum deles teve resposta. “Nenhuma notícia nos foi dada desde então”, afirma Felícia. Durante algum tempo ela ainda continuou no nordeste, tentando obter notícias. “A situação era tão absurda que durante oito meses não acreditei que fosse real.”

Visitas às auditorias se sucederam, bem como aos comandos dos Exércitos, Distritos Navais, Aeronáutica, presídios políticos, solicitações ao STM. Tudo foi tentado. A resposta era sempre a mesma: “Não deu entrada em nenhuma penitenciária”. Por essa razão, Felícia não acredita que ele esteja vivo, mas, por outra forma, não esconde haver sempre uma expectativa. Qualquer notícia, carta, telefonema, revive a esperança de que o episódio seja esclarecido.

## A FAMÍLIA E A BUSCA

Em petição encaminhada ao auditor da 10ª CJM em Fortaleza, através da advogada Wanda Sidou, no habeas-corpus enviado ao STM, através do advogado carioca e hoje deputado federal pelo MDB Antônio Modesto da Silveira, e em carta ao deputado federal do MDB, Laerte Vieira, d. Alice Frazão extravasa seu sofrimento. Ao parlamentar, revela sua aflição de mãe de desaparecido. Num trecho, diz ela:

— Não sei qual a acusação que pesa sob meu filho, não sei que crime ele cometeu, e, principalmente — o que é particularmente doloroso para mim, como também para a nossa família — é não saber onde ele se encontra, como está sendo tratado, se está vivo, se está morto, se está doente, sem assistência médica. . .

Uma carta de Felícia encaminhada ao jornalista Júlio de Mesquita Filho, de *O Estado de São Paulo*, revela a difícil situação de mulher e filho de desaparecido<sup>2</sup>. No documento, Felícia comenta reportagem publicada pelo jornal sobre uma carta de Terezinha Tavares Coelho, mulher de Marco Antônio Tavares Coelho<sup>3</sup>, recém-detido na ocasião pelos órgãos de repressão, dirigida ao então presidente Geisel.

A mulher de Rui acredita que a reportagem revela a disposição do jornal em informar a verdade dos fatos. “A minha situação e de meu filho são bem piores do que a de d. Terezinha. O meu marido Rui Frazão Soares é um dos desaparecidos da lista que o ministro da Justiça publicou como tendo destino ignorado”. Após narrar os antecedentes da prisão do marido termina assinalando que “não preciso dizer ao senhor do nosso sofrimento e incapacidade de romper com esta situação de não saber se ele é vivo ou morto. Tenho esperanças de que este jornal nos ajude na campanha de localização de Rui e de confirmação de sua prisão”.

<sup>2</sup> *O Estado de São Paulo*, 27-03-75.

<sup>3</sup> Marco Antonio Tavares Coelho, ex-deputado federal, preso na clandestinidade a 18 de janeiro de 1975 no Rio quando ia entregar um editorial da *Voz Operária*, jornal do comitê central do PCB. Quase morreu sob tortura. A 18 de dezembro de 1978 saiu do presídio político de Barro Branco (SP) sob liberdade condicional. *A Hora de Enterrar os Ossos*, Carlos Rangel, edição particular, Rio de Janeiro, 1978, p. 15-21.

## EM QUE CEMITÉRIO?

Nesse contexto de certezas — em relação à prisão do marido — e de incertezas — quanto ao seu destino — Felícia optou naquele momento por cuidar do filho, não andar atrás de boatos. Numa de suas entrevistas<sup>4</sup> ela explica sua opção. “Dedicar o resto da vida a procurar um desaparecido é um processo neurótico. Não sei mesmo se é mais cômodo para mim acreditar que tenha morrido. Não sei. Tenho um sentimento maior do que a revolta. Quero que tudo seja apurado. Que todo esse sofrimento, meu e de tantas famílias, tenha uma resposta, que sejam julgados os responsáveis por esses crimes. Ódio sim, mas é um ódio maior que não se restringe ao assassino de Rui. Hoje, respondo ao meu filho com sinceridade. Só não posso dizer em que cemitério Rui está enterrado.”

Para apurar os fatos e confirmar a prisão do marido, Felícia entrará brevemente com processo na Justiça, seguindo o exemplo de Clarisse Herzog vitoriosa em São Paulo<sup>5</sup>.

## HENRIQUE JÁ PERGUNTA PELO PAI

— Mamãe, quem matou meu pai? Por quê?

Esta é uma pergunta que Felícia já escutou inúmeras vezes de seu filho Henrique, atualmente com seis anos. Ela procura responder ao filho de acordo com sua idade.

— Não vale mentir. A verdade deve ser contada da forma mais conveniente.

Por isso diz a Henrique:

— Seu pai foi morto pela polícia, depois de preso na feira de Petrolina. Ele queria um governo a favor do povo, que defendesse o pobre, o trabalhador.

— Você também quer isto, mamãe?

— Sim.

— Então, também vão te matar?

Felícia tranquiliza o filho, mas ele, inquieto, permanece semanas agarrado à mãe, ansioso, com receio de que ela também desapareça como o pai.

Aparentemente, Henrique é um menino tranquilo. Gosta da escola e de brincar como as demais crianças. Mas voltam as interrogações:

— Mamãe, uma criança sem pai pode ser feliz?

E outras mais, profundamente dolorosas para Felícia. Mas ela se mostra firme e disposta a não mentir para o filho. São grandes amigos e ele, a não ser com ela, raramente fala com outras pessoas sobre a questão que o atormenta: onde está seu pai. “Com mais idade, pensa Felícia, ele passará a entender as motivações paternas e o processo político que culminou com o desaparecimento de Rui. Naturalmente, sofrerá mais. Sua reação a tudo isso — e a de outras crianças em igual situação — só o tempo indicará.”

<sup>4</sup> *Jornal do Brasil*, 03-09-78.

<sup>5</sup> Consultar: *A Sangue Quente*. Hamilton Almeida Filho. Alfa-Omega, São Paulo, 1978. *Caso Herzog — A Sentença*. Íntegra do processo movido por Clarice, Ivo e André Herzog contra a União. Salamandra, Rio de Janeiro, 1979. *Dossiê Herzog*. Fernando Jordão. Global, São Paulo, 1979.

# MÁRIO ALVES

## COMO SUMIU NO DOI-CODI DO RIO

— **T**eu nome completo é Mário Alves

de Souza Vieira?

— Vocês já sabem.

— Você é o secretário geral do Comitê Central do PCBR?

— Vocês já sabem.

— Será que você vai dar uma de herói?

— (Silêncio)

— Herói foi Guevara, que morreu na Bolívia com uma metralhadora na mão. Você caiu e não tem nem um canivete no bolso — disse o torturador.

17 de julho de 1970: depois de uma longa noite de torturas no 2º andar do Pelotão de Investigações Criminais de Polícia do Exército do Rio de Janeiro, na rua Barão de Mesquita, segundo testemunhas, foi assassinado Mário Alves, secretário geral do PCBR.

Militante comunista desde os 16 anos de idade e um dos fundadores, em 1968, do PCBR, o jornalista Mário Alves de Souza Vieira desapareceu em 16 de janeiro de 1970. Apesar de os órgãos de repressão nunca terem assumido a sua prisão, várias pessoas foram testemunhas de sua morte em consequência de torturas. Sua companheira Dilma Borges Vieira, hoje com 60 anos, acusada de calúnia contra as Forças Armadas por não ter apresentado testemunhas da morte do marido na época do seu assassinato, entrou com um pedido de inquérito na Procuradoria da Justiça Militar, em março deste ano para apurar o paradeiro do dirigente comunista. Um de seus últimos desejos é poder enterrar Mário Alves<sup>1</sup>.

No dia 16 de janeiro de 1970, Mário Alves saiu de sua residência no subúrbio carioca de Abolição e nunca mais voltou. Seqüestrado na rua e imediatamente conduzido para o quartel da PE (onde depois se instalaria o DOI-CODI do I Exército), foi ali mesmo submetido a torturas que culminariam com a sua morte.

<sup>1</sup> *Jornal do Brasil*, 31-03-79.

O comandante do I Exército na época, general Sizenô Sarmiento, e, mais tarde, o comandante do CODI, Alcyone Portela, nunca admitiram o ato. Mas algumas pessoas, na ocasião detidas naquela unidade de segurança (entre elas o vereador do MDB-RJ Antônio Carlos de Carvalho, e o advogado Raimundo Teixeira Mendes) confirmaram todas as suspeitas.

Fiel ao pacto que selou com os seus companheiros de prisão, de denunciar o assassinato de Mário Alves sempre que isso fosse necessário, o vereador Antônio Carlos de Carvalho dá o seu depoimento:

— Não dormíamos, acompanhando os interrogatórios e sofrendo cada uma das torturas que sabíamos estarem sendo aplicadas — e que cada um de nós já conhecia de perto — na cela ao lado. Não demorou muito para termos certeza de que a vítima era Mário Alves. O ex-tenente Augusto Henrique Maria Olivier e o ferroviário Manoel João da Silva conheciam-no muito bem e identificam sua voz.

— Diante da recusa de Mário a atender às exigências dos torturadores e das formas cada vez mais violentas de torturas a que foi submetido (afogamentos, empalamento, etc.) temi por sua vida; alguém por ali havia dito que ele já estava com 56 anos de idade e tinha pouca saúde.

— De manhã bem cedo, o cabo da guarda chamou Manoel João, Augusto e eu para fazermos a faxina da sala ao lado. Vestimo-nos e fomos. A sala estava enlameada, cheia de água e, no chão, deitada, estava uma pessoa totalmente machucada, a pele bem ferida, cheia de hematomas, e sem água para beber. O capuz estava levantado acima dos olhos: era um rosto magro com um pequeno bigode. Manoel João e Augusto confirmaram: era Mário Alves<sup>2</sup>.

O advogado Raimundo Teixeira Mendes, também detido, na época, na PE, presta o seu testemunho:

— Cerca de 20.30 h do dia 16 de julho de 1970, sexta-feira, estávamos no 2º andar do PIC, quando, duas horas após jantarmos no rancho dos soldados, ouvimos a algazarra que caracterizava a chegada de um preso considerado importante: o DOI-CODI do Rio de Janeiro, fundado solenemente, salvo lapso de memória, no dia 13 de janeiro de 1970, acabava de prender o jornalista Mário Alves de Souza Vieira, ex-diretor do jornal *Novos Rumos*, ex-dirigente do PCB, de onde saíra para fundar o PCBR.

Mário Alves, conduzido para a cela que ficava ao lado da de Raimundo Teixeira Mendes —, foi submetido a interrogatório, findo o qual iniciou-se a sessão de tortura que só acabou às 5 h da manhã.

— Depois de violentamente espancado — prossegue Raimundo Teixeira Mendes — torturado com choques elétricos, no pau de arara, afogamentos, etc. Mário Alves manteve a posição de nada responder a seus torturadores. Coisa que considero ter aumentado a ira deles, ao se verem impotentes diante de um indivíduo desarmado e sem defesa. Os torturadores então introduziram um cassetete de madeira com estrias em Mário Alves, que provocou a perfuração de seus intestinos e a hemorragia que determinou a sua morte<sup>3</sup>.

Mário Alves nasceu no dia 14 de julho de 1923 no município de Santa Fé, Bahia. Fez o curso secundário em Salvador e integrou o núcleo de

<sup>2</sup> *Em Tempo*, n. 46, 11 a 17.01.79.

<sup>3</sup> *Idem*

fundadores da União dos Estudantes da Bahia. Durante o Estado Novo, participou de vários congressos da UNE, no Rio. Ingressou no PCB e tornou-se um de seus melhores organizadores no meio estudantil, nas difíceis condições de clandestinidade e repressão policial sob o Estado Novo. Foi, inclusive, um dos líderes do grande movimento de massas deflagrado na Bahia, em agosto de 1942, em protesto contra o torpedeamento de navios mercantes brasileiros por submarinos alemães.

Em 1945, com a legalização do PCB, Mário Alves passou a integrar o seu Comitê Estadual na Bahia. Em 1948, com a volta do PCB à clandestinidade, transferiu-se para o sul do país, já casado com Dilma Borges Vieira. Aperfeiçoou sua cultura marxista, tomando-se um dos mais brilhantes teóricos marxistas brasileiros e latino-americanos. Em 1954, no IV Congresso do PCB, realizado na clandestinidade em São Paulo, foi eleito para o Comitê Central.

Em 1956, com a publicação do famoso Relatório Confidencial de Kruschew ao IX Congresso do PCUS, iniciou-se uma intensa luta interna no PCB: Mário denunciou as profundas deformações stalinistas da direção do partido e opôs-se às tendências revisionistas então em expansão. Em julho de 1957, numa reunião plenária do Comitê Central do PCB, foi eleito para a Comissão Executiva, tendo sido um dos principais articuladores das modificações na linha política que resultaram nas teses aprovadas no V Congresso do PCB, realizado no Rio, em 1960. Nesse período, dirigiu os jornais *Imprensa Popular* e *Novos Rumos*. De 1960 a 1964 participou de vários congressos internacionais e escreveu um ensaio sobre o Plano Trienal e a reforma agrária.

Com o golpe militar de 31 de março de 1964, passou a divergir da linha política do PCB, e, nas difíceis condições de clandestinidade, foi preso em julho de 64 no Rio, e libertado, um ano depois, por habeas-corpus: foi afastado da Comissão Executiva e deslocado para Belo Horizonte. Em 1966, perdeu os direitos políticos por dez anos e, julgado à revelia no processo das Cadernetas de Prestes, foi condenado a sete anos de prisão.

O acirramento da luta política e ideológica no interior do PCB culminou, em 1967, com um racha na organização: Mário Alves e outros líderes comunistas — entre eles, Apolônio de Carvalho, Carlos Marighella, Joaquim Câmara Ferreira, Jacob Gorender, Manoel Jover Telles e Miguel Batista dos Santos — foram expulsos do PCB. Em 1968, Mário Alves com vários companheiros, também expulsos do PCB, funda o PCBR, tendo sido o principal redator do seu documento programático.

## **DILMA BORGES: — QUERO ENTERRAR MEU MARIDO**

*Em 16 de janeiro de 1970, a gente morava em Abolição, no Rio. Mário saiu pra ir perto e não voltou. Nunca mais o vi. Nunca mais. Saiu em manga de camisa e sem documento. Eu pensei que ele estivesse indo a uma reunião ampliada. Não voltou nunca mais...*

*Meu nome é Dilma Borges Vieira, tenho 60 anos e sou esposa de Mário Alves de Souza Vieira. Sou do norte do Estado do Rio de Janeiro, de Bom Jesus de Itapaboana e estudei em Vitória, em 1942. Voltei para Bom Jesus, mas era muito abusado, naquela época, uma moça ter posições políticas, e, como eu tinha, vim para Niterói. Vim trabalhar no Comite*

*Estadual do partido. Morava na casa de outros companheiros, recebia do partido para pagar a pensão. Tudo era muito respeitado naquele tempo. Eu precisei ser operada, não me preocupei, tive médico, tive hospital. Não sei quanto foi nem quem pagou. Havia muita solidariedade. Quando a gente ficava doente tinha um médico que também era do partido.*

*O partido tava organizando uns cursos e eu me inscrevi. Aí conheci o Mário, eu com 26 anos e ele com 23. Casei por procuração.*

*Mário tinha voltado a Bahia e não tinha dinheiro para vir. Aí a gente casou. E se você está pensando que é caretice, eu digo que casamos porque na época havia uma preocupação muito grande com o PC. Diziam que comunista era contra a família e coisa e tal. Então a gente casou. Se não desse certo, não era isso o que ia manter a gente junto.*

*Ele era de família de latifundiários, que esperava que ele se encarregasse de continuar o nome da família. Confiavam na inteligência dele. Mas ele entrou na militância aos 16 anos e dizia aos familiares em tom de brincadeira que assumiria os negócios só para fazer reforma agrária. Coursou ainda e concluiu a Faculdade de Ciência e Letras da Bahia, mas nunca foi buscar o diploma. Largou tudo, se transformou num autodidata e passou a só ler livros marxistas.*

*Fomos para a Bahia como funcionários do partido recebendo salário. A gente fazia um orçamento, colocando só o essencial. Naquela época tudo isso era respeitado. Havia valores...*

*Mesmo assim, a vida não era fácil, o partido tinha pouco dinheiro. A gente chegou a passar fome, mas era pra todo mundo. A gente não tinha dinheiro, outras vezes, pra condução, pra ir comer em casa. Mas era igual pra todo mundo. Não tinha pra um, não tinha pra ninguém. Fiquei na Bahia alguns meses e logo o partido foi considerado ilegal. Aí viemos para o Rio.*

*Nossa filha, Lúcia, nasceu no Rio em 47, na clandestinidade, muito doente, dinheiro curto, mas alegre. Quando Lúcia tinha um mês e pouco, em princípio de 1948, fomos pra São Paulo e lá ficamos na clandestinidade por mais ou menos dois anos. Mário tinha estudado inglês, inglês de científico e depois aprofundou – foi para o IBEU e completou alguns dados que precisava. O diretor do IBEU queria que ele ficasse como professor, mas ele não aceitou.*

*Sua relação com a menina não poderia ser melhor. Tinha muita preocupação com a segurança dela e tinha medo que fizessem alguma coisa com a Lúcia como represália. Dizia sempre: “o inimigo está aí, armado até os dentes. Tá forte como nunca”.*

*Quando Lúcia fez 15 anos queria uma eletrola, mas a gente não tinha dinheiro, éramos funcionários do partido. Aí o Mário pegou um livro para traduzir do russo, ficava até às 2 horas da manhã e arranjou o dinheiro. Comprou uma boa eletrola.*

*Ele se preocupava muito com a formação ideológica dela embora não tivéssemos tempo de ficar conversando com a menina. Mesmo assim ele deu um livro pra ela ler – O Homem de Havana – e depois conversou com ela. Ficou impressionado com as conclusões da Lúcia, mas lamentou que ela não estivesse sendo melhor aproveitada. Não é por ser filho de pintor que o sujeito vai ter que pintar um quadro.*

*Todo o natal a gente ia visitar os parentes de Mário, no Rio. A loucu-*

ra era voltar para a Bahia, mas não dava politicamente, porque, por questões de segurança, ele tinha que ficar aqui no Rio ou em São Paulo.

No carnaval a gente aproveitava, ia passear no Centro, com a Lúcia vestida de baiana, toda fantasiada. Iamos à Avenida ver os blocos. Lúcia gostava muito de brincar...

Depois de 1960 fomos para São Paulo e o Mário começou a trabalhar em casa para um escritório de economia. Ganhava pouco mas o que ele queria era se dedicar à organização, ao partido. Mais tarde começou a ter problemas de estômago e não podia ir a um hospital, seria preso. Então começou a estudar ioga pelo livro. A parte mística ele deixava pra lá, fazia só os exercícios de respiração e alimentação e ficou bom.

Eu, por minha vez, trabalhei para a prefeitura de Osasco, como nutricionista, organizando creches. Passamos quase dois anos lá. Aí voltamos pro Rio, mas a solidão é fogo. Não ter um amigo, não poder confiar em ninguém é ser enterrado vivo.

Depois do golpe de 1964, Mário foi preso, em 1965, passou 11 meses na prisão na avenida Brasil, no Rio, e depois foi solto. Passamos alguns meses no Rio e depois fomos para Belo Horizonte. Ele primeiro disse para Lúcia: "Olha, agora você vai esquecer tudo que conheceu aqui. Nomes, endereços, tudo". Fez uma hipnose total e a gente esqueceu mesmo. Aí eu passei a queimar tudo o que tinha em casa.

A minha família era muito humilde e nessa época, todos estavam aqui em Niterói e no Rio. O Mário ficou muito tempo na casa da minha mãe. Lúcia também ficou com ela, estudando.

A família de Mário, por outro lado, nunca deu apoio. Latifundiários falidos, não queriam nada com a gente. Diziam: "Não foi a falta de conselho, eu bem que avisei, não ouviu, agora agüente!" A irmã do Mário era casada com um advogado reacionário. O irmão era médico, mas não ajudou. Tinha também um dos tios de Mário que era comandante da Marinha e reacionário. E um outro irmão dele era também militante."

## **MÁRIO EXPULSO DO PCB**

A atividade política de Mário Alves foi enorme. Foi para a URSS fazer um curso de Economia Política e se decepcionou. Lá, a coisa era toda ao contrário do que a gente imaginava.

Quando foi preso, em 1965, na avenida Brasil e ficou lá durante 11 meses, aí ficou clara a posição do partido em relação a ele. Não deram advogados nem nada. Ele ficou sozinho, e assim que saiu da prisão entrou para a clandestinidade. Foi para Belo Horizonte.

Então ele, Marighella, Apolônio de Carvalho e outros entraram em dissidência com o PCB e foram expulsos. Se afastaram através de processo de expulsão, e Mário partiu para organizar um grupo que atuasse com a tática que ele achava correta: a luta armada.

Aí o Mário fundou o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário para empreender a luta armada. Mas foi difícil pois alguns elementos do PCBR eram do PCB e tinham a mesma mentalidade. Aí começaram as divisões. Os mais jovens contra os mais velhos e assim por diante. Foi mais um racha. Mário achou que os jovens estavam com a razão, que deviam ser ouvidos. Ele, que acreditava na necessidade de se desenvolver um trabalho de

conscientização do povo, lutava pela organização de um partido marxista-leninista, ligado ao povo e independente de linhas estrangeiras e que isso era condição indispensável para desencadear a luta armada. Ocorreu o contrário.

## DESAPARECIMENTO DO DIRIGENTE

*Nessa ocasião Mário foi preso e desapareceu.*

*Fui à Polícia do Exército, fui ao CODI e o comandante Alcyone Portela disse que também estava à procura de meu marido mas que ele tinha sido visto em São Paulo.*

*Fui à Murinha, à Aeronáutica, ao Cenimar, IML, cemitérios, hospitais e nada. Escrevi uma carta ao comandante do I Exército e fui entregar pessoalmente. Era o Sizenio Sarmiento. Voltei para saber a resposta e me submeteram a um interrogatório, me ameaçaram alegando que eu estava caluniando o Exército. Onde estão as testemunhas? — diziam.*

*Fui à Comissão de Direitos Humanos, mas lá ficaram loucos para se verem livres de mim. Eu não chorava, não conseguia chorar. Não choro até hoje. Mas eu gritava que queria saber, queria o meu marido...*

*Um determinado dia, no STM, me dirigi ao brigadeiro Correia de Mello e falei que queria saber o resultado do habeas-corpus que eu havia impetrado. Aí, ele me perguntou: quem é a senhora para estar tão emocionada?*

*— Sou a mulher dele, respondi.*

*— Ah! Eu só atendi a senhora porque pensei que era a advogada. O Mário foi para Cuba e vai aparecer qualquer dia desses dando uma entrevista e falando mal do Brasil.*

*Um mês depois me disseram que tinha um rapaz que queria falar comigo. Era o Antônio Carlos de Carvalho, que tinha visto o Mário sendo torturado na Polícia do Exército. Outras pessoas estavam na cela ao lado e foram chamadas para limpar as fezes e sangue. O Mário tinha sido empalado...*

*O Exército exigia duas testemunhas, mas eu não podia comprometer um jovem. A não ser que providenciasse a viagem dele, pois, caso contrário, massacrariam ele também.*

*Aí aconteceu o caso do seqüestro do Cônsul brasileiro Aloysio Gomide, no Uruguai, e aquela história toda. A Aparecida Gomide na televisão, aquela apelação toda e eu pensei: e eu?... Aí escrevi uma carta a ela e fui entregar. Disseram que ela não estava, deixei a carta, que correu de mão em mão. Aí eu me certifiquei que não tinha mais jeito.*

*O grupo de Marighella me propôs viajar para a Europa para fazer a denúncia e depois ir viver em Cuba. Eu não concordei. Não queria sair do Brasil. Achava que seria mais importante ficar aqui, que estava precisando de gente. Cuba, esses lugares não precisavam de gente.*

*Depois disso tudo, acredito sinceramente que nada foi em vão. O que Mário fez, o que os outros fizeram não foi em vão. Eles sabiam que não estavam sendo os primeiros, os últimos, nem os únicos a lutarem por uma ordem estabelecida em favor de todos.*

# EZEQUIAS BEZERRA

## TRÊS ACIDENTES FATAIS

**Q**uando voltávamos para casa na sexta-feira, dia 11-03-72, por volta de 1 hora da manhã, estavam nos esperando homens armados de metralhadora. Ficamos abismados. Sem armas, sem qualquer proteção e desprovidos de qualquer maldade, fomos presos. Invadiram nossa residência, vasculhando-a integralmente e deixando tudo na maior desordem. Levaram nossa máquina de escrever. Colocaram capuz em cada um de nós, em seguida, nos puseram em carros diferentes (antes de sermos encapuzados, vimos tratar-se de carros tipo Rural Willys) e nos conduziram para um local que nós ignoramos qual fosse. Quando chegamos ao local, Quias disse:

– Posso ver minha esposa?

– Não – respondeu alguém com palavra de baixo calão.

Fomos conduzidos para dentro e eu fui posta numa cela enquanto Ezequias foi ao interrogatório. Mas aquilo não era interrogatório, era um verdadeiro massacre aplicado numa pessoa indefesa. De onde eu estava ouvia a pancadaria. Foram horas terríveis. Aquilo parecia mais um pesadelo. Eu queria acordar e não conseguia. Houve momentos em que pensava que o Quias estava morto, pelo silêncio de dor que se fazia, pois não era possível tantos bater tanto numa única pessoa.

Depois de muito tempo eles pararam de torturá-lo e o colocaram numa cela perto da minha. Quando ele passou por mim, carregado por policiais, parecia um farrapo humano, havia sangue por todas as partes do seu corpo. Não conseguia nem ficar de pé.

Eu pensei: será que está morto?

Depois que os homens o jogaram na cela, eu tentei falar com ele, mas minha voz estava presa na garganta de espanto e sofrimento. Com muito esforço perguntei a ele como estava se sentindo. Perguntei muitas vezes para que pudesse obter uma resposta dada com voz forçada: “Estou bem, meu amor, tenha calma”. Deve ter desmaiado depois disso porque não ouvi mais nenhum som vindo de lá. Foi esta a última vez que vi e ouvi o meu marido.

*Dormi vencida pelo cansaço. Ao me acordar, procurei imediatamente por ele. Os carcereiros diziam-me simplesmente que não tinha sido preso nenhum Ezequias. Insisti por diversas vezes, porém em vão. Ninguém mais me informou o paradeiro dele. Posso afirmar, categoricamente, que no estado físico em que o vi ele não tinha condições nem de matar uma mosca, quanto mais fugir ou tomar qualquer outra atitude. Eles mataram o meu querido Quias...*

O minucioso relato da assistente social, Guilhermina Bezerra da Rocha, dá dimensão real do episódio ocorrido na madrugada daquela sexta-feira. O casal foi seqüestrado na própria residência na rua Guimarães Peixoto, 405, apto. 107, bloco A, no Recife, Pernambuco, por quatro agentes do DOI do IV Exército e levado para as dependências do próprio DOI. Lá, não resistindo às sucessivas sessões de tortura, Ezequias teria falecido.

Dois dias depois, ou seja a 14-03-72, um corpo totalmente mutilado, inúmeros sinais de tortura, mãos algemadas nas costas e ainda com todas as suas características físicas (cor, idade, altura e etc.) apareceu boiando no rio Massauasseu, no município de Escada, próximo do Recife. Quando os familiares tentaram ver o cadáver, as autoridades disseram que o mesmo já havia sido identificado por membros de outra família e que já o haviam enterrado. Apesar disso, depois de sucessivas buscas, ninguém conseguiu encontrar a tal família, nem o local onde o corpo foi enterrado. Não havia dúvidas...

A princípio, as autoridades não assumiram sequer a prisão de Ezequias. Mais tarde, no dia 24 de março do mesmo ano, após um habeas-corpus impetrado pelo advogado Fernando Fragoso, o ministro do STM, Armando Perdigão, afirmava que o habeas-corpus fora prejudicado face às determinações do AI-5. As informações prestadas nesses documentos indicavam que Ezequias havia sido realmente preso por autoridades do DOI do IV Exército, evadindo-se através de resgate, "já tendo sido novamente preso, sendo sua prisão comunicada à Auditoria da 7ª CJM".

Novo habeas-corpus foi impetrado pelo mesmo advogado e, surpreendentemente, as autoridades já mencionadas informaram que Ezequias estivera na prisão, mas que fora resgatado por indivíduos estranhos, às 20.30 h do mesmo dia.

Um dos irmãos de Ezequias contesta a versão das autoridades:

*— Se nosso irmão foi preso no dia 11 de março, por volta da 1 hora da madrugada, por quatro elementos das Forças Armadas, como poderia ter-se evadido às 20.30 h daquele mesmo dia? Todos esses fatos nos levariam a acreditar ainda mais na morte do Tonica (apelido familiar de Ezequias).*

*No dia 9 de março de 72, Miriam Verbena, amiga de infância de Tonica, que estudara com ele vários anos, chegou em sua residência e pediu o seu carro emprestado (placa CE-2501/OE, Volks) dizendo que precisava visitar uma pessoa da família que estava doente. No dia seguinte nós ficamos sabendo que durante a viagem ocorreria um infeliz acidente com o carro de Tonica e que, na ocasião, Miriam Verbena e o seu companheiro vieram a falecer. Desconhecendo a fatalidade que o envolveria também na morte da amiga, Tonica e um dos nossos irmãos foram até a casa da morta*

*para visitar os familiares dela e de lá voltaram transtornados.*

*Já nesta época estava marcada a viagem de Ezequias para a Bahia e nós estávamos providenciando uma procuração para resolvermos a venda do carro danificado pelo acidente. No dia 12-03 marcamos com ele um encontro e ele não apareceu.*

*Aí fomos até sua casa. Encontramos o apartamento fechado. Esperamos um pouco e como ninguém apareceu saímos para procurá-lo. Não o encontramos. Voltamos lá e a sua residência continuava fechada. Nem sinal dele e de Guilhermina, sua esposa. Notamos que as pessoas do edifício nos olhavam assustadas, e o zelador estava amendrontado quando fomos interrogá-lo sobre o casal.*

*Quando chegamos em casa dos nossos pais, um de nossos irmãos já havia lido no jornal daquele mesmo dia que a Miriam Verbena e o seu marido eram pessoas procuradas pela polícia por atividades subversivas e que essas pessoas haviam morrido no carro emprestado pelo nosso irmão.*

*Foi fácil, então, concluirmos o que acontecera com o nosso irmão e a nossa cunhada. A realidade nos pareceu dolorosa, estúpida, sem razão de ser. Tonica e Guilhermina presos, o apartamento onde moravam cruelmente violado pela polícia (quando nós voltamos lá e arrombamos a porta, estava tudo virado de cabeça para baixo) e nenhuma pista de onde poderíamos encontrá-los com certeza. A nossa inexperiência diante do fato era notória e dificultou muito a nossa busca.*

O pior foi que o episódio trouxe, a médio prazo, sérias conseqüências para a família. Cinco anos depois, em setembro de 1977, um estranho acidente automobilístico matou a assistente social Guilhermina Bezerra, mulher de Ezequias.

Além disso, pouco depois, outra tragédia envolveria a família do geólogo: Simplício Bezerra da Rocha, pai de Ezequias, diabético teve sua doença agravada pela morte do filho e faleceu.

## **A ÚLTIMA TENTATIVA**

Natural de João Pessoa, na Paraíba, onde nasceu a 24 de dezembro de 1944, entre sete filhos homens de Simplício, Ezequias foi o primeiro a terminar o curso superior pela Universidade Federal de Pernambuco. Concluiu Geologia e já se preparava para fazer o curso de pós-graduação em Geofísica pela Universidade Federal da Bahia, quando foi seqüestrado.

Ezequias iniciou suas atividades profissionais como escriturário no First National City Bank. Trabalhou na empresa Itapassoca Agro-Industrial S/A, já como geólogo. Depois passou para a Itapirucu Agro-Industrial S/A e, em seguida, para uma empresa de produtos químicos e fertilizantes, a Protertil S/A. Exerceu ainda o magistério como professor de Matemática do colégio Freiras de Socorro, em Socorro, Pernambuco, e também dava aulas de inglês.

Inúmeras medidas foram acionadas para esclarecer o desaparecimento repentino de Ezequias, além do habeas-corpus impetrado pelo advogado Fernando Fragoso. Antes de morrer, Simplício Bezerra da Rocha decidiu escrever uma carta à Cruzada Democrática Feminina, do Recife, solicitando apoio no sentido de localizar o filho vivo ou já enterrado.

Nesse apelo, entretanto, outra decepção. A Cruzada respondeu:

*Embora lamentando o fato, nada podemos fazer de concreto porque a sua líder estivera com o general do Estado Maior do IV Exército e o mesmo lhe confessara que realmente o dr. Ezequias Bezerra da Rocha estivera preso, mas que no dia seguinte ao da prisão, fingiu estar disposto a fornecer pistas de pessoas subversivas com as quais deveria se encontrar e, indo ao local onde essas pessoas deveriam estar, conseguiu fugir. A polícia, no entanto, está à sua procura.*

Essa foi a última satisfação que as autoridades militares deram à família de Ezequias. Em nenhum momento também as mesmas autoridades deixaram claro os motivos da prisão. Num telegrama do delegado de Segurança Social do Recife, Redivaldo Oliveira Acioly, enviado ao ministro do STM, brigadeiro Armando Perdigão (relator), falava-se que as prisões ocorridas em março no Recife seriam destinadas à apuração das atividades do PCBR.

No entanto, nada ficou provado. Julgado a revel, o geólogo foi absolvido num processo levantado na 7ª CJM. Apesar de tudo, a família de Ezequias continua as buscas.

# RAMIRES MARANHÃO

## NA RESISTÊNCIA ESTUDANTIL DO RECIFE

**A**os 17 anos ele permaneceu preso durante oito dias no Juizado de Menores do Recife. Por assalto? Não. Por mendicância? Não. Por qualquer outra prática de delinquência? Também não. Simples: desde o ano anterior, o pernambucano Ramires Maranhão do Vale se engajara no movimento de secularistas do Grande Recife. Por ter-se rebelado e participado da manifestação estudantil contra o Acordo MEC-USAID, em 1967, nas escadarias da Assembléia Legislativa de Pernambuco, ele foi detido juntamente com outros secundaristas.

Filho de Francisco Clóvis Marques do Valle e de Agrícola Maranhão do Valle, Ramires aprofundou seu entrosamento e participação nos movimentos de resistência recifenses. Eram os idos de 1968, quando lideranças estudantis até então ainda embrionárias começaram a florescer. Seus pais destacam sua interferência no cerco e ameaça de invasão, pela repressão pernambucana, do campus da PUC de Pernambuco. Ramires e outras lideranças mantiveram contato com D. Hélder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, que em seguida parou com o comando da polícia, obtendo o levantamento do cerco — um dos momentos mais tensos vividos pelo movimento estudantil do Grande Recife em meados de dezembro daquele ano.

## INFLUÊNCIA DO GOVERNO ARRAES

Nascido a 2 de novembro de 1950, Ramires iniciou sua vida estudantil como secundarista. Submeteu-se ao exame de admissão do Colégio Militar do Recife, em novembro de 1961, onde foi aprovado mas não classificado, visto que, para preenchimento das vagas, dava-se preferência a filhos de militares. Os resultados, mesmo assim, serviram para garantir sua matrícula no colégio São João, onde permaneceu até o 3º ano ginasial.

Foi aí que ele começou a perceber profundas contradições sociais: em sua condição de membro de família de classe média passou a conviver

com pessoas de classes de renda privilegiada, essa a tônica da instituição onde estudava.

Francisco Clóvis Marques do Valle lembra que a prática de um governo – Miguel Arraes – de características populares em Pernambuco, no período 1962-63, “com amplo respeito pelas liberdades democráticas”, exerceu grande fascínio em seu filho. De tal forma isso se manifestava que o entusiasmo político de Ramires, aos 12 anos, foi duramente combatido no colégio, não só por vários dos seus colegas, mas por alguns padres que faziam questão de não esconder seus pendores fascistas.

Não foi por outra razão que já em 1964, depois do golpe militar, ele conseguiu fazer “a duras penas” o terceiro ano ginasial, transferindo-se para o colégio Carneiro Leão, onde finalmente acabou o curso.

– Apesar das dificuldades de seu convívio no colégio São João, foi lá onde ele, durante dois anos, competiu nos esportes, na modalidade de atletismo, sendo premiado com as primeiras colocações.

## **ATROCIDADES DOS EUA NO VIETNAM**

Ramires sempre gostou de mexer com terra e foi justamente por isto que seu curso científico começou no colégio Agrícola Vidal Negreiros, situado em Bananeiras, na Paraíba. Lá permaneceu, entretanto, apenas um ano em consequência da precariedade do estabelecimento e também devido a complicações no seu estado de saúde – pois no colégio até as refeições eram insuficientes.

Mas nem isso impediu que Ramires se preocupasse com a política. Pode-se dizer que sua preocupação mais ampla começou nesse período, quando, altas horas da noite, com seu radinho de pilha ouvia o noticiário nacional e internacional, e em suas cartas à família sempre protestava veementemente contra as arbitrariedades cometidas pela ditadura militar brasileira, como também contra as atrocidades do governo dos Estados Unidos no Vietnam.

Ao regressar de Bananeiras entrou para o colégio Salesiano do Recife. Ali reiniciou o curso científico para tentar completá-lo em meio à intensa luta política que também se travava em outros centros do país.

Depois disso, o reconhecimento da liderança política de Ramires que mantinha grande amizade com o estudante Fernando Santa Cruz, preso igualmente após a manifestação nas escadarias da Assembléia Legislativa, contrária à intervenção norte-americana nos assuntos educacionais brasileiros – foi inevitável porque, já em 1968, ele teve uma participação relevante, com outros companheiros, na grande passeata legal de 20 mil pessoas, culminando com um comício na avenida Guararapes, no centro de Recife.

Nessa época seus pais supunham estar Ramires integrado num quadro partidário conseqüente, embora mantendo atuação legal.

É marcante o fato relacionado ao enterro do padre Antônio Henrique, transformado em manifestação cívica em virtude de tal morte ter-se revestido de caráter violento e de aparente iniciativa das forças de repressão.

No trajeto do féretro, da igreja do Espinheiro até o cemitério da Várzea, na altura da Ponte da Torre, Ramires rompeu a vigilância policial e promoveu um comício relâmpago em uma das pilastras da ponte, sofren-

do perseguição de um grande número de policiais.

Após diversos acontecimentos de natureza política, a continuação da vida legal se tornou insustentável para o secundarista, em consequência das pressões da polícia junto a sua família. Daí, em 1969, ele entrou na clandestinidade para escapar dos órgãos de repressão política que freqüentemente invadiam e mantinham a casa dos seus pais sob vigilância.

Seus pais têm notícia de sua passagem, depois disso, por Fortaleza (CE), onde, certa vez conseguiu escapar de um cerco policial ao local onde morava. Mas, mesmo assim, durante sua clandestinidade, mantinha contatos esporádicos com seus familiares, por cartas ou telefonemas, e mesmo por raros, curtos mas emocionalmente densos encontros.

Até o desaparecimento de Ramires, os contatos com a família tiveram seus espaços cada vez mais intercalados, ocorrendo em circunstâncias de absoluta segurança, em locais previamente estabelecidos, os colóquios se revestiam de autêntica afetividade.

## NA DEFESA DOS IDEAIS

Algumas de suas cartas à família informam do seu vínculo com outros militantes, com Ranússia Rodrigues e Almir Custódio de Lima, ligação essa de cunho partidário. Seu último encontro com pais e irmãos se deu a 28 de fevereiro de 1972, em Recife – coberto de emoções.

Consciente do empenho político de Ramires, sua família tinha clareza quanto aos perigos a que ele se expunha no dia-a-dia de sua militância, não se constituindo, para ela, surpresa alguma um acontecimento desagradável. Isto porque se sabia perfeitamente que sua determinação era irreversível na defesa dos ideais do povo e contra a ditadura implantada em 1964.

Assim é que, já em 1973, ele estava no Rio de Janeiro, segundo informara por carta aos seus pais.

Na manhã do dia 27 de outubro desse ano – conta seu pai – Ramires em companhia de Vitorino Alves Moitinho, Almir Custódio de Lima e Ranússia Alves Rodrigues, no sedan Volkswagen GB AA 6960, partiram para o cumprimento de uma tarefa política no bairro carioca de Jacarepaguá, na praça Combate. O carro foi alcançado por oito ou nove veículos, que abriram fogo cerrado, seguindo-se uma explosão por bomba no interior do sedan. Isso motivou a morte de todos os ocupantes, com a carbonização dos corpos, inclusive de Ranússia, que ainda conseguiu sair do carro mas morreu na calçada, metralhada.

A família de Ramires foi avisada por estranho telefonema, informando-se que o secundarista não participara da operação por ter sido incumbido de outra tarefa, em outro local.

A 29 de outubro – dois dias depois em que se acredita tenha se dado o assassinato dos ocupantes do sedan, jornais como *O Globo* e *Jornal do Brasil*<sup>1</sup> noticiaram o fato sem identificar as vítimas, mas a 17 de novembro a imprensa carioca publicou um comunicado dos órgãos de repressão política em que registrava apenas a morte de Ranússia e de Almir.

Subscrita pelo ministério do Exército, entre outras coisas, a nota dizia: “Em encontro com forças de segurança, vieram a falecer após travarem tiroteio cerrado, quatro terroristas, dois dos quais identificados como Ra-

<sup>1</sup> *Jornal do Brasil e O Globo*, 17-11-73.

núzia Alves Rodrigues (“Florinda”) e Almir Custódio de Lima (“Otávio”), pertencentes à organização clandestina, subversiva, intitulada Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)”.

# JOEL VASCONCELOS

## ESTUDANTE DESAPARECE NA PE

**O** desaparecimento do estudante de contabilidade Joel Vasconcelos dos Santos, assíduo frequentador do restaurante Calabouço, no Rio, somente agora começa a ser esclarecido. Militante da UJP, ala da juventude do PC do B, na época, com 20 anos, Joel, confundido com traficante de tóxicos, foi preso no final de fevereiro de 1970 por soldados, ocupantes de um jipe de ronda da PM, nas imediações do Morro do Borel (esquina das ruas São Miguel e Max Fleuiss), na Usina, bairro carioca da zona norte. Conversava com Antônio Carlos de Oliveira da Silva, conhecido por Makandall, a quem pretendia entregar uns ingressos da peça *Rei da Vela*, que estava sendo apresentada no teatro João Caetano. Surpreendidos pelos policiais, ambos foram presos, torturados barbaramente, e, segundo Makandall, Joel teria sido morto nas dependências da PE, na rua Barão de Mesquita, na Tijuca.

Por mais de três meses Joel e Makandall ficaram detidos, incomunicáveis, nas dependências dos órgãos de repressão carioca. Aos apelos de sua mãe, Elza, os agentes da PE e mesmo os oficiais que a receberam no Ministério do Exército, respondiam com evasivas. Primeiro confirmaram a prisão do estudante, mais tarde negaram, e pouco depois informaram que ele já havia sido liberado. Apesar disso, os dois continuavam detidos. Somente ao final do quarto mês de prisão Makandall foi solto. Mas conhecia Joel há pouco tempo e não conseguiu localizar a sua família. Que por sua vez, isoladamente, tentou todas as maneiras para esclarecer o paradeiro do estudante.

Elza chegou a escrever cartas às autoridades da Igreja, parlamentares, senadores, jornalistas e até mesmo aos presidente da República. Após uma carta enviada ao então presidente Médici, em 1972, Elza recebeu uma visita dos agentes do DOPS. Pediram que os acompanhasse até o gabinete do general Sizenô Sarmiento. Depois de algumas conversas, o comandante do I Exército prometeu esclarecer completamente o episódio e se colocou à disposição da família para qualquer eventualidade. Nada fez de concreto.

O episódio quase desestruturou a família de Joel. Um de seus irmãos, João Vasconcelos, serviu na escola do Comando do Estado Maior do Exército, se classificou em primeiro lugar para o concurso de sargento e até hoje espera ser chamado. Foi ainda guarda de honra do ex-presidente Geisel, no dia 16 de dezembro de 1974, durante a formatura de oficiais do Estado Maior. Mais tarde, em consequência das incertezas sobre o paradeiro do irmão, foi parar num hospital psiquiátrico.

## GRAVE TESTEMUNHO

Mas, cinco anos depois, o quebra-cabeças começa a ser montado. Antônio Carlos de Oliveira, o Makandall, única testemunha da prisão, contatado por amigos, resolveu falar o que se passou naquela ocasião, na PE. Makandall continua morando no morro do Borel, trabalha na construção civil como marmorista e, apesar do tempo decorrido desde sua prisão até hoje, relembra sem dificuldades tudo o que se passou nas dependências dos órgãos de repressão carioca. O seu relato:

-- O início de tudo foi na esquina das ruas São Miguel com Max Fleiuss, nas imediações do morro do Borel. Conhecia Joel de vista — nem sabia o seu nome — e estávamos pensando em desenvolver um trabalho de conscientização no morro, com a ajuda dos grupos de jovens da igreja. Havíamos discutido muito sobre tudo isso.

Um dia, à tarde, encontrei Joel no pé do morro e começamos a conversar. Quando ele me entregou uns ingressos da peça *Rei da Vela*, que estava sendo apresentada, na época, no teatro João Caetano, passou por nós um jipe da PM, devagarinho, olhando nos nossos olhos, e o Joel se apavorou. Os caras sentiram, deram a volta no quarteirão e vieram sobre nós. Eu tinha conhecimento da militância do Joel, mas até aquele momento nada sabia sobre os pacotes que ele carregava. Quando a polícia passou, ele me disse quase que num susto: “Tou com uns documentos importantes neste pacote...”

Nessa altura, os policiais, de metralhadoras nas mãos, já haviam cercado a rua, bloqueado todas as saídas possíveis, pois achavam que éramos traficantes e que no pacote havia maconha. Vieram em cima da gente e pediram documentos e prova de trabalho do Joel, enquanto um cabo da PM remexia o pacote. Num determinado momento, ele descobriu o que significava aquele pacote e mandou baixar o cacete na gente, gritando que éramos subversivos e assaltantes de bancos.

Ali mesmo começou a tortura. Gritávamos tão alto que os moradores chegaram nas janelas de suas casas apavorados. Um dos policiais gritou:

— O que é que estão olhando? Nunca viram polícia?

— Não bata neles não — falou uma senhora.

— São todos subversivos, assaltantes de bancos...

Em seguida nos algemaram e nos levaram direto para o 6º Batalhão da PM, onde eram lotados. Lá, com a tropa formada, passamos por um corredor polonês e espanhamos bastante: socos, chutes no estômago, na cabeça, nos órgãos sexuais, até que um oficial disse que não poderia ficar com a gente e que fôssemos levados para o quartel da PM na rua Evaristo da Veiga, no Centro. Fomos para o quartel e de lá nos encaminharam para a PE.

Antes disso, porém, meteram a gente num camburão, algemados, e

tomamos *porradas* enquanto o carro andava. Quando passava nos sinais luminosos ou então quando diminuía a marcha ou o carro parava, o motorista abria uma portinhola e mandava parar de bater para que as pessoas da rua não escutassem os nossos gritos. Assim, chegamos na praça da Bandeira. Colocaram um capuz na gente, e fomos para a frente do carro, no chão, debaixo dos pés dos torturadores, até chegarmos na PE, na Tijuca.

Lá, na PE, começou tudo muito tranqüilo ao ponto de a gente imaginar que não iríamos ser torturados. Caiu a noite e começamos tudo novamente. Nos tiraram das celas para uma sala toda fechada e começaram a bater de qualquer forma. Primeiro Joel, depois eu. Era pau-de-arara, choque e tudo mais. Um mês nesse sofrimento e nós já estávamos com queimaduras por todo o corpo em virtude dos choques elétricos. Levaram então o Joel para a *esticadeira*<sup>1</sup>, com uma pedra amarrada nos testículos. Fiquei apavorado e me trancafiaram numa *geladeira*<sup>2</sup>. Depois me pegaram para assistir às torturas no Joel e me fizeram um montão de perguntas. Queriam saber das minhas ligações com ele, quem eram os seus amigos, de onde eu o conhecia e tudo mais. Mais tarde sacaram que o Joel estava apenas tentando os primeiros contatos comigo e que eu não tinha nada a ver com a sua militância política, embora tivesse conhecimento dela.

Depois disso, consegui conversar por alguns minutos com o Joel e ele me disse: “Olha você vai sair primeiro que eu, procure o fulano e sicrano, imediatamente”.

Dito e feito. No dia seguinte eles me levaram para Realengo, no quartel da Vila Militar e me fizeram curativos. O Joel ficou na PE e lembro que nessa época ele já não agüentava andar. Saía arrastado de uma sala para outra. Aí voltei da Vila Militar e me colocaram numa cela, no andar superior, em frente à que Joel se encontrava. Eles ainda estavam torturando o garoto, isso três meses após a prisão. Joel não disse nada, não falou uma palavra, nem sobre sua identidade, sobre seus pais, seu trabalho e seus amigos. Aí eles partiram para cima de mim e como eu não sabia nada da vida dele, torturavam a gente. Achavam que eu estivesse dando uma de durão, fazendo o jogo duro.

Num determinado dia me chamaram:

— Olha, você seria capaz de passar amanhã, às duas horas, no Ministério do Exército, ali perto da Central do Brasil?

— Sim.

— Então você vai sair. . .

Me devolveram a roupa, o meu dinheiro, me colocaram num carro e me largaram, à noite, no campo de São Cristóvão. Fui imediatamente para casa. Dia seguinte, no Ministério, fui recebido por um oficial que me perguntou, ainda, se eu tinha sido torturado. Respondi afirmativamente. Depois me mandaram embora, dizendo que não tinha nada para falar comigo. O Joel, coitado, nunca conseguiu sair de lá.

<sup>1</sup> *Esticadeira* é uma cama cirúrgica. Trata-se de um leito de cirurgia adaptado, onde a vítima é amarrada e esticada, ocasionando a hipertrofia de tendões e músculos, às vezes até seu rompimento.

<sup>2</sup> *Geladeira* é uma cela de cerca de dois metros quadrados totalmente escura e vedada, onde a permanência do preso nu, sem comida e água, é entremeada de interrogatórios. No seu interior a temperatura chega a 45 graus negativos ou positivos. Na geladeira o preso ainda pode ouvir zumbidos eletrônicos ou gravações em alto volume.

## D. ELZA JOANA: NINGUÉM ME OLHOU

— Nessa manhã, ele saiu sem os documentos, tinha perdido a carteira profissional e de identidade, e foi para a rua somente com uma carteira de estudante. Antes de sair, falou do seu desejo de trabalhar à noite, e disse que voltaria cedo para levar a irmã ao banco. A irmã ficou esperando, isso foi numa segunda-feira.

Passou um dia, dois dias, e o Joel não voltou. Quando eu estava na porta do barraco, veio um garoto alto, comprido, que eu não sei o nome e eu já fui dizendo pra ele: o Joel tá preso? Ele confirmou, tá sim, na Polícia do Exército, na rua Barão de Mesquita, na Tijuca. Aí, ele contou tudo. Falou que o Joel foi preso no morro do Borel, que a segurança dele caiu, e que o maior problema eram os panfletos que estavam na mão dele. Segundo explicou o garoto, o Joel estava sentado num muro, no morro do Borel, com os pacotes na mão, conversando com um amigo. Nesse momento passou um camburão. A polícia, pensando que o pacote estava cheio de maco-nha, foi em cima dos dois e pediu os documentos. O Joel apresentou a carteira de estudante e eles rasgaram o documento. Aí, abriram o pacote, viram do que se tratava, e levaram os garotos direto para a PE<sup>3</sup>.

O garoto que veio me avisar da prisão pediu ainda que eu fosse me encontrar com uns amigos deles, às 20 h daquele dia, na rua Santo Amaro. Um dos garotos tinha o pai advogado e ia resolver o caso de Joel. Esse advogado era o tal Dr. José Porto. E esse José Porto foi quem me quebrou todas as forças.

Eu queria fazer umas denúncias, procurar o meu filho mas o Dr. José Porto me desencorajou. Disse na época: “Pelo amor de Deus, a senhora não diga a ninguém que ele era o seu filho, que morava com vocês, senão a polícia vai prender toda a família, não diga nada”. Ele me meteu tanto medo que desisti. Os meus filhos eram menores e eu tinha que trabalhar para sustentar a casa. Meu marido que agora tem um salário Cr\$ 1150,00, naquela época, não podia trabalhar. Com seis filhos e um marido doente eu não tinha condições de fazer nada. Ainda por cima com um advogado desses. Não fiz nada.

Eu pensava: se vai todo mundo preso, quem é que vai tomar conta do meu marido? Os meus filhos eram todos pequenos, um no segundo ano de ginásio e outro no terceiro. Eu tinha acabado de chegar da Bahia e só tinha dois filhos trabalhando, se ele perdesse o emprego eu não sei o que ia fazer da minha vida.

Fosse na Bahia e eu tinha me saído muito bem. Lá eu tinha o Dr. Clodoaldo, o Dr. Carlos Linhares, o Dr. Arsênio Nascimento, tinha essa gente toda. Aqui eu não tinha nada. Aliás, tinha o Sebastião Nery e o Evaldo Diniz que fizeram alguma coisa por mim. Mesmo naquela época que pouca coisa podia ser feita.

Para não dizer que não fiz nada, eu fui no Ministério do Exército, e lá um tal de major Feijó me disse que o Joel tinha sido preso, mas que eu não podia fazer nada. Como eu insisti muito ele mandou que eu voltasse dentro de oito dias. Voltei, e eles me disseram que o Joel tinha sido solto.

<sup>3</sup> Até hoje Elza não tem maiores informações sobre o desaparecimento de Joel. Daí porque frequentemente suas informações conflitam com as de Makandall.

Aí, eu não agüentei e fui novamente ao advogado. Cheguei lá e encontrei o filho mais velho dele, que também era advogado, e me disse o seguinte: “A gente não devia ajudar a senhora, a senhora não está vendo que o seu filho, um crioulinho, não podia se meter em política?” Aí eu fiquei doida, vim embora e não voltei mais.

Comecei então a escrever cartas. Fiz carta para o D. Eugênio Sales, para o D. Ivo, para o presidente Médici, para o Geisel, para a Ordem dos Advogados, para o Danton Jobim, para o Evaldo Diniz e para uma porção de outras pessoas.

Aconselhada por D. Eugênio fui também ao professor Cândido Mendes. Quando cheguei lá, primeiro veio me atender um rapaz novo dizendo que era o Cândido Mendes. Eu disse:

— Meu filho, você é o Cândido Mendes mesmo?

— Sou.

— Você é o neto? É o bisneto? Eu quero falar é com o Cândido Mendes:

Ele insistiu: — Eu sou o Cândido Mendes — e eu não acreditei.

Aí, ele disse que eu devia voltar outro dia, eu voltei e me levaram ao verdadeiro Cândido Mendes, que prometeu botar advogado, fazer e acontecer e não fez nada.

Eu escrevi também para o deputado Francisco Pinto para ver se ele podia fazer alguma coisa. Ele me prometeu ajuda, mas foi logo preso. Mesmo assim, ele continuou escrevendo de dentro da prisão várias cartas me confortando. O Francisco Pinto é uma pessoa maravilhosa. Mais tarde mudei de endereço e perdi o contato com ele.

Agora estou esperando um esclarecimento sobre o caso do Joel. Vou em todos os lugares, em todas as greves e manifestações, mas não deixo os meus filhos irem. Fui até naquela manifestação dos jornalistas ali na Glória na esperança de que algum jornalista olhasse para mim e eu contasse pra ele o caso e ele publicasse tudo no jornal. Mas, ninguém me olhou. . .

# STUART EDGAR ANGEL

## DUAS VERSÕES PARA UM DESTINO

**N**o governo do general Médici (1970-74), um dos fatos políticos brasileiros de maior repercussão internacional, pelas circunstâncias e envolvimento de conhecidas autoridades, foi, sem dúvida, o desaparecimento de Stuart Edgar Angel Jones aos 27 anos nas dependências do CISA, na Base Aérea do Galeão, no Rio de Janeiro<sup>1</sup>.

Filho da famosa figurinista da alta costura, a falecida Zuleica Angel Jones, a Zuzu Angel, e irmão da colunista social de *O Globo* Hildegard Angel, Stuart — o Paulo do MR-8 — teve a morte recontada por seus próprios companheiros de militância política. No jargão de alguns oficiais ligados aos órgãos de repressão, *um trabalho mal feito*.

A grande repercussão do episódio se deve às denúncias do poeta e seu companheiro de militância Alex Polari de Alverga, uma das testemunhas do assassinato; da figurinista Zuzu Angel, que enviou discretamente inúmeras cartas relatando o episódio a militares e autoridades do Brasil e do exterior e foi reforçada pela sua inclusão no livro do historiador Hélio Silva, *Os Governos Militares 1969-74*.

### A QUEDA DE STUART

A manhã do dia 14 de maio de 1971 foi fatal. Stuart entrara inadvertidamente no cerco montado na avenida 28 de Setembro, em Vila Isabel, zona norte do Rio de Janeiro. Foi detectado pelo esquema militar que abrangia vários quarteirões à sua volta. Se passasse pelo local dez minutos depois escaparia de mais uma — o esquema estava sendo desmobilizado

<sup>1</sup> As informações deste relato foram extraídas do dossiê sobre o desaparecimento de Stuart e estão no Centro de Memória Social da Universidade Cândido Mendes, no Rio. Utilizamos também depoimentos do preso político Alex Polari de Alverga, atualmente cumprindo pena de 74 anos no presídio político Milton Dias Moreira, no conjunto penal da rua Frei Caneca, no Rio. O caso Stuart é um dos poucos em que se tem conhecimento de todos os detalhes.

naquele momento. Stuart dirigia um fusca verde, usava calça verde-garrafa, camisa clara e um casaco bege. Preso, foi colocado no porta malas de um Opala amarelo, com teto de vinil preto e levado para a Base Aérea do Galeão, ficando no CISA. Ao cair da noite, depois de inúmeras sessões de tortura, já com a pele semi-esfolada, foi amarrado na traseira de um jipe oficial da Aeronáutica, a boca colada no cano de descarga do automóvel e arrastado de um lado para outro. A morte viria logo a seguir: asfixia e intoxicação pelo monóxido de carbono, expelido pela descarga do jipe.

Para o desaparecimento do corpo existem duas versões. A primeira é de que teria sido transportado por um helicóptero da Marinha para uma área militar localizada na restinga de Marambaia, na Barra de Guaratiba, próximo à zona rural do Rio, e jogado em alto-mar pelo mesmo helicóptero. Mas, de acordo com outras informações, o corpo de Stuart teria sido enterrado como indigente com o nome trocado, num cemitério de um subúrbio carioca, provavelmente Inhaúma.

Os responsáveis: os brigadeiros Burnier e Carlos Afonso Dellamora, o primeiro, chefe da Zona Aérea e, o segundo, comandante do CISA; o tenente-coronel Abílio Alcântara, o tenente-coronel Muniz, o capitão Lúcio Barroso e o major Pena — todos do mesmo organismo; o capitão Alfredo Poeck — do CENIMAR; Mário Borges e Jair Gonçalves da Mota — agentes do DOPS.

Ainda em 1971, durante o lançamento de uma coleção de inverno da figurinista Zuzu Angel, em Nova York, a casa do cônsul brasileiro Lauro Sotello Gonçalves foi o local da pré-estréia das coleções para a alta sociedade americana. O motivo era estampanaria tropical.

Quando os modelos pisaram a passarela o que se viu foram vestidos verdes e amarelos com grande e agressivos tanques de guerra bordados nas barras, aves negras, rostos de militares, quepes e canhões. A notícia se espalhou pelo mundo através dos despachos das agências de notícias, mas Zuzu ainda não tinha certeza da morte de Stuart e não possuía qualquer informação sobre o seu paradeiro. Mesmo assim continuou nas denúncias.

Em 1972, o nome de Stuart voltaria ao noticiário. O inoperante Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, reunido em Brasília, decidiu, por oito votos contra um, arquivar o processo que apurava o desaparecimento do militante da organização guerrilheira MR-8, Stuart Angel Jones. O único voto favorável foi o do relator Carlos Rodrigues Reis.

Joaquim Justino Ribeiro (Ministério Público Federal), Filinto Müller e Geraldo Freire (representantes da Arena), Benjamim Albagli (Associação Brasileira de Educação), Pedro Calmon e José Salgado Martins (professores) e Raymundo Faoro (ex-presidente nacional da OAB) votaram contra.

Um mês depois, Alex Polari começa a divulgar o seu testemunho. Escreve para Zuzu Angel relatando o episódio que presenciara e inicia uma série de denúncias nos tribunais militares onde respondia a processos. Em 1975, a carta de Alex chega às mãos de Zuzu e ela se convence da morte do filho. A publicação do livro do historiador Hélio Silva e a campanha da Anistia Internacional dariam novos elementos para as denúncias.

## A REPERCUSSÃO NOS EUA

O senador Edward Kennedy, evocando a dupla nacionalidade de Stuart (era filho de mãe brasileira — Zuzu — e pai americano — Norman Angel Jones), tratou do assunto da tribuna do Senado americano, com um exemplar do livro na mão. O deputado Richard Nolan enviou cartas relatando o episódio a Henry Kissinger, então secretário de Estado; a Kurt Waldheim, secretário geral da ONU e ao embaixador do Brasil nos Estados Unidos, João Augusto de Araújo Castro.

Mais tarde, seis congressistas americanos, entre eles o atual vice-presidente dos Estados Unidos, Walter Mondale, exigem do governo brasileiro uma resposta para as denúncias. Além de Mondale assinaram o documento: Richard Stone, senador, e os representantes Lou Frei Jr., Jonatham B. Bingham, Donald Mackai Fraser e Richard Nolan. O governo americano começa a pressionar o governo brasileiro.

Em fevereiro de 1976, o secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger veio ao Brasil em visita oficial e ficou hospedado no hotel Sheraton, no Rio de Janeiro. Zuzu Angel conseguiu vencer a barreira dos agentes de segurança e entregou nas mãos de Kissinger um volume do livro do historiador Hélio Silva e uma carta pedindo esclarecimentos sobre o desaparecimento do seu filho.

O fato ganhou repercussão internacional, pois todos os jornais estrangeiros envolvidos na cobertura da viagem de Kissinger registraram o episódio. O *Washington Post* e o *Le Monde* deram com destaque. No Brasil, *O Estado de S. Paulo* publicou a notícia completa e o *Jornal do Brasil* uma informação mais velada. O governo americano continuou a pressionar as autoridades brasileiras e, no Senado, já se falava em cortar a ajuda militar americana ao Brasil.

Mesmo no auge da campanha o governo brasileiro não reconheceu a morte de Stuart e continuou a farsa do seu processo. Em março de 1976 a 2ª Auditoria da Marinha julgou um pedido de prisão preventiva contra Stuart.

## A REPRESSÃO INTERNA

No plano interno a única medida tomada pelo governo brasileiro foi uma intensa repressão dos órgãos de segurança contra os autores da denúncia. O primeiro atingido foi Alex Polari.

Seqüestrado do DOPS, onde se encontrava detido, foi levado ao DOI-CODI, na rua Barão de Mesquita, na Tijuca, para novas torturas. Sua companheira Lúcia Maurício de Alverga também foi ameaçada de morte. Mesmo assim, Alex pediu garantias de vida na 2ª Auditoria da Aeronáutica e persistiu nas denúncias.

Depois foi a vez do historiador Hélio Silva.

O livro *Os Governos Militares de 69-74* sofreu ameaça de apreensão como atentatório à segurança nacional e por denegrir a imagem do Brasil no exterior. O próprio historiador recebeu várias ameaças de morte, passou a andar armado e a partir daí começou a preparar elementos para denunciar o seu próprio desaparecimento.

Viajou para a Europa e deixou uma cópia do livro em Londres e

outra no Centro de Pesquisa de Munique para a eventualidade de a edição ser apreendida. Deixou ainda com o seu advogado do Rio uma relação de pessoas que poderiam ser avisadas caso desaparecesse. Para o historiador Hélio Silva, felizmente, tudo não passou de ameaças.

Igual sorte não teve a figurinista Zuzu Angel.

Na madrugada do dia 14 de março de 1976, após ter gravado um *tape* para a TV-Globo anunciando sua nova coleção e depois de passar na residência de Lucinha de Andrade, uma amiga da alta sociedade carioca, Zuzu encontra o inesperado. Seu carro, um Karmann-Ghia, desgovernou-se misteriosamente à saída do túnel Dois Irmãos, atravessou a pista da avenida Niemeyer e só parou na rua Projetada, ao lado da favela da Rocinha, cinco metros depois de uma ribanceira. Sua morte foi instantânea. Segundo a perícia policial o carro da figurinista voou já que não existiam marcas de pneu nem no asfalto nem no capim que precede a ribanceira. A causa-mor-tis foi fratura do crânio com hemorragia.

No dia seguinte o corpo foi levado à sepultura 1289/A, quadra 25, do cemitério São João Batista na companhia de amigos e parentes. Entre eles, sua filha, a colunista social Hidelgard Angel, o hoje deputado governista Magalhães Pinto, então senador e presidente do Congresso Nacional, o historiador Hélio Silva, o compositor e cantor Chico Buarque de Hollanda, o ilustrador Ziraldo e a atriz Elke Maravilha.

Teria sido a morte o preço pago pela figurinista Zuzu Angel por ter articulado e executado uma campanha de denúncias para esclarecer oficialmente o caso do seu filho?

Apesar de tudo, o governo brasileiro não reconhece a morte de Stuart Angel. Há um ano Stuart foi julgado numa auditoria militar na condição de revel. No veredicto do Conselho de Justiça foi absolvido. Há cogitações que indicam a possibilidade da Marinha reabrir o caso para novo julgamento.

## **NOVAS REFLEXÕES DE ALEX POLARI SOBRE STUART**

Desaparecimento. Essa é uma estranha categoria que surgiu por força do terror repressivo implantado pelo regime nos últimos anos. Eufemismo que designa os companheiros assassinados e cuja morte jamais foi assumida pela ditadura militar, cujos corpos jamais foram entregues às respectivas famílias, tudo levando a crer que hoje se encontram repousando no fundo dos oceanos.

Até hoje é difícil falar de nossos mortos sem que a emoção aflore, misturada com um misto de grande tristeza, saudade, ódio de classes e uma certa perplexidade. Perplexidade até certo ponto descabida, fruto de uma ingenuidade nossa, uma incapacidade mesmo de imaginar concretamente o furorbestial, o ódio de classe que o inimigo nos devotava — e nisso, talvez, eles estivessem de um modo geral melhor preparados do que nós. As cenas de pressões psicológicas, achincalhes morais e sexuais, torturas, sadismos, assassinatos de companheiros, farsas nos tribunais, etc. são cenas que dificilmente sairão de nossa memória. Assim como jamais será apagado o espetáculo das piruetas nos paus-de-arara, amperagem rasgando a carne e, a noite, a tentativa desesperada de conciliar o sono e o cansaço com os gritos

dos companheiros, o medo do trinco de ferro se abrir e sermos conduzidos mais uma vez às salas da tortura.

Era um momento de isolamento, de derrota e isso pesava enormemente na situação a ser enfrentada, nos obrigando a recorrer a todas as reservas a fim de tentar cada vitória contra o algoz por mais diminuta que fosse. Era essa vida nas prisões, à época do chamado milagre brasileiro, durante a ditadura de Médici. Foi durante esse período que eu presenciei a morte de Stuart Angel Jones, militante do MR-8.

Entre tantas outras cenas macabras que tive a oportunidade de ver, essa foi fora de dúvidas a que mais me impressionou e influenciou em todo o meu processo de tortura. Pela carga muito intensa de envolvimento que tive com o caso, com a relação que este teve com minha própria queda e cuja reflexão foi fundamental para eu entender uma série de processos — como homem, como militante e como uma pessoa torturada.

As imagens até hoje permanecem bem nítidas. Distanciadas pelo tempo mas bem nítidas. É impossível numa comunidade de prisioneiros que, de vez em quando, particularmente à noite não repassem essas lembranças, não extraiamos delas novas experiências, valores, exemplos, que nos ajudem a nos construir como gente, superar nosso despreparo, entender a luta que travamos e o que se coloca pela frente.

Falar agora, oito anos após, de um assassinato que eu presenciei na prisão é retomar coisas repletas de névoa, é descer até aquela noite, revisitar aquelas salas, sentir aquele cheiro, ouvir aqueles gritos, aquelas vozes. Nada disso vai se apagar de nossa cabeça e é bom que não se apague.

Não vou aqui descrever novamente todos os detalhes da prisão e do assassinato de Stuart por mim testemunhado no interior do CISA. Toda reconstrução dos fatos, quem são os assassinos está minuciosamente relatado em carta por mim endereçada à mãe de Stuart em 1972 e, de maneira esparsa, em depoimentos nos próprios tribunais militares.

Gostaria de falar nesse momento sobre Stuart, nosso contato breve mas muito marcante, sob uma clandestinidade e uma perseguição feroz. Gostaria de lembrar também o sofrimento e o empenho incrível que sua mãe, a figurinista Zuzu Angel, teve no caso até ser, conforme acredito, assassinada num acidente automobilístico simulado, na certa pelos mesmos assassinos de Stuart.

Stuart Edgar Angel Jones, o *Paulo*, como eu o conheci, tinha uma característica muito comum a todos os jovens militantes revolucionários empenhados na desigual guerrilha urbana que o país atravessou entre 68 e 73: uma calma aparente, um autocontrole adquirido e que raramente deixava traçar a tensão que estava por baixo. Era uma figura muito serena e, vez por outra, um jeito nos lábios ou um olhar revelavam uma amargura bastante contida.

Contida, a afetividade aflorava porém através de uma delicadeza muito grande dos gestos, um sorriso muito límpido e ao mesmo tempo grave. Apesar de um certo formalismo que existia em nossa relação dispersa por encontros apressados era fácil perceber firmeza e despreendimento naquela postura meio tímida, incapaz de proferir afirmações ou fazer profissões de fé desnecessárias.

Andávamos pelas ruas do subúrbio no Rio de Janeiro. Uma padaria no Meier, um ponto de ônibus no Lins, um restaurante em Madureira, um boteco no Riachuelo... Eram sempre nesses cenários que discutíamos questões de frente entre nossas organizações, encaminhávamos as coisas, etc. Aqui e acolá uma conversa mais pessoal, uma preocupação, uma dúvida, comentário sobre a situação política que atravessávamos.

Stuart foi seqüestrado, torturado, massacrado e morto. Disso tudo eu fui testemunha e sofri também várias ameaças de morte. Depois de quase cinco anos denunciando o caso e pedindo o corpo de seu filho, Zuzu Angel foi morta em circunstâncias bastante estranhas, após igualmente ser ameaçada reiteradas vezes, caso continuasse a campanha em prol do esclarecimento da morte do filho. As responsabilidades de ambos os crimes são, em última instância, da ditadura militar, que mantém sob suas ordens ou acoberta a prática dos grupos para-militares de direita, que são nada mais e nada menos que os integrantes de seus órgãos de segurança.

Stuart, como dezenas de outros companheiros, foi vítima da repressão política que o regime perpetrou metodicamente contra os seus opositores.

Mais cedo ou mais tarde tudo isso virá à tona. É nosso papel hoje é denunciar os fatos que presenciamos, ao mesmo tempo que formamos uma consciência cada vez mais clara da necessidade inadiável de apurá-los. Enquanto essa apuração não vier, qualquer aceitação por nossa parte das benesses, melhoramentos e reformas oferecidas pelo Poder não passa de um jogo de ilusionismo, de uma concessão de algo fundamental para nós, sem a menor garantia; em suma, de um sucídio. Todo o aparato policial-repressivo-judiciário-militar que possibilitou a ocorrência de tais crimes continua existindo. Daí a necessidade de colocar o problema da extirpação da LSN, dos tribunais militares, da tortura, do desmantelamento dos órgãos de segurança, da responsabilidade penal daqueles que assassinaram opositores em nome da segurança do Estado. Daí a necessidade de globalizar todas essas questões na luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita.

No caso do assassinato de Stuart, presenciado por mim de maneira direta e outras pessoas de forma indireta, amplamente documentado e divulgado no Brasil e exterior, é no mínimo estranho que nenhuma providência tenha sido tomada, nenhuma averiguação ou acareação tenha sido feita pela Justiça. Não tenho dúvidas que tal só se dará em um outro momento, quando essa página negra de nossa História for definitivamente fechada. Por enquanto ainda é questão de honra para quem está o poder o silêncio sobre tais casos, pois disso depende inclusive a própria sobrevivência desse mesmo poder que continua sendo o mesmo. Acredito que mais dia menos dia a força do movimento popular será forte para julgar tais crimes. Por enquanto resta a denúncia, que deve ser repetida sempre, e a tristeza de não ter esses companheiros hoje conosco, rindo, brincando, discutindo e esperando a liberdade que acredito estar próxima.

Mesmo hoje, oito anos depois, as cicatrizes ainda não estão definitivamente fechadas. A repressão se abateu sobre nossa geração de maneira implacável. Prendeu, torturou, enlouqueceu, matou gente, calou vozes, impôs o medo. Essas marcas ficam, não adianta ignorar as feridas, pois elas fazem parte da gente.

Já houve quem dissesse que os mortos sempre retornam. Retornarão sem dúvida, mesmo que seus corpos permaneçam apodrecendo no fundo dos oceanos.

Até lá, devemos firmar um sólido compromisso para o seu resgate. E isso se fará reescrevendo a história desses tempos. Será a nossa vitória sobre aqueles que por tanto tempo foram os instauradores do terror e os guardiões das trevas.

Rio de Janeiro, presídio político, 23 de janeiro de 1979.

*Alex Polari de Alverga*

# FELIX ESCOBAR

## A CONSCIÊNCIA DE UM OPERÁRIO

**V**ocê pensa que farda vale alguma coisa? Nós batemos até em general.

Depois de ouvir esse comentário de um dos agentes da PE do Rio de Janeiro, um dos oito filhos do operário Felix Escobar Sobrinho perdeu as esperanças. O desaparecimento do pai, ocorrido em outubro de 1971, estava selado de mistério, mas pelas violências praticadas pela polícia política do governo, daí em diante, uma certeza passou a acompanhar a todos, inclusive a segunda mulher de Felix, Irani — o pior certamente acontecera.

O desaparecimento de Felix, aos 51 anos quando foi preso — na época militando no MR-8 —, é exemplar em requinte de violência. Pois, como em alguns casos de parentes que nada tinham a ver diretamente com as atividades políticas dos perseguidos, sua família e vizinhos foram duramente maltratados, espancados mesmo, como ocorreu aos filhos do operário, ex-militante do PCB.

Um dos dois filhos de Felix, que serviam ao Exército como recrutas, foi obrigado a tirar a farda para ser torturado, junto com outros irmãos, nas dependências do DOI-CODI da rua Barão de Mesquita, no Rio. Um outro de apenas cinco anos, quando os policiais invadiram sua casa na rua 5 de Julho, bairro de Pilar, em Caxias (RJ), levou socos na cara — a PE queria que ele, como os demais, dessem conta de armas que Felix nunca possuía.

### JÁ EM 61. . .

As perseguições ao trabalhador avulso, camponês, servente de obras e instalador de persianas, Felix Escobar Sobrinho, não começaram no início dos anos 70. Datam mesmo já do período 1961-72, a partir de quando ele, juntamente com outros companheiros de campo do Comitê Municipal do

PCB de Caxias, se esforçava para criar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caxias.

Um ano antes, a ação dos militantes de campo do partido, na área municipal, se desenvolvia, basicamente, em cima das contradições, das violências detectadas numa região que, embora a menos de quatro horas de carro do centro do Rio de Janeiro, era abundante em problemas e transbordava em questões relativas à gravidade da questão da terra no país.

Dessa forma, Capivari, um dos distritos de Caxias rural, foi transformado em centro do trabalho político, como narra hoje um dos ex-militantes do partido. Mas a ação política rural não se restringiria apenas a Capivari — passava em Xerém, onde ficava e fica a Fábrica Nacional de Motores, e São Lourenço — e foi justamente nesses três pontos que, com a exacerbação da luta pela posse da terra, com a prática da grilagem e com as ações centradas na organização em defesa dos camponeses sem terra, registraram-se eventos políticos relevantes e que não passaram despercebidos pelos golpistas de 64.

O crescimento da luta aclarou para os camponeses a necessidade da existência de um organismo sindical capaz de defender seus interesses nas instâncias legais: assim foi criado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caxias, que conseguiu, já em 1962, sustar ações de despejos determinadas pelos grileiros e pela FNM contra os camponeses. O juiz Nelson Martins foi usado em defesa dos interesses dos supostos donos das terras da região. A ação de despejo assinada pelo juiz deu origem à queima de casas de camponeses.

Depois disso, a situação se agravou: tendo Felix à frente, a ação do partido começou a criar formas de resistência, uma luta que se desenvolveu até março de 64. Por vários momentos, com a sustação da ação de despejo pela mobilização de mais de mil camponeses, a organização teve a impressão de que a vitória final da luta de resistência na região não tardaria, mas essa resposta estava evidentemente vinculada ao movimento geral dos trabalhadores e das oposições contra as forças reacionárias de então.

Assim é que, com o golpe militar de 64, o movimento dos camponeses de Capivari-Xerém-São Lourenço, por uma série de razões, foi dispersado com a prisão de elementos importantes dos quadros do partido. Como não foi possível elaborar uma resistência armada ao golpe, outros quadros do PCB também foram dispersados na região: foi aí que Felix entrou para a clandestinidade, depois de uma prisão que durou 12 dias, para reaparecer em 1966 e conversar com um dos ex-militantes do partido no meio rural fluminense.

## **DEDICADO, GENEROSO**

Natural do município fluminense de São Fidélis, Felix se instalou em Pilar em 1942. Casou-se com Raimunda, com quem teve seis filhos. Depois da morte de Raimunda, em 1965, ele foi morar com Irani. Juntos tiveram dois filhos.

— Felix morava num casebre em péssimas condições — contam seus amigos.

De fato: as condições da casa em que Felix morou antes com Raimunda, e até fins de 1971 com Irani, são as mesmas daquelas onde habi-

tam mais de 80% da população brasileira de baixa renda.

Nem essas dificuldades impediram que já no início dos anos 50 Felix passasse a dedicar-se quase integralmente ao movimento político de oposição popular aos donos do poder.

— Muita gente tirou proveito da situação. Ou seja: houve quem sofreu desvios, apossando-se disso ou daquilo numa determinada circunstância, mas Felix sempre agiu com total despreendimento material e absoluto zelo político — recorda outro amigo do operário.

— Outra coisa: falava-se muito que o trabalho que desenvolvíamos entre os camponeses era financiado pelo partido. Mas isso não é verdade — jamais recebemos um tostão de ajuda financeira. Tudo era feito com nossos esforços pessoais, em cima da nossa disposição em impedir, neutralizar aquelas distorções políticas e sociais que habitavam o meio rural fluminense, a partir de Capivari — acrescenta um amigo.

## PRIMEIROS INDÍCIOS DA PRISÃO

Felix Escobar Sobrinho — relata Nilson Venâncio pouco antes de ser libertado do presídio político Milton Dias Moreira, do Rio, em fevereiro de 1979 —, filho de um pequeno proprietário camponês, viveu sempre de salário. Tinha no rosto as marcas dos que lutam contra a exploração do homem pelo homem. Em 1954 participou da luta pela defesa do petróleo brasileiro e mais tarde veio atuar como líder sindical, na diretoria do Sindicato dos Comerciários do Rio de Janeiro.

Segundo Nilson Venâncio, Felix foi visto mais ou menos em setembro ou outubro de 1971, quando era conduzido pelo pessoal do DOI-CODI da PE da Vila Militar, no Rio, para um camburão. Quem presenciou esta cena foi o César Queiroz Benjamim, que também tinha sido preso e estava acabando de chegar à PE.

— Quando eu estava preso na Bahia, soube, por intermédio de José Carlos Moreira, preso na mesma circunstância, que teria saído no jornal o atropelamento de uma pessoa, de nome Felix Escobar Sobrinho. Um caso típico de tantas outras mortes que ocorriam no interior do DOI-CODI e que depois eram ditas como sendo atropelamento.

Nilson Venâncio já contou também que um dos homens do CODI-6, na Bahia, responsável pela sua prisão em Feira de Santana, ao transportá-lo, 40 dias depois de preso, do Forte Barbalho para o agrupamento dos Fuzileiros Navais, confessou que o seu companheiro Felix estava *grampeado* há muito tempo. “Nessa ocasião eu já me encontrava na 6ª Região Militar e o fato se dera na 1ª Região.”

— Outro fato muito importante ocorreu quando eu estava sendo interrogado por um major que acredito ser de nome Leopoldino, e um capitão, no Forte Barbalho, cujo comandante era o major Paulo Bião. Durante esse interrogatório, enquanto o capitão me inquiria, o major, com seu ar debochado, rabiscando um papel, disse suspirando para o capitão:

— Agora só resta João Lopes Salgado.

João era um dos procurados pela repressão.

## INVASÕES, TRAUMAS. . .

Não há nada que estremeça, ameace e deixe o regime mais inseguro

do que a preocupação dos trabalhadores em levar adiante suas reivindicações, suas lutas políticas: então a tarefa a que a ditadura militar tem-se dedicado para se apoderar da situação e manter sua dominação é a liquidação de lideranças políticas capazes de despertar o interesse do operariado em relação às questões mais graves, sérias para a classe.

É sob esse ponto de vista que um cenário se impõe: aquele onde os centuriões, tal como na Roma antiga, cercam os supostos adversários do regime, mas, apesar de sua violência, são ludibriados porque o inimigo procurado não se encontra lá. O cenário era perfeito e a PE aproveitou: em fins de 1970, durante 15 dias, a rua onde morava Felix Escobar com sua família permaneceu ocupada não por 100 mas por uns 200 homens armados de metralhadoras, rifles, fuzis. Isso causou tão grande susto nos vizinhos da família de Felix a ponto de ter gente que passou alguns dias sem sair de casa temendo ser preso ou espancado. Afinal, vários vizinhos ouviram os urros de um dos filhos do operário ao ser esbofeteado violentamente pelos homens do Exército.

A 5 de Julho é uma rua esburacada tal como acontece em toda a extensão de Caxias, em toda a Baixada Fluminense: com uma pequena diferença — as casas ainda rareiam em Pilar, o leito das ruas é coberto de vegetação rasteira, de capim e lá é difícil encontrar alguém que não conheça o vizinho que mora a um, dois quilômetros distante. Em geral — como acontece em vários pontos da Baixada Fluminense — trata-se de um bairro com características rurais transformado em dormitório.

Por isso, a invasão da casa de Felix — ele estava na Bahia na época — e a ocupação policial de sua rua e adjacências, como lembra um dos filhos do instalador de persianas, não atingiu apenas a sua família, mas traumatizou igualmente a vizinhança. Não é por outra razão que tanto familiares como amigos de Felix se amedrontam quando aparece algum desconhecido por lá à procura dele.

Irani, a segunda mulher de Felix, recorda que numa de suas prisões os agentes sequer levaram em conta seus apelos mais tocantes:

— Um dos meus filhos pequenos estava com coqueluche. Pedi para não ser levada pelos policiais, mas não adiantou nada. Eles invadiram minha casa para ver se encontravam armas.

— Na verdade, enquanto a polícia o espreitava nas vizinhanças de sua casa, Felix trabalhava numa obra em Feira de Santana (BA), no bairro do Cruzeiro, perto do estádio do Maracanã — conta um dos seus amigos.

Meses depois da invasão e ocupação de sua casa, Irani, com seus dois filhos menores e um filho de Felix com sua primeira mulher, seguiu para Feira de Santana. Lá já estava a polícia em observação. Ela não sabia do paradeiro do marido ao chegar lá e uma semana depois foi presa, permanecendo dois dias nas dependências da Polícia Federal daquela cidade. Mais de oito anos depois, entre suas queixas, hoje ela sublinha uma: naquela época, o então tenente Bastos, do Exército, atuando em Feira de Santana, subtraiu a carteira de reservista de Felix e não a devolveu, apesar de seus pedidos insistentes já que com esse documento poderia fazer alguns procedimentos em benefício dos filhos do operário.

O desaparecimento de Felix, como p. ex., o de Itair José Veloso ocorreu de forma tão brusca, sem deixar indícios mais palpáveis a ponto de mesmo as versões de seqüestro e de irresistência às torturas, serem todas

tocadas pela incerteza. O ex-presos político César Queiroz Benjamim diz ter visto Felix entre setembro e outubro de 1971 quando era conduzido pelos agentes do DOI-CODI no interior da PE da Vila Militar — César acabava de ser preso e chegava àquele local. Um dos policiais que prenderam o ex-presos político Nilson Venâncio falou que ela estava *grampeado* há muito tempo, isso antes de César vê-lo. Por sua vez, a família oscila ao dizer que a última prisão de Felix ocorreu em Nova Iguaçu ou em Belford Roxo — mas em meio às incertezas, há uma pessoa esperançosa. Irani acha que seu marido ainda voltará.

# PAULO RIBEIRO BASTOS SÉRGIO LANDULFO FURTADO

## TODOS OS PROCESSOS À REVELIA

**J**á nas primeiras horas da manhã do dia 11 de julho de 1972 um rigoroso mas discreto aparato policial militar havia sido montado no bairro carioca da Urca, uma península onde a maior parte dos seus habitantes são oficiais militares. Objetivo: estourar um *aparelho* do MR-8. Os procurados: Paulo Costa Ribeiro Bastos, filho de Othon Bastos da Silva, na época general de divisão da ativa do Exército, e Sérgio Landulfo Furtado, estudante de Economia. Ambos militantes políticos na clandestinidade.

Tudo indica que os dois foram surpreendidos ainda no apartamento onde se encontravam, presos e seqüestrados. Mas existem outras versões. Paulo Costa e Sérgio Landulfo teriam percebido a tempo o cerco elaborado pelos órgãos de repressão e tentaram escapar como passageiros de um ônibus. Os policiais, todavia, bloquearam a única saída do bairro, passando a revistar, rigorosamente, todos os veículos. Num deles, acharam Paulo e Sérgio. Os dois jovens militantes foram presos, levados para o DOPS carioca, de onde mais tarde foram transferidos para o DOI-CODI e torturados barbaramente.

A partir daí a própria organização a que ambos estariam filiados começa a mobilizar o esquema de denúncia.

No dia 24 de julho, em Salvador, Diva e meu marido George Furtado, pais de Sérgio, receberam um telefonema dando conta de que seu filho tinha *caído* três dias antes, no Rio. Imediatamente, deslocaram-se para lá, onde constituíram como advogado Augusto Sussekind, que fez representação junto ao STM, designando as autoridades coatoras, sem obter resposta.

As únicas informações fornecidas pelas autoridades eram de que Sérgio e Paulo continuavam desaparecidos e teriam se evadido para o exterior. Informações como essas que, segundo a família, não coincidem com o comportamento de Sérgio. Ele sempre mantinha contato com os pais e, mesmo no dia 11 de julho, data de sua prisão, telefonara para sua mãe,

Diva, parabenizando-a pelo já transcorrido dia das mães. Na ocasião, ele disse à mãe: — A barra está ficando pesadíssima.

Os pais de Sérgio, embora não assumissem sua militância, o consideravam um idealista colocado diante de uma situação hostil.

Já os pais de Paulo Costa Ribeiro Bastos — com dois militares na família — não concordavam com o posicionamento do filho e mantiveram-se discretos. Tentaram, mesmo assim, localizá-lo, sem qualquer êxito. Mas preferiram não alardear sobre o desaparecimento de Paulo. O pai, general da ativa na ocasião, quando procurado pela família de Sérgio para, juntos, tentarem tirar das autoridades alguma justificativa para a prisão e desaparecimento dos rapazes, limitou-se a responder:

— Não sei, não quero saber, e como pai tenho tentado tudo para localizar o meu filho.

A família de Sérgio, por sua vez, continuou tentando contatos na esperança de descobrir o seu paradeiro. Esteve com o hoje general da reserva Fiúza de Castro, de que recebeu essa resposta:

— Como pai é que recebo vocês, mas afirmo pela minha honra de militar que Sérgio não foi apanhado. E mesmo que isso acontecesse, ele só ficaria detido durante o período de investigações, porque interessaria aos militares divulgar a sua prisão, já que ele era muito visado.

O então coronel Fiúza de Castro, comandante de um dos órgãos de repressão do Exército, ainda sublinhou:

— Estamos numa guerra e o MR-8 só acredita em violência. Pelo que sei de Sérgio, ele reagiria se fosse preso.

D. Diva não desistiu. Escreveu ainda para o então presidente da República, general Médici, e mais tarde para o já ministro da Justiça do governo Geisel, Armando Falcão. Sem resposta.

Enquanto isso, os processos de Sérgio e Paulo, instaurados mesmo antes de sua prisão, corriam à revelia, em várias auditorias militares. Sérgio foi condenado a 12 anos de prisão em 1971; a 13 anos na 1ª Auditoria da Marinha, em 1973; absolvido pelo STM, em 1974, depois que o promotor pediu pena de morte; absolvido em 1976 pelo III Exército e absolvido pela 1ª Auditoria da Marinha, em Salvador, em junho de 1977.

Com Paulo Costa aconteceu a mesma coisa.

Em 1978, o ministro e general Rodrigo Otávio Jordão pede ao STM para apurar as possíveis mortes de Sérgio, Paulo e outros. Apesar da sua insistência, nada foi apurado até hoje.

Sérgio Landulfo Furtado, conhecido como *Tom*, e Paulo Costa Ribeiro Bastos, sem dúvida, protagonizam casos misteriosos. Isto porque todos os processos em que estiveram envolvidos correram à revelia. A Justiça Militar nunca explicou o paradeiro dos dois. Mas, entre antigos companheiros seus de militância política, há quem não tenha dúvida: Sérgio e Paulo foram sumariamente eliminados, após terem sido submetidos a torturas no interior de organismos de repressão política e policial.

Paulo Roberto Jabour, ex-militante do MR-8, preso político cumprindo pena no presídio da rua Frei Caneca, Milton Dias Moreira, no Rio, está entre os que sustentam aquele ponto de vista<sup>1</sup>:

<sup>1</sup> Ver adiante o depoimento de Paulo Roberto Jabour.

– Um preso que se encontrava em julho de 1972 no DOI-CODI do Rio, acusado de pertencer ao PCB, conversou com Paulo Costa, no interior do organismo de repressão, em péssimo estado físico resultado das torturas sofridas. Mais tarde, Paulo teria morrido.

Além disso, um escrivão chamado Bioni, então lotado no DOPS, confirmou ao preso político Nelson Rodrigues Filho, hoje também no presídio Milton Dias Moreira, que Sérgio morrera naquele órgão, em consequência dos maus tratos sofridos.

## PAULO E SÉRGIO SEGUNDO JABOUR

Desde o golpe de 1964, além dos milhares de opositores do regime que foram perseguidos, torturados, encarcerados e mortos, contam-se também às centenas aqueles que, presos pelos órgãos de repressão política foram torturados e assassinados em seguida, sem que o governo sequer admitisse suas prisões.

Durante muito tempo, as denúncias relativas a estes casos — os chamados desaparecidos — eram feitas essencialmente no exterior, havendo no Brasil apenas um pequeno nível de repercussão. Outra característica de todo esse período (que vai de 68 a 75) é que estas denúncias tinham origem e caráter eminentemente familiar ou, quando se tratava de denúncias feitas por militantes políticos ou movimentos e entidades de oposição à ditadura militar, eram quase sempre, exclusivamente, baseadas em depoimentos de pessoas que haviam presenciado a prisão ou a tortura e assassinato de um determinado desaparecido. Esses depoimentos — inegavelmente as melhores e mais contundentes provas dos assassinatos —, entretanto, esbarravam na cortina de silêncio que a censura impunha sobre o assunto aos meios de informação no Brasil.

Hoje, especialmente após os casos Herzog e Fiel Filho, há maiores possibilidades de se iniciar o levantamento do véu que encobriu durante tantos anos esses crimes da ditadura militar.

Entre estas possibilidades, acham-se, p. ex., depoimentos de outros militantes que, embora não presenciando a prisão e morte de companheiros na tortura, tenham indicações sobre a vida e militância dos desaparecidos.

Nesse caso se incluiu depoimento que aqui presto sobre Sérgio Landulfo Furtado e Paulo Costa Ribeiro Bastos.

Militantes como eu do MR-8, Sérgio e Paulo encontravam-se no Rio de Janeiro em julho de 1972, sendo ambos procurados como “terroristas” pelos órgãos de segurança. Fazendo parte do mesmo organismo encontramos os três no bairro de Ipanema, por volta das 17 h do dia 3 de julho de 1972. Depois de nos separarmos, vim a ser preso (em condições desconhecidas) às 19.30 h do mesmo dia, já no bairro de Botafogo. Conhecendo Paulo de longa data, pois havíamos cursando juntos a Escola Nacional de Engenharia do Rio, este, ao não conseguir estabelecer o contato combinado para o dia seguinte, iniciou uma série de telefonemas para um amigo comum, com vistas a que meus familiares, assim avisados da minha prisão, procurassem localizar-me. Estes contatos telefônicos prolongaram-se por toda a semana, mais precisamente até o dia 10 de julho (sem que até aquele dia

houvesse qualquer notícia a respeito do meu paradeiro). A partir deste dia, sem aviso prévio, Paulo cessou de ligar para a determinada pessoa. Posteriormente, vim a saber que com este mesmo dia estava datada a última carta recebida pela companheira de Paulo (para quem ele escrevia quase que diariamente) que, nesta época, se encontrava exilada em Santiago do Chile.

Durante o período inicial da minha prisão, tive algumas indicações sobre a prisão e morte de Paulo e Sérgio. Citarei aqui três delas:

1 – Já transferido para o 1º Batalhão de Guardas, em São Cristovão, fui chamado, certo dia, no começo de agosto de 1972, à presença de um elemento pertencente aos órgãos de segurança que, de posse de uma fotografia de Paulo, pedia que eu o identificasse como sendo o militante que usava o codinome *Luís*, pois isto, segundo ele, melhoraria a situação de Paulo, seria melhor para ele. Presenciou esta entrevista o major Diogo, S-2 do citado quartel. Exigência exatamente igual foi feita, no mesmo dia, ao companheiro Nelson Rodrigues que também se encontrava detido no mesmo quartel.

2 – Ainda no começo de agosto e no mesmo quartel, fui chamado a prestar depoimento no IPM instaurado para apurar as atividades do MR-8. A certa altura deste depoimento, o encarregado do inquérito, major Oscar da Silva (com o qual eu havia tido o meu primeiro encontro ainda no DOI-CODI, no 1º Batalhão da Polícia do Exército, na rua Barão de Mesquita, durante a fase de torturas) insistiu para que eu nomeasse os militantes do MR-8 que eu conhecia. Tendo eu, em resposta a isso, apenas nomeado os companheiros dados publicamente como mortos ou sabidamente desaparecidos (conforme depoimento no processo 148/73-C da 2ª Auditoria da Marinha 1ª CJM), o citado major, à guisa de intimidação, perguntou se eu não gostaria de incluir o nome de Sérgio Landulfo nesta lista.

3 – Respondendo a vários processos, tive que comparecer inúmeras vezes ao DOPS para prestar depoimento. Assim, pude constatar, durante o segundo semestre de 1972, que era voz corrente neste órgão repressivo que Sérgio Landulfo, o *Tom*, tinha sido morto. Idêntica constatação pôde fazer Nelson Rodrigues – também conduzido freqüentemente ao DOPS. A Nelson, o escrivão chamado Bioni confirmou a veracidade da notícia da morte de Sérgio.

Há denúncias do desaparecimento de Sérgio e Paulo em todas as auditorias em que respondi processos: 3ª do Exército, 1ª e 2ª da Aeronáutica, 1ª e 2ª da Marinha. Entre outros processos, podem ser encontradas denúncias nos seguintes: processo 16/93 na 2ª Auditoria da Aeronáutica; processo 91/72 na 3ª Auditoria do Exército; processo 10/72 na 2ª Auditoria da Marinha; processo 16/96 na 2ª Auditoria da Aeronáutica; processo da 2ª Auditoria da Marinha, n. 148/73-C; processo 98/72 na 1ª Auditoria da Marinha. Idênticas denúncias foram feitas por Nelson Rodrigues Filho, Manoel Henrique Ferreira e Zaqueu José Bento nos processos a que responderam em diversas auditorias.

Com respeito a Zaqueu José Bento, este poderá testemunhar que o capitão Ventura, S-2 do RO-105, no Rio de Janeiro, afirmou-lhe diversas vezes, sempre mostrando a fotografia de Sérgio Landulfo, que este “já era”, tinha sido morto.

Nos meses e anos seguintes, com a prisão de outros militantes, vim a

tomar conhecimento de outros indícios que, embora mais tênues, constituem também caminhos pesquisáveis: há notícias de que teria ocorrido tiroteio com prisões, no bairro da Urca, por volta do dia 11 de julho de 1972, entre policiais que faziam revista nos passageiros de um ônibus, os quais, possivelmente, seriam Sérgio e Paulo. Há também notícias de um preso que se encontrava em julho de 1972 no DOI-CODI do Rio, acusado de pertencer ao PCB, que conversou com outro preso, em péssimo estado físico devido às torturas sofridas, e este último seria Paulo Costa R. Bastos.

De maneira geral pode parecer que estes dados apresentados sejam excessivamente frágeis para provocar uma investigação mais séria. Há inclusive, contrapostas a eles todas as afirmativas dos órgãos de segurança e do governo, no sentido de apresentar as pessoas desaparecidas ou como estando foragidas, ou como tendo viajado para o exterior, ou, ainda quando não é mesmo possível negar a prisão, apresentando supostas fugas encenadas, que, em verdade, nada mais são que toscas tentativas de encobrir os assassinatos sumários.

No caso de pessoas não procuradas, de vida legal, essas justificativas por si só caem por terra, desmoralizando-se.

No entanto, mesmo no caso de pessoas procuradas, levando vida clandestina, é facilmente verificável como estas desculpas são absolutamente inverossímeis e indignas de qualquer crédito. Quem militou na clandestinidade sabe que a rotina clandestina e os compromissos assumidos pelos militantes perante os companheiros — e no caso de Paulo e Sérgio posso afiançar sem nenhuma sombra de dúvida estes compromissos — colocam como praticamente inexistente a possibilidade de viagens ou desaparecimentos voluntários, etc. de um militante sem que isso fosse do conhecimento de outras pessoas.

A vida clandestina exige tal grau de disciplina e segurança que nenhum militante se desloca ou é deslocado de forma desorganizada, que nenhum militante abandona seus contatos (de cuja manutenção depende sua própria sobrevivência) sem que isso seja do conhecimento de outras pessoas.

Reafirmando: um militante clandestino não abandona seus contatos abruptamente, não desaparece sem avisar previamente o esquema (familiar ou não) de denúncia que geralmente monta para a eventualidade de sua prisão.

No caso concreto, posso afirmar com segurança que os desaparecimentos de Sérgio Landolfo Furtado e de Paulo Costa Ribeiro Bastos nada mais são que suas prisões e assassinatos pela polícia política brasileira.

Desta forma, alinho estes dois casos entre aqueles cuja denúncia e apuração fazem parte do processo de luta do povo brasileiro pela derrubada da ditadura militar e pela responsabilização e punição dos torturadores a serviço desta.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1979  
Presídio político Milton Dias Moreira

*Paulo Roberto Jabour*

# HUMBERTO CÂMARA NETO

## NINGUÉM VAI À JUSTIÇA PELO EX-DIRIGENTE DA UNE

**P** rimeiros dias de outubro de 1973.

Ainda o refluxo político, a repressão na ofensiva, enquanto organizações e grupos de todas as tendências políticas sofrem seus últimos baques.

Humberto Albuquerque Câmara Neto, ex-estudante de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco, ex-vice presidente da UNE, então com 26 anos, foi preso no dia 8 de outubro de 1973 — há indicações de que foi morto num órgão de repressão —, quando a sua organização, a APML, foi violentamente atingida.

Beto voltava de uma viagem ao Nordeste. Por coincidência, no mesmo ônibus, vindo da Bahia, encontra seu companheiro de organização, José Carlos da Mata Machado. Zé Carlos, tudo indica, estava sendo seguido. Acertaram um encontro no Rio, num trecho da praia de Botafogo. Possivelmente um encontro rápido, pois Beto, inclusive, se esqueceu de desligar o toca-discos da casa dos amigos onde estava hospedado no Flamengo.

O contato foi breve, mas Zé Carlos e Beto marcaram um outro, ainda para aquele dia. Pretendiam tirar a limpo se estavam realmente sendo seguidos. A evidência, a prova seria o não comparecimento.

Zé Carlos esperou o companheiro para o segundo encontro. Ele não apareceu. Confirmou-se, então, a suspeita de que alguém o seguia e, o que é pior, todas as pessoas por ele encontradas possivelmente estariam na mesma situação. Dirigiu-se para a casa de parentes, no Rio, mas percebeu que ela estava sob ostensiva vigilância. Fugiu para São Paulo, onde foi preso e teria sido morto.

Antes de embarcar para São Paulo, Zé Carlos conseguiu avisar outros companheiros sobre a situação estranha do não comparecimento de Humberto ao encontro marcado. Imediatamente, no Rio, iniciou-se um trabalho penoso na tentativa de localizá-lo.

Companheiros mais próximos, também nordestinos, como Fernando Santa Cruz, desaparecido posteriormente, recorreram ao pai de Beto, um

pacato e conservador dentista de Recife, que decidiu deixar o caso “pra lá”. Temia que os outros fossem prejudicados pela ação repressiva da polícia política brasileira.

Por fim, os amigos de Beto pediam tão-somente uma procuração da família, que não forneceu o documento. Foram feitos contatos com os principais advogados de presos políticos do Rio e todos comentaram sobre a impossibilidade de fazer alguma coisa sem uma procuração da família.

O certo, no entanto, é que Beto, preso e desaparecido, nem sequer pôde ter, à época, quem o procurasse pelas vias legais, através da justiça vigente. O desespero de seus companheiros não os imobilizou. D. Ivo Lorscheiter, secretário-geral da CNBB, foi procurado pessoalmente e por carta, mas disse que nada podia fazer.

Uma antiga amiga de Beto, que não tinha ligações políticas com ele, ofereceu-se para assinar uma procuração na qualidade de conhecida. Também esse gesto não contribuiu para localizar Humberto Albuquerque Câmara Neto.

Em 1975, Humberto foi acusado pelo então ministro da Justiça, Armando Falcão, de ser integrante da direção do PCBR, e que se encontrava na clandestinidade.

## A MILITÂNCIA DE HUMBERTO

Em 1967, Humberto Albuquerque Câmara Neto está entre os excedentes de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco. É quando trava a sua primeira luta concreta, depois de perceber, na própria carne, as contradições e o caráter elitista da universidade brasileira. Logo assume liderança local e regional. Ainda em fins de 67, candidata-se à presidência da União Estadual dos Estudantes.

Em 1968, é escolhido representante de Pernambuco na chapa de Jean Marc para dirigir a UNE. É preso durante o congresso de Ibiúna, em São Paulo. Já agora, apesar de jovem, é considerado pelo governo um elemento perigoso para a ordem vigente. Estava jurado. Era constantemente ameaçado pelos órgãos de repressão e também pelos órgãos para-militares, como CCC.

Em 1969, em fevereiro, perante o conselho da UNE, foi eleito um dos seus vice-presidentes.

Em 1972, ainda no movimento estudantil, participa da tentativa de organizar as comemorações do cinquentenário da Semana de Arte Moderna. As comemorações foram frustradas nos principais Estados, através de prisões em massa. Até mesmo o ato cultural se encontrava na lista negra das atividades tidas como subversivas. Era o sufoco. Só restava o caminho da clandestinidade. Como militante da AP, além do trabalho prático, tinha grande preocupação com o estudo e a sistematização teórica. Companheiros seus, que sobreviveram àqueles tempos, afirmam que Beto deixou muita coisa escrita, como resultado da leitura dos clássicos do marxismo e de sua atuação. Esse material possivelmente será publicado algum dia.

# PAULO STUART WRIGHT

## EUA RECLAMA SEU CIDADÃO

**S**eqüestrado por agentes federais no dia 2 de setembro de 1973, o ex-deputado estadual Paulo Stuart Wright — afirma-se — foi visto pela última vez em liberdade dentro de um trem de subúrbio em São Paulo, quando percebeu que estava sendo seguido por três agentes policiais. Já preso na OBAN, submeteu-se a uma acareação com uma pessoa na sala de identificação, segundo declaração prestada por escrito ao advogado José Carlos Dias, da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo. Este documento foi apresentado ao STM pelo advogado. Sem resultado. Desde essa data não se sabe mais do paradeiro de Paulo Wright. Seu nome figura na nota do Ministério da Justiça, de fevereiro de 1975, onde ele é dado como foragido e acusado de ser militante da APML.

Filho de missionários norte-americanos, Paulo nasceu a 2 de junho de 1933, em Joaçaba, Santa Catarina. Possui dupla nacionalidade: brasileiro e nacional (citizen) dos Estados Unidos. Por este motivo, o Senado norte-americano enviou inúmeras apelações e documentos, tanto ao governo brasileiro quanto ao americano, no sentido de esclarecer a prisão e o paradeiro de Paulo Wright.

Apesar de sociólogo, formado nos Estados Unidos, Paulo se empregou como ajudante de torneiro mecânico, ao voltar para o Brasil, com o objetivo de se manter perto do operariado, para melhor compreendê-lo. Foi então convidado e assumiu uma secretaria da prefeitura de Joaçaba, sua cidade natal. Em 1960, Paulo assume a secretaria regional da União Cristã dos Estudantes do Brasil e passa a dirigir a Imprensa Oficial do governo catarinense.

## COM OS PESCADORES

Constatando as precárias condições de vida dos pescadores do litoral catarinense, Paulo decide criar, com o apoio de amigos, a Federação das Cooperativas de Pesca de Santa Catarina, com o objetivo de organizar e di-

namizar as colônias, envolvendo uma população de 25 mil famílias, 15 031 das quais viviam exclusivamente do pescado.

Entretanto, por falta de recursos financeiros, o projeto foi arquivado. Também por essa razão, ele se candidatou a deputado estadual: tinha esperança de que, como parlamentar, pudesse criar condições de apresentar seu projeto e obter a aprovação do governo visando a sua implantação. Com o apoio dos pescadores, elegeu-se pelo PSP.

Depois de eleito, sua primeira luta foi no sentido de levar a Secretaria de Agricultura e o Departamento de Caça e Pesca a firmarem convênio com a Federação das Cooperativas: com isso o governo do Estado ficou obrigado a financiar e assistir os associados da entidade.

No seu primeiro ano de atividade, a Federação das Cooperativas de Pesca — Fecopesca — apresentou sensíveis melhoras: sua arrecadação calculada em Cr\$1 360 000,00 se elevou, um ano depois, para Cr\$3 434 000,00 com a mesma quantidade de pescado recolhido pelos 27 centros. Isso ocorreu devido, em primeiro lugar, à racionalização dos métodos de trabalho ali introduzida e à utilização de equipamentos e transportes mais eficazes. O que contribuiu para a melhoria do padrão de vida dos pescadores locais.

## **INCOMODANDO O PARTIDO**

Em meados de dezembro de 1963 registrou-se uma tentativa de assassinar Paulo Stuart Wright, sob a responsabilidade de seu suplente imediato, o deputado e bicheiro Manoel Santos, homem da confiança de Adhemar de Barros e encarregado de reestruturar o PSP catarinense.

Na verdade, quando a prática política de Paulo começou a incomodar a direção estadual do partido, foram iniciadas as articulações para neutralizar sua liderança e depois para afastá-lo de uma vez do cenário político local. A direção do partido solicitara, oficialmente, a renúncia de Paulo Wright por causa de uma série de críticas feitas por ele aos poderosos de Santa Catarina. Mas Paulo não atendeu. Sabia que os seus cinco primeiros suplentes estavam comprometidos com Adhemar de Barros. Este exigia, através de uma carta, o seu mandato e defendia ainda a expulsão de Paulo do partido sob alegação de que o parlamentar pregava idéias comunistas. Foi a partir do insucesso destas primeiras gestões que o suplente Manoel dos Santos contratou um sargento da PM para matar o deputado. Ao saber deste plano, Paulo o denunciou na Assembléia Legislativa. A Secretaria de Segurança instaurou um inquérito, onde o sargento revelou que o deputado seria morto a facadas, e limitou-se a enviar alguns policiais à casa de Paulo para protegê-lo. Manoel dos Santos, ficou impune, graças à orientação de Adhemar de Barros.

## **PERSEGUIÇÃO E CASSAÇÃO**

Com o golpe militar de 1964, por exigência da Secretaria de Segurança Pública e do Comando Naval, a Assembléia Legislativa organizou uma comissão especial para julgar Paulo Wright, mais uma vez acusado de ser comunista. Já não se tratava de uma orientação do seu partido, como pretendia Adhemar de Barros pouco tempo antes, mas uma decisão dos gol-

pistas que acabou se estendendo a vários Estados, onde o legislativo, para se manter em funcionamento, foi obrigado a se transformar em verdadeiro tribunal.

A comissão se instalou em 5 de maio de 1964. O julgamento foi concluído dias depois, quando o deputado Paulo Wright, o único parlamentar do PSP na Assembléia catarinense, teve seu mandato cassado<sup>1</sup>.

Diante disso, pede asilo político na embaixada mexicana e segue para o México, de onde voltou, clandestinamente, poucos anos depois. A 8 de março de 1972, Paulo foi julgado pela 1ª Auditoria da Aeronáutica da 1ª CJM, sendo absolvido. Estava no processo da AP, em que 13 dos 64 acusados foram condenados à prisão<sup>2</sup>. A 14 de março de 1974, Paulo é condenado a cinco anos de prisão pelo Conselho Permanente da 1ª Auditoria da CJM.

Numerosos apelos e documentos foram enviados às autoridades civis, militares e eclesiásticas brasileiras e norte-americanas por todos os organismos defensores dos direitos humanos no Brasil e no exterior na tentativa de apurar e esclarecer a questão da prisão e desaparecimento do ex-deputado.

<sup>1</sup> Todos os partidos representados na Assembléia Legislativa de Santa Catarina - Partido Trabalhista Brasileiro, União Democrática Nacional, Partido Democrático Cristão, Partido Social Democrático -- apoiaram a cassação do mandato de Paulo Stuart Wright, exigida pela ditadura. *Diário da Assembléia*, Florianópolis, 23-05-64, p. 14.

<sup>2</sup> *Jornal do Brasil*, 09-03-72.

# EDUARDO COLLIER FILHO

## AS AMEAÇAS DE SEMPRE

**A** luta travada pelas famílias e organismos defensores dos direitos humanos contra o silêncio e o descaso das autoridades governamentais para a obtenção de informações sobre o destino dos desaparecidos tende a perdurar ainda por longo tempo. A corrida atrás de informações extra-oficiais, muitas vezes incompletas, confusas, propositalmente contraditórias, os telefonemas anônimos, as cartas esquisitas, as ameaças são constantes. O que tem exigido firmeza e persistência para levá-la até o fim.

A família Collier, p. ex., tem documentado nesses últimos cinco anos, desde o desaparecimento de Eduardo Collier Filho e de seu amigo Fernando Augusto Santa Cruz Oliveira, ocorrido em fevereiro de 1974, no bairro carioca de Copacabana, muitos fatos considerados estranhos, alguns até hoje sem explicação.

Risoleta Collier, mãe de Eduardo, possui um dossiê sobre o sumiço do seu filho, em que se incluem dois relatórios com informações sobre o seu paradeiro. Um deles foi escrito por seu genro, Romildo Rangel do Rego Barros. Relata as informações transmitidas pelo professor Delamare, em maio de 1974. Este professor lecionava num colégio carioca e entrou em contato com a família através de uma amiga desta, sua aluna. Disse ter-se aproximado de Eduardo por intermédio de um amigo, então general de divisão da ativa, e o reconheceu pelas fotos mostradas por Risoleta.

De acordo com Delamare, Eduardo estava preso na fortaleza de Santa Cruz, em Niterói, e convivia com os outros presos. Ele contou a Eduardo que estava em contato com sua família. Eduardo não confiou nele e lhe disse que nada tinha a ver com a família. Por isso, o professor pediu a d. Risoleta alguns dados sobre a infância do rapaz. Depois disso Eduardo passou a confiar no professor. Delamare disse ao Romildo que poderia conseguir junto ao general para que d. Risoleta visse Eduardo de longe. A única condição era que ela não fizesse nenhum escândalo, pois prejudicaria o filho. Seu genro afirmou que isso não aconteceria e marca-

ram, então, um encontro para confirmar a data e local. Nesse encontro Delamare informou que Eduardo fora, todavia, transferido para uma outra prisão muito distante e que não poderia fazer mais nada. Depois disso, foi interrompido o contato do professor com a família do desaparecido.

O outro relatório é sobre informações prestadas pelo representante da Cruz Vermelha Brasileira, Gastão Jacinto Gomes, para o caso de Eduardo e Fernando, também em maio de 1974. Gastão conseguia informações através de um coronel do Exército, cujo nome nunca revelou. Esse coronel confirmou a prisão dos dois jovens e acrescentou que Fernando havia necessitado, inclusive, de cuidados médicos, um mês antes, mas que já estava bem. Gastão não explicou em que local estavam presos. Mais tarde, reuniu as duas famílias na Cruz Vermelha, onde se encontravam sempre, sob alegação de que tinha “uma notícia esclarecedora, porém desinteressante”. O coronel informara que “os meninos não estavam presos, nem detidos”, ambos estavam vivendo na clandestinidade. O coronel se identificou ao Gastão como agente duplo. E nessa condição se aproximou de Eduardo e Fernando. Simulou ser companheiro deles, dizendo-lhes que comungava dos mesmos ideais. Mas as famílias consideraram essas informações absurdas e contraditórias. Gastão concordou. Disse que o coronel estava querendo fazê-lo de “palhaço”. Os contatos posteriores com Gastão passaram a ser realizados em seu apartamento e não na Cruz Vermelha, a seu pedido. Num desses encontros, irritado com a insistência das famílias em saber porque não eram informadas do local da prisão de Fernando e Eduardo, Gastão destratou as pessoas presentes. Depois desse incidente, as famílias não voltaram mais a procurá-lo.

## ANÚNCIO MISTERIOSO

Outro fato igualmente estranho ocorreu quando d. Risoleta foi obrigada a colocar um anúncio, pedindo a presença de Eduardo, nos principais jornais do país, durante dez dias, para conseguir a autorização do juiz na venda de um terreno da família. Se após esse prazo Eduardo não aparecesse, estaria confirmado o seu desaparecimento e o terreno poderia, então, ser vendido.

Abaixo desse anúncio, foi publicado um outro, afirmando que Eduardo Collier Filho não apareceria porque tinha sido preso pelos órgãos de segurança. Nunca se soube a autoria do anúncio, pois foi assinado sob pseudônimo, mas obviamente tinha uma função de denúncia.

Mais recentemente, um outro fato surpreendeu a família Collier. O correio entregou em sua antiga casa, no Recife, uma carta endereçada a Eduardo, datada de 31 de julho de 1978. O remetente é a Superintendência Estudantil da Universidade Federal da Bahia, onde Eduardo estudou até o segundo ano de Direito, quando foi cassado pelo decreto-lei 477, por sua participação no congresso da UNE em Ibiúna. Em resumo, a carta parabeniza Eduardo por sua colação de grau em Direito, e o cobra-lhe a quantia de Cr\$ 792,40 pelo financiamento prestado pela Superintendência Estudantil, do qual “o magnífico Reitor resolveu dispensar juros e correção monetária”, caso a importância fosse depositada no prazo de 60 dias. O comunicado é assinado por Osmundo Álvares Tosca, Superintendente

Estudantil<sup>1</sup>. A resposta dada por d. Risoleta é a mesma desde o desaparecimento de seu filho: "Eduardo foi preso pelos órgãos de segurança, depois disso desapareceu". E, para ela e todas as famílias vítimas da repressão, os responsáveis terão que responder por esses fatos.

## EDUARDO À MÃE: – NÃO TENHA MEDO

### POEMA DO DIA DAS MÃES

*Você me pôs no mundo  
Talvez sejam os poderosos  
(do dinheiro)  
A me tirar  
De você  
Por sua fúria incontrolável*

*Você me pôs no mundo  
Com amor  
(com carinho sigo como um regato)  
Ao lado da Torrente  
Invencível do meu povo  
Pode secar o regato  
Mas não secará a torrente  
Jamais  
Talvez não bem para isso  
Você me pôs no mundo  
Mas lhe asseguro  
É esta a única forma  
De estar reconhecido  
À sua generosidade.*

*Eduardo Collier Filho, maio de 1973*

*As signatárias desta carta, mães de Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira e Eduardo Collier Filho vêm a presença de V. Excia. apelar no sentido de que, com sua intercessão, se encontre uma solução para tão*

<sup>1</sup> Em fevereiro de 1978 d. Risoleta enviou uma carta ao reitor da UFBA, Augusto Mascarenhas, manifestando sua surpresa por tal cobrança. Dizia que não sabia se esse gesto era uma ironia ou uma provocação e que não o aceitava. Osmundo Álvares Tosca explicou, por sua vez, que a carta era uma circular enviada a milhares de ex-estudantes que não saldaram seus débitos de empréstimos tomados à UFBA. "Já recebemos cartas de outros parentes informando do falecimento de ex-alunos e, imediatamente, extinguímos o débito", disse Osmundo, para classificar o caso de Eduardo como um equívoco.  
*Jornal do Brasil, 24-02-79.*

angustiante momento que atravessamos, e solicitamos a devida e especial atenção para o que passamos a relatar:

I – Fernando Augusto e Eduardo foram detidos no dia 23 de fevereiro do corrente ano, no Rio de Janeiro, pelos órgãos de segurança nacional.

II – Que dias após a detenção o apartamento onde residia Eduardo Collier foi invadido por elementos pertencentes aos órgãos de segurança os quais levaram livros de cunho ideológico, tornando claro que se tratava de uma diligência conseqüente da prisão política.

III – A partir da detenção de nossos filhos, temos procurado os órgãos responsáveis pela Segurança Nacional, no sentido de localizá-los, o que resultou infrutífero, não se obtendo nenhuma informação objetiva sobre o local onde os mesmos estão detidos, nem a autoridade responsável, situação que perdura até a presente data.

IV – Em face dessa situação, outra alternativa não houve, senão impetrarmos habeas-corpus no Superior Tribunal Militar, que tomou os nºs 31/206 e 31/197, mas que encontram-se na iminência de serem prejudicados, tendo em vista que as autoridades impetradas, responsáveis pela segurança dos estados da Guanabara e São Paulo responderam negativamente.

V – No entanto enquanto eram aguardadas as informações das autoridades impetradas, procuramos paralelamente militares, civis e instituições, que, receptíveis ao nosso angustiante apelo, prestaram informações de caráter informal e confidencial que confirmam a prisão de nossos filhos. Desses encontros participaram as signatárias e membros das suas famílias, e que dada a incerteza e ao longo período já decorrido, tomamos a liberdade de levar ao conhecimento de V. Excia. para a devida apreciação.

VI – Motivados por informações recebidas, fomos a S. Paulo, no dia 14 de março, ao DOI do II Exército, situado na rua Tomás Carvalhal, onde ocorreu o seguinte incidente: recebidas pelo carcereiro de plantão, que atendia pelo nome ou alcunha de "Marechal", o mesmo anotou os nomes de nossos filhos e após uma ausência de meia hora, retornou o referido funcionário, na ocasião comunicando que "hoje não é dia de visitas para Fernando e Eduardo"; em virtude da nossa insistência, foi declarado que os nossos filhos ali se encontravam presos, mas que só poderiam receber visitas no domingo próximo, após as 10 horas. Apesar disso se dispuseram a receber e entregar sacolas contendo roupas e objetos de uso pessoal. A convicção de que realmente eles estavam presos no local, tornou-se absoluta, quando o carcereiro, ao receber o nome de Fernando Augusto de Santa Cruz, completou-o, acrescentando o último sobrenome, Oliveira, sem que lhe fosse fornecido.

No domingo, ao comparecermos ao DOI, certos de que nos avistaríamos com nossos estimados filhos, como o prometido, fomos comunicados por um funcionário, que atendia pelo nome de Dr. Homero, de que Fernando e Eduardo ali não se encontravam, tratando-se tudo de um "lamentável equívoco", ocasião em que foram devolvidas as sacolas. Acrescentou também que as famílias deveriam se dirigir ao comando do II Exército, pois não estava autorizado a dar quaisquer informações sobre os presos, isto decorrente de nossa insistência.

*VII – Dentre as pessoas e instituições procuradas, destacamos a fraternal acolhida por parte da Cruz Vermelha Brasileira, que designou um representante para colher informações relativas ao caso. Assim, após o primeiro contato realizado no dia 26 de abril, fomos informados de que nossos filhos estavam realmente detidos para averiguações, gozando de boa saúde, não fornecendo porém o local onde se encontravam. No dia 29 de abril, informou-nos a referida instituição, que “os nossos filhos haviam sido visitados por um oficial do Exército, a pedido da Cruz Vermelha, reafirmando que se encontravam bem de saúde, no ato da visita, tendo salientado que Fernando havia necessitado de cuidados médicos a cerca de um mês atrás”. No dia 3 de maio, comprometeu-se a entidade a enviar uma carta nossa aos nossos filhos, através do referido oficial, ressaltando que as cartas teriam respostas, por parte de Eduardo e Fernando, fato que se concretizou apenas na entrega, não havendo resposta, conforme nosso desejo. A partir do dia 13 de maio, a Cruz Vermelha através de seu representante comunicou-nos que já não conseguia notícias de nossos filhos cessando todas as informações de que dispunham.*

*É de suma relevância lembrar a V. Excia. que outras pessoas, militares e civis, por nós procurados, confirmaram as informações acima prestadas, isto é, a detenção de nossos filhos e que estavam gozando de boa saúde.*

Este é um trecho da carta enviada ao chefe da Casa Civil, general Golbery do Couto e Silva, em 27 de maio de 1974, por Risoleta Meira Collier e Elzita Santos Santa Cruz Oliveira. Em agosto, juntamente com outros parentes de desaparecidos foram recebidas, em Brasília, por Golbery, que se comprometeu a dar uma resposta em 25 dias, o que não foi feito. Seis meses após, em fevereiro de 1975, o ministro da Justiça, Armando Falcão, num pronunciamento transmitido em cadeia pela televisão, respondia aos familiares dos desaparecidos. A versão oficial foi a de que os desaparecidos encontravam-se foragidos e não teriam sido presos por nenhuma instituição governamental. Na nota do ministro Falcão, Eduardo seria, inclusive, militante da APML.

Esta foi a última informação oficial e extra-oficial que d. Risoleta Collier conseguiu sobre seu filho. Até três meses após seu desaparecimento, ela obteve várias informações com autoridades militares e civis, mas não conseguiu através de nenhuma delas descobrir-lhe o paradeiro. A relação de autoridades procuradas pela família é extensa. Pessoalmente d. Risoleta entrou em contato com o general Reinaldo Mello de Almeida, comandante do I Exército, general Rodrigo Otávio, ministro do STM, marechal Juarez Távora, general Bandeira de Mello<sup>2</sup>, Dr. Rui de Lima Pessoa, procurador-geral da Justiça Militar, Dr. Teócritto de Miranda, auditor da Justiça Militar, general Cordeiro de Farias, através de seu assessor, coronel Rubens, senador Magalhães Pinto, deputado Fernando Lyra, general Golbery do Couto e Silva, além de parentes e conhecidos de outras autoridades. As famílias enviaram cartas ao senador Petrônio Portela, ao senador Paulo Torres, ao deputado

<sup>2</sup> O general Bandeira de Mello permaneceu no comando da IV Divisão de Exército, sediado em Belo Horizonte, até fins de 1977 quando, após o episódio que resultou na demissão do general Sylvio Frota do Ministério do Exército, passou a comandar o III Exército.

Flávio Marcílio, ao ministro Armando Falcão e ao presidente da República, general Ernesto Geisel. Nenhuma dessas cartas foi respondida. Fora as autoridades oficiais, houve contatos com a Igreja, através do arcebispo de São Paulo, D. Evaristo Arns, do arcebispo do Rio, D. Eugênio Salles, e do representante do papa Paulo VI, primaz do Brasil, D. Agnelo Rossi, com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, órgão da OEA, com o Diretório Central do MDB, e com a OAB.

Eduardo Collier e Fernando Santa Cruz eram amigos desde a infância, passada em Recife. Eduardo morava em Copacabana e Fernando em São Paulo. No carnaval de 74, Fernando veio ao Rio e Eduardo entrou em contato com ele. Marcaram um encontro para a tarde de sábado. Quando Fernando saiu para o encontro, avisou a família para que o procurasse, caso não voltasse até as 19h. Como isso realmente ocorreu, sua família foi até o apartamento da Prado Junior e lá soube que os dois haviam sido presos por elementos dos órgãos de repressão, que também levaram livros e pertences de Eduardo. D. Risoleta Collier estava em Pernambuco, visitando sua família, quando soube da prisão. Voltou imediatamente para o Rio. A última vez que viu seu filho fora 15 dias antes, quando viajou para Recife.

*— A ditadura prendeu meu filho. Duda sempre me dizia: — Não tenha medo. Não acredite em ninguém, não vou sair do Brasil, confie em mim. Se eu tiver que sair, você vai saber.*

*Ele era um filho extraordinário, amigo, maravilhoso, simpático, alegre, um coração enorme. Inteligentíssimo, nunca me deu trabalho com estudo. Queridíssimo na família. Sempre estava em contato comigo. . . É uma desumanidade. . . ele foi cassado, não podia mais estudar, tiraram os documentos dele, não podia trabalhar. . . Eles me diziam que ele estava preso, “tenha paciência”, “vamos com calma”. . . Eu queria saber onde ele estava, entrei pela porta do comandante do I Exército, discuti com ele. . . Eu tenho muita esperança, mas depois que ouvi, no CBA, as denúncias de tortura de Mário Alves, eu fiquei muito abalada. Meu filho pode ter sido morto pelas torturas. . . Eu quero saber. . . Os órgãos de segurança prenderam meu filho, se ele morreu, foi porque mataram. . . Eu não vou desistir nunca!*

D. Risoleta faz parte da Comissão de Parentes de Desaparecidos do CBA-RJ, frequenta todas as suas reuniões, faz contatos com membros da Anistia Internacional. Viúva do advogado pernambucano Eduardo Collier, teve um casal de gêmeos — Eduardo Collier Filho, o *Duda*, e Maria do Rosário Collier do Rego Barros, a *Dadá*.

Eduardo Collier Filho nasceu em Recife, a 5 de dezembro de 1948. Integrava o diretório da UFBA. Foi preso em Ibiúna, quando participava do congresso da UNE. Transportado para Salvador, foi um dos últimos a ser libertado.

A 11 de setembro de 1972, Eduardo foi julgado como revel na 1ª Auditoria da Aeronáutica da II Região Militar, em São Paulo<sup>3</sup>. Condenado a dois anos de reclusão sob acusação de pertencer a APML, enquadrado no artigo 14 da LSN “por filiação a organizações clandestinas”, seu processo se encontra no STM sob o número 703.

<sup>3</sup> Quem o condenou foi o Conselho da Aeronautica, presidido pelo juiz José Paula Paiva. Funcionou como advogado de defesa Augusto Sussekind de Moraes Rego.

# FERNANDO DE SANTA CRUZ

## NÃO HÁ O QUE ESQUECER

Mamãe, por que papai não volta para casa?  
Diga a ele que tenho muita saudade dele.

Felipe, aos 2 anos

**N**ão se implorava nada, além do elemental, sagrado e universal direito de defesa. No entanto, como se por acaso pudesse existir valor mais alto, nem a isso se atendia. Não adiantou recorrer aos comandantes do I e do II Exércitos, sediados no Rio e em São Paulo, ao STM, ao ministro do Exército, ao chefe do SNI, ao ministro da Justiça, ao chefe da Casa Civil e eminência parda do governo, general Golbery do Couto e Silva, ao presidente da República, a figuras intocáveis das Forças Armadas, como os marechais Juarez Távora e Cordeiro de Faria; aos presidentes da Arena e MDB, às tribunas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, à OAB, às entidades da Igreja Católica, à Cruz Vermelha, à Anistia Internacional, ao Tribunal Bertrand Russel, à OEA, à imprensa, nem ao *Le Monde* e ao *The New York Times*.

A ninguém adiantou recorrer. Vencidos uns pela impotência, rendidos outros pela conivência diante de um grupo assassino, que nas masmorras dos quartéis e delegacias policiais alimentava a ditadura militar com o sangue e a vida de muitos brasileiros, não só não se teve mais de volta, nem mesmo morto, Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira, um pernambucano de 26 anos de idade — estudante de Direito, funcionário do Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo e militante da APML —, como não se conseguiu saber com exatidão o que lhe aconteceu desde que, a 23 de fevereiro de 1974, num sábado de carnaval, saiu por volta das 15.30 h da casa do irmão, advogado Marcelo de Santa Cruz Oliveira, na rua Correia Dutra, 55, apt<sup>o</sup> 504, no bairro do Catete, no Rio, para se encontrar com um companheiro, Eduardo Collier Filho, que morava em Copacabana. O encontro estava marcado para as 16 horas.

Fernando, na época, residia em São Paulo. Estava no Rio com a mulher, Ana Lúcia Valença de Santa Cruz Oliveira, e o filho de dois anos,

Felipe, aproveitando as folgas do carnaval. Ele sabia que Eduardo respondia como revel a processo na 1ª Auditoria da 2ª CJM de São Paulo, acusado de pertencer à APML. Mas nada tinha a temer, como justificou à família antes de sair. Vestiu-se à vontade, de bermuda amarela, camisa esporte e sandálias. Como, porém, se tratava de um encontro político, disse para onde ia e, antevendo o que lhe aguardava, deixou no ar uma advertência: se não voltasse até às 18 h, teria sido preso.

A hora passou. A primeira evidência de que ele realmente fora preso, juntamente com Eduardo Collier Filho, surgiu na mesma tarde: o apartamento onde residia seu amigo foi invadido por elementos que não se identificaram ao porteiro. Eles levaram de lá alguns livros sobre política, deixando claro que se tratava de uma diligência dos órgãos de repressão, em consequência das prisões políticas já efetuadas.

## REVOLTA E BUSCA

Quinto dos dez filhos do médico-sanitarista pernambucano — Lincoln de Santa Cruz Oliveira e Elzita Santos de Santa Cruz Oliveira, residentes na rua Manoel de Barros Lima, 210, Bairro Novo, Olinda, Pernambuco —, Fernando despontava entre os irmãos e colegas de aula desde cedo, com enorme potencial de liderança. Extremamente sensível, o que mais o distinguia era a firmeza de caráter, a lealdade com os amigos.

Também desde cedo tomou consciência das lutas políticas do seu povo. De 1966 a 1968, participou ativamente do movimento estudantil secundarista de Pernambuco. Foi, inclusive, detido em uma passeata e, por ser menor de idade, levado para o Juizado de Menores, juntamente com outro estudante, Ramires Maranhão do Valle. Nessa ocasião, ficou detido uma semana.

Com a repressão policial revigorada a partir do final de 1968, quando se suprimiram com o AI-5 todas as garantias constitucionais, ele se transferiu para o Rio de Janeiro. Já estava então casado com Ana Lúcia Valença — casou-se muito cedo, com apenas 20 anos, com a primeira namorada. No Rio, trabalhou como pesquisador na Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio, do Ministério do Interior. Em 1972, matriculou-se no curso de Direito da UFF. Em setembro de 1973, foi residir em São Paulo.

Pelo menos nos quatro meses que antecederam a sua prisão, notava-se Fernando ora triste, ora apreensivo, ora revoltado com as prisões e desaparecimentos de companheiros seus, militantes políticos como ele, que exerceram forte influência em sua formação política, como Honestino Guimarães, Humberto Câmara Neto e Paulo Wright. Todos em casa se recordam de sua revolta ao ler nos jornais o assassinato, sob tortura, dos líderes estudantis José Carlos da Matta Machado e Gildo Lacerda.

Iniciou-se para a família de Fernando a mesma via-crucis percorrida por dezenas de outras famílias. Informações extra-oficiais indicavam que ele e Eduardo Collier Filho haviam sido detidos por órgãos de repressão do Rio e, posteriormente, transferidos para o DOI-CODI de São Paulo, onde se encontravam à disposição do Centro de Informações do Exército.

## MANOBRAS DA REPRESSÃO

Rapidamente, partiu para São Paulo a irmã de Fernando, Márcia de Santa Cruz Freitas. Diante dos portões do CODI paulista, na rua Tomás Carvalhal, Márcia, com a mãe e a irmã de Eduardo Collier Filho, Risoleta Meira Collier e Maria do Rosário Collier do Rego Barros, foi atendida por dois militares, no dia 14 de março de 1974. Informados da razão da visita, um deles chamou pelo telefone alguém com o apelido de *Marechal*. Quando Márcia lhe dava o nome de Fernando, não esperou que ela completasse. Antecipou-se e acrescentou-lhe o sobrenome Oliveira. Era um sinal, se não de vida, ao menos de esperança.

Com os nomes de Fernando e Eduardo anotados em um papel, *Marechal* entrou no quartel. Meia hora depois, voltou e disse:

– Hoje não é dia de visita para eles.

Diante da insistência de Márcia e dos parentes de Eduardo, *Marechal* confirmou a presença dos dois. Disse que só poderia receber visitas no domingo, dia 17 de março de 1974, às 10 h. Além disso, recebeu as sacolas com mantimentos e objetos de uso pessoal e fez apenas uma exigência: que se anotassem seus nomes nas respectivas sacolas.

No domingo, dia 17, na hora determinada, as duas famílias voltaram ao CODI. Foram atendidas na portaria por um senhor que se dizia chefe de serviço do dia e atendia pelo nome de *Dr. Homero* – um dos que estão, ao lado de *Marechal*, na lista de 233 torturadores denunciadas pelo jornal *Em Tempo*. Cinicamente, *Dr. Homero* disse que houvera um lamentável equívoco na informação dada na quinta-feira anterior: Fernando e Eduardo não estavam presos ali. E devolveu as sacolas que haviam sido deixadas para os dois. Diante do desespero das famílias, acrescentou que apenas o II Exército poderia dar informações sobre presos políticos. Mas no II Exército, no dia seguinte, um certo major Virgílio (chefe de Relações Públicas) disse não constar que Fernando e Eduardo estivessem presos em São Paulo.

A Justiça, para que serve a Justiça?

Recorreu-se ao STM. No caso de Fernando, fizeram-se em vão dois pedidos de habeas-corpus, assinados pelos advogados Marcelo de Santa Cruz Oliveira e Modesto da Silveira. Apontavam-se como autoridades coatoras os comandantes militares, os diretores do DOPS e os secretários de Segurança do Rio e de São Paulo.

## AS REPERCUSSÕES

Ao mesmo tempo, foram enviados telegramas ao presidente da República, aos ministros do Exército e da Justiça, ao presidente do STM e ao presidente do Conselho Federal da OAB, pedindo apenas que fosse assegurado direito de defesa a Fernando e Eduardo.

O telegrama obteve ressonância apenas na OAB. Sensibilizado com a denúncia, o conselheiro da entidade, Sobral Pinto, enviou ao ministro da Justiça uma carta igual a tantas outras escritas por ele ao longo dos anos, exigindo o cumprimento da lei<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> *Lições de Liberdade*, Sobral Pinto. Comunicação, Belo Horizonte, 1978, p. 139.

Na Câmara, o deputado do MDB pernambucano Fernando Lyra transcreveu nos anais as correspondências em favor de Fernando e Eduardo. Os parentes de Fernando enviaram carta ao cardeal arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, e à Comissão de Justiça e Paz da mesma arquidiocese. E, por sugestão do escritor Tristão de Athayde, a 3 de maio de 1974, a mãe de Fernando, Elzita, escreve ao comandante do I Exército.

O general Reynaldo Melo de Almeida, seis dias depois, respondeu secamente:

*Recebi sua carta, datada de 3 de maio do corrente ano. Compreendo sua preocupação, mas lamento informar que seu filho Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira, procurado pelos órgãos de segurança, por estar implicado em atividades subversivas, não se encontra preso em nenhuma organização militar subordinada a este Comando.*

Como Fernando estava sendo procurado, se jamais foram à sua casa, se ninguém de sua família foi intimado, nem mesmo após sua prisão, e se ele próprio não respondia e nem responde a qualquer processo na Justiça Militar? A informação do general Reynaldo Melo de Almeida não resiste à menor confrontação dos fatos.

Enquanto os deputados Jarbas Vasconcelos e Fernando Lyra retomavam o assunto no Congresso<sup>2</sup>, mais cartas eram expedidas pelas mães de Fernando e Eduardo: entre outras, para o presidente da Arena, senador Petronio Portella, atual ministro da Justiça, o chefe da Casa Civil do governo, general Golbery do Couto e Silva, o marechal Cordeiro de Farias, o ministro do Exército, Sylvio Frota, o presidente Geisel, o Tribunal Bertrand Roussel e o marechal Juarez Távora.

Com o general Golbery, conseguiu-se, através do arcebispo de São Paulo, um encontro do qual participaram, a 7 de agosto de 1974, em Brasília, também as famílias de Eduardo e de outros desaparecidos, como Honestino Guimarães, Paulo Stuart Wright, David Capistrano da Costa, José Romam, Rui Soares Frazão, major Pires Cerveira, além do advogado José Carlos Dias e do professor Cândido Mendes, da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, e do próprio cardeal Arns.

Golbery ouviu a todos com atenção, fez anotações, perguntas e guardou uma lista entregue por D. Paulo Evaristo Arns, contendo 22 nomes de presos políticos desaparecidos, entre eles, inclusive, alguns seqüestrados já no governo Geisel. Mas a resposta prometida sobre Fernando e os outros desaparecidos, embora cobrada várias vezes, jamais foi dada.

Com Juarez Távora, d. Elzita trocou várias correspondências. No dia 21 de maio de 1974, enviou-lhe a primeira carta, contando como ocorreu a prisão e o desaparecimento do filho. Três dias depois, Juarez respondeu: "(...) Remeti hoje sua carta ao general Golbery do Couto e Silva, chefe do Gabinete Civil da presidência da República, pedindo-lhe o favor de transmitir-me o que puder apurar a respeito, a fim de que lh'o transmita.

<sup>2</sup> *Diário do Congresso Nacional*, 19-03-75, p. 570-572.

Esperando que me venha alguma resposta, subscrevo-me seu velho patrício, Juarez Távora”.

D. Elzita voltou a escrever a Juarez no dia 10 de outubro, dando-lhe novas informações sobre o filho. Ao receber essa segunda carta, Juarez não a encaminhou a Golbery, mas ao comandante do II Exército, em São Paulo, general Ednardo D'Ávila Melo, com um apelo: “(. . .) venho rogar-lhe que tenha a caridade de transmitir, por meu intermédio, ou diretamente a Dona Elzita de Santa Cruz Oliveira, uma informação segura sobre o paradeiro de seu filho, preso há dez meses sem culpa formada”.

Em dezembro de 1974, Juarez transmitiu à mãe de Fernando a resposta recebida do general Ednardo, transcrevendo os seguintes tópicos essenciais:

“Informo ao ilustre chefe que o Sr. Fernando nunca esteve preso no II Exército. É prática de certos grupos informar às famílias de pessoas desaparecidas que as mesmas estão detidas no DOI do II Exército. Vários casos desses já aconteceram desde que assumi o Comando, em janeiro deste ano.

“O caso do embrulho foge completamente à verdade, pois as pessoas visitantes, apesar de logo informadas de que o Sr. Fernando não estava ali preso, insistiram em deixar o mesmo no portão da guarda (com que objetivo?).

“Cessa, assim, minha necessidade de interferir no caso.”

Termina Juarez Távora, sugerindo que se procurasse o comandante do I Exército, general Reynaldo Melo de Almeida.

Já então d. Elzita havia recebido uma carta intimidante, com data de 18 de dezembro de 1974, assinada pelo tenente-coronel Horus Azambuja, assessor do comandante do II Exército, que em nome do general Ednardo respondia à carta que lhe fora dirigida a 6 de dezembro pela mãe de Fernando e à que fora endereçada a Juarez Távora. Dizia arrogantemente o tenente-coronel Azambuja:

*Na correspondência acima referida, são formuladas acusações e insinuações atentatórias à dignidade de uma instituição que se orgulha de ser talvez a mais característica e representativa do povo brasileiro, e de se identificar com ele nas suas origens, na sua vocação democrática e no seu caráter. Seria desonrar todo nosso passado de tradições, se nos mantivéssemos calados diante das injúrias ora assacadas contra nossa conduta de soldados da Lei e da Ordem que abominam o arbítrio, a violência e a prepotência. Nosso Exército é um Exército civilizado e respeitador da dignidade humana. Portanto, podemos asseverar a Vossa Senhoria que na área de jurisdição do Comando do II Exército não são cerceados os direitos do cidadão na sua liberdade de movimento, senão daqueles detidos para averiguações policiais militares ou com culpa formada, durante o tempo estritamente necessário e permissível, previsto na legislação que rege o assunto. Com as considerações que acima nos reportamos, é óbvio que o cidadão Fernando Augusto de Santa Cruz não se encontra preso “desde 23 de fevereiro de 1974”, em qualquer organização militar do II Exército (aliás, nunca esteve detido neste Exército). (. . .) Aproveitamos ainda a oportunidade para*

*lembrar a V. Sa. que o Exército não dispõe de cárceres nem carcereiros, como pejorativamente alude aos guardas dos elementos detidos em seus quartéis.*

Menos de um ano depois, a realidade desmentia o tenente-coronel: com os assassinatos do jornalista Vladimir Herzog e do metalúrgico Manuel Fiel Filho, o general Édnardo D'Ávila foi derrubado do comando do II Exército por decisão pessoal do general Geisel, passando por cima do seu ministro do Exército, Sylvio Frota, dois anos depois (1977) também demitido.

Quanto a Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira, tinha-se a confirmação de sua prisão em São Paulo, desde que a Cruz Vermelha Brasileira, através de um dos seus diretores, professor Gastão Jacinto Gomes, no final de abril de 1974, recebia informações nesse sentido de um coronel do Exército, que lhe pediu para não ser identificado. Segundo esse coronel, junto com Fernando estava Eduardo Collier Filho, ambos detidos pelos órgãos de repressão para averiguações sobre supostas vinculações com movimentos contrários ao regime. Segundo o mesmo coronel, Fernando havia necessitado de cuidados médicos há cerca de um mês. Ele e Eduardo foram visitados no local onde se encontravam detidos pelo próprio coronel que prestava as informações, a pedido da Cruz Vermelha.

No dia 3 de maio de 1974, Gastão se comprometeu a enviar cartas de ambas as famílias para Fernando e Eduardo e a conseguir pronta resposta desles. As cartas foram escritas e não tiveram resposta. A partir do dia 13 de maio de 1974, a Cruz Vermelha comunicou que já não conseguia mais notícias. Como última tentativa, Gastão escreveu um bilhete, no dia 24 de junho, a outro amigo seu, também militar, de nome Augusto, apresentando-lhe o irmão de Fernando, advogado Marcelo de Santa Cruz Oliveira.

Tentativa também infrutífera, como foram em vão os contatos mantidos com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, através de seu secretário executivo, Luís Reque, sediada em Washington. Lá, o caso de Fernando foi protocolado sob o número 1 844. A comissão pediu informações ao governo brasileiro a 14 de agosto de 1974. Como não recebesse resposta, reiterou seu pedido em 17 de dezembro do mesmo ano.

A 6 de fevereiro de 1975, quando o governo brasileiro pediu à comissão da OEA prorrogação do prazo para dar suas informações, o ministro da Justiça, Armando Falcão, distribuiu, em Brasília, uma nota onde pretendeu informar o destino de 27 militantes políticos dados como desaparecidos. Nela, dizia que Fernando militava na "organização subversivo-terrorista Ação Popular Marxista-Leninista-APML", que era "procurado pelos órgãos de segurança e encontra-se na clandestinidade<sup>3</sup>".

## **MÃE CONTESTA**

Indignada, d. Elzita mandou uma carta ao ministro Armando Falcão, em que defendia Fernando:

<sup>3</sup> *Jornal da Tarde*, 26-02-75.

*A afirmação encontra-se na clandestinidade a ele atribuída é paradoxal e para contestá-la informo a V. Excia. que Fernando Augusto era funcionário do Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo, residente na rua Diana, 698, bairro Perdizes, São Paulo, tendo, portanto, residência e emprego fixo, sendo responsável pelo sustento material de sua esposa e filhos. Para maiores esclarecimentos do que afirmo, junto a este recibo de aluguel em seu nome e contra-cheque referente ao mês de janeiro e inclusive poderá ser verificado na repartição onde trabalhava o seu cartão de ponto, marcando a sua presença, sempre pontual, até a véspera do seu desaparecimento – dia 22.02.74.*

Desde então, a tática do governo tem sido a de tentar conduzir o assunto ao esquecimento, como provam as manobras de sua anistia parcial. Mas a família de Fernando assegura que jamais renunciará à determinação de encontrar a verdade. Aliás, foi com essa intenção que, logo após a divulgação da nota do ministro da Justiça, as famílias dos desaparecidos enviaram carta ao MDB, reivindicando a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Na opinião da família de Fernando, ainda hoje a CPI é um instrumento válido para investigar o desaparecimento de presos políticos, principalmente agora, que cresce o movimento popular, com a mobilização dos mais variados setores da sociedade, em favor de uma anistia ampla, geral e irrestrita.

No momento em que toma consciência dessa página negra de sua história – sustentam familiares de Fernando –, a sociedade brasileira exige a apuração das responsabilidades e a punição dos culpados – não só dos torturadores, mas também de todos aqueles que de alguma forma contribuíram com os órgãos de repressão. Não há o que esquecer, não há o que perdoar. Os mortos não reviverão.

Com o tempo, Felipe, filho de Fernando, acabou entendendo que seu pai tinha sido preso. E como ele não voltou mais, certa vez Felipe disse a um dos seus amiguinhos:

– O soldado matou o meu pai, só que eu não sei por quê. Mamãe me disse que quando eu ficar grande eu vou entender. Mas quando eu crescer, vou ao quartel saber onde esconderam meu pai.

# HONESTINO GUIMARÃES

## A CONSCIÊNCIA DA LIBERDADE

*Esta é a hora  
da mais pura  
hesitação.*

De um poema de Honestino, 1.º de março de 1966.

**P**or diversas vezes fui ameaçado de morte pelos chamados serviços de segurança militares, desde pelo menos 1971. Através de diversas fontes de vários Estados, chegou a mim esta ameaça para quando eu fosse apanhado.”

A denúncia consta do mandado de segurança popular<sup>1</sup> iniciado por Honestino Guimarães Monteiro, que não chegou a ser concluído em vista de sua prisão e desaparecimento, ocorrido em 10 de outubro de 1973.

De sua queda não há, segundo depoimento de seus familiares, um testemunho ou processo sequer, a não ser notícias, às vezes contraditórias. Apesar disso, Honestino Guimarães, que integrava a APML e já desde 1969 na clandestinidade, está na nota do ministro Armando Falcão e na relação dos 22 nomes de pessoas presas por motivos políticos e desaparecidas, apresentada ao ministro Golbery do Couto e Silva pela Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo.

## DA VIDA ESTUDANTIL À CLANDESTINIDADE

Com apenas 17 anos, Honestino Guimarães ingressava na Universidade de Brasília, como primeiro colocado no vestibular de Geologia. “Um aluno brilhante, que mesmo nos períodos das prisões, que lhe obrigavam a longas faltas à escola, se mantinha nos primeiros lugares. Uma inteligência

<sup>1</sup> Trata-se de um instrumento idealizado pelo próprio Honestino para prevenir o seu possível desaparecimento.

rara, raciocínio rápido e excelente oratória”, como lembra sua companheira Isaura Guimarães.

Sobre a sua militância na universidade, conta o próprio Honestino no esboço de um mandado de segurança:

— A partir de 1964, quando entrei na Universidade Nacional de Brasília, pude efetivar em manifestações coletivas toda uma consciência política e gradual que vinha desde a infância. Inicialmente minha revolta se evidenciava numa crescente consciência nacionalista e social à qual, a partir de 1964 se somou de forma irrevogável a consciência anti-ditadura. As lições fundamentais do primeiro ano de vida universitária ficaram indelévels. Foram estas as primeiras e também fundamentais lições que me deu a Universidade. Foi também o ano da primeira prisão, quando com outros colegas paralisávamos aula de fura-greves. Depois vieram outras, como a da manifestação de massas com que interrompemos uma cerimônia demagógica do embaixador americano, que doava livros à biblioteca da UnB. Um mês antes eu sofrera a primeira prisão mais extensa (para os padrões da época), ao fazer pixações, no início de 1967.

Mais tarde ele foi novamente preso, desta vez acusado de participar de organização política clandestina e, apesar da prisão, foi lançada a sua candidatura à Federação dos Estudantes da UnB. Daquele período, Honestino sintetiza suas impressões:

— Já passara pela escola das greves, das manifestações de rua, dos choques com a polícia, das prisões arbitrárias, principalmente quando dos protestos às repressões violentas ao Movimento Estudantil.

É Isaura quem recorda:

— No primeiro semestre de 68, prenderam Honestino mais uma vez devido a sua atuação no movimento estudantil. Solto mais ou menos um mês depois e tendo recebido ameaças de ser detido novamente, não mais voltou para casa dos pais, passando a viver praticamente dentro da universidade, até então considerada quase um território livre. Nós nos casamos por procuração em agosto deste ano pela impossibilidade dele se arriscar a ser preso. A 29 de agosto de 68 houve a grande invasão à UnB — a primeira depois de 64 — quando ele foi preso sob intensa pancadaria. Foi a sua prisão mais longa. Quando solto ele começou efetivamente a sua clandestinidade.

Três dias antes da edição do AI-5 ele deixou Brasília, e na noite da edição deixei também a cidade indo encontrar-me com ele em Goiânia.

Para a família Monteiro Guimarães, os últimos dias que antecederam ao AI-5 foram também amargos e marcados de grande violência. Embora já acostumada a conviver com a brutalidade das forças repressivas — segundo Maria Rosa Leite Monteiro, mãe de Honestino, sua casa fora invadida mais de uma dezena de vezes, seus membros arrastados à força, até filhos menores de idade, e conduzidos para o Pelotão de Investigações Criminais para interrogatórios — aquele foi um período de grande sofrimento.

— Numa das invasões policiais à casa — conta Maria Rosa — membros do PIC arrastaram o irmão mais novo de Honestino — Norton — então com 18 anos, que durante toda uma semana foi interrogado sob torturas para revelar o paradeiro do irmão.

## **PORQUE NÃO ME ENTREGO**

De 1969 a 1972, Honestino viveu em São Paulo, desempenhando atividades políticas no meio estudantil. Destes anos caracterizados por uma dura clandestinidade, recorda-se Isaura:

— Quando chegamos a São Paulo, Honestino estava com 21 anos e eu com 18. Da parte dele, lutava com um ânimo que não cedia em momento algum. Ao contrário, disciplinava-se para manter-se acordado 21 horas por dia e não admitia sequer a necessidade do descanso. As duras condições daquela época acabaram por afetar o nosso casamento, pois sempre transferíamos para o campo político-ideológico qualquer problema conjugal que tivéssemos. Deste modo, carência de afeto era visto como um desvio político, que tínhamos de corrigir. Eu me via como uma vítima de todo esse processo, pois não tínhamos sequer uma residência fixa. Em 1970 nasceu nossa filha Juliana e em 71 nós nos separamos, quando então eu vim para o Rio de Janeiro.

Dos cinco anos passados por seu filho na clandestinidade, por sua vez, Maria Rosa guarda recordações dos perigos, encontros sigilosos e de muita apreensão. Honestino e ela entre 1968 e 1973 mantinham vários esquemas secretos para se encontrar:

— Nunca passei mais de dois meses sem notícias de Gui. Durante os cinco anos em que estive foragido nós nos avistamos. Tive chance de tirá-lo do país mas ele sempre dizia que preferia morrer no Brasil a ficar confinado no exterior. Acreditava nisso.

Em 73, presumivelmente pouco antes de seu desaparecimento, Honestino Monteiro analisava o momento histórico por que passava o Brasil - a escalada da repressão e a farsa dos processos:

-- Por que não me entrego?

— A minha situação atual é de uma vida na clandestinidade forçada há quase cinco anos. Neste tempo sofri vários processos, alguns já julgados. O resultado desses julgamentos marca com clareza o particular ódio e a tenaz perseguição da qual sou objeto. Nada menos de 25 anos em cinco processos. Todos eles, menos um, referentes a minha participação nas lutas estudantis em 1968. Sem maiores provas, sem maiores critérios, estas condenações são algumas das centenas de exemplos a que se viu reduzida a justiça em nosso País. É certo que a justiça, sendo um instrumento de classe, nunca foi exemplo de isenção e imparcialidade. Mas é certo também que nunca chegou a tal grau de distorção. A começar da criação dos tribunais de exceção: os tribunais militares. Depois a brutalidade das prisões e as maiores vilências nas fases dos interrogatórios onde as confissões, forçadas, arrancadas, são obtidas à custa de cruéis torturas como regra geral e dezenas de mortes como resultado. (...) Daí o porquê de não me entregar. Não reconheço nem posso reconhecer como "justiça" o grau de distorção a que se chegou nesse terreno. A justiça a que recorro é a consciência democrática de nosso povo e dos povos de todo mundo.

## **A QUEDA SEM TESTEMUNHO**

No final de 72, afirma Isaura, Honestino transferira-se também para o Rio de Janeiro. Desde o ano anterior, eram constantes os avisos de pes-

soas ligadas à repressão — chegados por intermédio de familiares — de que “se ele caísse seria para ser morto”. Advertiam ainda que também ela poderia ser assassinada. O que levou sua família a providenciar um meio para que deixasse o país. “Mas eu considerava tal ameaça um absurdo, pois não via nenhum motivo para que a polícia viesse a me matar. Por isso decidi permanecer no país.” Quanto a Honestino, no entanto, era certa a expectativa de que a queda significava sua morte.

— Mas — relata Isaura — na prática subestimávamos um pouco a repressão, isto é, a possibilidade de queda era uma presença mais teórica do que real para nós.

Apesar disso, Honestino montara um esquema de mensagens para avisar sua família em caso de prisão, como conta sua mãe Maria Rosa:

— Num de nossos últimos encontros, em 73, combinamos uma senha para o caso dele ser preso. Se isso ocorresse eu receberia o recado: Internado em tal hospital. O internamento significava a prisão; o nome do hospital, o presídio. Em 13 de dezembro daquele ano recebi o bilhete onde diziam que tinha caído. Internado num hospital do Rio de Janeiro. Era ele me avisando. Entretanto, até hoje esta prisão nunca foi confirmada oficialmente.

Para Isaura, as notícias da prisão de Honestino foram dadas através de conhecidos comuns e ela lembra sua reação diante da contradição das informações:

— Fui informada de que ele havia sido preso no dia 10 de outubro. A partir daí recebia notícias contraditórias: alguns diziam que ele tinha sido assassinado, outros que o tinham visto vivo.

Cientes da prisão, começaria a peregrinação de Maria Rosa para encontrar o filho, prisão que órgão nenhum da repressão confirmava. A ansiedade daqueles dias ela retrata no seu conto *Impotência*:

*(. . .) Batem à porta e a notícia: caiu. Telegrama chega confirmando a queda. Mais outra confirmação. E a luta feroz, ímpar, recomeça. Não, não há tempo de lamentações. É dar lugar à ação. Agir rápido, não parar, não cansar, lutar, mas encontrar.*

*— Não sei nada ainda. Não há notícias, estou fazendo contatos. A advogada empenha-se cada vez mais em sua tarefa. Legalmente apelos e mais apelos são lançados.*

*Ir urgente para o Rio, eis a solução. Conseguir finalmente ajuda fraterna e decola. Começa então a escalada, imagem perfeita da via-sacra da Semana Santa de sua terra. (. . .) Os irmãos de caminhada que representam a força, o poder, solícitos atendem a seus apelos angustiantes e procuram dar sua parcela de ajuda fraterna. E aí então a interrogação: ignoram ou disfarçam? Se disfarçam são verdadeiros artistas, se ignoram onde então a força motora que faz funcionar a máquina ceifadora? Que ceifando vai esfarelado corações maternos, fraternos, filiais (. . .).*

Sua vida se transforma numa constante ida e volta de cidade a cidade. Uma experiência que muda sua visão da própria humanidade. Mais tarde, Rosa escreveria: “Entre os que sofrem, a humanidade é boa, acolhedora”. Um reflexo do apoio recebido entre pessoas amigas.

Naquele mesmo ano, Maria Rosa sofreria a primeira grande decepção. Prometeram-lhe que poderia ver Honestino no PIC, em Brasília, no natal.

Essa experiência também está no seu conto:

*(. . .) O destino ironicamente abriu com a festa natalina uma fresta de esperança. Aí então, face à felicidade tão próxima, ela quase se desequilibrou. Foi a primeira vez que deu total vazão ao pranto. . . Dias longos, intermináveis, seguidos de noites torturantes pela espera sem fim.*

*– Mas meu Deus, estou tão perturbada . . . ando como uma galinha tonta e não consigo parar para me organizar. E estes dias, que longos! . . . E estas noites a se multiplicarem.*

*(. . .) Eis o Natal chegando para ela, que se vestiu de emoções violentas e esperanças animadoras.*

*Chegou.*

*Oh! . . . nunca houvesse chegado para que seu tímpano não furasse com aquele:*

*– Este não está aqui. Sinto muito, muito mesmo, mas não existe ninguém com esta identidade.*

*E lá dentro abraços, carinhos, afetos, presentes são trocados. Que bom, que felicidade! . . . passageira sim.*

*– Por favor, torne a verificar, isto é muito importante para mim.*

*– Eu sei, perdoa, juro que não queria pronunciar isto hoje, nesta data, compreenda-me, eu estou também sofrendo.*

*– Não faz mal, o senhor não tem culpa, não estrague seu Natal. Por certo tem alguém lhe esperando. Obrigada, adeus!*

*– Na busca empreendida, Maria Rosa não contou com minha presença – diz Isaura – pois, temendo a repressão, principalmente sobre Juliana – então com apenas três anos – me isolei.*

Maria Rosa, enquanto isso, percorria os órgãos repressivos em busca do filho. A confiança já não era a mesma e isso aparece em seus textos. Mas mantinha a sua busca interminável:

*– Eu sinto que voltará. É por isto que ainda vivo. Não atingiram aquela pedra, o alimento essencial da conservação do ser, a esperança. Amigos, cada vez mais amigos, mais compreensíveis, procurando compensá-la pela grande perda que só ela não via.*

*Até que:*

*– Aos poucos foi percebendo um fenômeno interessante; uma a uma as portas foram se fechando. . . E por fim não tinha mais a quem recorrer. E, quando sentiu isso, foi-se, levando consigo a inseparável esperança, baluarte de sua existência. (. . .) Eis que a sensação terrível chega e vem morar em seu teto. Vem, chega, entra e fica. A impotência.*

Durante os anos de busca, Maria Rosa percorreu quartéis, gabinetes de generais a até de ministro de Estado. Diz-se que comoveu, às lágrimas, o poderoso general Golbery do Couto e Silva e que ele fora forçado a admitir que seu governo estava encontrando dificuldade em controlar a máquina de repressão.

Viúva desde 68, é hoje incapaz de alterar seu tom de voz e agredir quem quer que seja – “nem mesmo aquele militar que mentiu no Natal de 1973”.

“O ódio foi abolido pelas visões mais abertas, tanto para as vítimas como para os algozes”, escreveu ela.

Hoje elabora um livro sobre o filho desaparecido e atualmente traba-

lha um poema sobre o general Golbery. Título: *Você chorou, general.*

Enquanto isso, Isaura tenta “fazer o caminho de volta num esforço de preencher uma lacuna em nossas vidas. Minha, de Juliana, de Maria Rosa, de seus irmãos e amigos. É doloroso não se ter uma confirmação. Ao mesmo tempo é como se, através deste processo de reconstituição — que é bastante doído —, você estivesse cumprindo um dever para com ele. Recuperar, de certa forma, a sua vida na história dolorosa dos últimos anos.”

# JORGE LEAL GONÇALVES

## OUTRO CASO NA PE

**N**o dia 6 de dezembro de 1971, o Conselho de Justiça da 1ª Auditoria da Aeronáutica, no Rio de Janeiro, tomou uma decisão surpreendente para grande parte dos jornalistas presentes. Sessenta e três pessoas denunciadas em diversos dispositivos da LSN, acusadas de tentarem, através da organização denominada Ação Popular, a mudança do regime constitucional, tiveram seus julgamentos suspensos temporariamente. Motivo: o engenheiro Jorge Leal Gonçalves Pereira, preso no dia 20 de outubro de 1970 na presença do estudante Marco Antônio Machado de Melo não fora apresentado àquele tribunal, conforme determina a lei. Apesar da existência de testemunhas da prisão, o engenheiro *desapareceu misteriosamente* nas dependências do quartel da PE da rua Barão de Mesquita, no bairro carioca da Tijuca. Nas versões correntes, predomina a de que ele teria sido morto sob tortura.

O julgamento foi suspenso em face de um requerimento apresentado pelo advogado Alexandre Gerdey, para quem o seu constituinte estava preso e não fora apresentado no tribunal. O Conselho de Justiça ouviu o promotor José Manes Leitão, que concordou com a suspensão, alegando que tudo poderia ser posteriormente anulado pelo STM. Os juízes militares decidiram, então, ouvir o estudante Marco Antônio Machado de Melo, que confirmou ter sido acareado no quartel da PE com o engenheiro. Em face disso, o Conselho decidiu oficiar o comandante do I Exército, pedindo informações sobre o preso. Mais tarde recebeu a seguinte resposta: “Jorge Leal Gonçalves Pereira não se encontra nas dependências do I Exército. Está foragido, desaparecido. . .”

O julgamento foi marcado para o ano seguinte, mas o engenheiro Jorge Leal Gonçalves Pereira nunca mais foi visto.

De acordo com o depoimento de sua mulher, Ana Neri Rabelo C. Pereira, o seu marido, no começo da tarde do dia 20 de outubro de 1970,

disse em casa, que iria se encontrar com um companheiro na Tijuca. À noite, ele não voltou, o que deixou Ana Neri bastante apreensiva. Afinal, em sete anos de casamento, o engenheiro nunca se portara dessa maneira.

Pouco depois, soube-se que o companheiro do encontro tinha sido o estudante Marco Antônio Machado, que, não resistindo às pressões e torturas dos órgãos de repressão, foi obrigado a marcar um encontro com o engenheiro, ocasionando sua prisão pelo DOPS.

O não reconhecimento da prisão de Jorge Leal pelos órgãos de repressão criou o primeiro inconveniente. A família ficou tecnicamente impedida de impetrar um habeas-corpus para localizá-lo. Sem outra alternativa, apesar de já ter constituído como advogado Alexandre Gabriel Gedey, começou a tentar contato com militares e ainda escrever cartas para autoridades a fim de esclarecer o episódio. Assim é que Scyla Médici, mulher do então presidente da República, general Médici, D. Aloísio Lorscheider, da CNBB, e ainda a Anistia Internacional receberam cartas, assinadas por Rosa Leal Gonçalves Pereira, mãe de Jorge, que desesperada tentava localizar o seu paradeiro.

A carta enviada à mulher do general Médici em novembro de 1972, não teve resposta:

*Há dois anos meu filho Jorge foi preso na Guanabara. Jorge é casado, tem quatro filhinhos e eu como mãe e avó venho lhe pedir para ter pena destas crianças que ainda tão pequenas estão privadas do seu amor e do seu carinho. Os meninos têm 8, 6, 4 e 2 anos. O mais velho vai fazer 9 anos para o ano. O segundo faz 7 e o terceiro fez 4, ambos agora em novembro. E a menina está com 2 anos e meio, e esta não conhece o pai.*

*D. Scyla, perdoe-me tomar algum tempo seu para me ouvir, mas acho que não tenho outra pessoa a quem me dirigir. Assim faço nesse momento, lhe dirijo o pedido de uma mãe e avó à outra: onde está Jorge?*

Na carta enviada à Anistia Internacional, ela explica as circunstâncias do desaparecimento de Jorge, inclusive a suspensão do julgamento na 1ª Auditoria da Aeronáutica em 6 de dezembro de 1971. Algum tempo depois, a Anistia Internacional informava ter notícias da morte de Jorge. Mas não determinou as circunstâncias.

Uma outra carta chegou ao arcebispo de Fortaleza, D. Aloísio Lorscheider, que respondeu imediatamente se prontificando a ajudar dentro do possível. E, finalmente, uma última carta foi remetida à Anistia Internacional no dia 27 de fevereiro de 1977. A resposta foi rápida. A Anistia não possuía nenhuma outra informação além daquela fornecida anteriormente: Jorge estava morto.

Enquanto isso, pela via judicial, pouco se conseguiu. Apesar da atuação do advogado Alexandre Gabriel Gerdey, as autoridades militares continuaram negando a prisão de Jorge. E isso se repete até hoje.

Por outra parte, ao nível de boatos, várias informações chegaram à família do engenheiro durante esse período. Em geral, alimentam a esperança de que ele estaria vivo. Em 1974, uma pessoa conhecida da família, ao passar por Manaus, garantiu ter visto um homem muito parecido com Jorge. O cidadão dizia ter estado num hospital de presos. Queria voltar para a sua terra e precisava de ajuda. A família soube da notícia três anos depois, mas, mesmo assim, providenciou uma busca em toda a região a fim de constatar a veracidade da informação.

Em Manaus, alguns contatos foram feitos com o padre Francisco Pinto e com alguns representantes do MDB. Nada de positivo se obteve ainda em Belém, São Luís e nas outras cidades para onde a busca foi ampliada.

# CARLOS ALBERTO FREITAS

## ENTRE A MORTE E A ESPERA

**C**aros Pais:

*Esta carta só lhes será enviada se eu estiver preso. A forma de como lhes chegou, não importa. É bem possível que me deixem no Rio, ou talvez me mandem para Minas. Ainda não posso prever com certeza. Se quiserem ajudar, ajam da seguinte forma:*

*1) O objetivo da interferência é conseguir minorar as torturas (impossível detê-las de todo, a não ser num segundo momento).*

*2) Tem-se que incomodá-los. Enxer-lhes (sic) a paciência com visitas, com insistência para ver-me. Recusam continuamente. Tentem de novo, mais uma vez, outra, gritem, chorem, levem cartas, enfim, não lhes dêem socêgo (sic). Sempre se consegue romper a barreira.*

*3) No princípio eles negam a prisão. Dizem mesmo que a pessoa não foi presa. Insistam, voltem à carga.*

*4) No meu caso, como noticiaram que eu havia seqüestrado um avião em junho, poderão mesmo jogar com isso e dar-me sumiço.*

*Repito: se um dia eu saísse do país, eu os avisaria. Estou aqui, preso pelos carrascos do povo brasileiro. A notícia do seqüestro era fajuta (falsa) reafirmo. Use as cartas para provar que eu estou no país. Mas tirem fotocópias, pois eles poderão requisitar as cartas. Não se deixem envolver pelas malandragens (e arbitrariedades) dos nossos gorilas.*

*5) Minhas convicções continuarão firmes. Não trairei meus companheiros e meu povo. Apesar dos defeitos, tenho caráter bastante para não seguir a trilha dos Massafuni e Lugaretti<sup>1</sup>, pequenos vermes que sempre*

<sup>1</sup> Lugaretti e Massafuni são apontados pela polícia como pertencentes à VPR. Foram presos em 1970. Torturados, foram levados, um de cada vez, à televisão pela repressão, que os obrigou a se declararem arrependidos de diversas ações políticas. Lugaretti pediu a outros companheiros publicamente que abandonassem a militância. Massafuni, depois de solto, foi morar com os pais, suicidando-se.

*atravessam na vida da gente. Apesar de vocês não comungarem meus ideais, acho que me respeitarão mais por já saberem que não traio e não me desfibro.*

*Se não puderem me ajudar, não guardarei rancores. Muitas vezes os laços de classe se sobrepõem aos familiares. Saberei compreendê-los.*

*Abraça-lhes o filho*

*Carlos Alberto Soares de Freitas*

*Prisões possíveis: Vila Militar (principal) e PE (duas, uma na Tijuca, outra não sei onde) além da Ilha das Flores.*

Juntamente com Antônio Joaquim Machado, Carlos Alberto Soares de Freitas foi preso a 15 de fevereiro de 1971, na rua Farne de Amoedo, 135, em Ipanema, onde morava. À noite no mesmo quarto de Carlos Alberto, numa pensão, a polícia também prendeu Sérgio Emanuel Dias Campos, conduzido para o quartel da PE, na rua Barão de Mesquita, onde ficam as dependências do DOI-CODI. A notícia da prisão de Beto, conforme relata Eduardo Soares de Freitas, seu irmão, foi publicada pelo *Jornal do Brasil*. Tanto Carlos Alberto como Antônio Joaquim Machado e Sérgio Campos foram acusados de militarem na VAR-Palmares.

Segundo Eduardo, quatro dias após a prisão de seu irmão, a família — exatamente seus pais, residentes em Belo Horizonte — recebeu uma carta escrita pelo próprio Carlos Alberto, onde ele lhes comunicava que quando o documento chegasse ao seu conhecimento era sinal de que teria sido detido pelos órgãos de repressão e, em decorrência disso, todas as medidas necessárias à sua localização deveriam ser acionadas pela família. Isto ocorreu de imediato, quando Jayme Martins de Freitas, seu pai, por procuração dada ao escritório do advogado Sobral Pinto, no Rio, solicitou que fosse impetrado um habeas-corpus para localizar Carlos Alberto. O habeas-corpus foi impetrado junto ao STM através do advogado Oswaldo Mendonça, assistente designado por Sobral Pinto. O documento tomou o número 30 405, e deu entrada a 12 de março de 1971, menos de um mês após a prisão. O ministro Nelson Sampaio atuou como relator.

Em razão do silêncio do STM, a família do desaparecido contratou outro advogado com o mesmo objetivo. Antônio Modesto da Silveira, hoje deputado federal pelo MDB carioca, adotou as medidas exigidas pelo caso junto aos órgãos de repressão.

Além disso, os familiares de Beto remeteram cartas devidamente identificadas ao presidente da República, general Médici e depois ao seu sucessor, general Geisel, ao ministro do STM, Rodrigo Otávio Jordão Ramos. Estas cartas, feitas em caráter dramático, transmitiam aos seus destinatários a certeza que a família tinha da prisão de Beto. Entretanto nenhuma delas obteve qualquer resposta. A mãe e uma irmã de Beto estiveram em Brasília, onde entregaram um documento escrito pelo pai, endereçado ao general Médici e protocolado através da chefia de gabinete militar do Planalto, função desempenhada pelo general Figueiredo. Jayme Martins de Freitas dizia a Médici que “tocá-lo no coração é a minha pretensão hoje. Não, senhor presidente, não tenho um excepcional na minha prole, graças a Deus. Sou pai de oito filhos e todos sadios. E vivemos chorando diaria-

mente, minha senhora e eu, chorando a ausência de nosso filho caçula. Que não morreu, mas se encontra desaparecido”. Mais uma vez esta carta, datada de 4 de setembro de 1971, também não teve resposta. Só o silêncio ecoava em torno das dolorosas solicitações e apelos da família às autoridades.

Buscas também foram feitas pela família na Base Aérea do Galeão — conhecido centro de tortura no ano de 1971 —, na Ilha das Flores, na Vila Militar, na Ilha Grande, na 4ª Região Militar em Juiz de Fora, em Salvador e pedidos a conhecidos em outros Estados.

Eduardo lembra que até hoje, decorridos praticamente oito anos do desaparecimento do irmão, nenhuma resposta foi obtida pela família sobre o que lhe ocorreu após a prisão.

No fichário da Anistia Internacional Carlos Alberto é relacionado como tendo sido preso em fevereiro de 1971. Está escrito:

### **Torturado no CODI do Rio de Janeiro até abril de 1971 e depois desaparecido.**

Em denúncia por Maria Clara Abrantes Pêgo, ex-presa política, ao depor em juízo na 2ª Auditoria do Exército da 1ª CJM, em 14 de novembro de 1972, foi associada a prisão e provável assassinato de Antônio Joaquim Machado com o desaparecimento de Carlos Alberto Soares de Freitas na mesma data — 15 de fevereiro de 1971. O processo de Maria Clara no STM tem o número 40 228.

## **TESTEMUNHO DA MILITÂNCIA**

Inês Etienne Romeu, companheira de militância política e amiga íntima de Beto, presa política no presídio Talavera Bruce, no subúrbio carioca de Bangu, testemunha a atuação do desaparecido:

— Do Carlos Alberto Soares de Freitas fui colega de faculdade, correli-gionária no Partido Socialista Brasileiro, companheira de militância na organização Política Operária (POLOP), COLINA e VAR-Palmares, designações de organizações armadas que iam se aglutinando ou subdividindo-se.

Inês não fala da vida particular de Beto. Mas revela que era um homem reservado, discreto.

“Uma insuspeitada timidez dava-lhe muito charme. Foi muito amado e muito amou. Ao que sei, Lótus, Julieta, Inês Helena, Eliane, Leila Iara. Filho amoroso, sempre desconfieei que é o predileto no coração de seus pais.

“Em 1961 Beto ingressou na Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, para cursar Sociologia e Política. Neste mesmo ano é recrutado pela POLOP e inscreve-se no PSB. Desde o início dedica-se inteiramente à política. Em janeiro de 1962, escolhido por seus companheiros da POLOP, vai à Cuba para a comemoração da Revolução Cubana e obter maiores informações sobre aquele acontecimento.

“De 1961 a 1965 milita no movimento estudantil. Participa também do trabalho de implantação das Ligas Camponesas em Minas Gerais, dentro

da perspectiva política da aliança operário-camponesa estudantil. Logo após o golpe militar de 31 de março de 1964, recebe determinação da Direção Nacional da POLOP de transferir-se para o Rio de Janeiro. No entanto, dois meses depois estava de volta.

“Em 26 de julho de 1964 é preso em flagrante pixando muros da capital mineira, com palavras de ordem contra o isolamento cubano imposto pela OEA e contra a ditadura militar. No DOPS recusa-se a fazer trabalhos burocráticos que a polícia lhe pede: é transferido para a penitenciária de Neves. Foi solto em novembro.

“Em 1965 é feita a reorganização da seção regional do PS, duramente atingido pela repressão política do ano anterior. Beto torna-se um dos membros do Comitê Executivo do PSB. Ainda em 65 conclui o curso universitário e está na Direção Nacional da POLOP, em Minas Gerais. De 65 a 68 — ano em que é eleito para a Direção Nacional do COLINA — além de outras tarefas, escreve, semanalmente, artigos para o jornal operário *Piquete*. Elaboro junto com outros companheiros, documentos de análise política, para discussão interna na organização, sob o pseudônimo de Fernando Ferreira. É também um dos diretores da revista *América Latina*.

“Em 1967 Beto é condenado, como rebel, a dois anos de prisão pela Auditoria do Exército da 4ª Região Militar, em Juiz de Fora. Entra, então, para a clandestinidade. Em janeiro de 1969, muda-se para o Rio de Janeiro. Em abril, é chegada a minha hora de vir para o Rio. Nós éramos *mineiros da gema* e achávamos horrível ter que sair da Minas querida. Em consequência de divergências políticas, saí da VAR-Palmares (produto da fusão de diversas organizações, inclusive COLINA) e entrei para a VPR. Estivemos juntos, pela última vez, em outubro de 1969, e nos separamos mutuamente magoados. O cafezinho que tomamos num bar deixou um gosto amargo. Creio que nos faltava maturidade para compreender a complexidade das relações humanas quando submetidas a duras condições de confronto com o capitalismo: era a guerrilha urbana.”

## A ESPERANÇA DO REGRESSO

Numa delegacia de Itaguaí, em junho de 1971, um cartaz de terroristas procurados exibia a foto de Beto riscada com um xis. Isto foi visto por seu irmão Eduardo. Tempos depois, Inês Etienne Romeu, presa em São Paulo e conduzida a um centro clandestino de tortura da repressão situado no Estado do Rio — onde permaneceu por um período de 100 dias — ouviu de seus interrogadores: “O seu amigo Beto esteve aqui”. Segundo disseram a Inês, Beto fora “preso, torturado e assassinado a tiros de revólver”, naquela casa.

Tal relato convenceu a alguns familiares de Beto de sua provável morte em mãos da repressão política. Entretanto seus pais não estão convencidos. Passados quase dez anos de seu desaparecimento eles permanecem no mesmo endereço. Não mudam de casa, pois o filho tem a chave do apartamento. Seu quarto é conservado intacto por sua mãe, que diariamente o arruma, mantendo nos lugares em que ele os deixou no natal de 1967 seus livros e discos. Até hoje esperam pelo filho caçula. Já idosos, eles tentam ainda saber do filho. Acreditam na sua prisão, mas se recusam

a pensar em sua morte. Mesmo sem receberem as cartas que este nunca deixou de lhes enviar de tempos em tempos, mesmo com o silêncio dos responsáveis por sua detenção e sem saber de seu paradeiro, eles esperam.

## IN MEMORIAM

Vera Saavedra Durão

Por que se foi assim,  
Sem despedida.  
Sem bom-dia,  
    boa-tarde,  
    boa-noite,  
    adeus. . .  
Dos lábios cerrados jorrou sangue,  
Adubo cruel do NOVO.  
Corpo vigoroso se estiolou de repente.  
Grito que ninguém ouviu,  
Agonia que ninguém viu, ninguém contou.  
Morte sorrateira, violenta,  
Silêncio de boca tapada.  
Se perdeu, ou engolido foi?  
Ainda te procuram, BETO. . .

Presídio Estevão Pinto  
31-12-1971, Belo Horizonte

# ANTÔNIO JOAQUIM MACHADO

## ADVERTÊNCIA ANTES DO SEQÜESTRO

**D**ezembro de 1970: a festa era para suas despedidas. Seus amigos mais íntimos levaram presentes e até aqueles velhos companheiros de Belo Horizonte vieram ao Rio para abraçá-lo. Afinal, tudo estava pronto para a viagem. Já no final da noite, ele chama uma companheira a um recanto do apartamento e confidencia que, por uma decisão estritamente pessoal, acabava de adiar sua viagem à França. Como ela insistisse em saber por quê, advertindo-o para os riscos a que se expunha caso permanecesse no Brasil, Antônio Joaquim Machado recorre a argumentos que nada tinham a ver com a sua militância:

— Tenho que fazer umas operações cirúrgicas e não quero interromper minha terapia.

Quinze de fevereiro de 1971: dois companheiros da VAR-Palmares tinham um *ponto* marcado com Antônio Joaquim Machado, então conhecido por eles como *Bigode* em frente ao Bar Chaplin, no bairro carioca de Ipanema. O encontro seria realizado por volta das 20-21 h, mas Joaquim não compareceu. De lá para cá, não se soube mais do seu paradeiro.

Joaquim estava hospedado, nessa época, na mesma pensão onde se achava o também desaparecido Carlos Alberto Soares de Freitas (rua Farme de Amoedo, 135, Ipanema). Como Carlos Alberto já tinha faltado a um encontro às 18.30 h no cinema Ópera, deduz-se que os dois, àquela altura, já tinham *caído*<sup>1</sup>.

## CONTRA O VOTO NULO

Filho do fazendeiro Joaquim Maria de Souza Machado com Maria de Souza Machado, o militante da VAR-Palmares tinha 20 irmãos (“em

<sup>1</sup> Segundo o *Jornal do Brasil* de 23-01-78, o advogado Antônio Joaquim Machado foi preso em Copacabana por um comando da Marinha, em 15 de fevereiro de 1971, sendo mais tarde entregue a autoridades do Exército.

67, 13 deles estavam vivos”, lembra uma amiga), todos eles se chamavam Joaquim. Nascido a 13 de setembro de 1938, em Pompeu, a quatro horas de carro de Belo Horizonte, Antônio Joaquim Machado fez seu curso de ginásio em Sete Lagoas, entrou para a Faculdade de Direito da UFMG, em 1960, e se formou em 65.

Quando secundarista, Joaquim participou do movimento Juventude Estudantil Católica e já na faculdade ingressou na Juventude Universitária Católica. Apesar de não ter cargo no diretório universitário, ele se tornou um dos líderes e articuladores do movimento universitário. Tal era sua participação no movimento estudantil que, com o golpe militar de 64, quando a faculdade de Direito foi cercada e a polícia a invadiu à procura de Joaquim, os alunos conseguiram escondê-lo num armário: ele escapou e seguiu para o Rio de Janeiro, onde permaneceu um ano. Mas em 65 retornou a Belo Horizonte para terminar seu curso.

Segundo alguns dos seus amigos, já nesse época Joaquim estava desvinculado da AP, em que ingressara pouco depois de sua ida para a universidade.

Embora não tenha abandonado totalmente sua militância depois do seu desligamento da AP, em 66, Joaquim começou a advogar em Belo Horizonte – inscrito na OAB-MG sob n. 12 229 – engajou-se na campanha eleitoral de Edgar da Mata Machado e desenvolveu enorme esforço contra a pregação do voto nulo nas eleições parlamentares daquele ano. Ainda no mesmo ano, ele vai para Teófilo Otoni, onde passa a dedicar-se às atividades profissionais.

Em 1969 vem para o Rio: trabalha num escritório de advocacia e integra a VAR-Palmares, segundo depoimento prestado por uma das suas amigas. Maria Clara Abrantes Pêgo, ex-presa política<sup>2</sup> faz impressionante denúncia das sevícias a que foi submetida, e num depoimento em juízo, perante o Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria do Exército, a 14 de novembro de 1972, disse que Antônio Joaquim Machado, preso a 15 de fevereiro de 1971, no Rio, em Ipanema, nas proximidade da rua Joana Angélica, “foi possivelmente assassinado sob torturas na PE”.

Maria Clara também contou que morou com Joaquim durante cerca de oito meses. Ela o conhecia desde menina. Sabia que ele havia sido preso naquela data porque “juntamente com ele foram presos Carlos Alberto Soares de Freitas e Sergio Emanuel Campos”, e desde então tanto Joaquim como Carlos Alberto continuam desaparecidos “esgotados todos os recursos legais para encontrá-los”. Segundo ela, dos três o único encontrado com vida foi Emanuel, que na ocasião se achava respondendo a processo.

– Quero deixar claro que, em virtude do meu seqüestro e das sevícias que sofri, meu pai veio a falecer, mediante falsas informações sobre meu paradeiro, de que eu teria sido seqüestrada por agentes socialistas, de caráter terrorista.

No seu depoimento, Maria Clara supõe que tais informações tenham sido passadas na PE, porque quando lá esteve ouviu músicas militares que enalteciam o nome da unidade.

<sup>2</sup> Maria Clara Abrantes Pêgo foi condenada a um ano de prisão em 22 de maio de 1973 sob acusação de pertencer à Célula de Documentação Regional da Guanabara da VAR-Palmares, juntamente com Antônio Joaquim Machado e incursa no artigo 14 da LSN.

Em ofício encaminhado ao STM — como resposta à solicitação de informações sobre a situação dos presos por parte do ministro Nelson Sampaio, relator do habeas-corpus n. 30 405 impetrado em favor de Joaquim e Carlos Alberto e Emanuel — datado de 27 de maio de 1971 — o delegado do DOPS do antigo Estado da Guanabara, Gastão Fernandes Barbosa, dizia que Antônio e Carlos “jamais estiveram presos ou detidos neste departamento”. Recordava ainda que Joaquim figura como indiciado no inquérito n. 20/71, juntamente com Eurico de Souza Freitas e Delly Xavier de Azevedo “incursos que foram na Lei de Segurança por usarem, através de fraude, meios para aquisição de passaportes brasileiros”. Afirma também que Joaquim se achava foragido, enquanto os demais citados estavam presos à disposição daquela auditoria.

Quando se fala em Joaquim, seus amigos do Rio ou de Belo Horizonte logo se lembram de duas coisas: ele adorava brincar com crianças e, quando entrava num botequim, bebia muito pouco, permanecia até de madrugada com os amigos e encerrava o encontro sempre com um refrigerante.

— Era um tipo tranqüilo, divertido. Gostava muito de música popular brasileira, mas não cantava absolutamente nada. Gostava de praias, mantinha amigos que nada tinham a ver com a sua militância. Era carinhoso e extremamente fiel às suas amizades — recorda hoje uma de suas antigas companheiras.

## OS ESFORÇOS DO PAI

O roteiro desenvolvido por Joaquim Maria de Souza Machado, 70 anos, proprietário de terras em Pompeu, oeste de Minas, em busca de esclarecimentos sobre o paradeiro de seu filho, o advogado Antônio Joaquim Machado, é dos mais extensos. Até o final de 72, Joaquim fez 22 viagens ao Rio de Janeiro para procurar informações. Esteve cinco vezes em Brasília, três das quais com o então ministro da Justiça, Armando Falcão, e falou ainda com inúmeros oficiais do Exército e da Marinha. Nada conseguiu.

O proprietário da fazenda São José da Vereda, Joaquim Maria, informou que a última notícia que teve do seu filho foi em setembro de 1972 —, através do general reformado Ercindo Lopes Bragança — “meu conhecido de antes da Revolução de 1964” — que ele estava preso em dependências do Exército no Rio de Janeiro<sup>3</sup>.

Soube que o filho fora preso em Copacabana, pela Marinha e entregue ao Exército. Ele tinha 32 anos e era solteiro. O pai nunca conseguiu visitá-lo na prisão e não obteve nem informações de que Antônio Joaquim Machado tivesse sido julgado e condenado.

Em 1972, elementos do Exército me explicaram que estava sendo reconsiderada sua formatura em Direito, para justificar a sua prisão em cárcere comum — conta Joaquim Maria.

No mesmo ano, conseguiu que o deputado emedebista mineiro Tancredo Neves fosse intermediário junto às autoridades do governo, para obter informações.

<sup>3</sup> *Jornal do Brasil*, 23-12-78.

— Ele verificou que meu filho não estava envolvido no caso dos passaportes e, em 1975, confirmou que ele realmente não tinha qualquer participação no problema.

Ex-militante da UDN, pela qual foi vereador por dois mandatos em Pompeu, Joaquim Maria de Souza Machado, pai de 13 filhos, 12 dos quais morando em fazenda no oeste de Minas, revelou que conversou com diversos oficiais do Exército e da Marinha: — Eles sempre me receberam bem, mas me empurraram para a frente, para procurar meu filho em outras repartições.

Em três ocasiões, ele conversou com o ministro da Justiça, Armando Falcão, a quem perguntou se Antônio Joaquim ainda estava vivo e ele, “muito compadecido, respondeu-me, da primeira vez, que não tinha recebido resposta sobre o destino do meu filho. Da terceira vez preenchi novamente um formulário”.

Negando-se a citar nomes, o fazendeiro disse que diversos amigos seus e deputados do MDB, em Brasília, procuraram o nome de Antônio Joaquim na *lista negra*, a dos desaparecidos, e na dos exilados, informando sempre que ele não constava em nenhuma delas.

# MARCOS ANTÔNIO DIAS

NA LUTA JÁ AOS 15 ANOS

**E**u o vi pela primeira vez no aparelho da SOS 409-Brasília, onde morava, no dia 29 de janeiro de 1970. Entrou alegre dizendo que o pessoal do Regional o havia cooptado para o setor camponês da VAR-Palmares, e que iria para o campo juntamente com um companheiro muito querido, o Allan Kardek Pimentel. Meu destino seria diferente, eu iria para o Rio de Janeiro para ajudar no Serviço de Inteligência da VAR. Depois de conversarmos muito tempo nos despedimos, e ele me abraçou quase chorando e disse: "Mais na frente a gente se encontra, companheiro!"

O relato de Waldomiro Antônio de Campos Batista é a última informação concreta que se tem sobre o mais jovem dos desaparecidos (15 anos quando sumiu), Marcos Antônio Dias Batista<sup>1</sup>, estudante secundarista do colégio Estadual de Goiânia (Liceu) e militante da VAR-Palmares. Waldomiro também militava na mesma organização e era irmão de Marcos.

A mãe de Marcos, d. Maria de Campos Batista, fez tudo que pôde para saber o paradeiro de seu filho. Chegou a ser conhecida, de acordo com o depoimento de Waldomiro, com *a louca do Setor Marista*, e apontada nas ruas pelos moradores como objeto de curiosidade. Era louca porque acordava a vizinhança com seus gritos e alucinações, onde via seus filhos sendo metralhados ou torturados pelos organismos de repressão. Afinal, d. Maria, natural de Cuiabá, havia conhecido pessoalmente Filinto Müller<sup>2</sup>, sua época e sua fama. Sabia que no Brasil existiam maus tratos, torturas e mortes por problemas políticos desde o Estado Novo. Mesmo assim,

<sup>1</sup> Marcos nasceu em Sorocaba (SP) em 07-08-54, filho de Waldomiro Dias Batista e Maria de Campos Batista. Sumiu em 1970

<sup>2</sup> Filinto Müller foi chefe da polícia política da ditadura de Getúlio Vargas (1937-45).

acredita que não se esgotaram os esforços para descobrir algo sobre o paradeiro de Marcos.

O depoimento de Allan Kardec Pimentel, que à época integrou a VAR-Palmares e era muito ligado a Marcos, também deixa algumas pistas. Marcos poderia ter morrido na guerrilha de Xambioá, em Goiás.

Diz Allan:

— O meu último encontro com Marcos se deu em Porto Nacional, Goiás, por volta de março-abril de 70. Mostrei a ele minha intenção de deixar o país e por isso ia para o Rio de Janeiro. Ele se mostrava firme no propósito de continuar na organização de camponeses para a luta armada e falou que já tinha conhecimento da luta guerrilheira que iria se desenca-  
dear em Xambioá, no norte goiano, e no sul do Pará. Lembro-me que Marcos fez referências a Luís Carlos Prestes e sua coluna que percorreu o norte goiano, organizando o povo para a formação de um grande Exército de Libertação Nacional. Nos primeiros meses de 1970, a maioria dos militantes da VAR-Palmares, em Goiás, caiu nas mãos da repressão. Eu fui preso quando voltava do Rio de Janeiro, pois não consegui sair do país. As embaixadas negavam-se a me conceder asilo. Todo o pessoal de Goiás foi preso, mas o Marcos não apareceu. E não tivemos mais notícias dele.

## PERFIL DE MARCOS

Tinha 1,70m de altura, cabelos castanhos escuros escorridos, usava óculos de pouco grau, pesava 65 quilos e praticava halterofilismo. Lia muito e era até considerado gênio por alguns colegas. Trabalhava como extranumerário-mensalista na Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás no turno da tarde e, pela manhã, dava aulas particulares de inglês e português para ajudar no sustento da família. No Colégio Estadual de Goiânia, onde cursava o 1º ano científico, segundo depoimento de um professor que preferiu não se indentificar, Marcos tinha uma liderança fora do comum. Em consequência dos seus questionamentos teológicos e de suas atitudes políticas, foi eleito, na época, representante de sua classe.

Marcos iniciou sua militância política numa passeata em março de 1968, na praça dos Bandeirantes, em Goiânia, na mesma ocasião em que os estudantes se rebelavam contra o assassinato de Edson Luís de Lima Souto, no Rio. A partir daí, teve participação especial em todos os movimentos estudantis secundaristas, até que foi escolhido para compor a bancada de Goiás no Congresso Nacional da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBFS), que se realizaria em Salvador.

A assinatura do AI-5 o pegou em pleno congresso juntamente com seu irmão mais velho, Waldomiro, também nessa época líder estudantil secundarista. Quando Marcos voltou a Goiânia se deparou com outra realidade: a desarticulação, prisão, perseguição das organizações e lideranças estudantis e operárias locais. Paralelamente, como reação ao fechamento do Congresso Nacional, invasões de escolas e fábricas, surgem as organizações de apoio a uma futura luta armada a ser deflagrada no país, que começa a ampliar seus quadros por todo o Brasil.

Marcos, liderando uma corrente secundarista da Frente Revolucionária Estudantil, órgão clandestino dos secundaristas de Goiânia, passou a integrar a VAR-Palmares.

– Fui eu que *ampliei* Marcos Antônio para a VAR-Palmares e também fui o último a estar com ele, depois de atuarmos quase um ano — lembra Allan Kardec Pimentel — ele tomou a decisão de integrar nosso grupo depois de ler um manifesto em que era dito: “Para um novo momento uma nova forma de luta”. Ficou entusiasmado com a nova perspectiva que estava nascendo com a guerra revolucionária. A sua participação ativa na VAR-Palmares fez com que Marcos fosse logo reconhecido pelo Comando Regional e designado junto comigo e Joaquim *Loyola*<sup>3</sup> para realizar um trabalho de ampliação no norte goiano.

– Com a queda de um companheiro de nome Ademir, durante uma pixação armada, é obrigado a deixar a escola e a família, por questões de segurança. Já tinha obtido média suficiente para passar de ano no Liceu, entrou para a clandestinidade. Ficou em Goiânia militando até a morte de Carlos Marighella, em São Paulo, quando sua segurança começou a perigar<sup>4</sup>. Foi então para Brasília, onde se juntou a outros companheiros, já na clandestinidade.

Autoridades na área de segurança em Goiás afirmam que lá não há registro da prisão de Marcos. Mas o jovem integrava o setor camponês da VAR-Palmares junto com Mariano Joaquim da Silva, líder camponês oriundo das Ligas Camponesas do Nordeste. Mariano foi visto em 1971 num aparelho de repressão do Rio de Janeiro pela prisioneira política Inês Etienne Romeu. O líder camponês foi apresentado à opinião pública pelos organismos de repressão como tendo sido morto em tiroteio no Nordeste no começo de junho de 1971, mas sobre Marcos não se divulgou absolutamente nada.

## D. MARIA DEPÕE

A tragédia transformou nossos corações em apenas ódio, dor e revolta. Começou a 24 de novembro de 1969, pois ele teve que fugir, embora fosse um garoto de apenas 15 anos.

Notícias tivemos, mas só até 6 meses depois da fuga, sendo a última em abril de 1970, quando passou na casa de parentes a quem afirmou que iria me procurar para me ver, o que não ocorreu, não sei por quê.

Depois disso começamos a procurá-lo por todos os lugares e até hoje nada conseguimos. Cada vez que recebíamos uma informação, procurávamos logo investigá-la. Logo vinha o desalento que tomava conta de mim e de seus irmãos, pois todas, até hoje, foram alarmes falsos, que apenas nos faziam sofrer mais.

Em uma viagem feita a Manaus por meu marido disseram-lhe que um rapaz de Sorocaba (SP) estaria morando em Vitória (ES), com padres capuchinhos ou católicos. Fomos verificar pessoalmente e nada. Outra vez, que estava preso em Juiz de Fora, corremos para lá e nada. Lá só tinha um Marcos, com mais de 30 anos. Depois passamos por Belo Horizonte e na volta visitamos todos os presídios.

<sup>3</sup> *Loyola* é o nome de guerra de Mariano Joaquim da Silva, também desaparecido.

<sup>4</sup> Carlos Marighella foi fuzilado em São Paulo pela repressão governamental a 04-11-69.

Tivemos entrevista com o general Antônio Bandeira, que sempre me recebeu muito bem, pois ele sabia que foram dois filhos meus que saíram para a *guerra*. O Marcos Antônio e o Waldomiro Antônio, o Mirinho. O Waldomiro passou um ano fugindo de um lado para outro até que se apresentou e, graças a Deus, tudo correu bem. Essa mesma autoridade nos garantiu que, entre os corpos encontrados em Xambioá<sup>5</sup>, o dele não se encontrava.

Lembro-me que em 1972 tivemos notícias vagas de sua prisão em Brasília, no PIC. Fomos lá ver, e esse mesmo general, quando eu lhe disse que não acreditaria se simplesmente me dissesse que ele não estava preso, vendo o meu estado, o meu sofrimento, ordenou que entrássemos, eu e minha nora, no PIC e olhássemos cela por cela. Realmente havia muitos jovens presos, mas Marcos não se encontrava entre eles.

É assim foi acontecendo uma porção de vezes durante todos esses anos de espera, de incerteza e de dor. Esperamos que agora com a abertura preconizada pelo general Figueiredo, que já sofreu na carne perseguições a seus familiares, surjam luzes que nos possibilitem elucidar o seu desaparecimento.

Sem mais despeço-me na esperança de que neste 1979 as forças democráticas da Nação se juntem a nós na última trincheira a que se apegarão aqueles que lutam sinceramente por uma Anistia ampla, geral e irretirada, trincheira dos desaparecidos.

<sup>5</sup> Xambioá foi o local ao sul do Pará e ao norte de Goiás onde se deflagrou a última luta armada no campo contra o regime. As tropas do Exército, principalmente a Brigada de Paraquedistas, liderada pelo general Hubo de Abreu, foram encarregadas da repressão.

# MARIANO JOAQUIM

## ÚLTIMO ENCONTRO COM INÊS

**P**reso político de Itamaracá (PE) desde 1971, Arlindo Felipe da Silva conta que teve o último contato com seu irmão Mariano Joaquim da Silva no dia 20 de abril daquele ano. Ele foi ao Recife — estava no Rio — a fim de restabelecer contato com seus parentes. Não pretendia, como ocorreu, demorar-se no Recife: atividades políticas o chamavam no Rio.

Filho de Antônio Felipe da Silva e Maria Joana da Conceição e casado com Paulina Borges da Silva com quem teve oito filhos, Mariano trabalhou em engenho de açúcar até os 16 anos de idade, quando se mudou para a cidade pernambucana de Timbaúba dos Mocós — conta Felipe.

— Em Timbaúba meu irmão aprendeu a profissão de sapateiro. E já em 1955 pertencia ao PCB. Sua primeira prisão ocorreu nesse período, em Timbaúba, mas ele só ficou preso durante três dias. Acusado de comunista, não conseguiu arrumar trabalho na cidade, transferindo-se para o Recife, onde continuou como sapateiro, tornando-se delegado do Sindicato dos Sapateiros do Recife.

Já no período de 1956-57, devido a sua grande mobilização política, Mariano foi novamente preso, permanecendo um mês sob interrogatório. Em 1959, seu trabalho político outra vez o leva à prisão juntamente com sua mulher, mas ambos foram libertados três dias depois.

O movimento político das oposições em Pernambuco começa a crescer no início da década de 60 e nele está empenhado Mariano: em 61 se desliga de suas atividades como sapateiro e passa a atuar no movimento das Ligas Camponesas, dedicando-lhe tempo integral, tornando-se, com isso, um ponto de ligação desse movimento nesse Estado com outros semelhantes no Rio de Janeiro.

O golpe militar de 64 criou para Mariano — como para milhares de outras lideranças antigas e nascentes — uma situação preocupante: ele passou a ser intensamente procurado pela polícia política do governo instalado então e para escapar dessa perseguição se mudou para o Estado de

Goiás. Junto com sua família, trabalhava na agricultura.

O cerco aos opositores do regime aumentava com constantes **assassinatos**, torturas públicas e perseguição implacável aos que divergiam dos golpistas ajudados pelos Estados Unidos. Não podendo permanecer em Goiás, Mariano viaja para o Rio de Janeiro, deixando lá sua família. No Rio, liga-se, segundo conta Felipe, à VAR-Palmares.

Em 1970, ele deixa o Rio e vai ao Recife, onde se encontraria já com sua mulher, irmão e outros parentes. O encontro com Felipe ocorre dia 20 de abril de 1971 e entre eles fica a sensação de que talvez já não pudessem se encontrar outra vez — é nessa época que a repressão atinge o auge de sua violência, torturando e matando quantos se opunham à opressão ao povo brasileiro.

## MARIANO POR ALÍPIO DE FREITAS

A casa onde numerosos membros de organizações de esquerda foram torturados fica numa grande cidade do Estado do Rio. E foi lá, onde a presa política Inês Etienne Romeu viu e conversou com o desaparecido Mariano Joaquim da Silva, camponês de Timbaúba, Pernambuco, mais conhecido na militância política, como integrante do comando geral da VAR-Palmares, por *Loyola* e *Coronel*. Com atuação destacada nas Ligas camponesas, Mariano foi levado da casa de torturas, segundo Inês, entre os dias 30 de maio e 1<sup>o</sup> de junho de 1971 — para não mais ser visto por nenhum dos seus antigos companheiros.

“Pensei que ia morrer”, foi uma das últimas frases pronunciadas por Mariano ao contar a Inês sobre as violências a que acabava de ser submetido.

Sobre Mariano depõe um dos seus antigos companheiros de atuação política, o ex-padre Alípio Cristiano de Freitas<sup>1</sup> que a 17 de fevereiro deste ano saiu da penitenciária Milton Dias Moreira (RJ), onde estava preso desde maio de 1970, sob acusação de tentar reorganizar as Ligas Camponesas.

*Mariano Joaquim da Silva nasceu em Timbaúba, Pernambuco, no ano de 1930, filho de pais camponeses. Trabalhou na lavoura até os 16 anos, aprendendo depois o ofício de sapateiro. Com vinte anos incompletos já estava na cidade de Recife, onde continuou trabalhando como sapateiro e começou a estudar, chegando a completar a primeira série ginásial.*

*Em 1952 já pertencia ao PCB, integrando o Comitê Municipal de Recife. A sua primeira prisão data desta época, quando foi muito torturado e, algumas semanas depois, deixado quase morto numa estrada nas proximidades de Recife.*

*Voltando à atividade política, ingressa nas Ligas Camponesas onde se distingue pela sua capacidade de arregimentação e organização.*

<sup>1</sup> Alípio Cristiano de Freitas também foi acusado de tentar reorganizar o PRT, em 1970, depois de regressar do México, onde esteve exilado desde 1964. Respondeu a diversos processos em auditorias militares do Rio de Janeiro, Brasília e Recife. Suas condenações alcançaram a 100 anos de prisão. Devido a recursos e com as modificações introduzidas na LSN (em vigor desde 1<sup>o</sup> de janeiro de 1979) conseguiu a redução de sua pena, após oito anos e nove meses de prisão.

*Em 1960 transfere-se para a Bahia a fim de implantar as Ligas Camponesas naquele Estado.*

*Em 1962 encontra-se no Estado do Rio de Janeiro com a mesma finalidade.*

*No início de 1963, desloca-se para o Maranhão e Piauí e durante algum tempo dá assistência política ao movimento camponês dessas regiões. Ainda em 1963, é eleito para o Conselho Nacional das Ligas Camponesas. Pouco depois é eleito para o Secretariado Nacional e transferido para o Rio de Janeiro para dar assistência política ao movimento implantado e a implantar no Sul. Em meados de 1963, numa nova reestruturação do Secretariado Nacional, é deslocado para Brasília, quando assumiu a Secretaria de Organização.*

*Em Brasília, participou ativamente na organização do apoio de massas a ser dado ao Movimento dos Sargentos<sup>2</sup>. Durante o golpe militar de março de 1964, participa da tentativa de resistência popular ao golpe. Em virtude disso, teve de cair na semiclandestinidade.*

*Pouco tempo depois, liga-se ao PC do B. Em decorrência de sucessivas prisões de militantes dessa organização, volta para a militância no movimento camponês nalgumas regiões de Goiás e Mato Grosso.*

*Em 1967 ingressa na AP e participa da luta interna pela definição político-ideológica desse movimento. Na AP, pertenceu à Comissão de Assuntos Camponeses, sendo seu quadro mais importante. Em 1968, saiu dessa organização e, por problemas de ordem pessoal, de fundo ideológico, ficou durante algum tempo desligado de qualquer organização. Ingressou então na VAR-Palmares onde ficou conhecido com o cognome de Loyola. Em pouco tempo passa a integrar a Direção Nacional.*

*Mariano foi preso em Pernambuco no dia 1º de maio de 1971 e, 24 horas depois, foi trazido de avião da FAB para o Rio de Janeiro. Durante todo o mês de maio ficou em cárcere privado — na “casa de torturas” em Petrópolis. Permaneceu na casa até o dia 31 de maio. Inês Etienne Romeu, presa em 5 de maio de 71, levada para a mesma casa, viu e falou com Mariano Joaquim da Silva no transcorrer de duas semanas do mês de maio de 1971.*

*Em setembro de 1971, os órgãos de segurança divulgaram na imprensa do país “ficha dos principais terroristas procurados pelos órgãos de segurança”, entre os quais Mariano Joaquim da Silva, na qual constava:*

*MARIANO JOAQUIM DA SILVA — Xavier, Armando, Loyola, Coronel, Lauro ou Madeira — VAR-Palmares/CN/NE — Atuou nas Ligas*

<sup>2</sup> Em setembro de 1963, 500 sargentos do Exército, da Marinha e Aeronáutica se sublevaram, ocupando, durante a madrugada, importantes centros administrativos de Brasília. O movimento chefiado pelo sargento da Aeronáutica Antônio Prestes de Paulo, carecia, porém, de qualquer direção política e surpreendeu até as correntes mais radicais da esquerda, como o PC do B (linha chinesa), o núcleo POLOP e os organizadores dos *grupos dos onze*, que Leonel Brizola aglutinava dentro da Frente de Mobilização Popular. O motivo alegado para a revolta fora a recusa do STM em reconhecer a elegibilidade dos sargentos, em consequência do que alguns deles, que se candidataram e venceram, tiveram seus mandatos cassados — *O Governo João Goulart. As Lutas Sociais no Brasil 1961-1964*. Moniz Bandeira. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 4ª edição, p. 122.

Camponesas, onde chegou a integrar a direção geral. Foi secretário do Sindicato Rural do município de Timbaúba, em Pernambuco, em 1954, membro do Comitê Distrital do PCB da cidade pernambucana de Cordeiro. Amigo do ex-padre Alípio de Freitas, a quem ajudou a fundar o PRT. Foi eleito para o Comando Nacional da VAR-Palmares e designado para dar assistência à Regional do Nordeste. Reeditou o jornal Ligas, na sua tentativa de reorganizar as Ligas Camponesas”<sup>3</sup>.

Mariano deixou viúva Paulina da Silva e órfãos sete filhos, todos menores ao tempo do seu desaparecimento. Em 1969 ele transferiu a sua família de Brasília, onde sobrevivia numa pequena chácara, para São Paulo, nos arredores de Poá. Paulina ficou tuberculosa e também sua filha mais velha, que devia ter uns quinze anos.

<sup>3</sup> Mariano foi denunciado, entre outros, no processo n. 180/70-C, da 2ª Auditoria da Marinha, do Rio de Janeiro, segundo o qual ele participou do 2º congresso da organização resultante da fusão VPR-COLINA-VAR-Palmares, onde surgiu um Comando Geral constituído por Mariano, Fernando Luiz Nogueira de Souza e outros.

# ALUÍZIO PALHANO

LEDA PEDREIRA: – QUERO JUSTIÇA

— **A** sala de torturas estava suja de sangue mais que de costume. Perante vários torturadores, particularmente excitados, ouvi de um deles, conhecido pelo codinome de *JC* (cujo verdadeiro nome é Dirceu Gravina), a seguinte afirmação: — Acabamos de matar seu amigo; agora é a sua vez.

Leda Pimenta Pedreira Ferreira tem a voz firme, mas uma expressão de angústia e revolta, quando recorda a carta do preso político Altino Rodrigues Dantas Júnior, escrita do presídio de Barro Branco, em São Paulo, para denunciar a morte de seu marido, o líder sindical Aluizio Palhano Pedreira Ferreira.

Era 21 de maio de 1971 e depois desse dia nenhum preso político ouviu mais os gritos das torturas sofridas por Palhano nas dependências do DOI-CODI paulista. E nunca mais ninguém o viu. Durante todos esses anos, o seu desaparecimento vem torturando Leda e os filhos, Honésio e Márcia.

— Um homicídio sem cadáver é um mistério que só pode acabar quando o corpo aparece — diz Leda.

Ela e os filhos não têm mais qualquer dúvida de que Aluizio Palhano foi assassinado. Mas Leda quer que a verdade venha a público e por isso apelou ao procurador-geral da Justiça Militar para que apure os crimes contra Palhano, denunciados por Altino Rodrigues.

— O que queremos é justiça para os carrascos. Que nos devolvam Aluizio, para que a família possa dar-lhe o repouso eterno que ele, mais do que ninguém, mereceu.

## PRIMEIRA LIÇÃO: SOLIDARIEDADE

Aluizio Palhano Pedreira Ferreira foi presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, presidente da CONTEC, vice-presidente do CGT, presidente da OLAS e — diz o relato de um ex-militante — membro da VPR, segundo filho de um clã de sete irmãos, cujo pai, João Alves Pedreira Ferreira, era fazendeiro em Pirajuí, no interior de São Paulo.

A infância de Palhano foi diferente das muitas infâncias do interior. Filho de próspero fazendeiro de café, até os nove anos pôde contar com os privilégios da burguesia: alimentação farta, brinquedos, estudos nos melhores colégios. Aos dez anos, no entanto, sofreu o primeiro impacto de sobrevivência: com a morte do pai, a mãe, Henise Palhano, perdeu tudo e foi obrigada a ir morar na casa da família, em Niterói. A avó de Palhano, viúva, era proprietária de um cinema perto da estação das barcas, mas havia muitas bocas a alimentar em casa e a situação se tornou extremamente difícil. Nessa época Palhano, ainda menino, aprendeu uma lição que iria nortear o resto de sua vida: a solidariedade.

Ele e o irmão mais velho, Honésio, começaram a trabalhar muito cedo para ajudar no sustento dos irmãos mais moços. Honésio ingressou na Marinha Mercante. Em 1943, estava no navio *Tutóia*, torpedeado pelos alemães ao largo da costa brasileira.

— A morte do irmão marcou profundamente a vida de Aluízio. Passou a considerar-se o responsável pelo bem-estar e segurança da família, como substituto do pai e do irmão mais velho, assim como também se engajou na luta contra o fascismo, a sua primeira atividade política efetiva, ainda que levado emocionalmente pela morte de Honésio — conta Leda.

Palhano começou a se dedicar às causas estudantis e trabalhistas. Compreendeu que o nazi-fascismo era apenas uma das formas de opressão do homem e que era necessário combater a causa: o capitalismo, mais precisamente o capitalismo monopolista.

Como bancário do Banco do Brasil (onde ingressara em 1942), não demorou a revoltar-se contra a política salarial e trabalhista dos patrões. Isso despertou nele o interesse pelo Direito e formou-se em 1948. Como advogado, Palhano estendeu aos colegas de banco o mesmo sentimento que tinha pela família, de profunda e afetuosa solidariedade, defendendo a muitos gratuitamente e livrando-os de problemas difíceis. Até mesmo da cadeia.

— É muito difícil separar o homem Aluízio do líder sindical. A mesma solidariedade que dedicava à família era também dispensada aos colegas, que ajudava, apoiava em todas as circunstâncias, mesmo às custas de sacrifícios pessoais. É por isso que toda a família e todos os seus companheiros até hoje o recordam com sentimento de perda irreparável. Era uma vocação de liderança que foi se afirmando naturalmente, até que seus colegas do Banco do Brasil e de outros estabelecimentos bancários o convenceram a candidatar-se à presidência do sindicato de classe. Exerceu mandato por duas vezes. Deixou o cargo para ser eleito presidente da CONTEC.

Palhano era intransigente na defesa dos interesses da classe.

— Certa ocasião — conta sua mulher — um banqueiro insinuou a Aluízio que todo homem tinha um preço, propondo-se a lhe pagar o que pedisse para terminar uma greve da classe. Ao que Aluízio prontamente respondeu:

— Claro que tenho um preço. . . e esse preço é o atendimento de todas as nossas reivindicações. Faça isso e a greve estará terminada.

Estudioso dos problemas sociais e econômicos, Aluizio Palhano a esta altura já chegara à conclusão de que o marxismo-leninismo era a única saída para as massas oprimidas do Brasil. Recusava-se, porém, a ingressar em qualquer organização partidária, pois não admitia aceitar idéias e receber ordens sem analisá-las e questioná-las.

— Era esse o comportamento que ele tinha na família. Apesar de firme em suas convicções, jamais se recusava a discuti-las com aqueles que discordavam. Tinha dois cunhados radicalmente opostos às suas idéias, mas isso não os impedia de se encontrarem, de conversarem sobre política, de serem amigos. Esses dois cunhados, assim como o resto da família, estavam sempre em nossa casa, um apartamento na avenida Ataulfo de Paiva, no Leblon, de varanda na frente, num daqueles prédios antigos e aconchegantes de três andares, que a cidade está perdendo. Aluizio gostava até de puxar conversa sobre tais assuntos, provocando os outros, cordialmente. Lembro-me de uma ocasião em que ele levantou para a mãe, d. Henise, profundamente católica, o dilema antigo: se Deus é onipotente, poderia fazer uma pedra tão pesada que nem ele próprio fosse capaz de levantar? D. Henise embatucou só por um momento, antes de responder: “Ora, meu filho, Deus não seria tão bobo assim!” Aluizio foi o primeiro a rir.

## O RETROCESSO POLÍTICO

Em 1962, Aluizio Palhano tornou-se vice-presidente do CGT. Nessa ocasião, foi convidado a ser candidato a deputado federal pelo PTB do antigo Estado da Guanabara. Mesmo sabendo que seria facilmente eleito (o PTB teve maioria absoluta dos votos), ele recusou, achando que sua grande contribuição era na esfera sindical. Também por essa época, visitou diversos países socialistas, como União Soviética, Tchecoslováquia e Coreia do Norte.

Em 1964, Palhano viajou para a Alemanha Oriental, a fim de participar de um congresso da OIT como representante da CONTEC. Sabia que a situação do Brasil era difícil, que inúmeros obstáculos se levantavam no caminho do socialismo.

Estava na Europa por ocasião do famoso comício de 13 de março de 1964, na Central do Brasil. Chegou dois dias depois e imediatamente avaliou a situação que já então se delineava claramente: o processo do golpe militar fora desencadeado e havia a ameaça de um retrocesso político.

— Quando estourou o golpe, Aluizio estava no CGT. Telefonou para me dizer que fosse imediatamente para a casa de meu irmão, em Ipanema, levando as crianças. Só voltou a entrar em contato conosco dois dias depois. Apareceu na casa do irmão, cansado, com fome. Contou que ficara pelas ruas, tentando organizar uma resistência, chegando inclusive a brigar na Cinelândia.

Palhano sabia que o golpe de 31 de março de 1964 seria um passo para trás no processo social do Brasil, que era um movimento reacionário e fascista. Por isso, não aceitou, a princípio, a idéia de asilo político proposta por sua mulher. Insistia em permanecer no Brasil, partir para o interior, organizar uma resistência armada. Mas finalmente convenceram-no e a 12

de junho de 1964, o Dia dos Namorados, quando completava 16 anos de casamento, pediu asilo político na embaixa do México.

Leda não gosta de comentar as dificuldades enfrentadas para criar os filhos. Honésio estava então com 15 anos e Márcia com 16 anos. E fala apenas de passagem no assunto:

— Aluízio sempre foi desprendido com dinheiro. Jamais se preocupou em fazer fortuna, embora pudesse ter uma boa situação, com o emprego no Banco do Brasil e a advocacia. Ficamos apenas com o apartamento comprado pelo Ipase e duas letras de câmbio no valor de Cr\$ 1 300,00 antigos, que serviriam para pagar a parte de Aluízio numa sala que estava comprando com um amigo para montar um escritório de advocacia. Essas letras de câmbio foram confiscadas do cofre da CONTEC pelos intervenores. Só me foram devolvidas oito anos depois, em 1972, sem juros nem correção monetária.

## UMA TOALHA BRANCA, A SENHA DA PAZ

Até o final de 1964, pelo que sabe Leda, Palhano permaneceu no México. Trabalhou em uma fábrica de baton e editou o jornal dos exilados, *Correio Braziliense*. Nas cartas enviadas do México, demonstrava uma preocupação constante com a família. Não queria que a mulher e os filhos se envolvessem em política. Temia pela segurança deles.

— Antes de viajar para o México, Aluízio deixou uma carta onde afirmava que a família não apreciava a sua atividade política. Essa carta, confiscada por militares, era na verdade um alibi para a família. Ele não queria que sofrêssemos alguma coisa. Não queria que ninguém fosse incriminado por suas atividades.

Em dezembro de 1964, Leda recebeu a última carta remetida por Palhano do México. Em determinado trecho, ele dizia que ia procurar “terras mais distantes, já semeadas”. Por intermédio de amigos, ela foi informada que Palhano estava em Cuba. Ele trabalhou na Rádio de Havana — sua voz foi inclusive captada no Brasil —, participou da colheita de cana, presidiu o Congresso da OLAS em 1969.

Depois do retorno do marido, Leda o viu pela primeira vez a 24 de novembro de 1970. E é ela quem conta:

— Alguns dias antes, Aluízio telefonou de São Paulo. Minha filha atendeu e a princípio não reconheceu a voz. Depois, foi uma festa. Era um grande presente que o pai lhe dava, pois Márcia casaria no dia seguinte.

O encontro no Rio ocorreu no cinema Leblon. Palhano estava tranquilo, seu jeito de sempre. Não tinha qualquer disfarce, apenas raspava o bigode que usava desde os 18 anos. Foi um momento de profunda emoção, mas que não durou muito. Palhano não explicou por que estava no Brasil, se aqui ficaria ou onde poderia ser encontrado.

— Não demoramos muito no cinema. Aluízio queria ver os filhos. Trouxe de São Paulo presente de casamento para Márcia, uma caneta e um álbum de fotografias. Tive medo, pois receei que nossa casa estivesse sendo vigiada.

Uma toalha branca, estendida numa cadeira, serviu como senha para avisar Palhano de que podia subir. “Era a bandeira da paz”, como comentou o próprio Palhano. Ele podia ver os filhos. Passou algumas horas de paz em companhia da família, uma paz que sabia que não poderia se prolongar.

Em uma carta enviada do México a um amigo, Palhano havia dito:

– *Também eu, que sou humano – e de formação pequeno-burguesa – muitas vezes senti vacilar as forças. . . acreditando que seria melhor a auto-realização no convívio da família, o sucesso individual. . . Mas, a todas essas comodidades, prefiro que alguém, no futuro, depare com o meu nome na lista dos proscritos do Brasil atual, embora com o risco de não mais rever as pessoas a quem estimo, sem emprego e sem recursos, no exílio, mas certo de que a minha atuação, por humilde e insignificante que seja, ajudou a construir o amanhã de milhões de pessoas. E os meus filhos receberão com esse exemplo a melhor herança que se pode desejar.*

Era a definição de uma vida. Por isso, aquele encontro ficou marcado para sempre nas recordações de Leda e dos filhos.

– A alegria foi demais. Honésio e Márcia não queriam sair de perto do pai. Aluízio quis saber de tudo, ficou conversando até de madrugada. Sua preocupação maior era aconselhar os filhos a não se envolverem em política: Disse que partiria naquela mesma madrugada para São Paulo e talvez não ficasse no Brasil. Deixou uma recomendação: a de que não o procurássemos, pois isso poderia implicar em risco para a família. Combinou também um esquema para possíveis novos encontros: telefonaria e marcaria o encontro. E foi embora, para nunca mais voltar. Desde então, tenho me empenhado para manter o mesmo telefone. Sei que não vai acontecer, mas toda vez que o telefone toca tenho um sobressalto e lá no fundo, contra a vontade, espero ouvir, ao tirar o fone do gancho, uma voz firme mas terna a me dizer: Leda. . .

Leda faz uma pausa, respira fundo, procurando controlar a emoção. E acrescenta:

– Aluízio era um revolucionário, um guerrilheiro? É muito difícil julgar. De uma coisa tenho certeza: não era o revolucionário do tipo estereotipado que tanto nos exibem. Acreditava que o socialismo era a única solução para o povo brasileiro. Tinha admiração por Che Guevara, de quem dizia que “porejava autenticidade”. Acreditava na solidariedade humana. Acho importante, fundamental, não esquecer jamais que, acima de tudo, era um homem. . . um homem de verdade. Com seus defeitos e qualidades. Um homem que gostava de caçar, de conversar, que tinha a mania de cozinhar e inventar pratos, usando as pessoas que entravam na família como “cobaias” para experimentá-los. Por tudo o que o Aluízio representou para mim, para nossos filhos, para toda a família, para os amigos, até hoje não consigo falar dele sem sentir um aperto no coração, um nó na garganta, os olhos ardendo. Sei que isso acontece com todos os que o conheceram. E, porque o conheceram, o amaram. . .

Depois de um momento de silêncio, a voz firme, Leda arremata:

– O que quero agora é justiça. Que os 11 dias que Aluízio passou sob torturas não tenham sido em vão. Era um homem que acreditava em suas idéias e a tudo renunciou por causa disso. Não queria ser um mártir, apenas servir ao povo brasileiro. Quero que a verdade de sua morte seja revelada e que os carrascos sejam julgados pelos tribunais, porque a história já se antecipou em julgá-los. É um direito meu que não posso deixar de exercitar depois de ter lido a carta corajosa do Altino Rodrigues.

## PALHANO POR ALTINO DANTAS<sup>1</sup>

Tendo em vista sua atitude como ministro desse Tribunal e seu particular interesse em esclarecer as mais gritantes violações dos Direitos Humanos ocorridas nos últimos anos em nosso país, tomo, muito respeitosa-mente, a liberdade de me dirigir a V. Excia., na qualidade de preso político e sobrevivente dos órgãos de repressão, a fim de cumprir o que considero um dever, relatando fatos que presenciei por contingências de minha situação de preso. Esses fatos já foram por várias vezes denunciados. Lembraria, entre outros, o documento dirigido ao Dr. Caio Mario da Silva Pereira, então presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, datado de 23 de outubro de 1975 e assinado por 35 presos políticos do Presídio Político de São Paulo, sobre o qual temos informação segura de ter chegado a esse Tribunal. Apesar disso, providência alguma foi adotada no sentido de esclarecer tais denúncias e, embora tenham ocorrido há mais de 7 (sete) anos, estão aí a exigir providências e explicações.

Fui preso (melhor seria dizer seqüestrado) no dia 13 de maio de 1971, por volta das 20 horas, por uma escolta do DEOPS de São Paulo comandada pelos delegados Alcides Singillo e Crayde Caia. Nesta mesma noite fui torturado, das 21 horas até às 5 horas da manhã do dia 14, nas dependências do DEOPS de São Paulo. Às 10 horas da manhã do mesmo dia 14 fui entregue à OBAN (DOI-CODI), órgão do II Exército. Neste estabelecimento repressivo fui sistematicamente torturado durante 32 dias, ou seja, até o dia 17 de junho de 1971. Nesse período fui testemunha e vítima dos mais bárbaros e violentos desrespeitos à integridade física dos cidadãos.

Não são as violências ocorridas comigo que pretendo relatar. A elas sobrevivi com dignidade e os longos anos a que fui condenado aguardam o julgamento da História, este sim definitivo. O que quero relatar são fatos que envolvem a pessoa de Aluísio Palhano<sup>2</sup>, dirigente do CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) e líder dos bancários do Rio de Janeiro, dos quais sou testemunha.

Na época comandava o DOI-CODI o Major Carlos Alberto de Brilhante Ulstra (que usava o codinome de "Tibiriça"), sendo sub-comandante o Major Dalmo José Cyrillo ("Major Hermenegildo" ou "Garcia"). Por

<sup>1</sup> Esta é a íntegra da carta enviada ao general Rodrigo Otávio Jordão Ramos, ministro do STM pelo preso político Altino Rodrigues Dantas Júnior, do presídio da Justiça Militar, situado em Barro Branco, São Paulo. Altino foi presidente da UNE em 1967.

<sup>2</sup> Com o golpe militar de 1964, Aluísio Palhano Pedreira Ferreira, asilou-se em Cuba. Em 1970, retornou ao Brasil como militante da VPR. Com ele veio o famoso cabo Anselmo, acusado em 1973 pela VPR de agente infiltrado na esquerda. Moniz Bandeira, op. cit. p. 170.

Palhano foi preso dia 6 de maio de 1971, em São Paulo, mas ex-membros da VPR não sabem detalhes sobre as circunstâncias de sua prisão, presumindo-se, porém, que isso tenha ocorrido num *ponto* com um militante de cognome *Primo*, preso algum tempo antes. Nos dias 13 e 14 de maio de 1971, Palhano esteve numa casa de torturas, em Petrópolis, onde se achavam Inês Etienne Romeu e Mariano Joaquim da Silva. Em 1961 comandou a greve geral dos bancários por aumento de salários e em defesa do 13º salário.

volta do dia 16 de maio, Aluísio Palhano chegou àquele organismo do II Exército, recambiado do CENIMAR do Rio de Janeiro. No mesmo dia fui acareado com Aluísio e não nos reconhecemos perante os torturadores. Aluísio era chamado pelos agentes do DOI-CODI de "Calazans" e, salvo engano, era com este nome que ele constava da grade de presos. Nessa acareação pude observar que Palhano estava muito debilitado fisicamente em virtude das torturas a que estava sendo submetido.

No dia 17 ou 18 de maio (é difícil precisar datas ou horários quando se está trancado em uma cela forte sem iluminação e de onde só se é retirado para a sala de torturas), o capitão Ítalo Rolim, integrante de uma das equipes de interrogatório daquele órgão de repressão, permitiu, a mim e a Aluísio Palhano, ajudarmo-nos mutuamente a tomar um banho e tratar nossos ferimentos provocados pela tortura; pudemos, então, rapidamente conversar, quando fiquei sabendo que ele havia sido seqüestrado nas ruas de São Paulo no dia 9 de maio de 1971, recentemente chegado do exterior, e que no outro dia fora levado para o CENIMAR do Rio de Janeiro, onde sofrera violentas torturas, que continuavam agora no DOI-CODI de São Paulo.

Na noite do dia 20 para 21 daquele mês de maio, por volta das 23 horas, ouvi quando o retiraram da cela contígua à minha e o conduziram para a sala de torturas, que era separada da cela forte, onde me encontrava, por um pequeno corredor. Podia assim ouvir os gritos do torturado. A sessão de tortura se prolongou até a alta madrugada do dia 21, provavelmente 3 ou 4 horas da manhã, momento em que se fez silêncio.

Alguns minutos após, fui conduzido a essa mesma sala de torturas, que estava suja de sangue mais que de costume. Perante vários torturadores, particularmente excitados naquele dia, ouvi de um deles, conhecido pelo codinome de "JC" (cujo verdadeiro nome é Dirceu Gravina), a seguinte afirmação: "Acabamos de matar o seu amigo, agora é a sua vez". Ato contínuo começaram a me torturar, por puro sadismo ou para descarregar sua excitação criminosa, pois nenhuma pergunta me era feita. Creia, Sr. Ministro, desejei por momentos a mesma sorte que eles diziam ter dado a Aluísio Palhano. Entre outros se encontravam presentes naquele momento os seguintes agentes: "Dr. José" (oficial do Exército, chefe da equipe); "Jacó" (integrante da equipe, cabo da Aeronáutica); Maurício José de Freitas ("Lunga" ou "Lungaretti", integrante dos quadros da Polícia Federal), além do já citado Dirceu Gravina "JC", e outros sobre os quais não tenho referências.

Desde esse dia nunca mais Aluísio Palhano foi visto. Seu "desaparecimento" tem sido amplamente denunciado. Sinto-me no dever e na obrigação de constantemente trazer a público o que presenciei como testemunha mais próxima e como sobrevivente daquela noite de torturas não incomum naquelas dependências do II Exército.

Assim, tomo a liberdade de me dirigir a V. Excia., e, muito respeitosamente, solicitar providências no sentido de se responder a seguinte ques-

tão: o que ocorreu com Aluísio Palhano a partir do dia 21 de maio de 1971? A resposta a esta pergunta é hoje uma exigência da consciência nacional.

São Paulo, 1º de agosto de 1978  
Altino Rodrigues Dantas Júnior

# IVAN MOTA DIAS

## D. NAIR: – QUERO A VERDADE

**O** pior é o medo. O medo é que envenena tudo e afasta as pessoas. As pessoas não falam por medo de se comprometer.

*Meu nome é Nair Mota Dias, mãe de Ivan Mota Dias, desaparecido em 15 de maio de 1971, há oito anos, portanto. Minha família é de Itamontes, mas transferi-me para Passa Quatro, também no sul de Minas Gerais, onde moro até hoje e onde nasceu Ivan, em 29 de outubro de 1942<sup>1</sup>.*

*Ivan morava no Rio e estudava História, acho que já tinha se formado pela UFF, em Niterói. Queria ser professor. Sempre gostou de História, lia muito e tinha muitos livros. Sempre foi muito estudioso. Desde menino,*

<sup>1</sup> Sua prisão teria ocorrido no dia 15 de maio de 1971, no bairro carioca de Laranjeiras. Ivan não conseguiu acabar seu curso de História na UFF, em dezembro de 1968, porque participara do Congresso Nacional de Estudantes, em Ibiúna. Teve sua prisão preventiva decretada e passou a viver na clandestinidade. Sua prisão foi efetuada pelo CISA e ele foi levado diretamente para as câmaras de tortura do Aeroporto do Galeão, onde os serviços internos de alto-falante, quando de sua chegada, anunciaram “a queda do comandante *Cabanas*, da VPR” – conta uma sua ex-namorada. Nessa época, Ivan fazia parte do comando nacional da organização. No período de clandestinidade, Ivan trabalhava com traduções, e morava num quarto alugado numa rua perto da Central do Brasil, no Rio. Sob acusação de “tentar derrubar o governo através da violência e da luta armada, juntamente com Adair Gonçalves Reis, Alfredo Hélio Sirks, José Maurício Gradel, Roberto das Chagas e Silva, Sonia Eliane Lafoz, Walter Ribeiro Novais, Ivan foi julgado como revel e condenado a oito anos de reclusão pelo Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria do Exército, em 1972, com seu enquadramento no artigo 23 da LSN. Também à mesma época, o Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria da Aeronáutica, por unanimidade, absolveu Ivan – junto com Alex Polari de Alverga, Tereza Ângelo, Walter Ribeiro Novais -, denunciado com outros integrantes da VPR de prática de assaltos, e sujeito ao artigo 27 da antiga LSN, que previa reclusão de 10 a 12 anos. Ivan também figura, ao lado de 12 membros da VPR, no processo da 2ª Auditoria do Exército, onde é acusado de participação nos seqüestros dos embaixadores da Alemanha e da Suíça.

sempre foi muito comunicativo, carinhoso, sabia tratar a todos com uma palavrinha especial. Muito pegado comigo, abria-se para mim todo cheio de ternura. Mais que com seu pai. Gostava muito do pai também, mas era mais chegado a mim. Gostava de música. No ginásio chegou a estudar violino, mas depois o professor foi embora e não tinha outro, ele teve de deixar. Sempre teve muitos amigos. Em Passa Quatro deixou muitos. E no Rio soube também de vários outros. Sempre teve muita facilidade de comunicação e muita preocupação com os outros e com suas necessidades. Em Passa Quatro um dos seus grandes amigos era um carroceiro. Teve uma formação religiosa sólida, somos presbiterianos e ele aprendeu, desde cedo, os princípios da caridade e da fraternidade cristãs. Tinha também grande capacidade de fazer coisas. Soube por colegas seus que dava aulas no pré-vestibular da faculdade e que era considerado um bom professor. Soube também que foi líder estudantil. Dele mesmo nunca soube nada. Era muito pegado comigo, já disse, né, mais comigo que com o pai até. Mas não levava ao conhecimento da família o que fazia de política. Fiquei sabendo das atividades políticas dele através dos jornais, depois do seu seqüestro. Sei que participou do congresso de Ibiúna, em São Paulo, em 68. Aí foi preso junto com muitos. Depois soltaram. Depois parece que se arrependeram e convocaram para depor dizendo que parece que tinham soltado por engano. Aí ele não quis se apresentar.

Disse que não voltava. Não confiava. E nós deixamos de saber onde ele estava. Mas ele aparecia sempre. Só não dava o endereço. Pelo menos uma vez por mês. Quando não dava, ele escrevia ou telefonava. Pena que eu não acho nenhuma carta dele. Muito amorosas. Mas quando meu marido morreu, ele tinha enfizema, e isto que aconteceu com Ivan acho que piorou seu estado – quando meu marido morreu, em agosto de 1974, eu queimei tanta coisa que acho que as cartas foram juntas. . . Não sei. . . Mas todo mês, pelo menos, eu sabia do Ivan. Não falhava. Ele era muito amoroso mesmo. . . De 68 a 71, ele deu notícias regularmente. No dia 15 de maio de 71, uma pessoa da família que morava no Rio recebeu um telefonema anônimo, uma voz de mulher que dizia apenas: – O Ivan acabou de ser preso em Laranjeiras – e desligou.

Era de manhã, antes do meio-dia. Aí é que eu digo, o problema é o medo. Todo mundo tem medo. O medo traz muita desordem. As pessoas não querem se comprometer, e por isto não dão informações. Ninguém quer se meter, se complicar. Como é que some uma pessoa assim e ninguém viu? Ninguém sabe de nada? O Ivan nasceu de sete meses, me deu muito trabalho pra criar. Eu nunca consegui uma testemunha, ninguém que tivesse visto, ninguém que tivesse sabido de nada. Não é possível isso, não é?

Quando receberam a notícia da prisão de Ivan, meus parentes me telefonaram para Passa Quatro, que eu viesse correndo que precisavam me dizer uma coisa, que tinha acontecido uma coisa. Ninguém se responsabilizou pela prisão dele. Naquela época eles não deixavam os presos num lugar só. Levavam pra São Paulo, pro Rio Grande do Sul, pra Belo Horizonte. Eu e o Lucas, meu marido, fizemos tudo. Requeremos um habeas-corpus em 22 de junho de 71. Mas foi negado – foi negado alegando-se que Ivan não se encontrava preso em nenhuma das dependências do Exército. Está aí a notícia do jornal, dando a negativa.

*Procuramos, então, o deputado Lysâneas Maciel, como presbiteriano e como pessoa que estava lutando já naquele momento pelos presos políticos.*

*Tivemos vários contatos com ele, ele ajudou muito, orientou, foi comigo à Aeronáutica uma vez ver se a gente obtinha alguma informação. Foi depois da morte de Lucas, quando o general Geisel assumiu, que eu escrevi uma carta para o Lysâneas. Foi em fevereiro, creio, os jornais diziam que o Geisel ia fazer e acontecer, houve uma esperança muito grande naquele momento. O MDB de São Paulo estava recebendo cartas de familiares de pessoas presas ou seqüestradas, e eu enviei para o Lysâneas, dizendo que não queria que soltassem meu filho não, se ele tinha errado, eu queria que ele aparecesse e fosse julgado pelas leis do país. Mesmo pelas leis de exceção. Só queria isso: que ele aparecesse. Ai iria a julgamento. A gente poria um advogado e íamos ver. Mesmo morto tinha que aparecer o corpo. Alguém tinha de assumir a responsabilidade. O que não podia era uma pessoa sumir de repente e ninguém saber de nada, ninguém se responsabilizar.*

*Fomos ao DOI-CODI, ao I Exército, na Aeronáutica, no DOPS, no Exército em São Paulo e Belo Horizonte. Nós morávamos em Passa Quatro, ficávamos na casa de parentes, era difícil, mas a gente não desanimava. A gente queria encontrá-lo ao menos. A gente sabia que não seria fácil, sabia de outros casos, mas tinha esperança. Pelo menos esperança de encontrá-lo. Éramos recebidos pelos oficiais de serviço, não me lembro dos nomes, sempre fomos bem tratados. Mas ninguém sabia de nada. Durante dois meses, toda semana, eu ia a esses lugares. Diziam que não sabiam de nada, mas que havia processos contra ele e que ele podia aparecer "na semana que vem" para depor. Ivan foi julgado como revel, na 1ª e 2ª Auditorias da Aeronáutica e na 2ª Auditoria do Exército. Na Aeronáutica e na 2ª Auditoria. Na Aeronáutica, na 1ª e 2ª Auditorias, ele foi absolvido por falta de provas. No Exército foi condenado. Não assisti aos julgamentos mas falei com mães de outros presos que me contaram. Pedi ao juiz de Passa Quatro um atestado de bons antecedentes, que vai junto aí também. Escrevi uma carta à mulher do presidente Médici como mãe, dirigindo-me a uma mãe, mas não sei de cópia, não sei de nada<sup>2</sup>.*

*Não se pode avaliar a confusão que foi. Estou cansada de tanto sofrer e nem sei de nada. São oito anos de muita dor. Fizemos pedidos através da Igreja Presbiteriana, da Igreja Católica, do Conselho Mundial das Igrejas. O advogado Marcelo Cerqueira<sup>3</sup>, também ajudou a procurar. Os amigos recortaram os jornais e me entregaram as notícias. Lutamos três anos. Muita esperança às vezes, às vezes uma desesperança só. Até que meu marido morreu em 74, com 67 anos. Eu só tive dois filhos, Ivan e outro. Ivan sempre foi assim. Muito independente. A minha igreja orou muito por*

<sup>2</sup> A carta foi respondida não pela mulher do presidente mas pelo chefe do SNI, uma carta de 3 linhas, dizendo que Ivan estava foragido.

<sup>3</sup> Marcelo Cerqueira é deputado federal pelo MDB do Rio, eleito em novembro de 1978.

ele, nós estávamos sem pastor na época, mas fizemos uma oração por ele. Tenho amigos católicos que dizem que rezam por ele. Eu oro muito, sempre pedindo a verdade, eu só peço isso. Saber a verdade, se está vivo ou morto.

Que coisa, se ele está vivo, por que não dizem logo? Fala-se tanto contra eles, por que não dão uma de bonzinhos e dizem? Será só pelo prazer de fazer a gente sofrer? A minha família, as tias dele, todas acreditam que ele esteja vivo, que está preso em algum lugar. Afinal, se dizem que ele errou, deve estar preso. O governo não ia matá-lo, o governo não ia fazer uma coisa dessas. Eu nem sei mais. Tem dias que eu penso que ele está vivo. Tem dias que eu espero mais. Mas quero descobrir a verdade. Estou aqui para isso. Eu moro em Minas, em Passa Quatro, estou aqui no Rio porque soube que um médico disse a uma pessoa que o Ivan está vivo, está muito bem e que está abandonado pela família, que não providenciou advogado para relaxar a prisão dele. Ai eu vim tentar descobrir esse médico. E estou me entrosando com o pessoal aqui do CBA. Só que ainda não consegui descobrir o tal médico. Também, se ele sabia quem era Ivan, até de onde ele era, de sua cidade, por que não me procurou antes? Não sei. . . Também já me disseram que viram meu filho num programa de televisão há dois anos, me disseram também que ele foi morto no Aeroporto Santos Dumont, no Rio, já me disseram que há presos políticos internados em hospitais psiquiátricos, esse médico que falou dele pode tê-lo tratado, quem sabe? O que aconteceu é que o medo faz as pessoas não falarem direito. Aconteceu muita coisa, tanta coisa. . . Tem hora que eu tenho esperança que ele esteja vivo. Sei lá, no meio dessa confusão toda ele pode estar vivo. Depois que o Ivan desapareceu minha vida é só em casa. Nunca mais fui a festas, nunca mais fui a lugar nenhum, só em casa dos parentes mais chegados. Nem à igreja eu fui mais. Falo da igreja como a comunidade local, porque orar eu continuo orando, mas não tenho mais gosto pra nada.

É possível agora que com essa CPI sobre os desaparecidos, que estão querendo promover, se chegue a alguma resposta. É possível, nem sei mais.

Ah, eu tenho um neto chamado Ivan, de 6 anos. . .

# WALTER RIBEIRO NOVAIS

## PRISÃO ÀS CLARAS

**G**eralmente as pessoas ficam meio espantadas quando ouvem dizer que membros de organizações políticas consideradas clandestinas pelo governo exerciam, na época de sua militância, postos públicos, como o de guarda-vidas.

Esse, p. ex., é o caso de Walter Ribeiro Novais, que entremeava sua função de guarda-vidas do Serviço de Salvamento Marítimo do Rio de Janeiro com a atividade de membro da VPR — segundo informações do CBA-RJ. Exercia seu cargo na praia de Copacabana.

Denunciado e detido no dia 13 de junho de 1970, ainda quando trabalhava na praia, ele foi solto pelos órgãos de repressão dois meses depois, aparentemente por falta de provas. Segundo seus amigos, sentido-se inseguro e vigiado, decidiu ingressar na clandestinidade.

É justamente nesse período que Walter vive a época certamente mais intensa de sua atividade como militante da VPR, que lhe atribui a tarefa de cuidar da parte de infra-estrutura do comando da organização. O que conduz Walter a participar dos seqüestros dos embaixadores suíço e alemão — 1970 — e outras ações armadas. Walter foi o responsável pelo apoio logístico a tais ações.

Em 1971, as forças de repressão elevam seu grau de violência: preso então pela segunda e última vez no dia 12 de julho de 1971, às 18.30 h no bairro carioca da Penha, quando se dirigia para cobrir um *ponto* junto com o simpatizante conhecido como Alípio, também guarda-vidas, que trabalhava na Barra da Tijuca, Walter nunca mais apareceu.

Imediatamente sua família começou a procurá-lo sem lograr êxito. Mais tarde — soube-se — depois de subornar alguns policiais, conseguiu localizá-lo nas dependências do DOPS do Rio, mas foi obrigada a deixar o contato porque a pessoa que levava dinheiro em troca das informações foi ameaçada de morte.

A partir daí, a trajetória de Walter no interior dos órgãos de repressão é pouco conhecida. A presa política Inês Etienne Romeu conta que em um dia de junho de 1971, na casa de torturas onde se encontrava, ouviu os seus torturadores falarem da morte de Walter, conhecido como *Careca*, enquanto comemoravam. Outros prisioneiros políticos que passaram pelo DOI na mesma época afirmam que constantemente os policiais liam trechos de um depoimento de Walter, durante os interrogatórios. Isso demonstra que os órgãos de repressão não tinham a menor preocupação em esconder que ele foi interrogado naquele departamento. Apesar de tudo isso, sua prisão até hoje não foi reconhecida pelos órgãos policiais.

# RUY CARLOS BERBET

## “TUDO BEM” NO ÚLTIMO BILHETE

**R**uy Carlos Vieira Berbet está entre aqueles casos de desaparecidos em que a família conhece muito pouco sobre sua militância. De tal forma que sua irmã, Regina Maria Berbet Pereira, lembra que todos foram surpreendidos quando souberam estar ele entre os nove seqüestradores do Boeing da Varig, a 4 de novembro de 1969, que do percurso entre Buenos Aires e Santiago do Chile foi desviado para Cuba.

Concretamente, tal era o cuidado com que Ruy cercava suas atividades políticas — sabia-se que Ruy fora preso em 1968 durante o congresso de Ibiúna da UNE. Na ocasião, o estudante de Letras da USP foi levado para Carandiru e, posteriormente, transferido para o presídio Tiradentes, em São Paulo, de onde foi liberado poucos dias depois, seguindo para Regente Feijó, onde permaneceu durante 15 dias ao lado da família.

Na verdade, foi o seqüestro do Boeing da Varig que tornou Ruy conhecido fora dos meios estudantis. Juntamente com Aylton Adalberto Mortati, Maria Augusta Thomaz, Lauriberto José Reyes — só quatro seqüestradores foram identificados — Ruy tomou o avião no Aeroporto Internacional do Galeão, mas o seqüestro só foi realizado depois que o Boeing saiu de Buenos Aires.

Dos companheiros de Ruy, segundo nota publicada no *O Estado de S. Paulo* a 13 de dezembro de 1969, a repressão utilizou farto material informativo, com as distorções de sempre, incluindo relações familiares e organizações a que, segundo o governo, eles pertenciam, porém Ruy mal teve seu nome citado.

Depois do seqüestro a família de Ruy também não foi procurada pela polícia, mesmo porque, se isso tivesse acontecido, de nada adiantaria: ninguém sabia nada sobre sua participação. De qualquer forma, logo depois do seqüestro, Ruy mandou uma pequena carta à família, procedente da Europa.

— Nessa carta percebíamos claramente a letra dele. Ruy dizia que, por motivos de força maior, estava como turista no Velho Mundo — recorda sua irmã, Regina.

Já nessa primeira carta, Ruy pedia para seus familiares pensarem nele com carinho e julgava difícil lhes escrever novamente. Isso se confirmaria pouco depois, quando a família recebeu um bilhete certamente escrito às pressas, a lápis, onde ele falava apenas que estava bem. De lá para cá, nada mais se soube dele.

Filho de Ruy Jaccoud Berbet e Otília Vieira Berbet, Ruy passou sua infância e adolescência no interior do estado de São Paulo — em Regente Feijó — onde nasceu em 16 de dezembro de 1947. Sempre foi uma pessoa tranqüila e carinhosa, especialmente para com os irmãos e pais, a quem era bastante achegado.

Ao concluir o curso científico, Ruy deixou Regente Feijó seguindo para São Paulo, onde passou a morar e estudar na USP, a partir de quando se distanciou da família. Mas, mesmo assim, as suas atividades políticas não impediam que vez por outra Ruy a visitasse.

Como até agora não existem maiores indícios oficiais e extra-oficiais sobre as circunstâncias do desaparecimento de Ruy, pesa sobre sua família alguma esperança de que ele venha a reaparecer. A anistia ampla, geral e irrestrita, com o retorno dos exilados e banidos, contribuiria para tirar essa dúvida da família de Ruy — como, aliás, a de outras famílias, que vez por outra manifestam esperanças de um dia rever seus entes desaparecidos.

# HELENI TELES GUARIBA

## NA LISTA NEGRA DA AERONÁUTICA

**S**uas aulas de cultura grega exerciam a mesma fascinação produzida pelas de arte dramática. Quem se lembra disso são seus ex-alunos da Faculdade de Filosofia da USP, da Escola de Arte Dramática de São Paulo e da Aliança Francesa, também de São Paulo, onde Heleni Pereira Teles Guariba montou e dirigiu uma peça em francês, já no início dos anos 70, alcançando enorme sucesso. Ela tinha tudo para isso: magnetismo pessoal e uma grande cultura, como recordam alguns professores e seus colegas da universidade, os mesmos que hoje sentem a maior dificuldade de falar sobre Heleni — muitos dos quais desconheciam totalmente as atividades políticas a que ela se dedicava paralelamente ao seu trabalho como professora.

Certamente em função do seu grande círculo de relações sociais, o desaparecimento de Heleni deixou um vácuo entre seus amigos, parentes, alunos, colegas. Só recentemente foi possível saber que sua prisão ocorreu a 12 de julho de 1971, junto com o também desaparecido Paulo de Tarso Celestino — como ela, acusado de integrar a ALN. Uma presa política ouviu, sabe-se, os interrogatórios a que Heleni foi submetida nos dias 19 e 20 de julho, no Rio de Janeiro — e desde então nada mais se sabe sobre ela.

Aliás, antes disso a ex-professora de cultura grega já havia sido presa. Isso ocorreu em março de 1970: ela foi detida e acusada de militância política em organização oficialmente considerada clandestina e de possíveis envolvimento com pessoas ligadas a grupos armados. Nessa época ela já se separara do marido, Ulisses Teles Guariba, professor de História da USP. Era o segundo semestre de 69. Heleni havia recebido numerosos convites para trabalhar no circuito profissional de teatro de São Paulo.

Ulisses foi informado de que a prisão de Heleni acontecera em Poços de Calda (MG) e, depois de diversas buscas, conseguiu localizá-la nas dependências da OBAN — isso em março de 1970.

— Estivemos na OBAN uma noite e falamos com os capitães Homero e Albernaz. O primeiro confirmou a prisão de Heleni e disse que tinha sido devido a investigações. Já o capitão Albernaz disse que o Exército não seria transformado em órgão de repressão policial e que não haveria violência. Depois ficamos sabendo a verdade no DOPS, para onde foi levada Heleni três dias após: havia sido torturada pelos capitães Albernaz e Homero, na OBAN, com duas horas de choques elétricos, Homero decidiu mais tarde afastar-se, porém Albernaz continuou usando todo o seu sadismo.

Em consequência dos choques elétricos, Heleni sofreu hemorragias, sendo conduzida para o Hospital Militar, onde ficou internada dois dias — lá em São Paulo. Depois disso regressou à OBAN e daí foi para o DOPS, onde poucos dias depois, numa noite, manteve contatos com seu ex-marido e amigos.

Heleni cumpriu pena de um ano de prisão no presídio Tiradentes, tendo como defensor o advogado José Carlos Dias, presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo. Em abril de 1971 ela ganhou liberdade, a partir de quando passou algum tempo com a mãe e uma tia. Gradualmente retornou às suas atividades profissionais teatrais: dava aulas e já se readaptava ao trabalho, quando pela segunda e última vez foi presa — dessa vez no Rio de Janeiro.

Quem quer que fale de Heleni entre seus amigos e companheiros vai sempre ouvir a mesma explicação: as circunstâncias do seu desaparecimento, prisão, seqüestro, são ainda obscuras, embora existam suposições que têm levado seus familiares a concluir, vez por outra, que ela foi assassinada e enterrada como indigente num cemitério do Rio. Mas isso, mesmo para eles, ainda é uma hipótese.

Buscas não faltaram para saber do seu paradeiro: Ministério do Exército, no Rio, SNI, em Brasília, todos os órgãos de repressão policial e política ligados às Forças Armadas. Desse roteiro, a única informação palpável obtida pelos familiares foi transmitida por um brigadeiro da Aeronáutica, que confidenciou a uma amiga de parentes de Heleni ter visto o nome dela numa lista de presos da Aeronáutica.

## MAGNETISMO PESSOAL

Órfã de pai e criada pela mãe e uma tia, Heleni sempre se voltou para os estudos e atividades culturais. Bem cedo casou com Ulisses — filho de um general da reserva —, de quem se desquitou em 1969. Juntos tiveram dois filhos, hoje com 16 e 12 anos de idade.

Formada pela Faculdade de Filosofia da USP, ela se especializou em cultura grega. O que não neutralizou seu interesse pelo teatro, a que veio dedicar-se com afinco. Estudou teatro e passou a lecionar na Escola da Arte Dramática de São Paulo, onde dava aulas de teoria teatral. Já em 1965, juntamente com o marido, recebeu do consulado da França, em São Paulo, bolsa de estudos para aperfeiçoar-se na Europa. Ambos permaneceram lá até 1967.

Heleni então fez inúmeros cursos, inclusive em Berlim, onde estudou a arte de Bertold Brecht e estagiou como assistente de direção.

Quando retornaram ao Brasil, Ulisses foi trabalhar no Departamento de História da USP e Heleni em Santo André: contratada pela prefeitura local, iniciou uma série de trabalhos culturais culminando com a montagem de uma peça de Molière com os alunos das escolas da prefeitura. Essa realização de Heleni proporcionou um avanço dentro dos setores culturais da cidade, mas o seu trabalho foi interrompido com a decretação do AI-5 em dezembro de 1968. Sem estímulo nem liberdade para prosseguir seu trabalho, Heleni foi afastada: aí ingressou na Aliança Francesa, em São Paulo.

Suas aulas de cultura grega e teatro até hoje marcam a lembrança de Heleni. Não são poucos os seus ex-alunos que revelam o prazer com que assistiam às suas conferências.

– Suas aulas eram conferências mesmo, dinâmicas, tanto que na USP vinha gente de tudo que era turma.

# ANTÔNIO DOS TRÊS REIS

## IGREJA DENUNCIA NO EXTERIOR

**E**x-orador da União Paranaense dos Estudantes, em 1968, ex-congressista de Ibiúna, ex-delegado do Paraná junto à UNE, Antônio dos Três Reis de Oliveira está desaparecido desde 1970. Estudante de Economia, foi visto pela última vez em 1970 pela jornalista Maria do Socorro Oliveira, sua irmã, em Curitiba. Na ocasião, falou que estava sendo perseguido e vigiado pelos agentes do DOPS e que pretendia morar em São Paulo, onde se sentiria seguro. Disse também que soubera da morte de uma estudante, sua amiga, assassinada por agentes do DOPS. Depois disso, a família perdeu o contato com Três Reis.

Em julho de 73, Maria do Socorro ao chegar ao jornal *Diário do Paraná*, onde trabalhava como repórter, recebeu um telex da Associated Press (AP), de Washington, assinado por um comitê ligado à Igreja, denunciando a morte de Três Reis e de mais 18 outros brasileiros. De posse do documento, procurou, desesperadamente, a delegacia da Polícia Federal do Paraná, para saber se a informação tinha procedência.

“Lá, tanto o general Alcindo Gonçalves como o seu assessor disseram não haver nada contra ele. Procuraram informações a respeito do meu irmão e somente encontraram o registro de sua prisão em Ibiúna. Nada mais.

“Passado mais algum tempo e não satisfeitos, colocamos anúncio em dois jornais de circulação nacional — *Jornal do Brasil* e *Última Hora* (SP) — com sua foto, procurando-o. Nenhuma resposta. Até que em 18 de abril de 1978, durante o Dia Nacional de Protesto organizado pelos estudantes do Rio de Janeiro, veio a primeira indicação semi-oficial de sua morte<sup>1</sup>. Os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Jornal do Brasil* divulgaram uma relação de vários nomes, assinada pelo CBA, onde Antônio dos Três Reis era dado como desaparecido, depois de ter sido fuzilado pelos órgãos de repressão em São Paulo, no dia 10 de maio de 70.”

<sup>1</sup> *Jornal do Brasil*, 05-04-78.

A família de Três Reis enviou então uma carta ao Movimento Feminino pela Anistia, que por sua vez encaminhou o documento à Anistia Internacional, solicitando esclarecimento sobre o paradeiro do estudante. Na mesma época, o bispo Romeu Alberti, da Diocese de Apucarana, Paraná, celebrou uma missa na catedral, em memória de Três Reis. Compareceram 200 pessoas. Pouco depois, d. Orozina Ulhoa Silveira, avó e mãe de criação de Três Reis, enviou a seguinte carta ao Comitê Londrinense pela Anistia e Direitos Humanos:

*Está quase completando oito anos que não vejo mais o meu neto, Antônio dos Três Reis de Oliveira, estudante de Economia de Apucarana, que saiu no fim do ano de 1969 de casa, dizendo que iria trabalhar em São Paulo.*

*Como avó e mãe, pois o criei desde que nasceu, venho sofrendo a cada dia que passa essa ausência, sempre com a esperança de que pudesse retornar. Agora, no entanto, depois da divulgação de notícias dizendo que ele teria sido fuzilado no dia 10 de maio de 1970, em São Paulo, nota divulgada pelo jornal O Estado de S. Paulo, passei a viver momentos de desespero. Tenho 76 anos de idade e o meu Toninho sempre foi tudo em minha vida. Meu primeiro neto, filho de Argeu de Oliveira e Glaucia Maria de Oliveira, ambos falecidos, sempre foi criado comigo. É o meu menino, que eu embalei e sonhei tantos sonhos para ele.*

*Mas creio que agora na minha velhice, quase final de vida, o destino deu outro golpe. Primeiro perdi meu marido, minha filha, meu genro. Agora o filho de minha filha. E agora mais do que nunca não posso esquecer a hora de sua morte. Quando ele não tinha completado seis anos, sua mãe, sem poder falar, me indicava com as mãos, pedindo que não o deixasse passar fome. E para isso lutei muito, mas ao sabê-lo morto, sem que ninguém me comunicasse, me desse o direito de enterrá-lo, de rezar por sua alma, percebo que o mundo se encarregou de tratá-lo cruelmente, fazendo aquilo que a mãe tinha tanto medo.*

*Apucarana, 9 de setembro de 1978.*

Três Reis e vários companheiros participaram, já em 1966, do Grêmio Estadual do colégio Nilo Cairo, em Apucarana. Antônio produzia, inclusive, um programa na Rádio Apucarana, dedicado aos estudantes. Em 1967, serviu ao Exército e conquistou o primeiro lugar no concurso para cabo. Em 68, ingressou na Faculdade de Economia de Apucarana.

A família continua se esforçando para esclarecer o episódio. Apelou para o Movimento Feminino pela Anistia (seção Paraná), Associação dos Serventuários da Justiça (da qual o estudante fez parte), diretório local do MDB e Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo. Mas até hoje não se sabe as reais circunstâncias do desaparecimento de Três Reis.

# LUIZ EURICO TEJERA

## O APELO DE DONA CLÉIA

**U**ma testemunha, um documento,

um indício mais palpável: nada se sabe concretamente sobre as circunstâncias do desaparecimento, da prisão e, quem sabe, da morte de Luiz Eurico Lisboa Tejera, apesar de todos os apelos lançados de Porto Alegre pela sua mãe, Cléia Tejera Lisboa, e todos os organismos que atuam no Brasil e exterior em defesa dos direitos humanos. Dos seus amigos, conhecidos, parentes mesmo é difícil obter até informações detalhadas sobre quem era e como era Eurico — seu modo de ser, suas vontades, gostos, tendências políticas. É um desses casos cobertos de silêncio. Desses casos em que só o vasculhamento dos aparelhos de repressão estatal poderá responder pelo seu destino.

A mãe de Eurico, p. ex., acha que seu desaparecimento se deu em São Paulo em agosto de 1972, quando ele tinha 24 anos, mas há versões que fixam sua prisão como tendo ocorrido em setembro do mesmo ano. Primogênito de uma família de sete irmãos, entre 1967 e 1968, em pleno auge do movimento estudantil em todo o país, o espaço de atuação política de Eurico era a União Gaúcha dos Estudantes Secundários. Sua prisão até hoje não foi reconhecida pelos órgãos de repressão, apesar das buscas empreendidas por familiares e pela Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo<sup>1</sup>.

Depois de todos esses anos de intensa procura, quem conheceu Eurico sempre fala dele com uma voz entrecortada de melancolia:

— De Luiz Eurico restou-nos a lembrança do sorriso franco, os anseios de justiça e liberdade, a garra da luta — uma garra que se incorporou em todos nós, familiares e amigos, e que hoje se traduz numa pergunta — onde está seu corpo, onde está sua vida?

<sup>1</sup> *Jornal do Brasil*, 01-04-78.

## QUEM SABE DE LUIZ EURICO?

Senhores:

Meu filho, Luiz Eurico Tejera Lisboa, encontra-se desaparecido desde agosto de 1972, e tendo já esgotado todas as possibilidades de encontrá-lo, recorro aos senhores na esperança de, com sua ajuda, obter alguma informação sobre seu paradeiro<sup>2</sup>.

Luiz Eurico Tejera Lisboa trabalhava durante o ano de 1968 na União Gaúcha de Estudantes Secundários e, nesse período, foi constantemente perseguido e algumas vezes preso, juntamente com colegas da entidade.

Tal perseguição culminou num processo onde Luiz Eurico e outros colegas eram acusados de tentar ajudar os alunos do colégio Júlio Castilhos a reabrir o grêmio estudantil, fechado pela diretoria.

Em face de absoluta falta de provas, Luiz Eurico foi absolvido pela Auditoria do Exército, em Porto Alegre. Passado o período legal para que a promotoria recorresse contra a absolvição, o advogado deu por encerrado o processo.

Nessa época, meu filho se preparava para ingressar na faculdade, e trabalhava no 1º Tabelionato, na rua Andrade Neves, não tendo mais qualquer vínculo com secundaristas.

Entretanto, em novembro de 1969, tomamos conhecimento, através de uma nota publicada no Correio do Povo que Luiz Eurico havia sido condenado a seis meses de prisão pelo STM.

Temendo sua integridade física, já que, das outras vezes em que fora preso, meu filho ficara por 24 horas dentro de uma cela minúscula e imunda, sem receber qualquer tipo de alimento ou sequer uma gota d'água, além de ter sido ameaçado de internação em um Manicômio Judiciário caso voltasse à prisão, como também pelo fato de não ter a mínima garantia de que tal pena, decretada de forma ilegal e sem o conhecimento do próprio advogado, se prolongasse por mais tempo, meu filho optou por não se apresentar às autoridades, viajando para o centro do país em busca de uma nova vida.

Apesar de, desde então, não mais ter visto meu filho, recebia regularmente suas cartas e ansiava pelo momento de tê-lo novamente em casa. Até que no início de agosto de 1972, recebi um telefonema de São Paulo com a notícia de que Luiz Eurico havia sido preso, fato que não foi reconhecido pelas autoridades, apesar das inúmeras tentativas que fizemos.

Passados já quase seis anos sem qualquer notícia sobre meu filho, certa de que ele se comunicaria se pudesse, e temendo até por sua vida, venho solicitar aos senhores, tornar público, na esperança de que sua prisão seja enfim reconhecida e de que seja informado seu paradeiro.

Uno minha voz à de outras tantas mães desesperadas, e apelo, por intermédio dessa Comissão, às autoridades e a qualquer pessoa que porventura tenha qualquer informação sobre meu filho.

Agradecemos desde já a intervenção e colaboração dos senhores, subscrevo-me atenciosamente.

Cléia Tejera Lisboa – Porto Alegre

<sup>2</sup> Essa carta foi publicada originalmente no semanário *Em Tempo*, 22 a 28-05-78, e encaminhada a diversos organismos de defesa dos direitos humanos.

## CASO TEJERA: DESDOBRAMENTO

A última semana de agosto deste ano foi, em particular, importante para a família de Tejera<sup>3</sup> e, em geral, para os movimentos de anistia. Com as pesquisas desenvolvidas, especialmente nos últimos dois meses, sua mulher Suzana pode chegar a provas cabais de que o desaparecimento de Tejera encobria seu assassinato. Suzana descobriu que seu marido foi sepultado pelos seus matadores no cemitério de indigentes Dom Bosco, em Perus (Zona oeste de São Paulo), juntamente com outro desaparecido, Denis Casimiro (*Ver Outros Casos*).

Ela obteve uma certidão de óbito onde o nome do seu marido é registrado como Nelson Bueno — o mesmo que Tejera usava quando estava na clandestinidade, em São Paulo. A certidão foi fornecida pelo cartório do escrivão Jarbas Emilio de Moraes e dá como causa da morte uma “hemorragia cerebral traumática”. O documento diz que Tejera faleceu dia 3 de setembro de 1972, às 3h, em São Paulo, e seu registro de óbito recebeu o número 68.696. O cartório fica na rua Tamandaré, 1060, em São Paulo.

Já a certidão de óbito de Denis Casimiro tem número 179.076 e foi fornecida pelo cartório da praça Benedito Calixto, 74, também em São Paulo. De acordo com o documento, ele morreu a 18 de maio de 1971, às 23h, na capital.

Já na lista de mortos do Comitê Brasileiro pela Anistia desde alguns anos, Alex Xavier Pereira foi enterrado também em Perus com o nome de João Maria de Freitas, falecido no dia 20 de janeiro de 1972, às 11h, na avenida República do Líbano, 1000. Causa da morte: “Anemia aguda traumática”.

<sup>3</sup> *Jornal do Brasil*, 23-08-79, *ISTO É*, n. 140, 29 de agosto de 1979.

# PAULO MASSA

## UMA MUDANÇA RADICAL

**E**squeça o Paulo Massa. Esta frase ainda martela os ouvidos do general Cristóvão Massa e de sua mulher Laís Maria Botelho Massa. Ela significa que não haverá qualquer possibilidade, a curto prazo, de se ter notícia do paradeiro do filho Paulo César Botelho Massa, desaparecido a 30 de janeiro de 1972, no Rio de Janeiro. Isto porque foi dito por integrantes de altos postos da hierarquia militar a quem recorreram desde a tarde do dia 2 de fevereiro de 1972, quando três homens que se identificaram como policiais do DOPS estiveram em sua casa para revistá-la em busca de uma metralhadora e de lá saíram levando roupas de seu filho,

— Por que — pergunta d. Laís — iriam levar a roupa de baixo do meu filho se ele estava foragido como disseram naquele dia e até hoje vêm falando?

A este primeiro indício se somaram os interrogatórios promovidos pelos órgãos de repressão com diversos amigos de Paulo Massa, perguntas que só poderiam ser formuladas se ele estivesse preso.

Sete anos depois de 28 de janeiro de 1972, um general com larga experiência na repressão concordou em falar à *Folha de S. Paulo*. Deu diversas informações sobre a atuação dos organismos de repressão e sobre o destino de alguns desaparecidos. Na linguagem usada pelo oficial, Paulo Massa “havia sido feito” por um serviço secreto das Forças Armadas e seu nome, em dezembro de 1972, estava no necrotério da repressão. Com isso, ele quis dizer que Paulo Massa, como muitos outros brasileiros, foi assassinado na prisão e sua ficha colocada no arquivo morto dos organismos policiais.

D. Laís já desconfiava de que as evasivas de antigos companheiros de seu marido e aquela frase, seca e cruel — “Esqueça o Paulo Massa” — significava o pior.

— Paulo sempre mantinha contato conosco e continuaria mesmo que estivesse foragido, como eles querem fazer crer. Além do mais uma pessoa

não se evapora assim. Ele não fugiu. Sumiram com ele. É preciso que algum dia alguém assuma isto. É preciso que algum dia alguém assuma que ele foi morto e nos diga onde está o seu corpo para que possamos velá-lo.

D. Laís se diz contrária aos métodos usados por Paulo Massa “para defender os menos favorecidos”, mas considera que “combater métodos errados com outras ações mais reprováveis ainda, como sumir com uma pessoa sem dar qualquer explicação, é um verdadeiro absurdo”.

## CONSELHO REJEITADO

Paulo César Botelho Massa nasceu no Rio de Janeiro no dia 5 de outubro de 1945 e teve uma formação igual a de todos os jovens criados na zona sul do Rio. Sempre foi um bom aluno, e em 1945 ganhou um concurso literário promovido pela prefeitura da cidade sobre o Dia das Mães, prêmio concedido por um júri integrado pelo poeta Manuel Bandeira e pela escritora Dinah Silveira de Queiroz.

Aos 16 anos foi aprovado num concurso para o Banco do Brasil e, depois de cumprir o serviço militar, foi trabalhar na agência Paranaguá, onde ficou até 1969, quando se transferiu para o Rio e ingressou na Faculdade de Economia da Universidade do Estado, quando começou o seu processo de formação política, que iria culminar na opção, em 1971, pela militância armada — única alternativa que viu para a solução dos problemas da sociedade brasileira. Então, resolve abandonar o emprego e a faculdade, onde atuava no setor cultural do diretório acadêmico. Em junho de 1971, entra na clandestinidade.

D. Laís conta que até ingressar na faculdade, Paulo César sempre se comportou como seus colegas de Copacabana. Era alegre e comunicativo. Gostava de praia e praticava esporte. Só quando ingressou na faculdade e se deparou com os problemas que o país atravessava, em pleno ciclo repressivo inaugurado pelo AI-5, é que começou a notar sua politização, através de leituras que falavam da luta dos oprimidos para tomar o destino em suas mãos, e como isto já tinha sido feito em outras terras.

Sua mãe ainda se lembra o dia da opção: 7 de junho de 1971. Foi quando Paulo comunicou aos pais que iria morar com amigos.

— Até aquele dia, desde o início do ano, Paulo vivia muito calado, voltado inteiramente para suas atividades no diretório e para leituras. Hoje sabemos que ele estava se preparando para a opção que iria fazer. Na hora, pensamos que era apenas o desejo de obter mais liberdade, coisa natural em um jovem de 26 anos.

Apesar de já estar na clandestinidade, Paulo Massa nunca deixou de procurar os pais, que o viram pela última vez no dia 29 de janeiro. Eles voltavam de uma viagem ao interior e Paulo levou algumas roupas para serem lavadas.

— Ele estava tranquilo e disse para não nos preocuparmos com ele. Abraçou cada um de nós e saiu para um encontro. A tarde estava começando. Esta foi a última vez que o vimos ou tivemos qualquer notícia sua.

Quatro dias depois, três homens se intitulando policiais do DOPS revistaram a casa em busca de uma metralhadora e levaram roupas de baixo de Paulo Massa. Eram chefiados por um advogado que apresentou um

cartão de visitas como identidade em nome de Otávio K. Filho. Só mais tarde a família Massa foi descobrir que não havia qualquer Otávio K. Filho nos quadros do DOPS carioca.

No dia 28 de março, a televisão mostrou um retrato de Paulo Massa, dado como procurado pelos órgãos de repressão. No dia seguinte, o jornal *Última Hora* fez a mesma coisa. Estranhamos porque, além de levarem as suas roupas, o que mostra claramente que Paulo já estava preso no dia 2 de fevereiro, alguns amigos que foram presos depois sofreram perguntas no DOI-CODI, que só poderiam ser feitas se Paulo estivesse preso. Nós, inclusive, desde o dia em que os três homens estiveram lá em casa, passamos a procurá-lo como se estivesse preso — lembra d. Laís.

A partir dessa busca, o general Massa e d. Laís souberam que Paulo Massa estivera ligado a Isis Dias de Oliveira. Que os dois militavam na ALN. Que ela também estava desaparecida desde o dia 29 de janeiro e que a classificação dos órgãos de repressão em relação aos dois era a mesma: foragidos.

Hoje, já sem esperança de ter de volta o filho com vida, d. Laís só espera a restituição do seu corpo porque a busca não parou. Ela e o general Massa não podem seguir o conselho de esquecer o filho.

— Vamos continuar tentando — diz ela — porque Paulo, além de nosso filho, não era monstro ou criminoso. Ele fez uma opção que pensava ser a mais correta para melhorar a vida do povo. A mesma opção que fez no dia 1º de abril de 1964, quando se apresentou no Palácio Guanabara para, junto com o pai, defender o regime que nascia, o mesmo regime que depois ele considerou como um mal para o país e tentou derrubar da mesma forma que defendeu: pegando em armas.

# THOMAZ ANTÔNIO MEIRELLES

## A ARMADILHA DA LIBERDADE

**T**

*homaz Antônio, nascido de Maria e de Togo Meirelles, precisa ser encontrado. Qualquer informação – 42 anos, 1,77 cm, 70 kg, uma cicatriz de 20 centímetros no braço direito – procurar o Comitê Brasileiro pela Anistia. Ou, por favor, se souberem onde está o seu cadáver, tentem entrar em contato com o seu advogado, Dr. Humberto Jansen Machado, no Rio de Janeiro; com sua filha Larissa ou sua viúva Miriam.*

O patético apelo da jornalista Miriam Marreiro, que há cinco anos mobiliza todos os esforços na tentativa de encontrar o marido, tem sido inútil. O paradeiro do jornalista e sociólogo Thomaz Antônio da Silva Meirelles Netto, formado pela Faculdade de Filosofia da Universidade Central de Moscou, é, até hoje, uma incógnita. Desconhecidas são ainda as circunstâncias de sua última prisão e conseqüente desaparecimento, em 1974, durante uma viagem de automóvel entre o Rio e São Paulo.

De nada adiantaram os pedidos de sua esposa e familiares às autoridades do I e II Exércitos, às entidades nacionais e internacionais que defendem os direitos humanos e mesmo, isoladamente, a alguns militares. O único fato concreto, após o seu seqüestro em 1974 é que, até hoje, Thomaz não apareceu e as autoridades militares não reconheceram e nem reconhecem a sua prisão. Assim, ele foi um dos muitos corpos que se volatilizaram durante o que os organismos de repressão batizaram de *guerra contra os inimigos do regime*.

Quase toda a sua militância política aconteceu no Rio de Janeiro, participando da UBES e da UNE. Esteve presente em quase todos os acontecimentos políticos importantes do país. Participou ainda da famosa *Cadeia da Legalidade* em 1963 em favor da posse do então vice-presidente da República João Goulart após a renúncia do Jânio Quadros. Nessa época

militava no PCB. Mais tarde, depois das sucessivas divisões internas do partido, passa a integrar os quadros da ALN.

Ainda em 1962, consegue uma bolsa de estudos na Faculdade de Filosofia da Universidade Central de Moscou. Conclui o curso sete anos depois e retorna a um Brasil politicamente convulsionado. A nação já vivia sob os ditames do AI-5, que iniciou o massacre de todas as formas de organizações populares e de esquerda existentes no país. Aí, se inicia uma verdadeira caça a todos aqueles que possuíam alguma militância política. Esse período se estende pelos sucessivos governos militares, notadamente no período do general Médici, e Thomaz, sem outra alternativa, entra na clandestinidade.

Em 1970, por determinação do I Exército se iniciam as investigações para apurar as atividades de alguns membros da ALN, entre eles Thomaz Antônio. Um ano depois, a Justiça Militar da 2ª Auditoria da Aeronáutica denuncia e pede a sua prisão preventiva, e também as de Hércio Pereira Fortes, Sérgio Augusto Coimbra de Melo, José Guilherme Roza Cabral e Djalma Benedito Ferreira — militantes da ALN.

Na sentença da 2ª Auditoria da Aeronáutica, a acusação: Thomaz era militante da organização “subversiva” e desenvolvia atividades no setor de inteligência da organização.

Apesar de a acusação nunca ter sido comprovada e ainda a prisão preventiva dos outros militantes ter sido revogada, Thomaz Antônio foi preso no apartamento 136, quarto 2, de uma pensão localizada numa casa de cômodos, da rua Santo Amaro, no bairro carioca da Glória, próximo ao centro da cidade. Levado para as dependências dos organismos de repressão (não se sabe qual), foi torturado violentamente e obrigado a assinar uma confissão, que desmente em juízo.

Mesmo assim, foi condenado pela 2ª Auditoria da Aeronáutica, em 1972, a três anos e seis meses de reclusão. A sentença, mais tarde, vai ao STM, que reduziu sua pena para um ano de detenção. Depois desse período foi posto em liberdade.

Aí, então, começa a desconfiar de que sua libertação era uma armadilha e, temendo outra investida dos órgãos de repressão, entra novamente na clandestinidade.

Pouco depois faz uma viagem do Rio para São Paulo. Foi interceptado no percurso por agentes dos organismos de repressão. Sequestrado, é novamente encaminhado à prisão, possivelmente o DOI-CODI de São Paulo, localizado na rua Tutóia. Nunca mais foi visto, nem mesmo por seus amigos de militância política. Desapareceu.

## **THOMAZ SEGUNDO MIRIAM**

*Falar sobre Thomaz — mesmo pensar — é muito doloroso. Principalmente, quando nossos dois filhos estão por perto. Mas, nosso problema é o mesmo de centenas de esposas, mães, filhas — sentimos nossos combatentes desaparecidos muito próximos e vivos. Atualmente, na atual arrancada de participação popular, por um Brasil político e economicamente independente e democrático, não estamos vendo fisicamente nossos amores, nossos filhinhos, nossos pais. Ouvimos, sim, seus nomes serem chamados, e o povo por eles respondendo: presente.*

*Thomaz Antônio Meirelles Netto foi morto neste combate, que se prolongou por quase 15 anos de estado de exceção. Mas covardemente, pois seu corpo não apareceu. E, nem sua prisão foi reconhecida. Torna-se doloroso falar do desaparecimento de uma inteligência e sensibilidade empregadas na luta em prol das mais elementares necessidades do homem brasileiro: amar, estudar, trabalhar. E, das suas mais legítimas aspirações: pensar, construir, produzir. Foi em 7 de maio de 1974, que desapareceu este íntegro e querido revolucionário.*

*Nasceu em Parintins, Amazonas, em 1º de julho de 1937. Chegando ao Rio em 1958, participou pela UBES e UNE da direção e organização das manifestações culturais e políticas que os estudantes desenvolviam naquele período histórico. Paralelamente à sua atividade profissional de jornalista, participou e acompanhou, nos Estados, o trabalho do CPC (Centro Popular de Cultura) da UNE. Foi quando teve contato mais real com a pobreza e a miséria das partes mais desprotegidas do povo: dos alagados do Recife às minas de carvão de Santa Catarina. E, quando em 1961, a Cadeia da Legalidade<sup>1</sup> foi desencadeada encontrou em Thomaz um modesto, mas também um dos mais sinceros lutadores a favor da posse constitucional do vice-presidente eleito pelo povo. Sua militância política estava articulada a uma disciplina e organização, no PCB e, mais tarde, na ALN, sempre dentro de princípios e programas políticos que propugnam pela emancipação do povo e da nação brasileira, das mais diferentes formas de domínio do imperialismo.*

*Quando Brasil e União Soviética estabeleceram relações diplomáticas, Thomaz – por falta de recursos necessários – solicitou uma bolsa de estudos para continuar sua formação universitária. Foi para Moscou em 1962, onde cursou a Faculdade de Filosofia na Universidade de Moscou (Lomonossov). Essa fase de sua juventude foi muito rica e fecunda – até retornar ao Brasil em 1969.*

*Foi brilhante, alegre e consciente: o amigo, o estudante admirável, o companheiro amoroso e, principalmente, o revolucionário generoso.*

*Quando em 1963 nasceu nossa filha Larissa, dizia que “como já tinha plantado uma árvore, só faltava escrever um livro” e acrescentava que neste popular ditado chinês só faltava constar que o homem também deve fazer a revolução.*

*Com poucos meses no Brasil, a clandestinidade política de Thomaz já era total. Nosso filho, Togo Meirelles Netto, nascido no Brasil em 1967,*

<sup>1</sup> Os ministros militares, marechal Odilo Denis (Exército), almirante Silvío Heck (Marinha) e brigadeiro Grun Moss (Aeronáutica), insurgiram-se contra a investidura de João Goulart, que estava em missão oficial na República Popular da China, atribuindo-lhe vinculações com o comunismo. Não contaram, no entanto, com a unanimidade das Forças Armadas. O governador Leonel Brizola, mobilizando a Brigada Militar, sublevou o povo do Rio Grande do Sul e o III Exército, o mais poderoso do Brasil, foi paralisado pela pressão das massas, acabando por se alinhar na defesa da legalidade. Brizola, com a adesão dos generais Oromar Osório e Peri Beviláqua, conseguiu então que o general Machado Lopes, comandante do III Exército, cedesse à opinião pública local e cindisse as Forças Armadas. E a campanha pela posse de Goulart se estendeu a todo país. Essa movimentação pela posse do vice-presidente recebeu o nome de *Cadeia da Legalidade* – Moniz Bandeira – op. cit. p.22.

*nunca pôde ser acalentado pelos braços do seu pai. Nunca se olharam nos olhos nem se seguraram as mãos. Muitas vezes, seu amor imenso de pai arriscava a segurança para olhá-lo a certa distância. Hoje, com 11 anos, sabe, integralmente, por que isso não foi possível. Porquanto também seu pai cumpriu, em 1970, uma condenação por atividades políticas – período imensamente doloroso, em que foi brutalmente torturado. Livre em 1973, dois meses foi o tempo que teve para tentar reestruturar-se. Mais uma vez, era obrigado, pela caça empreendida pelo aparelho repressivo, a entrar na clandestinidade. Ele pressentia a redução de sua pena como uma armadilha. Como consequência, eu e seus amigos fomos seqüestrados e torturados: queriam-no outra vez, mas as investigações policiais foram infrutíferas quanto a qualquer outra incriminação política, apesar de o chamarem de guerrilheiro. Seu único inquérito e processo foi o de 1970.*

Miriam Marreiro, jornalista, foi companheira de Thomaz Antônio.

# PAULO DE TARSO CELESTINO

## A PERSISTÊNCIA COMO ARMA

**M**enos de seis meses após ter concluído o curso de pós-graduação na Sorbone, na França, e retornado ao Brasil, o advogado Paulo de Tarso Celestino da Silva foi preso no Rio de Janeiro por elementos da PE, levado para o quartel da rua Barão de Mesquita, onde se localiza o DOI-CODI, e desapareceu. Conforme depoimento da presa política Inês Etienne Romeu Paulo de Tarso foi detido no dia 12 de julho de 1971 juntamente com Heleni Teles Pereira Guariba. Entretanto, o local exato e as circunstâncias do seqüestro são até hoje desconhecidas.

Apesar disso, nos primeiros dias de agosto de 1971, dois meses depois do seqüestro, o advogado Pedro Celestino da Silva recebeu, por telefone, em Brasília, a notícia de que seu filho Paulo de Tarso fora preso no Rio de Janeiro. Imediatamente mobilizou todos os esforços em buscas, visitas a quase todos os quartéis do país, solicitações a autoridades civis e militares, além de interpelações judiciais através do advogado Augusto Sussekind, com o objetivo de localizar o paradeiro de Paulo. Nenhuma das ações conseguiu lograr êxito. Paulo continuou desaparecido.

Extra-oficialmente, contudo, sabia-se que Paulo de Tarso passara por inúmeras dependências da repressão, sendo inclusive torturado em algumas delas, principalmente no Rio. Passou ainda pela OBAN de São Paulo, por uma unidade da FAB, em Brasília, próxima do aeroporto e ainda por outra das Forças Armadas, em Recife.

Em dezembro de 1971, após solicitação do Conselho da Seccional de Brasília da OAB, o Ministério do Exército, através do então coronel Chaloub, chefe de gabinete, informou que "Paulo de Tarso Celestino da Silva fora preso por autoridades militares, mas que havia sido entregue à Polícia Federal e que, somente no Ministério da Justiça se poderia colher esclarecimentos nesse sentido." Mais tarde essa versão foi desfeita pelo próprio Ministério do Exército sob alegação de que houvera equívoco na coleta de informações.

Mesmo assim, o advogado Pedro Celestino não parou. Continuou a

sua desesperada procura para localizar o filho. Deputado cassado, enviou uma carta ao general Golbery do Couto e Silva, em 12 de julho de 1974.

*Como cidadão e chefe de família é que dirijo-me a Vossa Excelência, rogando fazer chegar ao Presidente da República o meu apelo extremo, depois de ver frustrados todos os recursos judiciais e extra-judiciais permitidos pela ordem jurídica vigente no país (...) para encontrar meu filho. Não venho pedir-lhe que o solte. Mas o mínimo que se deve garantir à pessoa humana, isto é, seja processado oficialmente, com o direito de sua família dar-lhe assistência jurídica e principalmente humana.*

Golbery não conseguiu ou não quis informar sobre o paradeiro de Paulo de Tarso. Se estava realmente preso ou pelo menos vivo.

Um ano depois, a 20 de fevereiro de 1975, após inúmeras denúncias sobre a situação de Paulo de Tarso, utilizando o ministro da Justiça, Armando Falcão, o governo ocupou o horário nobre de uma cadeia nacional de rádio e televisão para dar esclarecimentos sobre 27 pessoas dadas como desaparecidas. Entre os desaparecidos encontrava-se Paulo Tarso Celestino, acusado de “terrorista subversivo, militante da Aliança Libertadora Nacional” e que, para Armando Falcão, estava foragido.

## CONTRADIÇÕES DO GOVERNO

No dia seguinte, o comunicado oficial foi produzido por todos os jornais do país, o que motivou uma carta-resposta do pai de Paulo de Tarso Celestino dirigida ao ministro da Justiça, Armando Falcão.

*(...) Cumpro o sagrado dever, como pai de Paulo Tarso Celestino da Silva, e, no que concerne a ele, com o devido acatamento, contraditá-las e ratificá-las, como passo a expor.*

*O meu filho em questão terminou o curso de Humanidades no Colégio Universitário da Universidade Federal de Goiás em 25.12.62, tendo sido escolhido, por eleição de seus colegas, o orador da turma. A seguir, ingressou no curso de Direito da Universidade de Brasília, onde o concluiu em 1967, em 23 anos de idade.*

*É profissional inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, sob o n. 146/P, exercendo a profissão na 1ª Instância e até mesmo como Supremo Tribunal Federal, onde chegou a fazer sustentação oral, como prova a inclusa xerocópia do Diário da Justiça de 9 de agosto de 1968, folhas 2929.*

*Em outubro de 1968, com passaporte regular, seguiu para a França, onde concluiu o curso de pós-graduação na Sorbone. Retornou ao Brasil em março de 1971.*

*Faço esse reparo e retificação, porque, nos termos em que foi qualificado na nota oficial divulgada por Vossa Excelência, houve certas omissões, distorcendo-se, assim, lamentavelmente a sua imagem, e que constitui uma injustiça de que está sendo vítima e sobre a qual não posso nem devo silenciar, a despeito de tudo que possa ocorrer em face dessa minha atitude.*

*(...) As informações divulgadas por Vossa Excelência se contradizem como as reveladas pelo Ministro do Exército, em dezembro de 1971, à Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Distrito Federal.*

*(...) Que Paulo de Tarso Celestino da Silva fora preso por autoridades militares, mas que havia sido entregue à Polícia Federal (...) é pura e simplesmente um argumento de autoridade (...)*

A carta de Pedro foi publicada pelo *Jornal do Brasil* de 21 de fevereiro de 1975 e publicada por outros jornais do país. Nos primeiros dias houve uma apreensão da família de Paulo de Tarso esperando algum esclarecimento do Ministério da Justiça. Mas isso nunca aconteceu. O governo usou a tática do esquecimento até que a polícia esfriasse.

Mesmo assim, o advogado Pedro Celestino ainda mobilizou todas as forças para evitar o esquecimento do caso pela opinião pública.

Na véspera da reunião da bancada do MDB, em fevereiro de 1975, para tratar do problema das pessoas desaparecidas no país, ele enviou outra carta ao deputado Ulisses Guimarães, presidente do partido, relatando o desaparecimento do seu filho, mas pouca coisa adiantou.

Apesar de tudo, com sua mulher Zuleika Borges Ferreira Celestino, Pedro continuou empunhando a mesma arma: a persistência.

# LUÍS DE ALMEIDA ARAÚJO

## A ESPERANÇA DE REVER O FILHO

**E**ram 14 horas do dia 24 de junho de 1971 quando o telefone da casa de d. Maria José Mendes de Almeida Araújo começou a tocar. Uma pessoa, que se identificou apenas como sendo um amigo do seu filho Luís de Almeida Araújo, dizia, aflita, que o rapaz havia sido preso na avenida Angélica, em São Paulo, pela OBAN, e que ela fosse com urgência procurá-lo, antes que a polícia o matasse.

Imediatamente, ela saiu de casa, na cidade satélite paulista de Santo André. Dirigiu-se, na companhia de seu outro filho, Manuel de Almeida Araújo, hoje falecido, à sede da OBAN, na rua Tutóia. Começava aí a peregrinação de uma mãe, que se estenderia até hoje, pela busca de seu filho.

Natural de Anadia, em Alagoas, onde nasceu a 27 de agosto de 1943, a história da perseguição e prisão de Luís, militante da ALN, segundo informes da polícia política, começara em 1964, por participar do movimento estudantil. Estudava, então, no curso Santa Inês, onde posteriormente viria a ensinar História. Em 1966, ingressava na Universidade Católica, onde iniciou o curso de Ciências Sociais.

As informações sobre sua vida política se relacionam apenas a registros de suas prisões. Como recorda sua mãe, “ninguém conhecia sua atividade como membro da ALN”. Essa informação, aliás, lhe foi dada pela própria polícia depois da última prisão de Luís.

Deste modo, segundo declarações de d. Maria José, Luís foi preso, outra vez, em 1967. Solto, voltou às suas atividades normais. Em 1968, viajou para o exterior, de onde retornou em 1970. Em 1971, ocorre sua derradeira detenção.

— A última pessoa a vê-lo foi Paulo de Tarso Celestino da Silva, que também desapareceu em seguida.

A prisão de Luís, em 1971, marcaria o início de uma grande busca por parte de sua família. D. Maria José foi à OBAN no dia seguinte ao telefonema (25 de junho) do suposto amigo do seu filho:

– Chegando à OBAN às 18h, solicitamos informações. Fomos recebidos grosseiramente pelo pessoal da portaria, que nos exigiu documentos. Na ocasião, meu outro filho que me acompanhava, foi *convidado* a prestar depoimentos a pessoas que se revezavam a cada meia hora, perguntando coisas absurdas sobre o Luís, insultando Manuel. Perguntavam o que ele queria lá e afirmavam que terrorista tinha de ser morto.

Até as 2 horas da manhã — prossegue ela — fiquei esperando por Manuel, em pé, sem nenhuma cadeira para me sentar, sentindo a angústia da situação e frio intenso. Meu depoimento foi dispensado e me mandaram procurar o Luís no DOPS, alegando que ele havia sido preso por aquele departamento.

A partir daí mãe e filho iniciaram uma nova batalha:

– Fomos ao DOPS e só recebemos respostas negativas. Nos mandaram voltar à OBAN, num verdadeiro jogo de empurra. De lá para cá, estivemos nos demais presídios, até no Tiradentes, onde não encontramos qualquer informação precisa sobre o paradeiro de Luís. Também estivemos na 2ª Auditoria, a mandado do DOPS, que nos informou que meu filho estava foragido, vivendo na clandestinidade. Depois de todo este desespero, resolvi recorrer ao Instituto Médico Legal, onde comparecia todas as semanas, para procurar as pessoas sem identificação. Mas nada encontrei.

Após as tentativas individuais de encontrar o filho, Maria José decidiu recorrer a advogados, “fazendo várias consultas, inclusive com causídico competente, especializado em causas de Segurança Nacional”. Mas tudo em vão.

– Apesar de todas as minhas esperanças, fiquei desiludida visto que recebia promessa de rever meu filho, mas no dia marcado, chegando ao consultório do advogado, as coisas mudavam de figura. Segundo o advogado as dificuldades eram muito grandes, pois tínhamos que enfrentar uma série de barreiras. Depois de uma luta insana e mesmo estando disposta a gastar o que fosse necessário para ter uma certeza sobre o paradeiro de Luís, recebi conselhos de amigos que estavam a par do caso, para que desistisse dos advogados, pelo menos por enquanto.

Maria José Almeida retornava, então, à sua luta individual, “recorrendo a presídios e à 2ª Auditoria Militar de São Paulo, na avenida Brigadeiro Luiz Antônio, onde fui informada de que meu filho havia sido absolvido por insuficiência de provas”. Durante esses sete anos, ela não obteve qualquer informação concreta sobre o paradeiro do filho, “sequer um bilhete que viesse me tirar da grande aflição em que vivo desde então”.

– De todos esses anos, em nenhum momento, desde a sua prisão em 1971, parei um segundo de procurá-lo. E, na mesma situação se encontra toda a família, que, às vezes, perde as esperanças de um dia encontrá-lo. Como mãe, até hoje não me conformo com a situação.

Em tratamento neurológico e há mais de um ano afastada do serviço, “sem condições psicológicas para exercer qualquer atividade”, Maria José continua a esperar notícias de seu filho.

– A todo instante sinto a presença viva dele ao meu lado e, a qualquer toque do telefone ou da campainha, corro à espera de alguma notícia sua, na esperança de obter algo que possa me tirar desta aflição.

# VÍRGILIO GOMES DA SILVA

## DE RETIRANTE À GUERRILHEIRO

**D**os dias difíceis em Sítio Novo, no Rio Grande do Norte, onde nasceu em agosto de 1933, ao abandono, como retirante, a dormir nos bancos do Largo da Concórdia, em São Paulo, até sua ascensão ao comando do Grupo Tático Armado – GTA – da ALN, depois de ter feito treinamento em Cuba, em 1967, a trajetória de Virgílio Gomes da Silva é extremamente rica do ponto de vista de sua experiência humana e de sua prática política.

Assim, os relatos feitos por seus ex-companheiros no Congresso Nacional pela Anistia, em novembro de 1978, em São Paulo, confirmam que depois de sua volta de Cuba e já no comando do GTA da organização, Virgílio assumiu importante papel nos anos de repressão e terror governamental, transformando-se num dos principais responsáveis pela libertação de 15 presos políticos sob tortura, quando do seqüestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick.

De uma família extremamente humilde e pequena, ao contrário do que acontece a toda família pobre do nordeste, Virgílio, seus pais e irmãos vagam anos por várias partes do país depois de terem deixado o Rio Grande do Norte.

No Paraná, p. ex., a família de Virgílio trabalhou em seringais particulares e mais tarde, em Fordlândia, num grande seringal cultivado por trabalhadores brasileiros por iniciativa da companhia norte-americana Ford.

Já em 1945, de 11 para 12 anos, Virgílio volta para o Rio Grande do Norte com a mãe e dois irmãos, um deles recém-nascido. O pai fica com uma irmã no Pará e nunca mais dá notícias.

A mãe de Virgílio, ao chegar em Sítio Novo, arranja com sua avó um pedaço de terra e passa a dedicar-se ao plantio de subsistência: algodão, milho, mandioca, mas, não podendo alimentar o irmão mais novo de Virgílio, é obrigada a entregá-lo a uma irmã.

Virgílio cresce sem perspectivas, até que um dia, em 1951, viaja para

São Paulo, como todos os nordestinos retirantes de ontem e de hoje: procura a melhoria de vida.

Sem ninguém em São Paulo, seus primeiros dias foram tomados a vagar pelas ruas em busca de trabalho: à noite dormia nos bancos do Largo da Concórdia. Até que, certo dia, uma mulher, dona de uma pensão no Braz, penalizada com a situação dele, o surpreende no Largo e lhe oferece trabalho. Virgílio passa a ajudar nos serviços da pensão: tirar pratos da mesa, servir refeições.

Ao sair da pensão, arranjou outro trabalho: transportar um paralítico vendedor de bilhetes de loteria, em cadeiras de roda.

Outras atividades de Virgílio nessa mesma época: balconista, mensageiro das empresas Italcabe e Oeste, além de guarda da Antártica.

A chegada de sua mãe a São Paulo modificou a sua vida. Ela trouxe algumas economias e as entregou ao filho, que se transformou em pequeno comerciante. De empregado de pensão, Virgílio comprou um bar. Não deu certo: a mãe dele não se adaptou ao clima de São Paulo e retornou ao nordeste em 1957. Ele vende o bar e vai morar em São Miguel Paulista com uma irmã e um irmão. É quando entra como operário da Nitroquímica, pratica esporte na companhia, dedicando-se ao pugilismo e natação.

## ATIVIDADES POLÍTICAS

Nesse mesmo ano – 1957 – Virgílio entra para o PC. Como funcionário da Nitroquímica, ingressa no Sindicato dos Químicos e Farmacêuticos, exercendo certa liderança entre os trabalhadores daquela empresa e da Lutfalla.

Assim, já em 1963 ele comanda uma greve de 3 mil operários da Nitroquímica que queriam paralisar os trabalhos na Lutfalla. Nisso, um dirigente dessa empresa ameaça os trabalhadores com um revólver. Virgílio e outros companheiros forçam a entrada na Lutfalla. O dirigente atira e fere Virgílio de raspão na cabeça e, gravemente, na virilha. Outro operário leva um tiro na palma da mão. Quando a grande massa, que assistira a tudo calada, vê os companheiros feridos, entra na fábrica e pára as máquinas. Lá fora o barulho é grande e os dois feridos são levados ao hospital às pressas. O borbórinho continua. Chega uma viatura policial, que é tombada pelos operários e fica de pneus para o ar. Os soldados são desarmados e seus revólveres jogados num matagal próximo da fábrica.

Logo depois desse incidente – diz o relato – Virgílio é transferido para a matriz do sindicato, na rua 25 de março, e dali só sai com o golpe militar de 64. Nessa época, é preso por 15 dias, quando foi ameaçado de torturas. Para comprometê-lo, mostraram-lhe uma caixa de maçãs cheia de papéis supostamente assinados por ele. Na prisão, Virgílio teve seu braço direito deslocado, com luxação.

Já em liberdade, passa a vendedor de eletrodomésticos. Seis meses depois, começa a notar que está sendo seguido. Resolve ir para o Uruguai, onde fica pouco tempo, pois, preocupado com a retomada de sua atividade política no Brasil e com saudade de familiares e amigos, retorna a São Paulo, compra um pequeno bar em Itaim de São Miguel, onde fica morando.

Em 1967 faz sua opção pela luta armada. Segue a orientação de Carlos Marighella. Participa de algumas ações armadas após a criação da ALN, que resultou de grande dissidência no PCB, comandada por Marighella.

O seqüestro do embaixador norte-americano coroa a atuação de Virgílio no comando do GTA da ALN, mas 23 dias depois daquela ação ele foi preso em São Paulo, na avenida Duque de Caxias, e levado para a OBAN, onde chegou algemado, com as mãos para trás. Na parte superior do edifício, é jogado no chão e um policial da equipe de busca chuta sua fronte, de onde passa a jorrar grande quantidade de sangue.

Em seguida, o militante político passa a ser submetido a choques elétricos na *cadeira do dragão*<sup>1</sup>, a sessões contínuas de *pau-de-arara*, sendo torturado das 10.30 h até aproximadamente 21 h. Durante a tortura, Virgílio xingava seus algozes, cuspija neles, dizendo:

– Podem matar. Vocês estão matando um brasileiro.

O irmão de Virgílio, Francisco Gomes da Silva, que cumpre pena no presídio de Barro Branco atualmente, já preso na ocasião junto com outros companheiros, viu quando o ex-comandante do GTA chegou à OBAN. Viram-no caindo, com a cabeça sangrando, espancado por inúmeros policiais.

Na manhã seguinte, um dos principais torturadores da OBAN, o capitão de artilharia do Exército, Benone de Arruda Albernaz<sup>2</sup>, percorreu os outros xadrezes, tendando transmitir a crença de que Virgílio havia fugido no dia anterior. Seu esforço nesse sentido foi tamanho que ele chegou ao ponto de dizer aos presos que Virgílio era um homem que ele – o capitão – gostaria de ter em sua equipe. Simulação.

Mais tarde, o delegado do DOPS, Walter Fernandes, declarou à irmã de Virgílio, Creusa Gomes da Silva, que o havia visto morto na OBAN: seu corpo estava totalmente mutilado. Uma informação que até hoje não teve aproveitamento jurídico por parte da família.

Hoje, a mulher de Virgílio, Hilda, e seus quatro filhos – Vladimir, Virgílio, Gregório e Maria Isabel – esta última tinha quatro meses quando Virgílio desapareceu nas cercanias da OBAN – se acham exilados em Cuba.

<sup>1</sup> Modalidade de instrumento para dar choques elétricos. Cadeira forrada com folha de zinco. No DOI-CODI do Rio de Janeiro, segundo presos políticos, é uma adaptação de uma cadeira de barbeiro. O preso é colocado nu com os pulsos amarrados aos braços da cadeira e as pernas comprimidas por uma trava, embaixo.

<sup>2</sup> Segundo relato de duas testemunhas, entre as quais o ex-presos político Celso Antunes Horta, Virgílio ou *Jonas*, como era conhecido nos meios revolucionários, foi morto a pontapés pelos capitães Benone de Arruda Albernaz, Homero César Machado e Dalmo Cirilo, pelo então major Inocêncio Fabrício de Mattos Beltrão e pelo sargento da PM Paulo Bordini. *Vejá (Descendo aos Porões)*, n. 546, 21-02-79. O autor da reportagem, Antônio Carlos Fon, foi enquadrado na nova Lei de Segurança Nacional, em consequência de suas denúncias.

# IEDA SANTOS DELGADO

## COMUNICADOS DUVIDOSOS

**O**

sumiço da advogada Ieda Santos Delgado, presa em 11 de abril de 1974 em São Paulo, quando ia entregar uma encomenda numa casa sob vigilância dos órgãos de repressão, permanece no mais denso mistério. Melhor: é um dos mais estranhos casos de desaparecimento de que se tem notícia. Eunice Santos Delgado, mãe de Ieda, além de ter vendido grande parte das propriedades da família para custear o trabalho de quatro advogados, recebeu duvidosos comunicados da filha. Em 1974 duas cartas manuscritas e assinadas por Ieda. E entre 77 e 79 quatro telefonemas com a sua voz.

Inúmeras hipóteses justificam as duas cartas. Porém a mais provável é a de que elas teriam sido ditadas a Ieda, mediante torturas, pelas pessoas que a detiveram em São Paulo, com o objetivo de sustar, desmotivar ou mesmo descaracterizar a ação dos seus advogados. De acordo com os exames grafológicos realizados pela família, as cartas foram realmente escritas por Ieda.

### AS CARTAS

A primeira, datada de 18 de março de 1974, postada em Belo Horizonte, dizia o seguinte:

*Mãezinha,*

*Tudo bem com a senhora? Eu estou bem com muitas saudades. Tive que viajar e não tive como comunicar-me com a senhora. Não fique preocupada que breve estaremos juntas.*

*As meninas vão bem? Dê milhões de beijos em todos e no pai também.*

*Até breve e milhões de beijos da filha Ieda.*

A segunda carta, postada no Uruguai, datada de 17 de maio de 1974, fala de amarguras no final do texto:

*Mãezinha.*

*Estou bem e a senhora? Deve estar preocupadíssima, não é mesmo? Quero que a sra. e todos se tranquilizem. Da próxima vez que escrever-lhe marcarei um encontro e nos veremos, está bem? Por enquanto tenha calma e não se amargure mais.*

*Milhões de beijos da filha Ieda.*

## OS TELEFONEMAS

O primeiro deles dizia que Ieda tinha sido presa. O segundo, no início de março de 1977, uma verdadeira tortura psicológica: às 21h d. Eunice atendeu o telefone e uma voz de mulher, com sotaque nordestino, tentou marcar um encontro. D. Eunice, com plena certeza de que não se tratava de sua filha, desligou o aparelho. O outro telefonema foi no dia 19 de dezembro de 1977. Uma mulher se dizendo Ana Lúcia Paiva chama d. Eunice e diz: “Ieda vai do Recife com destino a Jaboatão (PE), saindo de Campinas (SP) no voo 19 da Varig, com escala no Rio de Janeiro”.

E o quarto e último aconteceu já em 1979, em 5 de março. Dizia: “Mãe, é Rosa”.

Apesar de Ieda nunca ter sido conhecida por esse apelido em casa, d. Eunice reconheceu a voz como sendo a de sua filha. Tentou esticar a conversa:

– Quando vou te ver?

– Breve, breve... – disse a voz.

E o aparelho foi desligado.

Ieda tinha marcado a viagem para a manhã de 11 de abril de 1974, mas não conseguiu acordar a tempo e perdeu o ônibus. Resolveu comprar uma passagem de avião para São Paulo, viajou e nunca mais apareceu. Quatro dias depois a família recebe o primeiro telefonema, anônimo, avisando que Ieda fora presa em São Paulo, numa casa cercada pela polícia para onde levava uma encomenda.

Imediatamente, a família se mobilizou na busca. A irmã de Ieda, Eliete, sugeriu que d. Eunice procurasse na OBAN, em São Paulo, um agente de nome Auzilário Marinho que poderia ajudar em alguma coisa. D. Eunice foi a São Paulo, chegou até a OBAN, mas não encontrou o tal agente. Ouviu as seguintes palavras do policial que a recebeu: “Se a senhora acha que sua filha está aqui, entre e procure”. D. Eunice resolveu não entrar.

Mais tarde procurou, em Brasília, um amigo particular, general, que prometeu conversar com o então chefe do SNI, João Baptista de Figueiredo, atual presidente da República.

Após o contato com o chefe do SNI, o mesmo general disse que “Ieda era um elemento perigoso e que estava foragida por algum país, fora do Brasil”.

Na sua fala, o general frisou diversas vezes a palavra amargura. Depois disso, a carta de Ieda, postada no Uruguai, frisava igualmente amargura.

A família contratou ainda os serviços dos advogados Modesto da Silveira, no Rio, e Rosa Cardoso, em São Paulo, que nada conseguiram apurar sobre o paradeiro de Ieda. Ainda em 23 de maio de 1974 d. Eunice impetrou um habeas-corpus no STM, sem lograr qualquer êxito.

Depois que todas as prisões, DOPS, DOIs, hospitais, Institutos Médicos Legais das principais cidades do país já tinham sido vasculhados, aflita e desesperada, d. Eunice resolveu apelar para as principais autoridades do governo, inclusive para o próprio presidente da República. Escreveu ao general Ernesto Geisel e não obteve resposta; escreveu para o então ministro da Justiça, Armando Falcão; para o presidente da OAB, seção São Paulo e também para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos que por sua vez interpelou o governo brasileiro, recebendo no dia 30 de novembro de 1976 o seguinte comunicado:

*A Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado de São Paulo nada apurou em relação à sra. Ieda Santos Delgado e não consta que esteja detida em órgão de segurança daquela área. Não existe nenhum dado sobre a mesma, a não ser notícias esparsas de seu desaparecimento dada pela imprensa e pelos seus familiares. O habeas corpus impetrado pelos pais de Ieda Santos Delgado e a carta por eles dirigida ao senhor Ministro da Justiça dão como data de sua prisão o dia 13-04-74 o que é de estranhar, uma vez que ela enviou duas correspondências à sua mãe, uma postada em Belo Horizonte (MG), em 19-04-74 e outra postada no Uruguai, em 15-05-74 o que comprova que ela não fora presa.*

Ieda nasceu a 9 de julho de 1945, no Rio de Janeiro, filha de Odorico Artur Delgado e Eunice Santos Delgado, solteira, advogada, trabalhou durante quatro anos e seis meses no Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério das Minas e Energia, de onde aguardava transferência para Brasília, quando foi presa.

Fez parte ainda da direção do Suplemento Literário do jornal *Tribuna da Imprensa*.

Uma de suas amigas foi presa em São Paulo no processo da ALN, em 1972. Outras informações chegadas à família dão conta de que ela poderia estar implicada com a ALN, apenas como contato financeiro. Essa informação, contudo, não foi confirmada.

# WILSON SILVA ANA ROSA KUCINSKI

## NO DOSSIÉ DA MENTIRA

**M**inha irmã desapareceu no dia 22 de abril de 1974. Ela e o marido Wilson Silva. Do marido soube-se que saiu do trabalho normalmente, caminhou com um colega em direção ao centro da cidade. A certa altura, separou-se do amigo, dizendo que ia encontrar-se com sua esposa na praça da República. Os passos de minha irmã, nesse dia, não consegui reconstituir. Sei apenas que no dia anterior ela estava muito nervosa. Nunca mais os vimos<sup>1</sup>.”

Bernardo Kucinski, jornalista, conta o desaparecimento de sua irmã Ana Rosa Kucinski e a odisséia que foi a tentativa de achá-la.

Ana Rosa, professora universitária do Instituto de Química da USP, com título de doutora, sumiu na praça da República, no centro de São Paulo, quando ia encontrar-se com seu marido, Wilson Silva, físico formado pela USP, técnico em programação de computadores e funcionário da Sevix, em São Paulo.

De lá para cá, a família recorreu a quem pôde, mas nada conseguiu apurar. Bernardo estava em Londres, foi avisado por telefone, dedicando-se, quando regressou, a procurar a irmã e o cunhado.

O Departamento de Estado norte-americano, solicitado a dar uma informação, comunicou à America Jewish Communittee, entidade dedicada, entre outras coisas, a procurar pessoas desaparecidas na guerra, famílias separadas, e também à American Jewish Congress, espécie de federação das organizações judaicas religiosas culturais, que Ana Rosa estava viva, mas não sabia onde. A última informação do Departamento de Estado foi transmitida à família Kucinski em 7 de novembro de 1974.

<sup>1</sup> O depoimento de Bernardo Kucinski foi transcrito de *Anistia*, uma edição especial do *Movimento*, de abril de 1978, na impossibilidade do jornalista preparar um trabalho mais amplo para este livro sobre o caso.

No Brasil houve quem se dispusesse a ajudar, mas logo que entrava no caso a pessoa desistia.

— Essa pessoa, quando vai ver, parece que se horroriza e não procura mais a família. No caso de minha irmã, uma pessoa foi mobilizada por amigos de amigos. Pelo telefone me disse que *sim*, está presa no DOI-CODI.

E acrescentou:

— Amanhã, terei que ir lá e vejo os detalhes.

Como essa pessoa trabalhava lá, fiquei bastante confiante. No dia seguinte, a resposta que veio de volta foi que houvera engano. Quem esteve lá foi a família. Ela (Ana Rosa) nunca esteve lá.

— Que engano? — perguntei. — Criou-se uma situação constrangedora. Essa pessoa então me levou até o II Exército, na 2ª seção, formalmente encarregada do DOI-CODI, e ali um oficial leu-me o nome de todos os presos que passaram por aquelas dependências todos os dias, desde o começo do desaparecimento de minha irmã, querendo provar que ela não tinha estado lá. E quanto mais ele lia e se esforçava, mais eu achava que aquilo era uma farsa. Ainda que pudesse valer a hipótese de que, de fato, não fora lá que ela ficara presa. Perante meu ceticismo, o oficial trouxe um rapaz muito bem vestido, e disse: “Este aqui é o senhor Krikov, nosso homem na Reitoria. Ele poderá confirmar ao senhor que, de fato, nunca soubemos nada de sua irmã”. Então o tal Krikov, com uma cara assim de TFP, começou a contar toda a história de minha irmã, que ele conhecia muito bem, melhor do que eu. E queixou-se da morosidade com que a Reitoria lidava com o processo de desligamento por abandono de cargo, que foi a única medida que a Reitoria da USP (onde Ana Rosa era professora) tomou em relação ao seu desaparecimento.

De outra vez, a família foi avisada por uma pessoa da comunidade judaica que Ana Rosa fora solta.

— Eu tinha acabado de chegar dos Estados Unidos, onde fora tratar, exatamente, desse assunto, e fiquei surpreso com a notícia. Meu pai fora com a minha mulher de carro até o interior, onde mora a família do meu cunhado, para saber se ela não tinha ido lá. A história tinha sido inventada pela tal pessoa. Esse mesmo indivíduo apareceu mais tarde no noticiário como um dos que haviam incendiado uma galeria de lojas no Bom Retiro. Na documentação dele, divulgada pela imprensa, constava que era agente de um órgão de informação, não do SNI, mas de um gabinete oficial qualquer, em Brasília.

“D. Paulo Arns, o cardeal de São Paulo, também ajudou. Foi conversar com o ministro Golbery, mas após meses e meses de promessas do general (prometeu primeiro até o natal, depois até a páscoa... sempre datas cristãmente convenientes) o próprio cardeal deixou o assunto. Interessante é que numa das conversas, o general Golbery se lamentava desses casos, desafiando-os e creditando-os ao governo anterior, até que o cardeal interrompeu:

— Mas general, esses casos são todos do governo Geisel.”

O pai de Ana Rosa lutou incansavelmente. Um dia, num episódio muito divulgado pela imprensa, conseguiu entregar uma carta ao general Dilermando Gomes Monteiro, do II Exército. O general recebeu a carta

atenciosamente e, mais tarde, mandou um oficial dizer que ia estudar o caso, que ele ficasse tranqüilo.

Relata Bernardo:

— Meu pai, bastante calejado, perguntou ao oficial, se o general não podia dar aquela resposta por escrito, justificando: “Quando eu ficar muito deprimido lerei as palavras do general para criar ânimo”.

O general Dilermando nunca mais tocou no assunto.

Um dos desdobramentos dos desaparecimentos é que a família fica desorientada e fundada na incerteza.

— É um sofrimento maior do que o da certeza da morte — diz o jornalista. — Certeza da morte já é um sofrimento suficiente, por assim dizer. Um sofrimento brutal. Agora, a incerteza de uma morte, que no fundo é certeza, mas formalmente não é, é muito pior. Passam-se anos até que as pessoas comecem a pensar que houve morte mesmo. E os pais principalmente, já mais idosos, nunca conseguem enfrentar essa situação com realismo.

## **E WILSON?**

A empresa em que Wilson Silva trabalhava destacou detetives particulares para investigar o desaparecimento, mas de repente abandonou o caso. Diz Bernardo:

— Uma outra firma, a Telesp — e aqui vai uma nova característica dos casos dos desaparecidos — até hoje se recusa a pagar à família dele, que está precisando muito, a indenização, o PIS e outras importâncias às quais ela já tinha direito antes de desaparecer. É mais um aspecto, esse. A esposa de um desaparecido não é nada, não é solteira, não é casada, nem viúva. Não tem direitos. Não pode movimentar eventuais contas em bancos sem a procuração do marido, não pode vender um bem. . . Nada. Tudo porque as autoridades não assumem o que aconteceu. Só depois de alguns anos é que as famílias acabam, relutantemente, abrindo processos para que o desaparecido seja judicialmente declarado ausente. Aí começa a se regularizar a situação.

Hoje, repensando toda a história, Bernardo Kucinski conclui:

— Todas as entrevistas que tivemos nos diversos órgãos policiais — a convite deles, por causa das diversas pressões internas e externas — tiveram um único fim: formar um dossiê à base dos interrogatórios dirigidos por eles mesmos, no sentido que lhes interessava, para confirmar a história de que minha irmã nunca foi presa. Manipulando dados, forçando ou amedrontando familiares, vão formando o dossiê. Até a administradora do edifício onde minha irmã tinha um imóvel foi chamada várias vezes à polícia como meio de forjar mais um dado de que minha irmã não desapareceu.

# ISIS DIAS DE OLIVEIRA

## ENFARTOS NO CAMINHO DA BUSCA

**A** família de Isis Dias de Oliveira está entre aquelas que realizaram a busca mais sistemática a um desaparecido nesta década. A relevância desse aspecto se realça quando sabemos que a maior parte dos esforços iniciais, nos dois primeiros anos do seu desaparecimento, foram desenvolvidos basicamente por sua mãe, Felícia Mardini de Oliveira, auxiliada por seu marido, Edmundo Dias de Oliveira, por seus filhos, Dimas e José Carlos Dias de Oliveira. O resultado disso, para os pais, não se faria esperar: dois enfartos (para Edmundo) e sérios problemas nervosos e de disritmia (para Felícia) pontilham essa procura desesperada. De Isis, presa pelo I Exército, a 30 de janeiro de 1972, nenhuma informação oficial convincente sobre o seu paradeiro. Há, isto sim, informações oficiosas, extremamente desalentadoras.

Nem tudo isso, todavia, obstruiu a busca ou atenuou as esperanças da família sobre a obtenção de esclarecimentos oficiais visando ao estabelecimento de pontos definidos para a responsabilização do sumiço de Isis. Em nome disso sua família já vasculhou, no Rio, seguidas vezes, 19 lugares diferentes, onde se incluem unidades do Exército, Marinha, Aeronáutica, hospitais, prisões e ainda percorreu arquivos de 13 cemitérios controlados pela Santa Casa de Misericórdia e outros espalhados em seis municípios fluminenses — Caxias, Nilópolis, Nova Iguaçu, São João do Meriti, Itaguaí, São Gonçalo. Também: oito unidades militares da repressão de São Paulo — além, igualmente, de cemitérios paulistas. Tudo isso sem incluir contatos pessoais com autoridades militares, civis e eclesiásticas de 1972 para cá entre São Paulo, Rio, Brasília.

A documentação sobre o caso de Isis — nascida em 29 de agosto de 1941, em São Paulo — possui atualmente 73 páginas. Nela estão, p. ex., pedidos de informação (com respostas negativas sobre o seu paradeiro) encaminhados a vários organismos internacionais como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, cartas ao então presidente da República, general Médici e sua mulher, correspondências à direção nacional do MDB e a di-

versos parlamentares do mesmo partido, assim como a última carta de Isis à família sete dias antes de sua prisão.

Há, também, dois históricos básicos: um sobre seu desempenho quando estudante e outro, que vai desde o dia em que sua família foi informada de sua detenção, a 4 de fevereiro de 1972, até agosto do mesmo ano quando, oficiosamente, a família recebeu informações de que ela estava morta.

## **A REVOLTA CONTRA DESIGUALDADES**

O pai de Isis, Edmundo, sofreu o primeiro enfarto do miocárdio a 20 de agosto de 1972, um dos dias mais tensos da família, justamente quando a todos parecia impossível reencontrar Isis, viva ou morta. Depois do segundo enfarto do marido — ele teve de submeter-se a uma cirurgia para enxerto nas coronárias no Instituto de Doenças Cardio-Pulmonares E.J. Zerbini — d. Felícia concentrou esforços para poupá-lo nessa caminhada. E passou a ir a todos os lugares, primeiro sozinha, depois com parentes e sem seguida com membros dos organismos de direitos humanos.

Isis iniciou seus estudos primários no Grupo Estadual Pereira Barreto, o ginásio no Colégio Estadual Presidente Roosevelt e o clássico no colégio Santa Marcelina — conta d. Felícia.

De uma família de classe média, Isis estudava piano ainda na adolescência, formando-se em 1960. Daí completou um curso de inglês na União Cultural Brasil-Estados Unidos. Além disso, fez um curso de pintura e outro de escultura na Fundação Álvares Penteado. Trabalhou como secretária bilíngüe na Swift. Além do inglês, falava francês e espanhol.

Já em 1965 inicia o curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Frequenta a faculdade até o primeiro semestre de 1967, quando já cursava o 3º ano.

Relata sua mãe que já nesse período Isis trabalhava no cursinho do grêmio da faculdade, onde conheceu José Luís Del Royo, com que se casou a 8 de abril de 1967.

Até 1965 ela morou com seus pais, passando a residir, depois, no campus da cidade universitária de São Paulo.

— Mesmo não morando com a família, sempre manteve excelentes relações com a gente. Ela era altamente politizada e revoltada contra as desigualdades sociais do nosso país. Daí porque, já nessa época, participava de movimentos políticos estudantis que visassem a corrigir tais desigualdades.

Já morando no Rio de Janeiro, para onde se transferiu em junho de 1970, ali passando a residir com parentes, temporariamente, e onde também desapareceu em circunstâncias ignoradas, mantinha ela permanente contato conosco.

No dia 4 de fevereiro de 1972, a família recebeu um telefonema anônimo de uma mulher, que se dizia companheira dela. Dizia, então, essa mulher, que Isis tinha sido detida no dia 30 de janeiro, lá no Rio, pelo I Exército.

Em outro telefonema, a família de Isis conseguiu obter a identificação da pessoa que telefonava, Aurora Maria do Nascimento Furtado, a qual desejava saber se a família havia localizado Isis.

A partir daí, a família toda se mobilizou. Procurou advogados, que imediatamente impetraram habeas-corpus. Ao todo, foram impetrados cinco. A resposta aos três primeiros foi: “Não se encontra detida em nossas dependências”.

Paralelamente aos habeas-corpus e outras medidas legais, d. Felícia começou uma peregrinação pelo DOI-CODI, CENIMAR e todos os outros locais à procura de Isis. Ela perguntava, implorava, chorava. Procurou autoridades inúmeras, generais, almirantes e muitos outros militares que, por uma ou outra razão, segundo ela, tinham condições para ajudá-la a localizar sua filha. D. Felícia, praticamente, fixou residência no Rio: vinha segunda e voltava a São Paulo sexta-feira. Entre o segundo e o terceiro habeas-corpus foi feita uma interpelação ao CIE pelos advogados e a resposta foi: “Isis Dias de Oliveira encontra-se foragida”.

A família, posteriormente, veio comprovar que Aurora Maria do Nascimento Furtado, autora dos telefonemas, fora colega de Isis na Faculdade.

— Soube, por informações oficiais, conseguidas nas minhas idas às prisões, quartéis e hospitais, que Isis estava detida na Ilha das Flores. Fui para lá — conta d. Felícia — mas nada consegui a respeito.

Aos outros três habeas-corpus as autoridades nem sequer responderam. Oficialmente, nada mais havia a fazer. Todos os tipos de ligações com as autoridades, para conseguir alguma informação concreta, foram infrutíferos.

— Nossa vida passou a girar em torno dessa busca. Ninguém de minha família se conforma: indagamos, procuramos, e assim continuaremos até que venhamos a ter uma notícia definitiva sobre o destino que deram a Isis. Para tanto, participamos de tudo que vise a localizar minha filha. E hoje estamos obtendo do CBA de São Paulo todo o apoio e orientação na busca desse objetivo.

De fato: o histórico oficial dessas buscas é sucinto, mas por trás dele há um esforço descomunal: após a comunicação da prisão de Isis, feita a 4 de fevereiro de 1972 por Aurora Maria do Nascimento Furtado, presa e morta no Rio a 10 de novembro de 1972, a família constituiu quatro dias depois, como advogado, Eny Raimundo Moreira, hoje presidente do CBA do Rio.

Daí em diante, se estabelece o seguinte roteiro:

Fevereiro, 1972: dia 2 é impetrado o primeiro habeas-corpus para o I Exército, protocolado sob o n. 790, mas ali foi negada a prisão. Dia 12, a família recebe novo telefonema de Aurora, que deseja saber se Isis já havia sido localizada. Nesse mesmo telefonema Aurora acrescentava, ainda, que um companheiro de cognome *General* havia sido preso com ela. Este *General*, soube a família, depois, tratar-se de Paulo César Botelho Massa, filho do general Cristóvão Massa. Depois disso Aurora ainda deu telefonemas com o mesmo objetivo. E já em meados de fevereiro a família toma conhecimento de que Isis havia transitado pelo CODI do I Exército. Dia 29, segundo habeas-corpus para os I e II Exércitos, Marinha, Aeronáutica, DOPS do Rio de Janeiro e São Paulo. Esse último recebeu protocolo n. 1018 — também negava sua prisão.

Março: oficialmente Isis foi hospitalizada em São Paulo, com problemas renais. Depois, quando estava sendo transferida para outro local

(Rio), ainda com problemas renais, foi desligada de um grupo de presos políticos para ser outra vez hospitalizada. Depois teria sido transferida para a Base Aérea de Cumbica, em São Paulo. Impetrado o terceiro habeas-corpus para os I e II Exércitos, 1º Distrito Naval, III Zona Aérea, Polícia Federal e DOPS (protocolo n. 1331).

Abril: interpelação ao CIE. Resposta: "Encontra-se foragida". Dia 13, a família é informada no hospital da Marinha, na Ilha das Cobras, que Isis, presa com duas identidades, embora detida pelo I Exército, estava sob custódia da Marinha, incomunicável, na Ilha das Flores.

Junho: dia 21, Isis esteve no CENIMAR, de onde, depois, foi conduzida ao Aeroporto Militar do Campo dos Afonsos, no Rio.

Julho: dia 5, impetrado o quarto habeas-corpus para as três armas, ainda para o DOPS, Polícia Federal do Rio de Janeiro e São Paulo. Protocolo n. 3352. Não respondido.

Agosto: dia 15, quinto habeas-corpus de âmbito nacional, tendo recebido o n. 5068. Não respondido.

Sob diferentes acusações, entre as quais as de, como militante da ALN, ter assaltado o hospital da Ordem Terceira da Penitência, no Rio, depredado dois postos de gasolina onde se encontravam cartazes de militantes políticos procurados pela polícia, feito assalto à agência do Bradesco da rua Miguel Lemos em que foi ferida sem gravidade<sup>1</sup>, Isis figura em seis processos — em todos foi julgada à revelia. Em três foi absolvida, os outros foram arquivados. Motivo: insuficiência de provas.

Apesar disso, as buscas não se esgotaram -- nem há nada nesse sentido. A família está mais disposta do que nunca a levar o caso adiante até obter esclarecimentos oficiais sobre, afinal, onde estaria presa ou onde estaria o corpo de Isis.

Assim é que, já em 1975, ao empreender um novo vasculhamento oficial sobre o paradeiro de Isis, através de seus advogados, mais particularmente do advogado Paulo Ruy de Godoy, obteve a família várias certidões das 1ª, 2ª e 3ª Auditorias da 2ª CJM de São Paulo em que, em tais lugares, nada consta sobre Isis. Uma pergunta se impõe: teriam desaparecido os processos de Isis? Isso já faria parte da queima de arquivos pelos órgãos de repressão diante dos primeiros sinais concretos da luta pelo respeito dos direitos humanos no Brasil?

<sup>1</sup> Essas acusações estão nos processos. Constam da nota oficial entregue pelo ministro da Justiça ao líder do governo na Câmara dos Deputados a 09-04-75 e publicada em *O Globo*, a 10-04-75. Nela Isis é dada como foragida, mas o governo não explica as circunstâncias.

Em tais processos também estiveram envolvidos: Hélcio Pereira Fortes, Aurora Maria do Nascimento Furtado, Sônia Hypólito, Flávio Augusto Neves Leão Sales, Paulo César Botelho Massa e Antônio Carlos Nogueira Cabral.

# JOSÉ PORFÍRIO DE SOUZA

## O SEQÜESTRO DEPOIS DA LIBERTAÇÃO

**D**epois de cumprir pena em Brasília, condenado pela LSN, José Porfírio de Souza foi solto no dia 7 de junho de 1973. Neste dia almoçou em casa de sua advogada, Elizabeth Diniz, que o levou à rodoviária, onde comprou uma passagem para Goiânia. Essa foi a última vez que Porfírio foi visto.

Deputado estadual pelo antigo PTB de Goiás, cassado em 1964, Porfírio, conhecido líder camponês de Trombas de Formoso, teve uma vida cheia de lutas e perseguições desde que resolveu exercer o direito natural de todo o homem do campo: ter acesso a um pedaço de terra, uma posse.

Sua história começa em 1949, quando resolve, juntamente com outros lavradores, abandonar as terras secas e cansadas do município de Pedro Afonso e mudar-se para terras férteis, numa região de serras, próximas ao Tocantins. Terras devolutas, do Estado, dentro em pouco estão produzindo. Mais camponeses chegam até que, por volta de 1951, os fazendeiros da redondeza resolvem expulsá-los. Na lei ou na *marra*. Com uma longa luta que só vai ter desfecho em 1961, quando o governador de Goiás, Mauro Borges, inicia a distribuição de quase 20 mil títulos de propriedade. Durante os dez anos de luta deram-se muitas mortes de lado a lado, com a PM goiana sempre do lado dos fazendeiros e jagunços. Mas a organização dos posseiros, o aumento de seu número e a resistência pertinaz, os conduz à vitória, garantindo a posse.

### UM POLÍTICO INQUIETO

Porfírio é o pioneiro da ocupação e o líder da luta. Preside a Associação dos Camponeses de Trombas de Formoso<sup>1</sup>. Por isso é também um dos que mais sofrem a perseguição dos fazendeiros. Uma vez sua casa é atacada

<sup>1</sup> *Movimento*, 12-08-78.

na sua ausência. A polícia e os jagunços arrastam sua mulher que tinha dado à luz há poucos dias, retiram as crianças e põem fogo no barraco. Dias após, Roseira, sua primeira mulher, vem a falecer. Um de seus filhos, Durvalino, é preso em 1964 e torturado. Em consequência disso, enlouquece e é internado numa clínica de Goiânia. De lá desaparece sem deixar vestígios. Outro filho, Manoel, hoje com 35 anos, passou mais sete nos cárceres políticos de São Paulo, condenado pela LSN, tendo sido solto, em liberdade condicional, em 1977.

Quando no auge da guerra camponesa, por volta de 1954, alguns comunistas chegam a Formoso e ajudam a organizar a resistência. Mais tarde, em 1956, José Porfírio adere ao PC, de onde sai, já depois de 1964, descontente com os rumos tomados pelo partido depois do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, que implicou internamente no chamado caminho pacífico. Mais tarde será um dos organizadores do PRT, de curta duração.

A passagem de Porfírio pelo parlamento foi rápida. Em 1962, já vitoriosa a luta de Trombas, candidata-se a deputado estadual por uma coligação do PTB e PSB. É um dos mais votados do Estado, com 4 663 votos. Pela primeira vez um líder camponês chegava à Assembléia Legislativa de seu Estado. Neste período, ajuda a organização camponesa em plano nacional. Preside um Congresso Camponês em Goiânia, em 1962, e outro em Belo Horizonte, em 1963.

Com o golpe militar de 64 volta para Trombas pensando em resistir. Mas, não conseguindo organizar a luta, refugia-se no interior do Maranhão, onde vive até 1972. Nesta ocasião, quando se desencadeia a repressão à guerrilha do Araguaia, Porfírio é preso. Levado a Brasília, é depois processado e condenado a seis meses de prisão, acusado de ser um dos organizadores do PRT. É solto em 7 de junho de 1973, quando desaparece.

Alguns meses após seu misterioso desaparecimento, corre um boato de que Porfírio teria sido morto. Sua advogada comunicou o fato à Auditoria Militar de Brasília – a mesma que o havia condenado e solto –, mas recebeu a resposta de que nada poderia ser feito no campo legal. Daí então, o advogado Luís Carlos Sigmaringa Seixas, da OAB do Distrito Federal e hoje vice-presidente do CBA-DF, inicia um movimento para localizar Porfírio. Ou, ao menos, para incluí-lo na lista dos desaparecidos.

Em seu número 164, de 21 de agosto de 1978, o semanário *Movimento*, numa extensa reportagem dirigida pelo repórter Murilo de Carvalho, levanta o que foi a guerra camponesa de Trombas e as notícias do paradeiro de seu líder, Porfírio. Ouve grande número de pessoas, advogados, o ex-governador Mauro Borges, Manoel, o filho de Porfírio, e muitos camponeses da região. Nem uma pista do seu destino. Um velho camponês, companheiro dele desde os primeiros anos da luta, afirma:

– *Nós rezamos a Deus para que o velho Zé Porfírio esteja vivo e são. Mas como é que a gente vai acreditar nisso? Se ele tivesse solto já tinha voltado para cá, pra família dele: ele era muito apegado nos filhos. O que fizeram foi mesmo ruindade com ele. Só porque ele era sempre do lado dos oprimidos, dos fracos, era um homem de bem.*

E acrescenta:

– *Mas que sempre adiantou, essa nossa luta, adiantou. Pelo menos mostra que camponês é gente e, junto uns com os outros, pode vencer.*

# NELSON DE SOUZA KOHL

## NA OPERAÇÃO CONE-SUL

**O** episódio que envolve Nelson de Souza Kohl, estudante de Comunicações da USP e militante do POC está intimamente ligado à ação conjunta dos órgãos de repressão dos países do Cone-Sul: Brasil, Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai. É a conhecida política das fronteiras móveis, através da qual qualquer pessoa pode ser seqüestrada, presa e até mesmo assassinada pela ação conjunta dessas polícias. O caso mais recente chegou ao conhecimento da opinião pública: o casal de refugiados uruguaios, Lilian Celiberti e Universindo Diaz, foi seqüestrado em Porto Alegre por um comando brasileiro-uruguaio e confinado em território uruguaio.

Com Nelson de Souza Kohl aconteceu diferente. Preso em Santiago do Chile pela Força Aérea Chilena (FACH) em 15 de setembro de 1973, nunca mais foi visto. A família de Nelson apurou no Brasil três versões para o episódio. Nelson teria sido entregue pela polícia chilena a um comando militar brasileiro que agia no Chile durante o golpe que derrubou Allende. Mais tarde seria confinado na ilha de Fernando Noronha. Pode também ter sido levado para a Base Aérea de San Bernardo, em Paradero, 32, de la Gran Avenida, ou ainda, o que é mais provável segundo a família, ter sido metralhado, durante o golpe militar chileno, pelo próprio comando que o prendeu.

### CONDENADO COMO REVEL

Paulista, nascido em Marília, a 25 de janeiro de 1940, Nelson fez o curso secundário no colégio Canadá, em Santos. Em 1966, ao tomar conhecimento das lutas travadas pelos estivadores do porto de Santos e pelos metalúrgicos da Cosipa, em Cubatão, começa a se preocupar com a política. Decide morar em São Paulo, longe dos pais.

Entra para a Escola de Comunicação da USP. Tem uma participação ativa nas manifestações estudantis realizadas no campus e nas ruas. Fica

marcado pelos órgãos de repressão. Começa a ser perseguido por agentes da OBAN e pelo próprio DOI-CODI de São Paulo.

A repressão atinge em cheio o movimento estudantil. Nelson, sem alternativa, transfere-se para a Argentina, onde fica até novembro de 1972.

Mais tarde, muda-se para o Chile, trabalha como tradutor no Instituto de Estudos Econômicos e Sociais, em Calle San Ignacio, e, na mesma época, no Brasil é julgado pela 1ª Auditoria do Exército. Como rebel é condenado a dois anos de prisão por sua militância no POC.

Dois dias depois do golpe militar chileno, Nelson é preso e desaparece para sempre. Sua prisão foi denunciada por instituições como o Comitê Nacional de Ajuda aos Refugiados da ONU, Cruz Vermelha Internacional, Cruz Vermelha Argentina, Comitê Brasileiro pela Anistia.

Após sua retirada involuntária do Brasil, seu pai de criação, João Martins Barros, adoece gravemente, sofrendo um derrame cerebral. Logo depois, uma arterioesclerose se agrava até sua morte em 15 de março deste ano.

## NELSON POR JOÃO LUIZ

*Podemos localizar o ano de 1966 como aquele em que houve uma mudança radical em sua vida. Foi por essa época que Nelson começou a se conscientizar politicamente. Antes disso, sua atividade se restringiu a longos passeios pela praia do Gonzaga, em Santos, muitas noites de chope e muitas paqueras bem sucedidas. Na vida profissional, ajudava o pai na contabilização da Casa de Carnes. Porém, já se sensibilizava com as lutas dos estivadores de Santos, como também a dos metalúrgicos da Cosipa, em Cubatão. Em 1966, ele deixa os pais e muda-se para São Paulo.*

*Durante muitos anos morou com seus pais na rua Senador Feijó, na Vila Matias, em Santos. Lembro-me de que era uma casa grande, e que ficava em cima da Casa de Carnes João Martins.*

*Para os adultos, meu tio vendia uma imagem de irresponsável inofensivo. Um adorável vagabundo. Enquanto que para a sua mãe, ele se mostrava de uma dependência que só ela acreditava. Essa falsa dependência fazia com que ela fizesse todas as suas vontades, que por sinal não eram muito importantes para ele. Talvez, prezando a clandestinidade de sua militância política, dificilmente deixava de visitar os pais nos fins de semana, e para a família se portava como tal irresponsável para camuflar as reais preocupações que tinha desde 1966.*

*Somente em 1971 pude conhecer mais de perto sua vida particular. Foi quando mudei para São Paulo e fui residir em seu apartamento em Pinheiros. Aí travei a primeira conversa séria com ele e me surpreendi com o seu aspecto sério. Nunca o tinha visto dessa forma. Foi quando ele me alertou para os problemas que eu poderia vir a ter morando e convivendo com ele. De sua militância, dos perigos da repressão, da instabilidade da vida que levava. Pude compreender bem o que ele queria dizer, porque, talvez, influenciado por ele, segui bem de perto o movimento estudantil da época e todas as conseqüências funestas da ação da repressão sobre este.*

*Desde esse dia, começamos a conversar cada vez mais sobre os problemas da realidade, fazendo leituras em conjunto e discutindo questões do movimento estudantil.*

*Assim, pude conhecer o verdadeiro universo de Nelson. Onde a seriedade encontrava a real razão de ser e a sobriedade que ele nunca mostrou para a família ganhava toda a força perante uma convicção política indevassável. Foi aí que eu conheci a verdadeira admiração e magnetismo que tinha por ele. Foi aí que conheci o Nelson maravilhoso, responsável e sério. Mas nem por isso deixava de ser divertido. Nem para os amigos e companheiros de luta. Nas rodas de amigos, invariavelmente era o centro das brincadeiras. Também era admirável o seu poder de persuasão. Certa vez, em 1971, numa chopada estudantil, no Pavilhão de História da USP, Nelson convenceu o PM de plantão que os militares que estavam no poder deveriam ser derrubados. É claro que às custas de muita caipirinha. O guarda já dizia em altos brados:*

*– Quem devia mandar era o intelectual.*

*Terminada a chopada, Nelson foi levado para casa, carregado.*

*Até onde pude participar, a vida conjugal de meu tio, era a mais normal possível. Percebi que eles conversavam bastante, mas, certamente, o casamento era impregnado de uma fervorosa paixão. Ele sabia cativar o amor de Elaine com um comportamento que poderíamos descrever como alegre, brejeiro, voluntarioso e adoravelmente sério nas suas devidas horas. Nelson sempre cativou as pessoas.*

*Junto a ele e com a ajuda dele, construí um outro mundo. Esse mundo de espanto e de contemplação estava crescendo mais ainda, quando num domingo de abril de 1971 cheguei de Santos e encontrei o apartamento vazio. Não estranhei, podiam ter saído. Logo depois, chega Nelson com uma cara séria e angustiada.*

*– Apague a luz. Ninguém pode saber que estamos aqui – disse-me.*

*Depois contou que o partido caíra. Era preciso que pegássemos as coisas e saíssemos o mais depressa possível. Àquela altura, o apartamento já havia caído nas mãos da repressão. Sentados na minha cama, disse ele em voz baixa:*

*– Pode parecer estranho que esse tio goiabão aqui tenha se metido numa sinuca dessas. Mas quero que você saiba que foi uma opção que fiz da minha vida. Eu poderia viver nessa casa, construir um lar como um burguesão qualquer. Mas foi uma opção, uma opção, entende? Se fosse para fazer de novo, eu faria a mesma coisa. Essa foi a opção da minha vida.*

*Duas semanas após, a família foi visitada pela última vez. Sem dizer nada, deixou transparecer uma despedida. Despedida que só foi percebida por alguns.*

*Em todos os momentos que me lembrei dele até hoje, sempre me deu vontade de mandar-lhe um recado: É isso mesmo, tio. Essa foi a opção mais acertada.*

*Rio, 09 de abril de 1979*

*João Luiz Kohl Moreira<sup>1</sup>*

<sup>1</sup> João Luiz Kohl Moreira é sobrinho de Nelson de Souza Kohl.

# FLÁVIO DE CARVALHO MOLINA

DE CABEÇA ERGUIDA

**O** caso de Flávio de Carvalho Molina, estudante de Química da UFRJ é bastante curioso. Na clandestinidade desde julho de 1969 militando no MOLIPO, uma das dissidências da ALN, Flávio teve sua ausência notada na organização a 5 de maio de 1971. Desapareceu. A 5 de agosto do mesmo ano, três meses depois, a 2ª Auditoria do Exército decreta a prisão preventiva de oito pessoas acusadas de terem assaltado em agosto de 1969 a agência do Catete do Banco Novo Mundo. Entre os acusados: Flávio Molina, enquadrado no artigo 25 da LSN.

Um mandado de prisão foi expedido, enquanto o processo contra Molina começou a correr na 2ª Auditoria da Marinha. Mais tarde, a 29 de agosto de 1972, seu nome apareceu nos jornais *O Globo* e *Jornal do Brasil* como tendo sido morto em tiroteio com a polícia paulista. E isso levou a 2ª Auditoria da Marinha a sustar e arquivar o processo: o indiciado morreria durante a fase criminal. A partir daí, subsidiado pelas informações publicadas na imprensa carioca, o advogado Augusto Sussekind de Moraes Rego, solicitou a confirmação do episódio aos órgãos de repressão de São Paulo. Estes, por sua vez, negaram tudo, repetidas vezes.

## A MILITÂNCIA POLÍTICA

A consciência política de Molina começou a partir das manifestações estudantis e conseqüente repressão policial nas ruas, ainda em 1966, quando ele fazia o curso científico no colégio Mallet Soares, em Copacabana, no Rio de Janeiro. Em 1967, com o objetivo de compreender melhor o fenômeno que envolvia o país, iniciou sua participação no movimento secundarista, até que em 1969 entra para a Escola de Química da UFRJ, na praia Vermelha, e aí trava o primeiro contato com a repressão. A polícia invadiu a faculdade em julho desse mesmo ano e reprimiu violentamente o movimento estudantil. Preso, Molina foi levado para o ex-campo de futebol do Botafogo Futebol e Regatas (ao lado do Hospital Rocha Maia),

onde assistiu às atrocidades cometidas por policiais contra os seus colegas, inclusive moças. Levado ao DOPS, foi fichado e solto no dia seguinte.

Em julho de 69, abandonou a escola e a família, passando então à clandestinidade. Nos primeiros meses de militância revolucionária manteve rápidos contatos com os pais. Logo depois, temendo que a repressão policial passasse a atuar sobre a família, cessou os encontros e suas cartas se tornaram esporádicas.

## NA CARTA, O AMOR À FAMÍLIA

Com a data do mês de agosto de 69, uma das primeiras cartas enviadas por Flávio à família, endereçada a Maria Helena Carvalho Molina, sua mãe.

*Rio, fins de agosto de 1979.*

*Mamãe,*

*Sei que você ainda não se acostumou com a minha ausência. O caminho que escolhi é bastante difícil e ambos devemos saber suportá-lo, devemos encarar a realidade como ela é. Estou fazendo algo que considero certo e por isso saí de casa e abandonei os estudos.*

*Esta fase inicial da separação é bastante difícil para todos, foi muito rápida e prematura. Prematura porque um dia isto viria a acontecer. Eu não estava preparado e nem vocês. Tenho pensado muito no Cláudio e no Celso, sobre a minha influência "negativa" na formação deles. Eles não têm ainda capacidade para saber o que aconteceu, estão com uma cópia deformada da realidade, pensam que sou um bandido, maconheiro, perseguido pela polícia e talvez até se envergonham do irmão. O que fiz não é vergonhoso para ninguém, estou de cabeça erguida e quero que todos também estejam. O ser humano que tem suas idéias e não as leva à prática é um fraco, hipócrita e cabotino, e isto eu não sou, pois o caminho obrigatório da teoria é a prática. E se esta se mostra diferente, cabe dentro desta prática, corrigi-la e formar uma nova teoria para buscar novamente a unidade.*

*A educação que vocês me deram foi muito boa. A prova disso é que Gilberto e Marta atingiram o objetivo com a mesma diretriz educacional. É importante e necessário que o Cláudio e o Celso tenham a mesma educação, dê a eles a mesma liberdade dada aos outros irmãos, não tentem suborná-los com mingos. O que aconteceu comigo independe do lar. Mostre a eles sempre a verdade, não apenas a verdade do "Repórter Esso", mas toda a verdade. E de todos os ângulos.*

*Titio, Marta e Nelson também estão surpresos, não? Peça ao titio desculpas pelos tiros que eu dei por lá (foi longe das galinhas), mas eu precisava melhorar a pontaria.*

*Papai uma vez me disse que não há nada novo sob o sol. Isto não é verdade, tudo se transforma e esta lei não tem concessão. A prova são as mudanças ocorridas em algumas famílias, atualmente.*

*Papai é uma pessoa formidável. Honesto, trabalhador de sol a sol. Sua posição social melhorou? Hoje ele teria condições para criar 5 filhos? Então, que sociedade é esta que vive com o trabalho árduo da grande maioria dos brasileiros, enquanto uma minoria fica viajando pelo mundo e*

*construindo residências em Bariloche, Miami, Riviera, etc? Enquanto o nordestino só tem a roupa do corpo e uma farinha com água, Dener faz um vestido que custa mais caro do que um carro, isto é certo?*

*Mamãe estou bem de saúde e de segurança. É como se eu estivesse num colégio interno como passei a infância. Não corro perigo algum e não precisa se preocupar. Estou terminando a carta, dê aos garotos toda a bênção, amor e carinho que você deu a mim. Não tente mimá-los, seria um grande erro.*

*beijos. Flávio*

Flávio Carvalho Molina, nasceu em 8 de novembro de 1947, filho do casal Álvaro Andrade Lopes Molina e Maria Helena Carvalho Molina. É o terceiro filho de um grupo de cinco irmãos. Coursou o primário no Internato São Bento e no São José, no Rio.

Conforme depoimento de membros da família era um apaixonado pelo camping e alpinismo. Filiou-se ao Clube Excursionista Brasileiro. Gostava muito de música clássica e era comum encontrá-lo ouvindo o programa *Primeira Classe*, na época, produzido pela rádio *Jornal do Brasil*.

## **CASO MOLINA: DESDOBRAMENTO**

Por solicitação da 2ª Auditoria da Marinha, sete anos depois do sepultamento de Flávio de Carvalho Molina com o nome falso de Álvaro Lopes Peralta, o delegado Romeu Tuna, do DOPS paulista, confirma em certidão a prática de ocultação de cadáver. No atestado de óbito o nome falso: Álvaro Lopes Peralta. Molina foi sepultado clandestinamente com esse nome no Cemitério Dom Bosco, em Perus, São Paulo. Diz o atestado: faleceu a 7 de novembro de 1971, às 13h, vítima de "hemorragia interna traumática", em Ipiranga, São Paulo<sup>1</sup>.

# JOAQUIM PIRES CERVEIRA JOÃO BATISTA RITA PEREDA

## SEQÜESTRO EM BUENOS AIRES

**A** mesma orientação política repressiva responsável pela prisão e desaparecimento do paulista Nelson de Souza Kohl a 15 de setembro de 1973 em Santiago do Chile, produziu, três meses depois, no dia 5 de dezembro, o seqüestro de dois outros brasileiros em Buenos Aires, Argentina: o ex-major Joaquim Pires Cerveira e o estudante João Batista Rita Pereda. Era o desenvolvimento da política de fronteiras móveis dentro do convênio clandestino da repressão dos países do Cone-Sul, um movimento das polícias de cinco países, entre os quais evidentemente o Brasil, conhecido ainda em âmbito restrito como *Operação Mercúrio*. Através dessa operação, a polícia de um país penetra no território de outro, prende, tortura e até mata o cidadão procurado, sem que isso, em nenhum momento, seja considerado violação de soberania nacional pelos respectivos governos dos países envolvidos como o Brasil, Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai.

O ex-major do Exército Joaquim Pires Cerveira fora banido do Brasil em 15 de junho de 1970, quando foi trocado, junto com 41 outros brasileiros, pelo embaixador da Alemanha Ehrenfried Von Holleben, seguindo para a Argélia. João Batista Rita Pereda, ex-estudante, teve seu banimento em 13 de janeiro de 1971. O seqüestro do embaixador suíço custou a libertação de 70 presos políticos, entre os quais Pereda. Todos eles seguiram para o Chile.

A única versão sobre o destino de ambos é de que Cerveira e Pereda foram vistos na noite de 13 de janeiro de 1974 – 38 dias depois do seqüestro deles – nas dependências do DOI-CODI da rua Barão de Mesquita, no Rio, em péssimo estado físico, “visivelmente torturados”, como sentença a denúncia feita à ONU, em Genebra, por um brasileiro. Há evidências capazes de levar à responsabilização do governo pelo desaparecimento dos dois.

## O CASO CERVEIRA

Nascido a 14 de dezembro de 1923 em Pelotas (RS), filho de Marcelo Pires Cerveira e Auracela Goulart Cerveira, o ex-major tem algumas singularidades em sua trajetória política. E elas começam pela sua preocupação em não envolver sua mulher Maria de Lourdes R. Pires Cerveira — com quem teve três filhos — em sua militância política, desde bem antes de 1964, e vão até os árduos tempos de exílio, divididos entre a Argélia, Chile e Argentina.

De uma família basicamente de militares (seu pai e quatro irmãos pertencem às fileiras do Exército), desde jovem Cerveira gostava muito de Matemática, em que se aprofundou a ponto de apresentar uma tese na França à época do banimento. Sua vocação para o estudo de línguas fez com que dominasse vários idiomas, como inglês, francês, japonês, alemão.

Cursou a Escola Militar e depois de sair como aspirante foi servir em São Luiz Gonzaga (RS), onde plantou sementes de sua participação em meio às promoções estudantis da época. Daí, ganhou uma homenagem naquela cidade: um grêmio literário passou a ter o seu nome.

Cerveira sempre cerrou fileiras ao lado dos movimentos sociais e políticos na defesa da legalidade e dos direitos humanos. Já estava licenciado do Exército para exercer o cargo de vereador em Curitiba — foi eleito em 1963 — pelo PTB, quando veio o golpe militar de março de 1964. Cerveira teve o seu mandato cassado e os seus direitos políticos suspensos por dez anos. Por colocar-se mais uma vez ao lado da legalidade e dos direitos do cidadão foi acusado de comunista, preso e processado pela 5ª Auditoria do Exército, sendo, porém, absolvido por três votos contra um. Basicamente, pesava nos processos a acusação segundo a qual Cerveira comandava a Frente de Libertação Nacional (FLN).

Apesar de tudo, a perseguição a Cerveira não cessou, segundo conta sua mulher. Em 1965, refugiou-se no Rio. Em 1968, a perseguição política intensificou-se, estendeu-se também à sua família, que, conforme habeas-corpus impetrado no STM, teve sua casa invadida e saqueada várias vezes — a família ficara em Curitiba — por agentes da Polícia Federal do Paraná. O habeas-corpus foi rejeitado pelo STM.

Cerveira passou à clandestinidade em 1970, quando recusou a se apresentar ao juiz auditor da 5ª CJM que, em edital de citação, exigia a sua presença para qualificação e interrogatório. Cerveira era acusado de militância política como comunista em inquérito instaurado pela Polícia Federal do Paraná<sup>1</sup>.

— A clandestinidade era a única maneira de meu marido preservar a vida e continuar a luta pela democracia. Seu objetivo imediato era a unificação das forças atuantes como a melhor forma de enfrentar a repressão e atingir o objetivo principal. Ele passou a integrar a FLN.

Mas, antes disso, Maria de Lourdes fez uma tentativa. Acompanhada pelo seu irmão, advogado, em Curitiba, ela se dirigiu ao coronel Werneck, a quem seu marido estava subordinado na unidade em que servira, no Exército. Perguntou ao militar se o major Cerveira teria garantias de que sua integridade física seria preservada caso se apresentasse.

<sup>1</sup> *Diário da Justiça*, Curitiba, 16-02-70, p. 12.

— Com ódio estampado no rosto, o coronel me respondeu: — Não, agora não!

A 10 de abril de 1970, em circunstâncias desconhecidas para sua mulher, Cerveira foi preso no Rio. Ficou detido sob tortura na PE até o dia 14 de junho, quando, então, como resgate do embaixador alemão seqüestrado, foi trocado juntamente com outros brasileiros prisioneiros, seguindo para a Argélia.

Depois do banimento, Cerveira foi demitido do Exército<sup>2</sup>.

— Meu marido permaneceu por algum tempo na Argélia e, após percorrer vários países da Europa, radicou-se no Chile, onde morou até pouco antes do golpe militar que derrubou o governo do presidente Salvador Allende, quando, então, transferiu-se para a Argentina, passando a residir em Buenos Aires na rua Horácio Queiroga, 1993.

Cerveira era extremamente chegado aos filhos. Em toda época de aniversários não se esquecia de telefonar, mandar cartas, aliás, o que fazia sempre.

— É que quando morávamos em Curitiba, antes de ele vir para o Rio, ele conversava muito com as crianças. Por isso, durante todo esse período em que esteve exilado, manteve contato conosco, através de cartas, telefonemas e visitas que lhe fizemos no Chile. Sua transferência para a Argentina, visava a facilitar esses contatos, já que pensamos reunir a família e fixar residência nesse país, especialmente pela proximidade de hábitos semelhantes aos nossos.

Maria de Lourdes lembra que seu último contato por telefone com o marido foi no final de novembro de 1973, quando ficou combinado uma nova chamada telefônica para o início das férias, época em que a família iria ao seu encontro em Buenos Aires.

Dia 3 de janeiro de 1974, entretanto, Maria de Lourdes recebeu um telefonema anônimo. Informava que Cerveira havia sido seqüestrado em Buenos Aires no dia 5 de dezembro de 1973, junto com outro brasileiro, não se dizia quem<sup>3</sup>.

Feitas as averiguações, Maria de Lourdes vai à Argentina depois de conversar com seu advogado Augusto Sussekind de Moraes Rego. Ao chegar lá, constata que o seqüestro de Cerveira e Pereda já havia sido denunciado pela Asociación Gremial de Abogados. E que também fora impetrado um habeas-corpus em favor de Cerveira pelo advogado Roberto Sinigaglia.

— Cerveira usava identidade fictícia por segurança pessoal. Apresentava-se como Walter Moura Duarte. O advogado me apresentou a um senhor

<sup>2</sup> *Diário Oficial*, 16-11-70, seção I, parte I.

<sup>3</sup> Ao acusar, numa petição judicial, o ex-ministro argentino José Lopez Rega, de ser um dos principais chefes da organização Aliança Anticomunista Argentina, o advogado Miguel Radrizzani relacionou formalmente a repressão da Argentina com a do Brasil e lembrou que Cerveira, seqüestrado em Buenos Aires, apareceu morto pouco depois numa ambulância em que era transportado no Brasil. *Jornal da Tarde e Folha da Manhã*, 15-07-75.

de nome Rossi, que alegou ser amigo do meu marido e disse estar na residência em que Cerveira se hospedava quando chegou um grupo de policiais, comandados por um brasileiro, informando que ele estava preso a pedido do país de origem. O policial, como comprovação, exibiu uma foto de Cerveira, e fez ameaças aos donos da casa.

## O CASO PEREDA

Talvez devido à distância de sua cidade natal — Braço do Norte, Santa Catarina —, onde até hoje moram seus pais, Graciliano Miguel Rita e Aracy Pereira Rita, sobre as atividades políticas de João Batista Rita Pereda, nascido a 24 de junho de 1948, ainda se sabe pouco. Mesmo porque certamente quem conhece melhor sua atuação está no exterior, a chilena Amélia Barreros de Rita Pereda, com quem ele se casou no Chile, a 13 de dezembro de 1971.

Sabe-se que a prisão de Pereda no Brasil se deu em consequência de sua militância no movimento estudantil, participação essa que já vinha de 1968.

Em diversas entrevistas dadas à imprensa de Buenos Aires após o seqüestro do seu marido, Amélia sempre destacou que Pereda “militava ativamente no Brasil nas lutas de libertação e contra a ditadura militar”.

— Quando ele chegou ao Chile, conseguiu trabalho como mecânico. Logo ingressou na Universidade Técnica Nacional e conseguiu um pequeno posto no serviço do Ministério do Interior. Nesse tempo nos conhecemos e começamos a noivar.

Amélia recorda que logo depois da queda do presidente Allende seguiu-se no Chile uma sanguinária repressão.

— João, como muitos uruguaios e argentinos, procurou asilo na embaixada da Argentina, em Santiago. Ali permaneceu durante muito tempo alojado. Saiu de lá num dos últimos contingentes resgatados do Chile. Sua transferência para a Província do Paraná foi feita num avião especial a 2 de novembro. Em Entre Rios, por sua condição de refugiado e pela situação existente no seu país, João estava muito mal. Diria que se sentia confinado, mas esperava que fosse cumprido o trato do governo argentino com os asilados. A 16 de novembro nos casamos e ali estivemos até o dia 2 de dezembro, quando viajamos para Buenos Aires a fim de realizar os trâmites em Migraciones, pois queríamos morar na Itália, através do Comitê de Refugiados das Nações Unidas. Nos alojamos em um edifício de Migraciones e desde então nos mobilizamos com o objetivo de viajar para a Itália.

Amélia faz uma pausa e continua:

— Havia alguns pequenos inconvenientes que pretendíamos superar até o dia 4 de dezembro, dia em que caminhava com João pelas intermediações de Migraciones, local em que os estrangeiros legalizam os seus papéis, na Zona do Retiro, quando encontramos Joaquim Pires Cerveira. Fazia tempo que João e Cerveira não se encontravam, pelo menos uns seis meses. Eles, então, marcaram um encontro para o dia seguinte, 5 de dezembro, às 14h, na rua Pellegrini com a Corrientes. Tratava-se de um en-

contro de amigos que há meses não se viam. João me disse que iria trocar impressões a respeito da melhor forma de deixar o país a fim de radical-se definitivamente, porque nossa situação não poderia prosseguir sem definição.

Nesse dia — prossegue Amélia — João saiu ao redor do meio-dia. Vestia uma calça azul e uma camisa celeste. Por informação que tivemos de gente amiga, nessa tarde João e Cerveira se viram no lugar combinado e depois se separaram. Mais tarde, gente amiga os viu juntos perto de Migrations, entre 18 e 19h. Depois se confundem as versões. Uns afirmam que João teria se encontrado com outras pessoas ao entardecer, perto de Retiro, e foi preso por um grupo de indivíduos comandados por um homem baixo que falava português e foi levado num automóvel.

Desde então, Amélia desenvolveu esforços junto ao governo argentino visando a saber o paradeiro do seu marido, refugiado sob a proteção da ONU. Sem desconfiar da existência de interligação entre a repressão dos dois países, ela pediu às autoridades argentinas e às organizações internacionais para intervirem no caso a fim de obrigar o governo brasileiro a devolver o prisioneiro. Uma exigência que depois ela passou a fazer incluindo o nome de Cerveira, devido à denúncia de que ambos foram vistos no Rio, nas dependências do DOI-CODI.

## O EMPENHO DE LOURDES E AMÉLIA

O encontro de Maria de Lourdes e Amélia Barreros ocorreu no alojamento dos exilados brasileiros, em Buenos Aires, para onde a mulher de Cerveira seguiu logo depois de um telefonema anônimo informando sobre o seqüestro do marido. Lá, ela fez diversas gestões para localizá-lo, mas nada conseguiu concretamente.

Amélia, e brasileiros refugiados e alojados em Empedrados, província de Corrientes, confirmou que no dia 2 de dezembro de 1973 estiveram no mesmo alojamento dois homens. Um deles, oficial do Exército brasileiro, o capitão Diniz Reis, perguntou por Cerveira e sua localização. Esse detalhe é significativo porque três dias depois o ex-major foi seqüestrado.

A denúncia, na ONU, feita por um brasileiro, de que Cerveira e Pereda foram vistos na noite do dia 13 de janeiro reanimou Amélia e Maria de Lourdes. Depois disso elas desenvolveram ampla campanha pela imprensa a fim de salvar seus maridos. Mariade Lourdes, p. ex., escreveu uma carta ao general Geisel 15 dias antes de sua posse na presidência da República, e mandou mais duas ao ex-presidente João Goulart, com quem era aparentada, na esperança de que a amizade do presidente deposto com o general Peron pudesse interferir no caso. Sem resposta.

Antes de regressar ao Brasil, Maria de Lourdes foi procurada em Buenos Aires, por um homem de aproximadamente 30 anos, “baixo, moreno, do tipo atarracado, cabelos crespos e curtos”, que se apresentou como sendo o brasileiro que fez a denúncia sobre a presença de Cerveira e Pereda nas dependências da PE, no Rio.

— Ele me disse que fizera a denúncia a mando de um oficial do Exército, colega do meu marido, que estava presente quando Cerveira chegou à PE. Ele disse que o oficial deu às costas a Cerveira para que este não o reconhecesse. O oficial aguardou alguns dias e depois o enviou à Genebra

para denunciar o fato.

Permaneci em Buenos Aires — explica a mulher de Cerveira — mais algum tempo na tentativa de entrevistar-me com as testemunhas (as pessoas da família que hospedou meu marido), que prometiam, inclusive, fazer um retrato falado do brasileiro que comandava os outros policiais. Porém, como não se decidiam e eu não podia mais ficar, regressei ao Brasil, deixando o caso com o advogado Sinigaglia. Não sei se o objetivo foi alcançado. Além disso, constituí também como meus advogados em Buenos Aires, Mário Norberto Silva e Mário Algel Hernandez. O Dr. Sinigaglia, pouco antes de minha volta, começou a receber telefonemas anônimos ameaçadores, advertindo-o para que abandonasse o caso dos brasileiros. Pouco depois, Sinigaglia foi seqüestrado e também desapareceu.

## **CASO CERVEIRA: DESDOBRAMENTO**

*Decorridos mais de cinco anos do desaparecimento de Cerveira, em abril de 1979 a 2ª Auditoria da Marinha publica edital de reabertura do processo com intimação do ex-militar. Por gestões de Maria de Lourdes e do escritório do advogado Augusto Sussekind, a realização do julgamento passou a aguardar resposta a uma carta encaminhada por ela àquela auditoria a 10 de maio de 79. No documento, Maria de Lourdes diz que “independe da vontade do meu marido apresentar-se a esta auditoria para responder processo que lhe é movido e para o qual foi chamado em edital, pois tem sua liberdade cerceada”. Também pede que, “antes de Cerveira ser julgado, seja oficiada a quem de direito a fim de que esta auditoria seja informada do paradeiro dele” Maria de Lourdes sugere ainda que, se a autoridade assim entender, seja instaurada uma investigação.*

# CAIUBY ALVES DE CASTRO

## NUM QUARTEL DE BRASÍLIA

**E**stava muito quente e resolvemos passar em casa. Tomamos um ônibus da linha circular Glória-Leblon, no início da rua Barata Ribeiro, em Copacabana, e quando chegamos na altura da Galeria Menescal, Caiuby puxou a cigarra e desceu. Antes, me confidenciara um encontro rápido com um amigo, mas garantiu que voltaria logo. Pediu-me, inclusive, que não mudasse a roupa ao chegar em casa, pois iríamos juntos ao cinema.

Esperei e nada de Caiuby. O dia já estava quase amanhecendo e o meu marido não tinha voltado. Pensei comigo: Vai ver que o encontro se prolongou demais e ele não pôde avisar. Dia seguinte, não dava mais para esperar e comecei a tomar as primeiras providências, meu marido tinha desaparecido. . .

Comecei a busca. Recorri a amigos que me acompanharam nos distritos policiais. Desconfiava da gravidade do que tinha acontecido. Ninguém desaparece assim de uma hora para outra. Fui pelas vias normais. Percorri todos os hospitais da cidade, minha irmã foi ao necrotério, fomos também ao DOPS e nada encontramos. O mistério era tão grande que quase enlouqueci. Algumas pessoas me sugeriram colocar um anúncio no jornal, mas nenhum diário queria aceitar o anúncio. Depois de muita procura, conseguimos colocar por dois dias, no Diário de Notícias. Nada adiantou, nenhuma informação nova.

Procurei um advogado. Fui falar com D. Ivo Lorcheider na CNBB, comecei a movimentar pessoas amigas, fiz pedidos a generais e nada consegui. Nenhum órgão assumia a prisão de Caiuby. Devido à minha falta de tempo, Lourdes Cerveira, esposa do também desaparecido major Cerveira, me ajudava.

Nessa época foi preso um companheiro do Caiuby de nome Otevaldo da Silva. A prisão foi de conhecimento público. Pouco depois, Otevaldo foi solto e disse que ouviu a voz de meu marido quando estava sendo interrogado num quartel militar de Brasília. Às esperanças reacenderam.

*Não podia me mostrar fraca: se é pra lutar, vamos lutar. Acontece que lutei muito, cheguei a ficar meia doida, e nada consegui.*

*A acusação sobre o meu marido era porque ele tinha tirado seu título de eleitor pelo Partido Comunista. Mas, na época, era fácil, o partido era legal e tinha muitas bancas nas ruas.*

O depoimento de Marly Paes Leme resume o drama de uma mulher cujo companheiro desapareceu como que por encanto. Caiuby Alves de Castro, bancário aposentado, militante do PC, sumiu a 21 de novembro de 1973, no centro de Copacabana, no Rio de Janeiro, às 19h.

Sócio da empreiteira São Tomé, Caiuby levava uma vida normal, sempre presente aos acontecimentos mais importantes de sua época, em sua cidade.

## **PRISÃO ILEGAL**

Na véspera das comemorações do 1º de maio de 1968, Caiuby foi preso, perto do campo de São Cristóvão, quando participava de uma manifestação. Houve testemunhas. Mesmo assim, ficou durante 11 dias incomunicável nas dependências do DOPS carioca. O Sindicato dos Bancários interferiu, através do advogado Costa Neto, mas as autoridades não reconheceram sua prisão. Mais tarde, sua companheira Marly recebeu um telefonema de um agente do DOPS, afirmando que Caiuby se encontrava detido naquele órgão e que, se quisesse vê-lo, deveria chegar por volta das 6.30h, durante a ausência do delegado Vilarino. Assim foi feito.

— Eu fui lá, eram 6 h da manhã quando entramos no DOPS. Subitamente, quando tudo já estava quase acertado, o Vilarino chega sem avisar e foi logo me agredindo. Me destratou, falou um monte de besteiras, e ainda disse que quem deveria estar presa ali era eu. Fui embora.

Mais tarde — diz ela — impetramos um habeas-corpus. Vinte dias depois, o Caiuby foi solto. Não houve processo, nada foi apurado.

Em 1971, Caiuby viajou para o Chile para encontrar o major Cerveira de quem era amigo. Ficou durante vinte dias lá.

Voltou, em seguida, para o Brasil e viveu normalmente até o dia de seu desaparecimento. Seu nome consta da famosa lista divulgada pelo Ministério da Justiça a 6 de fevereiro de 1975. Diz ela: *Militante comunista, detido pelo DOPS-GB, em maio de 1968, participando de agitações de rua. Foi posto em liberdade após prestar declarações. Encontra-se desaparecido.*

# RUBENS PAIVA

## CAI A MÁSCARA DA REPRESSÃO

(... ) **T**udo isso começou a 20 de janeiro de 1971, dia de São Sebastião, por volta das 12 h, quando Rubens com as crianças voltavam da praia e nos encontrávamos em casa.

Rubens foi preso nesse dia, minha filha e eu no dia seguinte. Ela foi libertada no dia posterior e eu própria a 2 de fevereiro último.

Estivemos todos no quartel da Polícia do Exército na rua Barão de Mesquita, nesta cidade do Rio de Janeiro.

Nesse quartel mostraram-me o livro de registro de seus prisioneiros, onde em uma de suas folhas, pude ver, com os meus olhos, minha fotografia, a de Eliana e a de Rubens. Nesse quartel, durante os interrogatórios a que me submeteram, informaram-me que o meu marido também lá se encontrava. Ao deixá-lo, quando libertada, no dia 2, vi no pátio interno do quartel o nosso automóvel, o que Rubens, preso, conduzira pessoalmente, acompanhado dos agentes de segurança. Identificado por mim, foi me dito por um dos oficiais que o automóvel se encontrava, de logo, à minha disposição. Não me sendo possível dirigi-lo naquele instante, minha cunhada, Renée Paiva Guimarães, por mim autorizada, foi buscá-lo, posteriormente, tendo o I Exército então passado o recibo de entrega cuja cópia junto, para conhecimento de Vossas Excelências.

Ao sair da prisão, soube que minha mãe, como o fizera para mim, levava ao 2º andar do Ministério da Guerra, roupas destinadas a Rubens. . . Elas foram inicialmente recebidas. Dias depois, entretanto, recusadas sob a alegação de que Rubens não se encontrava em nenhuma organização militar submetida ao Comando do I Exército. Alegação que passava a coincidir com as informações oficialmente prestadas ao Superior Tribunal Militar nos processos de habeas-corpus impetrados em meu favor e no de Rubens, por nosso advogado, Dr. Lino Machado Filho. Lamentável e surpreendentemente, nessas informações se afirmou que nem Rubens, nem eu própria havéramos estado presos em unidades da área do I Exército.

Tomei conhecimento da versão que me inquieta dia e noite, veiculada através de notícia distribuída aos jornais e divulgada pela televisão no

explica o Exército, que, apesar das inúmeras contradições, até hoje insiste na seguinte versão: Rubens teria sido resgatado por um grupo, possivelmente terrorista, no Alto da Boa Vista, quando era conduzido para o CODI, num carro do Ministério do Exército. Diz que o ex-deputado conseguiu sair da traseira de um Volkswagen em chamas, em meio a um intenso tiroteio. Assim, segundo o Exército, Rubens desapareceu. . .

Mas a história é bem outra. Tudo aconteceu no dia 20 de janeiro, por volta das 12h, poucos minutos depois que o ex-deputado chegara da praia com as duas filhas menores – Vera e Eliane Paiva – e preparava-se para almoçar com a sua mulher Eunice Paiva. Anteriormente, uma voz feminina, ao telefone, pedira o endereço da família. Precisava entregar umas cartas trazidas do Chile.

## TENSÃO E VIOLÊNCIA

Ao invés de cartas, meia hora depois, a casa foi invadida por seis homens armados de metralhadoras, que a ocuparam durante as 24 horas seguintes.

– Entraram como se fossem tomar um *aparelho* – conta Eunice Paiva – Rubens, contudo, conseguiu acalmá-los. Pediu para que guardassem as armas e se dispôs a acompanhá-los. Seguiu dirigindo o seu próprio carro, um Opel Kadet, acompanhado por dois policiais, enquanto a casa ficava ocupada por outros agentes, que se revezavam a cada 6 horas.

Durante esse período ninguém podia entrar nem sair da casa de Rubens Paiva. Três rapazes amigos da família apareceram, foram presos e levados para uma delegacia de polícia no Alto da Boa Vista. O telefone também ficou controlado – quem ligasse, ouviria a voz de Eunice, afirmando que Rubens viajara e que tudo estava bem.

No dia seguinte, Eunice Paiva e sua filha Eliane, de 15 anos, também foram detidas e levadas, encapuzadas para o quartel da PE, na rua Barão de Mesquita, na Tijuca. Lá foram fichadas. Eliane foi libertada no dia seguinte na praça Saens Peña, enquanto Eunice ficou presa, incomunicável durante 15 dias.

Rubens, por sua vez, teve pior sorte. Na III Zona Aérea, para onde foi levado, sofreu as piores torturas. Lá estavam também Cecília Viveiros de Castro e Marilena Corona, ambas presas no Aeroporto do Galeão. Elas haviam chegado ao Rio procedentes de Santiago do Chile. Rubens, Cecília e Marilena, durante os primeiros interrogatórios teriam sido obrigados a permanecer de pé, com os braços para o alto, durante longo período. Vencida pela tensão e cansaço, uma das mulheres começou a desmaiar. Foi amparada por Rubens. Essa atitude do deputado teria sido fatal. O chefe do interrogatório, irritado com o gesto, desfechou um soco no seu rosto e este reagiu imediatamente com um palavrão. A reação provocou a ira de todos os torturadores presentes. Avançaram com paus e pontapés sobre Rubens, surraram-no violentamente, até que já desfalecido, Rubens se transformou – na expressão de um oficial do Exército – numa “poça de sangue”.

Assim, quase morto, foi transferido, juntamente com Cecília Viveiros de Castro, para o DOI-CODI. Marilena também foi transportada para o

*dia 22 de janeiro, insinuando que meu marido teria sido objeto de uma operação de resgate, efetuada por grupos de terroristas. Versão cuja inverossimilhança é absoluta e que tem todo o feitiço de uma farsa impiedosa. Notícias transmitidas com o nome de Rubens Seixas, outras com o de Rubens Paiva; terceiras ainda, omitindo nome, e fazendo apenas alusão a prisioneiros políticos de importância, ex-deputado federal por São Paulo, cassado em 1964.*

*Não posso e não quero admitir que, em meu país, se faça desaparecer, assim, por tanto tempo, uma pessoa humana.*

*Rubens é um homem de bem, pai de família exemplar, engenheiro competente, cidadão probo e honrado, empresário responsável e capaz. Não é imodéstia afirmá-lo. Os que o conhecem, proclamam-no. Deputado federal por São Paulo, teve seus direitos políticos suspensos em 1964.*

*Não viu contra si, no entanto, instaurar-se nenhum inquérito policial militar ou processo penal. Não lhe foi feita, jamais, acusação de nenhuma natureza. De que hoje o acusam? Sua mulher e seus filhos têm o direito de sabê-lo. Que fizeram de Rubens? Onde está e para onde o conduziram? Por que não cumpriram as leis que vigoram? Reivindico para meu marido o direito de ser preso segundo as regras mesmas da legislação penal de segurança. Para que se defenda; para que seja libertado.*

*Onde estão, afinal, os compromissos do País assumidos, solenemente, em suas Constituições, desde o alvorecer da República, e no âmbito internacional, como nação cristã e civilizada, através da adesão às Declarações Universais dos Direitos do Homem da ONU e da OEA? Como admitir a insegurança terrível dos seqüestros ou raptos, tornados oficiais?*

*Apelo para Vossas Excelências, membros desse eminente Conselho, institucionalmente organizado para a defesa dos direitos da pessoa humana. Apelo, para que venha permitir a Rubens o exercício do direito de defesa, que é irrecusável, identificados o local onde se encontra, a autoridade que o mantém preso, definido o delito que lhe imputam, preservada, enfim, sua integridade física e espiritual vale dizer, sua vida.*

*Apresento a Vossas Excelências as expressões do meu maior respeito.*

Trechos da carta de Maria Eunice Paiva ao presidente e membros do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

Rubens Beyrottd Paiva, industrial bem sucedido, advogado e ex-deputado federal por São Paulo, cassado pelo AI-1, em 1964, foi seqüestrado em sua própria residência, na avenida Delfim Moreira, 80, Leblon, por vários agentes dos órgãos de repressão, quando o Rio de Janeiro vivia, ironicamente, um clima de festa. Era o dia de São Sebastião, padroeiro da cidade. Tudo indica que Rubens começou a ser torturado no dia 21 de janeiro de 1971, durante um interrogatório efetuado na III Zona Aérea, localizada no Aeroporto Santos Dumont, no Rio, na época comandada pelo brigadeiro João Paulo Burnier, e morreu no DOI-CODI do Rio, em consequência dessas torturas.

Sete anos depois, oficialmente pouco se sabe sobre as circunstâncias de sua morte ou mesmo o destino do seu corpo. "O ex-deputado fugiu",

mesmo local, e o reencontro das duas mulheres só aconteceria, mais tarde, num quartel do Leblon, quando já aguardavam a libertação. Rubens continuou detido.

Sob a guarda do DOI-CODI teria ocorrido a morte de Rubens. Esfaçado, doente e com algumas costelas quebradas em consequência das torturas sofridas na III Zona Aérea, o ex-deputado não resistiu. Surge então o primeiro problema para os torturadores: o que fazer com o corpo? Que satisfações dariam à família? Afinal, Rubens Beyrotd Paiva vivia legalmente com endereço e trabalho conhecidos, era advogado, industrial implantando, inclusive, um projeto de casas populares no subúrbio do Rio de Janeiro, na Pavuna.

## QUEM ACREDITA NESSE SEQÜESTRO?

No dia 22 de janeiro de 1971, um engenhoso, porém falho, simulacro de seqüestro foi montado pelas autoridades policiais, na avenida Edson Passos, no Alto da Boa Vista, para justificar o desaparecimento de Rubens.

Na versão da polícia o Volks, placa GB-4899, cor verde, dirigido por um certo capitão Aranha, conduzindo dois militares, além do ex-deputado, foi interceptado por dois outros veículos, também marca Volkswagen, nos quais viajavam de seis a oito pessoas, que imediatamente abriram fogo com armas automáticas contra o veículo oficial que conduzia o prisioneiro para o CODI, na Tijuca.

Uma das balas atingiu o tanque de gasolina do veículo que ficou em chamas. Os militares, atacados, saltaram pelo lado direito do carro procurando abrigo seguro, enquanto o deputado, de 41 anos, com problemas cardíacos, diabético e se refazendo das torturas sofridas na III Zona Aérea, conseguiu fugir por entre o intenso tiroteio, sendo resgatado por um dos atacantes sem levar um só tiro. Ainda segundo a versão oficial, "um dos atacantes acabou ferido e também foi recolhido por um dos carros em movimento, que fugiu em alta velocidade".

O primeiro registro do seqüestro está no livro da 19ª delegacia policial, na Barra da Tijuca, datado de 21 para 22 de janeiro de 1971. Um segundo registro foi feito pelo quartel central do Corpo de Bombeiros, chamado pela polícia para debelar o incêndio do carro oficial. E mais tarde, a 11 de fevereiro do mesmo ano, uma sindicância do Exército, assinada pelo então major Ney Mendes, reconta o episódio de forma semelhante ao registro policial, atendo-se apenas a alguns detalhes sem importância.

Surpreendentemente a imprensa foi acionada para cobrir o seqüestro, numa época (o general Médici no governo) em que noticiário era mantido sob férrea censura.

No levantamento efetuado pelos repórteres Fritz Utzeri e Heraldo Dias, fica evidente que tudo não passou de uma farsa montada pelos policiais para enganar a opinião pública.

Diz o relato dos jornalistas:

*O local do seqüestro está hoje como era na madrugada de 22 de janeiro de 1971. A diferença é que na Cascata da Saudade, a 23 metros distante do local em que o carro se incendiou, surgiu um centro de macumba. Tudo o mais - muros de arrimo, muretas, calçadas, árvores, postes*

*ainda está lá. No lado esquerdo, para quem sobe a Av. Edson Passos foi colocada uma nova posteação, embora a antiga, do lado direito, permaneça<sup>1</sup>.*

*O carro ficou estacionado rente ao meio-fio. Nas fotografias da época há marcas de pneus no asfalto, na frente dele. Dois postes servem de referência ao registro policial e, juntamente com as fotografias, permitem localizar com precisão o local em que o carro ardeu. Foi do lado direito, descendo a avenida, exatamente junto a uma árvore de porte, cujo tronco sobe em paralelo a uma encosta de pedras com mais de 25 metros de altura e que cai abruptamente quase em ângulo reto. Não há ali abrigo possível.*

*Um pouco além da mureta, existe um bueiro hoje cheio de lixo, tendo no fundo uma grade que dá passagem a águas da cascata para o outro lado da estrada. Quem procurasse abrigo ali, além do risco de fraturas, ficaria totalmente isolado, sem ver a estrada. Não devem ter procurado abrigo ali, pois houve um tiroteio com os seqüestradores, garante o documento oficial que elogiou os agentes.*

*O único a atravessar a Avenida Edson Passos foi Rubens. Pela Sindicância, os agentes abrigaram-se do lado direito. Assim, eles correram 23 metros, sob fogo intenso de metralhadoras e não foram atingidos pelos seqüestradores que demonstraram pontaria para alvejar o veículo. Os militares não poderiam utilizar o carro como abrigo, pois estava em chamas. Mesmo em evidente desvantagem, os militares descreveriam, em detalhes, mais tarde, o ataque e a fuga de Rubens.*

*A sindicância do I Exército assegura, contudo, que eles acharam um local suficientemente seguro – um muro, está escrito – para trocar os tiros e acompanhar a movimentação dos seqüestradores. O documento precisa que Rubens atravessou a pista, escondendo-se atrás de um poste; se ele correu para o poste 348, em diagonal, no sentido de quem sobe, correu 17,30m sob o fogo de armas automáticas; se escolheu o outro poste, mais abaixo, o 350, correu 14,5m.*

*Em qualquer hipótese, repetiu em sentido inverso um dos trajetos para entrar no carro e fugir. Isto significa que Rubens, aos 41 anos, gordo, hipertenso, diabético – e que além disso fora visto horas antes bastante machucado e com dificuldades para respirar – correu no mínimo 25 metros, em meio a fogo cruzado, após sair do banco traseiro esquerdo de um Volkswagen alvejado por 24 tiros, cinco dos quais alojados justamente no local em que deveria estar. E o carro estava em chamas.*

*No carro ficaram marcas de 24 perfurações de bala, assim distribuídas: cinco na lateral esquerda traseira, cinco no pára-lama traseiro esquerdo, dois no capô, quatro no pára-lama dianteiro esquerdo, sete no tanque de gasolina e uma na moldura interior do pára-brisa dianteiro, em frente ao banco do motorista. Fotografias tiradas na época, pela imprensa, confirmam o fato e deixam dúvidas apenas quanto a um tiro que atingiu o tanque de gasolina, mas não deixou vestígios de sua passagem pela lataria externa.*

<sup>1</sup> *Jornal do Brasil*, 22-10-78.

## O DESESPERO DA FAMÍLIA E AMIGOS

Quem primeiro tentou localizar o ex-deputado Rubens Paiva foi o seu amigo industrial Fernando Bocayuva. Acionou o advogado Lino Machado um dia após a invasão da casa, mas nada conseguiu apurar<sup>2</sup>.

Ao deixar a PE, 13 dias após ter sido seqüestrado, a esposa do ex-deputado, Eunice Paiva, viu, estacionado no pátio interno do quartel, o carro do seu marido. O Opel Kadet foi devolvido à família mediante recibo em papel timbrado do Ministério do Exército, o único documento utilizado pelo advogado Lino Machado para impetrar três pedidos de habeas-corpus, no sentido de localizar e identificar as autoridades responsáveis pela prisão de Rubens. Até hoje nenhum órgão oficial assumiu essa prisão.

Logo que foi libertada, Eunice procurou também o então ministro da Justiça, Alfredo Buzaid. Ele admitiu a possibilidade de Rubens ter sofrido *alguns arranhões* durante os interrogatórios, mas que seria liberado dentro de 15 dias.

O caso teve ainda grandes repercussões no Congresso Nacional, através de sucessivos pronunciamentos do então deputado Marcos Freire (hoje senador por Pernambuco). O STM, por duas vezes, quando examinava os pedidos de habeas-corpus, insistiu para que a Procuradoria Militar apurasse o paradeiro do ex-deputado. Quando examinado pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, em 1971, o caso dividiu a opinião de seus membros. No mesmo conselho, em julho de 1971, com voto de Alfredo Buzaid (parente remoto de Rubens) a questão foi arquivada.

<sup>2</sup> Agradecemos especialmente ao advogado Lino Machado por ter cedido toda a documentação dos casos em que atuou. *Nota dos organizadores.*

# JEAN HENRY RAYA

## CARTA ANÔNIMA, O REGISTRO DA PRISÃO

**O** desaparecimento, em território brasileiro, do cidadão francês Jean Henri Raya, que aqui chegou em viagem turística no dia 21 de novembro de 1973, não foi na época sequer comentado ou noticiado pela imprensa, e ainda hoje permanece uma incógnita para seu advogado Lino Machado Filho.

Jean Henri Raya trabalhava e residia em Buenos Aires. Saiu de lá com destino ao Brasil no dia 14 de novembro de 1973. Passou na cidade fronteiriça de Uruguaiana procedente de Passos de Los Libres no dia 18 (quando escreveu para a sua mulher Mabel Bernis Raya, que estava na Europa), e chegou ao Rio de Janeiro no dia 21. Do seu apartamento na avenida Atlântica n. 3150/204 escreveu para amigos de Buenos Aires. Esse foi talvez o seu primeiro e último movimento conhecido no Brasil. Depois disso, todas as informações sobre a sua estada entre nós se esfumaçam. Raya desapareceu sem deixar vestígios.

Em abril de 1974, cinco meses depois de configurado o desaparecimento, sua companheira Mabel, ainda na Europa, recebeu uma carta anônima revelando que Jean Raya tinha sido preso e seqüestrado pelos órgãos de repressão no Rio de Janeiro. O provável motivo do seqüestro teria sido os freqüentes contatos mantidos por Raya com exilados brasileiros em Buenos Aires.

Imediatamente, Mabel e sua filha viajaram para Buenos Aires, e depois para o Rio de Janeiro, na esperança de descobrir alguma coisa sobre o paradeiro do marido. Todas as averiguações foram infrutíferas. Seguindo o conselho de amigos brasileiros, Mabel contratou os serviços do advogado Lino Machado Filho, conhecido por sua atuação em outros episódios do mesmo tipo.

O advogado solicitou imediatamente às autoridades de segurança todas as informações e os motivos da prisão de seu cliente, mas também não obteve êxito. Ante a insistente negativa das autoridades, decidiu impetrar um habeas-corpus. Nele especificava que “o paciente entre os dias 16 e

18 de novembro ingressou neste país através da cidade de Uruguaina, vindo de Passos de los Libres, premunido de sua cédula de identidade argentina de n. 5268995 e passaporte devidamente legalizado. Chegando em Porto Alegre, escreveu à sua mulher, dando-lhe conta de que seguiria, de imediato, para o Estado da Guanabara, onde chegou efetivamente a 21 daquele mês e ano, e de onde novamente se correspondeu com seus familiares e amigos”. Lembrava ainda a carta anônima recebida registrando o seu desaparecimento e explicava que em Buenos Aires a família procurou, sem êxito, as embaixadas do Brasil e da França — esta última se comunicou com a embaixada francesa no Brasil.

Também está registrada a busca da família para localizar no Rio Jean Henri Raya. No endereço que indicara na carta como sendo o seu, Mabel e sua filha foram informadas pelos porteiros e guardas do prédio — que reconheceram o francês pelas fotos — que ele, de fato, estivera morando no edifício, mas desaparecera repentinamente.

Assim, no dia 16 de outubro de 1974 o pedido de habeas-corpus deu entrada no STM. O advogado solicitava aos comandos do Exército nas respectivas áreas, aos Comandos Regionais da Aeronáutica e da Marinha em todo o país, à Polícia Federal, às secretarias de Segurança Pública e DOPS, nos estados e territórios, versões sobre a prisão, ordem de quem, desde quando, qual o motivo e onde se encontrava Jean.

## A OMISSÃO DO STM

Alegando que não havia “indicação precisa da autoridade coatora”, o STM, bem como as autoridades militares para quem se dirigia o habeas-corpus, pouco fizeram para elucidar o caso. O procurador geral do Ministério Público da União junto à Justiça Militar, Ruy Lima Pessoa, em despacho ao relator do habeas-corpus no STM, general Augusto Fragoso, dava a seguinte explicação para o caso: “Inúmeras pessoas, nos grandes centros, desaparecem diariamente sem que os interessados pelos seus destinos atribuam a sua origem aos órgãos de segurança do Estado”. Como por ironia ainda insistia na necessidade de o advogado ou a família especificar qual foi a autoridade coatora.

Um outro despacho, desta vez numa iniciativa do relator, general Augusto Fragoso, foi enviado ao advogado Lino Machado Filho sobre a necessidade de indicar o nome da autoridade coatora.

Resposta do advogado:

*As prováveis autoridades coadoras serão as sediadas no Estado da Guanabara (hoje Rio de Janeiro) e as de São Paulo, já acostumadas a “seqüestrar” cidadão no Rio, como aconteceu recentemente com a advogada Dra. Flora, fato do conhecimento do Egrégio Tribunal.*

*Quando do “affaire” Rubens Beyrotd Paiva as negativas de prisão só sucumbiram quando o impetrante de ontem e de hoje ofereceu a prova da prisão negada sempre: o seu veículo no pátio do 1º Batalhão da Polícia do Exército, na rua Barão de Mesquita. Mas já era tarde porque o paciente jamais apareceu.*

*De resto, Eminentíssimo Ministro, a solução simplista recomendada pelo Ilustrado Dr. Procurador Geral, plena de conceitos jurídicos e filigranas, desatende ao escopo do remédio heróico, que, por sê-lo assim, na lição de Ruy, não fica submetido a regras processuais que o ilidiriam, tornando-o inócuo e ineficaz.*

Depois dessa resposta, a averiguação judicial sobre o paradeiro de Jean Raya pouco acrescentou aos fatos já conhecidos. A família continuou insistindo, na esperança de um desfecho favorável, até que no dia 22 de novembro daquele ano o Ministério Público denegou o pedido de habeas-corpus com a mesma alegação: não especificara qual a autoridade coatora. Reafirmava: “Deve o impetrante dirigir-se ao órgão competente policial, encarregado de descobrir o paradeiro das pessoas desaparecidas no país.”

Assim, a batalha jurídica bem não foi iniciada e já voltava ao ponto zero – onde se acha até hoje.

# À ESPERA DE NOVAS DENÚNCIAS

**E**ntre 1969 e 1973, quando alguém falava sobre um parente ou amigo morto ou desaparecido nas cercanias da repressão da ditadura militar brasileira, seguia-se, onde quer que se estivesse, um prolongado e peculiar silêncio. Às vezes, relatos detalhados eram interrompidos não apenas por choros, lamentações, mas porque pessoas mudavam logo de assunto: não queriam se comprometer.

Mas, depois disso, o movimento de oposição ao governo e seu regime começou a crescer por uma série de razões. O que, apesar da censura à imprensa, permitiu o aparecimento público dos primeiros casos de seqüestro, mortes, desaparecimentos, perseguições, torturas — tudo sob inspiração da nova situação política do país derivada de 1968.

O espaço para a divulgação da história e desdobramento das consequências da luta armada, começou a crescer depois das eleições parlamentares de 1974 com a vitória das oposições representadas pelo MDB.

De lá para cá, tanto o número de mortos como o de desaparecidos começou a crescer para o público: veio à tona o que era apenas do domínio do governo e dos seus órgãos de repressão.

Mas, como se sabe, o espaço para divulgação dos casos ainda não cresceu suficientemente — crescimento este que está associado à caminhada das oposições em busca das liberdades democráticas. É também por essa razão que, de uma lista — com tendência a crescer — de presos políticos desaparecidos, há alguns casos sobre os quais existem poucas informações, só disponíveis, claro, pelo lado de parentes, amigos, ex-companheiros de organização e organismos de defesa dos direitos humanos. Há vários casos, de outra forma, em que mal se sabe o nome do desaparecido. Quando não é isso, talvez por insegurança da própria conjuntura política do país, quem tem informações sobre circunstâncias de desaparecimentos simplesmente ainda não se encorajou a denunciá-los.

Seguem-se alguns casos, p. ex., em que há poucas informações disponíveis.

## EDGAR DE AQUINO DUARTE

Segundo relatório dos presos políticos do presídio Milton Dias Moreira, do conjunto penal Frei Caneca, no Rio de Janeiro, divulgado a 18 de abril de 1979, Edgar de Aquino Duarte foi preso por volta do dia 20 de maio de 1971 em São Paulo. Ficou detido durante três meses no DOPS em São Paulo. Em agosto de 1971 foi transferido para o DOI-CODI do Rio de Janeiro, onde permaneceu por vários meses.

Durante sua estadia no DOI-CODI, ele conversou com vários companheiros, entre os quais Manoel Henrique Ferreira e Alex Polari de Alverga, a quem relatou sua prisão, queixando-se do fato de vir constantemente sendo transferido de uma a outra prisão sob o nome falso de Ivan Marques Lemos. Edgar estava, na época, à disposição do CIE.

Em outubro de 1971, mês em que foi transferido para a OBAN, sua família impetrou habeas-corpus, mas nenhuma autoridade judiciária ou policial assumiu sua prisão.

Nos dias 22 e 23 de novembro do mesmo ano, Manoel Henrique Ferreira esteve com ele nas dependências do DOI-CODI de São Paulo, ocasião em que Edgar manifestou temor de vir a ser assassinado pela repressão em decorrência do tratamento *especial*<sup>1</sup> que vinha recebendo.

Em julho de 1972, Edgar foi levado para o Regimento de Cavalaria localizado no setor militar urbano de Brasília, onde ficou de oito a nove meses. Retornou, então, para o DOPS de São Paulo: ali foi visto pela última vez entre 19 de março e junho de 1973.

Depois de mais de dois anos nessa situação, sem ter prisão reconhecida, processos formados, visitas, acesso a advogados — e apesar do testemunho de dezenas de outros presos que estiveram com ele nesse período — até hoje Edgar é dado como não tendo sido preso.

## JOSÉ ROMAM

Com José Romam acontece, de uma certa forma, o contrário: ele foi citado várias vezes por autoridades civis e militares e até por ex-militantes, mas de sua família e de seu advogado Aldo Lins e Silva, de São Paulo, obtém-se poucas informações sobre sua vida, sua participação política e especialmente sobre as circunstâncias do seu desaparecimento. Tudo isso a par de Romam ter sido uma pessoa razoavelmente conhecida nos diversos lugares onde circulava.

Na verdade, o desaparecimento de Romam ocorreu a 16 de março de 1974 e está associado ao de David Capistrano. Corretor de imóveis, nascido em 1919, Romam era companheiro de lutas políticas de David, razão porque se dirigiu a Uruguaiana para apanhar o amigo de carro. David procedia do exterior e ingressou tranquilamente no país, mas acabou desaparecendo junto com o amigo.

Eles foram seqüestrados quando faziam o percurso Uruguaiana-São Paulo. Até hoje as famílias de ambos não encontraram o carro de Romam. Uma nota divulgada a 6 de fevereiro de 74 pelo então ministro da Justiça, Armando Falcão, dizia que os órgãos de repressão não dispunham de informações sobre suas atividades políticas.

## HÉLIO LUIZ NAVARRO

O fichário do CBA do Rio diz que há informações de que Hélio Luiz Navarro de Magalhães pertencia aos quadros do PC do B. Há quem negue e diga — como ex-militantes da Guerrilha do Araguaia — que ele esteve naquela região quando do confronto militar entre guerrilheiros e tropas das Forças Armadas. De uma forma ou de outra, Hélio é um dos casos marcados pela escassez de informação oficial e extra-oficial, tanto que seu nome só raramente é citado.

Seu desaparecimento está registrado no CBA do Rio como tendo ocorrido a 3 de outubro de 1970 quando, na companhia de uma moça, foi visto por amigos, a quem manifestara pretensões de seguir para São Paulo.

Filho de Hélio Gerson Menezes de Magalhães e Carmem Navarro Rivas, nascido a 23 de novembro de 1949, Hélio, desde criança, mostrava vocação particular para a música. Estudou piano e violão, fez o 1º e 2º graus no Colégio Militar do Rio de Janeiro. Já cursava o 3º ano da Escola Nacional de Química da UFRJ quando, na manhã de 3 de outubro de 1970, procurou sua mãe para despedir-se.

Hélio decidira viver sozinho, pois, já no mês seguinte, seria maior de idade. Pretendia — como revelou a d. Carmem — afastar-se do Rio por uns dois anos a fim de tentar a vida onde houvesse maior mercado de trabalho para um futuro químico.

Depois disso, nada se soube de Hélio. Segundo sua mãe declarou ao advogado Idibal Piveta, encarregado pela família de cuidar do caso, todas as tentativas feitas até agora para encontrá-lo foram inúteis. Isto porque, esgotadas as fontes oficiais, recorreu-se às entidades que atuam em defesa dos direitos humanos como o CBA, Movimento Feminino pela Anistia, Cruz Vermelha (seção de Busca e Paradeiro), Comissão de Justiça e Paz da CNBB. Mas nada se obteve senão o reforço da incertezas sobre seu destino.

## DENIS CASIMIRO

Raras fontes disponíveis revelam que Denis Casimiro foi preso no final de abril de 1971, mas não se informa onde isso aconteceu. Uns falam que foi no Rio, outros em São Paulo, pouco depois da morte do seu irmão Dimas Antônio Casimiro, que caiu em combate com as forças de repressão a 17 de abril de 1971. Operário, militante da VPR, sobre Denis até ex-membros da organização que ele integrava sabem pouco, daí presumir-se que o desaparecimento dele ainda por algum tempo permanecerá encoberto de sigilo, pois, nenhum órgão de repressão mencionou publicamente seu nome alguma vez.

## ISSAMI NAKAMURA OKAMO

Em fevereiro de 1975 o advogado Idibal Piveta, de São Paulo, lançou a primeira denúncia: ao sair de casa, no bairro paulista de Pinheiros, onde morava (rua Paschoal Bianco, 4-A), Issami Nakamura Okamo foi seqüestrado. A carta divulgada por Piveta, na ocasião, não obteve maiores ressonâncias — nem poderia, a censura continuava firme — até que no Congresso Nacional pela Anistia, realizado em novembro de 1978, em São Paulo, a denúncia conseguiu maior repercussão. Issami desaparecera a 14 de maio

de 1971, e, de lá para cá, não há sequer vestígios dele.

Natural da cidade paulista de Cravinhos – filho de Hideo Okamo e Sadae Nakamura Okamo – Issami nasceu em 25 de novembro de 1945. Seu trabalho político se deu primeiro ao nível do movimento estudantil, basicamente quando aluno da Faculdade de Química da USP, onde se tornou assistente de laboratório no Departamento de Engenharia Química e trabalhou no Instituto de Física da USP, também na Cidade Universitária.

Sob acusação de fazer parte dos quadros da VAR-Palmarenses, já em 24 de março de 1971 ele havia sido condenado a dois anos de prisão pela 2ª Auditoria de Guerra da 2ª CJM de São Paulo, sob o processo n. 205/69. Foi solto em outubro de 1972.

Dia 7 de fevereiro de 1975 o ministro da Justiça informava à imprensa que Issami tinha sido preso, processado e estava foragido. Mas Piveta contesta: Issami jamais esteve foragido. Na verdade, lembra o advogado, ele foi condenado, recorreu da sentença, cumpriu pena, foi solto, voltou a estudar e trabalhar para, então, ser seqüestrado.

## **OUTROS CASOS**

Os demais presos políticos desaparecidos sobre os quais não foi possível levantar maiores informações são os seguintes:

### **PAULO TORRES FERNANDES GONÇALVES**

Preso no dia 26 de março de 1964, segundo informam seus familiares. Sobre ele há informações desconhecidas, oriundas de fontes como o sargento Nelson. Era estudante e cursava o 2º ciclo do Colégio Ferreira Viana, no Rio. Paulo foi citado em notícia do *Jornal do Brasil*, de 26 de abril de 1979.

### **PEDRO INÁCIO DE ARAÚJO**

Mais conhecido como Pedro Fazendeiro, foi delegado das Ligas Camponesas da Paraíba e vice-presidente da Liga Camponesa de Sapé (PB). Segundo o Boletim da Anistia Internacional, de março de 1974, ele foi preso a 8 de maio de 1964 por agentes da repressão em João Pessoa, e posteriormente foi visitado pela sua mulher Maria Júlia Araújo, ainda quando se achava no Grupamento de Engenharia e no 15º Regimento de Infantaria. A 10 de setembro de 1964, quando sua mulher foi visitá-lo, obteve a informação de que Pedro fora solto três dias antes. No entanto não apareceu em casa e nunca mais foi visto<sup>1</sup>.

### **VITORINO ALVES MOITINHO**

Estudante, natural do Rio Grande do Sul, é apontado pela polícia como sendo militante do PCB, e se achava a 27 de outubro de 1973 no carro incendiado por policiais no bairro carioca de Jacarepaguá. Na ocasião, os organismos da repressão identificaram, como estando no automóvel Ránusia e Almir. Os outros dois companheiros que estariam no carro seriam Ramires Maranhão do Valle e Vitorino. A própria polícia difundiu posteriormente a versão de que Ramires saltara antes de o veículo chegar a Jacarepaguá: teria sido designado para outra tarefa em outro local.

<sup>1</sup> *Torturas e Torturados*. Márcio Moreira Alves. Idade Nova Editora, Rio de Janeiro, 1966.

Mas sobre Vitorino não há indícios nem versões sobre seu destino, pois as raras informações sobre o incêndio do carro onde estavam os militantes mortos foram publicadas pelo *Jornal do Brasil* e *O Globo* em 17 de novembro de 1973.

### **MIGUEL PEREIRA DOS SANTOS**

Seu último contato com a família ocorreu em agosto de 1966. Segundo seus familiares, ele estava sendo acusado de pertencer aos quadros do PC do B. Miguel nasceu a 12 de julho de 1943, em Recife, filho de Pedro Francisco dos Santos e Helena Pereira dos Santos, que têm poucas informações sobre a vida do filho.

### **NESTOR VERAS**

Natural de São Paulo, de família camponesa, era militante do PCB, integrando seu Comitê Central, encarregado do Setor Camponês. Pertenceu à direção da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil e depois foi tesoureiro da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, sendo cassado. Consta que os órgãos da repressão o teriam trocado por um brasileiro preso na Argentina<sup>2</sup>.

### **NORBERTO ARMANDO HABBEGER**

A 30 de julho de 1978, usando passaporte em nome de Hector Esteban Cuello, ele embarcou na Cidade do México às 14h, em voo da PanAm, de passagem pelo Rio, onde chegou no dia seguinte. Seu desembarque foi confirmado através de uma carta do embaixador da Argentina no Brasil, Oswaldo Camchion, para quem está registrada a entrada no país de uma pessoa com documentação em nome de Hector Esteban Cuello.

Foram feitas gestões junto às autoridades brasileiras para a localização de Norberto, mas de lá para cá nada se conseguiu esclarecer de concreto sobre seu paradeiro.

Argentino de 38 anos, casado com Florinda C. Habbeger e pai de Andrés Camilo, de 10 anos, Norberto era secretário-geral da Juventude Democrata Cristã na Argentina e participou do Congresso Mundial da Democracia Cristã na Alemanha Ocidental, em 1964.

Desde 1966 integrou-se ao peronismo, participando da organização da Frente Justicialista, que preparou o regresso de Peron ao poder em 1973.

Em 1974 foi subdiretor do Jornal *Diário de Notícias* e chefe da revista *Panorama*, fechados pelo regime militar argentino. Preso em 1974, logo depois foi solto por nada ter sido apurado contra sua pessoa.

É um dos fundadores do Partido Peronista Autêntico, braço político do movimento clandestino Montoneros de que era um dos dirigentes, integrando seu Conselho Superior.

Em 1978, após viver na clandestinidade, viaja para a Europa e o México, onde residia com a mulher e o filho. Florinda foi presa e torturada durante dois dias em 1977.

<sup>2</sup> *ISTO É*, 14-02-79 e 09-05-79. *Pasquim*, n. 508, 23 a 29-03-79. *Jornal do Brasil*, 08-05-79.

## **ROBERTO RASCADO RODRIGUES**

Seqüestrado em fevereiro de 1977 em Buenos Aires, quando seis pessoas vestidas com uniforme da Marinha argentina invadiram sua casa, nunca mais foi visto. Tinha 22 anos e cursava o 2º ano de engenharia da Universidade Federal de Buenos Aires. A denúncia de seu desaparecimento foi levada à Comissão de Justiça e Paz do Paraná por seu primo, o padre Raul Perez.

Também desapareceram:

**AILTON ADALBERTO MORTATI**  
**BENJAMIN DE OLIVEIRA TORRES**  
**CELSO GILBERTO DE OLIVEIRA**  
**DIVINO FERREIRA DE SOUZA**  
**DURVALINO DE SOUZA**  
**ELSON COSTA**  
**FREDERICO EDUARDO MAYR**  
**JOÃO ALFREDO**  
**JOÃO LEONARDO DA SILVA ROCHA**  
**MIQUEAS GOMES ALMEIDA**  
**DANIEL JOSÉ DE CARVALHO**  
**EDMUR PÉRICLES CAMARGO**  
**JOEL JOSÉ DE CARVALHO**  
**JOSÉ LAVECHIA**  
**MARCIO BECK MACHADO**  
**MARIA AUGUSTA THOMAZ**  
**ONOFRE PINTO**

# BOICOTE À CPI

**A** pesar dos esforços notórios dos organismos da repressão aberta e clandestina para conservar, a qualquer custo, seu *status quo*, ou seja, seu poder de prender arbitrariamente as pessoas, mutilar, torturar, matar ou transformá-las em desaparecidas, o crescimento das oposições ao regime pós-64 criou situações novas, certamente promissoras para o restabelecimento das liberdades democráticas no Brasil.

Esse novo quadro se notabiliza ao fazermos um pequeno recuo no tempo, quando apanhamos alguns fatos que contribuíram para manter acesa uma réstia de esperança. Através deles verificamos o desmascaramento do governo e suas inegáveis vinculações com o aparelho repressivo. É relevante observar isto porque, até certo tempo, quando pesava a censura sobre a imprensa, dificilmente se poderia admitir publicamente a existência formal de tais vínculos — tal era o medo imposto aos brasileiros por esses órgãos, os serviços secretos do governo e suas cadeias de torturas espalhadas por todo o país. Durante o governo do general Médici, em diferentes setores, desenvolveram-se esforços para a difusão de uma idéia segundo a qual o Estado Repressivo não era o mesmo Estado constituído por autoridades militares conhecidas. Mas isso fazia parte da mesma farsa.

Nesse contexto, entra a atuação de Lysâneas Maciel, deputado federal pelo MDB carioca, cassado em maio de 1976. Eleito em 1974, logo no princípio da nova legislatura, em 1975, Lysâneas requereu a formação de uma CPI dos Direitos Humanos. Para isso, obteve em apenas dois dias a assinatura de 138 parlamentares do seu partido. Ou seja: 35 assinaturas além das necessárias para a formalização da comissão.

A violência oficial se expandira de tal forma que, em sua justificativa para a criação da CPI, Lysâneas dizia não pretender outra coisa senão a paralisação da onda de assassinatos políticos, de desaparecimentos, torturas. Ele sabia dessas ocorrências por intermédio de informações chegadas por parentes, pais, filhos, amigos de presos políticos.

A resposta do governo do general Geisel foi imediata: os aparelhos de repressão do Estado foram acionados para a desarticulação da CPI dos Direitos Humanos. Antes de a idéia da comissão chegar ao plenário para sua formalização em termos de proposta partidária ou ultrapartidária, o ministro da Justiça, Armando Falcão, foi à televisão dizer que o governo iria realizar investigações diante da existência de informações segundo as quais Lysâneas, o articulador da CPI, havia sido eleito com o apoio do Partido Comunista.

Simultaneamente, o então líder da Arena na Câmara, deputado José Bonifácio de Andrada, foi igualmente usado para transmitir ao Congresso Nacional a acusação de que 22 parlamentares eleitos pelo MDB tinham recebido apoio do PCB. O esquema governamental foi mobilizado e utilizada como ponto de estímulo a entrevista dada em Paris, antes das eleições, pelo secretário-geral do PCB, Luís Carlos Prestes, conclamando os eleitores a votar na oposição.

Da mesma forma, mais que depressa a Polícia Federal *flagrou* uma gráfica no bairro suburbano de Campo Grande, no Rio, onde havia vasto material apontado como subversivo, envolvendo o deputado Lysâneas Maciel. Como sempre, a imprensa foi convocada pela polícia para divulgar o *flagrante*. Constatou-se a existência, na gráfica dita clandestina, de 10 mil folhetos de Lysâneas.

— Um material caríssimo, uma farsa tão grosseira, mas tão grosseira mesmo e feita com tamanha rapidez que reproduziram 10 mil cópias de um boletim eleitoral de uma campanha onde não sobrou nada. Nosso material de campanha foi gasto totalmente. Imagine se eu iria deixar 10 mil fotocópias de propaganda assim ao léu? — indaga ele.

Nessa farsa, a repressão gastou um dinheirão, evidentemente, saído do bolso dos contribuintes, todos nós que pagamos impostos.

Depois disso, já na segunda-feira seguinte, para surpresa de Lysâneas, 108 signatários do requerimento para a constituição da CPI retiraram suas assinaturas. Esse foi o primeiro impacto da pressão montada pelo governo contrária à formação da CPI dos Direitos Humanos.

Pudera: o esquema de propaganda usado pelo governo assustou de tal modo a maioria dos parlamentares assinantes do documento a ponto de haver até mesmo quem, daí em diante, só faltou beijar os pés de Lysâneas a fim de que o deputado, em tempo algum, revelasse ter o desertor apostado seu nome em tal requerimento. Afinal, o período compreendido entre março e abril de 1975 deverá ter sido o mais fértil do parlamento brasileiro na implantação do macartismo. Movimento que teve no deputado José Bonifácio o seu mais autêntico guru e na maioria parlamentar do MDB e no total da Arena sua grande caixa de ressonância.

Entre outras imagens usadas na sua pregação, Bonifácio insistia em que a CPI visava a colocar no banco dos réus o ministro do Exército e irmão do presidente da República, o general Orlando Geisel, que exerceu essa função no governo do general Médici, entre 1969-74. Por várias vezes, Lysâneas respondeu que a CPI se destinava a prevenir e não a punir. Mas nem por isso conseguiu sensibilizar o Congresso.

Daí em diante, a maioria do MDB com seus aliados arenistas se apressou em preencher logo o número de CPIs. De tal sorte que a comissão requerida por Lysâneas entrou para o esquecimento ao nível do Congresso.

Isto porque a Câmara só pode ter, segundo seu regulamento interno usado ao sabor da maioria governista, cinco CPIs em funcionamento, a não ser que o plenário concorde em elevar esse total. Decisão que, na ocasião, dependeria da adesão do partido governista.

O trabalho de Lysâneas para estabelecer, ao lado de alguns poucos parlamentares, um paradeiro na onda de violências políticas do governo e seu regime vinha desde seu ingresso na Câmara, com as eleições de 1970.

Assim, em junho de 1973, o deputado apresentou e teve aprovado na Comissão de Justiça da Câmara seu projeto determinando, entre outras coisas, a proteção judiciária imediata aos presos políticos ou não. Seus argumentos foram os mesmos usados dois anos depois objetivando a constituição da CPI dos Direitos Humanos: retirar do Estado o direito de matar as pessoas.

Mas, por pressão governamental, o projeto sequer foi levado ao plenário. Por quê? Lysâneas responde:

— Por indiferença do MDB, por manobra do então presidente da Câmara, o deputado Célio Borja e do deputado Cantídio Sampaio, que recebeu e transmitiu recomendações do líder da maioria para impedir a chegada do projeto ao plenário. E também pela omissão do líder do MDB, Laerte Vieira (SC), derrotado nas eleições de 1978.

Decorridos todos esses anos, para Lysâneas, o parlamento daquela época não era apenas responsável por quem sofria as violências mas também pelos que a desencadeavam. Essa sempre foi a resposta à alegação da maioria dos congressistas, para quem os acontecimentos daquele período estavam fora de sua área de responsabilidade.

— Esse foi o engano mais trágico daquele Congresso — sentencia Lysâneas.

Apesar de tudo, não há dúvidas de que a abertura de um novo período legislativo em 1979 se deu numa conjuntura diferente da de 1975. Mesmo pouco antes das eleições de 1978, com o desencadeamento das primeiras greves metalúrgicas e seu inevitável efeito sobre outras camadas operárias, o país começa a ingressar numa fase de ascenso popular. A sociedade civil passa a uma fase de crescente mobilização e organização. Há reivindicações de toda a ordem. Entre elas temos a Anistia ampla, geral e irrestrita. Um movimento que ainda não abrange toda a sociedade, mas que com o surgimento de novos comitês organizados pela Anistia, em 1978, e com a adesão de importantes setores como a OAB e ABI, a reivindicação por ele desenvolvida se insere na luta pelas liberdades democráticas.

Nessa conjuntura ressurgiu a questão de o MDB constituir uma CPI dos Direitos Humanos. Tentada e frustrada em 1975, esperava-se que a bancada dos autênticos agora ampliada e fortalecida no MDB tornaria sua formação mais fácil, embora com certas limitações. Ledo engano.

Uma multidão de atingidos — presos, ex-presos, familiares de mortos e desaparecidos e segmentos representativos da sociedade — posicionaram-se favoráveis à CPI e os movimentos de Anistia reforçaram sua decisão de lutar pela sua formulação. A elaboração e entrega de um dossiê de mil páginas à Comissão Pré-CPI instaurada no MDB para preparar um relatório à direção do partido, com seu parecer sobre as arbitrariedades e violências praticadas pelo regime pós-64, constituiu um dos esforços naquele sentido.

Telegramas e cartas pressionando os parlamentares foram enviados e

mais um documento sobre a CPI dos Direitos Humanos foi tirado pelo CBA-RJ e aprovado pela Executiva Nacional dos Movimentos de Anistia, exigindo daqueles parlamentares a reafirmação do compromisso assumido durante a campanha eleitoral.

O MDB se dividiu em duas estratégias. Uma delas conduziu um número considerável de políticos eleitos como candidatos populares defendendo a Anistia ampla, geral e irrestrita a recuarem sob alegação de inopportunidade da constituição da CPI. Assim, por 69 votos a favor e 57 contra, o MDB aprovou a CPI mas não a constituiu. Com isso o partido e muitos dos parlamentares considerados autênticos saíram desgastados, pois, aos olhos da nação, não quiseram somar esforços junto aos movimentos de Anistia para apurar, esclarecer, denunciar as violências praticadas pelo regime ao longo dos últimos 15 anos, e propor a indispensável responsabilização dos envolvidos.

Evidentemente, os esforços desenvolvidos estão apenas desabrochando os primeiros resultados. Embora represente uma tentativa governamental de esvaziar os movimentos de Anistia e de defesa dos direitos humanos em expansão no país, a Anistia parcial oferecida à nação pelo governo dentro dos limites fixados pelos grupos da repressão não se esgotará em si mesma pelo seu conteúdo reformista. Além disso, está muito longe de solucionar um dos problemas mais melindrosos para o regime: os desaparecidos políticos. Isto porque a Anistia só será realmente abrangente quando significar o desmantelamento de todos os aparelhos de repressão e conduzir em seu bojo as condições para o julgamento dos torturadores em tribunais públicos<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> O início da legislatura de 1979 foi marcado por pronunciamentos de parlamentares do MDB, entre os autênticos, a pleitear a formação da CPI dos Direitos Humanos, quase sempre com os mesmos objetivos. Na Câmara dos Deputados, p. ex., o emedebista carioca Edson Khair defendia uma CPI de caráter ultra-partidário, enquanto no Senado, até o final de junho último, Orestes Quércia (MDB-SP), após o encaminhamento do projeto de anistia parcial do governo do general Figueiredo ao Congresso Nacional, dia 27-06-79, oficializava seu pedido para a criação da CPI da tortura por entender que não se pode simplesmente colocar uma pedra sobre tais denúncias. *Folha de S. Paulo*, 29-06-79. Para pressionar o Congresso Nacional no sentido da adoção da Anistia ampla, geral e irrestrita, a 22 de julho de 1979, os presos políticos do presídio Milton Dias Moreira, no Rio, deflagram uma greve de fome por tempo indeterminado, de natureza essencialmente política, no que são seguidos, numa semana depois, pela quase totalidade dos companheiros de Itamaracá, em Recife.

# A GUERRILHA DO ARAGUAIA

JOSÉ GENUÍNO NETO

**A** Guerrilha do Araguaia, denominação jornalística conferida ao movimento político-armado dirigido pelo PC do B, nas selvas da Amazônia, no sul do Pará, teve início em 1967 e se encerrou, após anos de violentas campanhas militares, no início de 1975.

A orientação do PC do B foi a de trabalhar com as populações pobres da região do Araguaia, politizá-las, e, face às vicissitudes do cotidiano, resistir com elas às violências das forças do governo, transformando o processo numa guerra popular.

Durante o período inicial da luta, que então começou em 1972, estabeleceu-se uma férrea censura aos meios de divulgação, tentando-se impedir à opinião pública brasileira o conhecimento do que se passava. Ao mesmo tempo, desferia-se violenta repressão sobre as populações localizadas nas áreas de combate, visando a intimidá-las e impedi-las de apoiar os guerrilheiros.

Estes acontecimentos da História do Brasil só vieram a público recentemente — isto graças ao depoimento de algumas pessoas sobreviventes, que direta ou indiretamente tomaram parte no seu desenrolar — e de jornalistas que estiveram na região dos combates, e sofreram a férrea censura do governo Médici, e suas reportagens só agora são publicadas. No dizer de José de Souza Martins são os nossos “correspondentes de guerra”, mas só agora que a guerra acabou, isto é, decorridos mais de dois longos anos e meio do seu final.

Da luta guerrilheira do Araguaia participaram pessoas procedentes de diversos Estados. Na situação difícil por que passa o país, depois do golpe militar de 1964, dezenas de pessoas dos grandes centros urbanos procuram se transferir para o interior. Vão morar no sul do Pará, no norte do país, região onde os conflitos sociais atingem proporções violentas.

Os novos moradores, com o seu trabalho e modo de vida estreitam suas relações com o povo, conhecem os problemas da população e a amizade vai se formando com o tempo. Vivendo das mais diversas atividades e

enfrentando os mais variados problemas vão-se tornando pessoas da região, conhecidas e estimadas pela população local.

Durante seis anos antes do ataque das Forças Armadas, desenvolvem esse trabalho, participam das lutas na região e sistematizam um conjunto de reivindicações, contidas no programa dos 27 pontos, espelhando as necessidades e aspirações da população da Amazônia e em estreita relação com a luta pelo fim da ditadura militar.

Objetivavam com a luta guerrilheira do Araguaia, somando com outras lutas e formas diferentes de ação política, nas cidades e em outras regiões do campo, participar decisivamente da luta pela conquista das plenas liberdades políticas, pela solução efetiva dos graves problemas que atingem a população brasileira e aspiravam à conquista de uma sociedade livre, sem opressão e exploração.

Com esses propósitos, os guerrilheiros colocaram suas vidas numa luta difícil contra uma força poderosa e nunca mediram sacrifícios para manter levantada a bandeira que sempre defenderam. Quando, em abril de 1972, o Exército ataca a região, seus moradores, resolvem resistir. Com o aprendizado militar vivido na região, com o apoio que tiveram da população e a vinculação política que tentaram estreitar, os guerrilheiros travaram uma luta heróica. Sobreviveram às primeiras investidas da repressão e organizaram-se para uma luta longa e difícil.

A violência oficial chega ao sul do Pará, sem qualquer escrúpulo, cometendo todo tipo de arbitrariedade, às claras e sem subterfúgio algum. Prisões são efetuadas, casas queimadas, cidades e vilas ocupadas militarmente e roças incendiadas. Nas principais cidades da região se instalam bases e quartéis, as estradas e rios são bloqueados. Durante mais de dois anos o sul do Pará transforma-se numa grande praça de guerra!

As pessoas mais resolutas e decididas resolveram resistir ao invés de se submeter ou de se retirar, empunharam as armas de que dispunham, refugiaram-se nas matas. Lançaram-se num trabalho político de estreitar os seus vínculos com todo o povo e criaram a União pela Liberdade e Direitos do Povo com o objetivo de organizar a defesa dos interesses populares e abrir o caminho à participação de todos na luta.

Os que lutaram no Araguaia não viam a luta apenas localizadamente. Seus objetivos eram também gerais e de alcance amplo. Numa época de intensa repressão, um certo imobilismo, medo e apatia, a luta do Araguaia foi uma esperança e uma chama que se acendeu no país. Se por um lado, tal fato pesou negativamente na correlação de forças, por outro, foi um acontecimento que despertou admiração e respeito de muitos democratas e progressistas.

Durante mais de dois anos travou-se renhida luta. O Exército realizou três grandes e aparatosas campanhas, em conjunto com a Aeronáutica, a Marinha e a Polícia Militar, contando com armas modernas e vastos recursos materiais. Na primeira — em abril/junho de 1972 — pôs em ação 5 mil homens; na segunda — em setembro/novembro de 1972 — empregou 15 mil homens; na terceira — de outubro de 1973 a maio de 1974, mobilizou de 5 a 6 mil soldados. O cerco era feito na região como um todo, isolando-a do resto do país. Nas principais cidades da região ficavam as principais bases e quartéis e tropas eram lançadas pelas picadas e caminhos da

selva com o apoio da aviação. Vários pontos da selva eram metralhados e outros incendiados com desfolhantes químicos. Exigiam salvo-condutos para as pessoas circularem na região, proibiam os castanheiros de entrarem na selva e em alguns povoados chegaram ao ponto de prenderem todos os homens – só em Marabá prenderam 200 pessoas.

Travam-se duros combates no interior da região! De um lado, a guerrilha, forma antiga de combate dos oprimidos e explorados; do outro, as forças repressivas. Os combates se revestiram de crueldade e violência. Alguns guerrilheiros tiveram suas cabeças colocadas como prêmio, os corpos eram dependurados em helicópteros, como aconteceu com o de Osvaldo Orlando Costa. Helenira, presa ferida, foi morta a baioneta. Kleber foi preso com malária e morto também a golpes de baioneta. O corpo de Arildo foi encontrado sem cabeça depois de duro combate. Esses são os casos mais conhecidos, de desrespeito às próprias leis da guerra e de um mínimo respeito à pessoa humana, mesmo depois de morta. O corpo de João Carlos Hass foi exposto em praça pública, como tentativa de intimidação da população que o estimava.

Muitas prisões eram efetuadas na região, dentre as quais as de alguns guerrilheiros. A prática das torturas era rotina dentro das bases construídas nas cidades e povoados, executadas publicamente.

Os acontecimentos verificados no Araguaia, na sua época, nunca foram divulgados legalmente pela imprensa, permaneceram num silêncio proibitivo por parte do governo. Mesmo depois, quando a imprensa pôde tratar naturalmente da divulgação da guerrilha do Araguaia, o governo se recusou e se recusa a dar a sua versão sobre os acontecimentos, abrir seus arquivos, informar sobre as mortes e onde os corpos foram enterrados. Hoje, passados mais de cinco anos, o assunto continua sigiloso e considerado segredo militar por parte do governo. Na região continua existindo um clima de repressão, controle e vigilância.

Depois da divulgação da guerrilha do Araguaia, muitas famílias começaram a procurar notícias de seus parentes participantes daquela luta. O drama é muito grande, pois vai da incerteza das mortes até às circunstâncias em que se verificaram algumas dessas mortes. Até hoje, nenhum guerrilheiro comprovadamente assassinado no Araguaia foi reconhecido oficialmente e há até casos de pessoas que são condenadas pela Justiça Militar e que lá morreram.

Das dezenas de pessoas que lutaram no Araguaia, sabe-se com certeza da morte de 25 guerrilheiros. Por outro lado, sabe-se que lá morreu mais gente, principalmente na fase final da terceira campanha efetuada pelo Exército. Sobre isso há muito mistério por parte das forças expressivas do governo.

Hoje, muitas famílias se movimentam para saber quem realmente morreu no Araguaia e onde foram enterrados os corpos de seus entes. Estas informações estão com as Forças Armadas e do governo exige-se um direito elementar: saber o nome das pessoas mortas e onde foram enterradas.

José Genuíno Neto, guerrilheiro aprisionado pelas forças de repressão em 1972, oferece através dos seus relatos informações seguras para sucessivas pesquisas feitas sobre a guerrilha desenvolvida no Alto Araguaia. Consultar: *A Guerrilha do Araguaia*. História Imediata 1. Alfa-Omega, São Paulo, 1978. *Diário da Guerrilha do Araguaia*. Alfa-Omega, São Paulo, 1979.

## **ANEXO I – MORTOS E DESAPARECIDOS NA GUERRILHA DO ARAGUAIA**

### **1972**

BERGSON GURJÃO FARIAS – 8 de maio  
LOURIVAL PAULINO – 23 de maio  
MARIA LÚCIA PETIT DA SILVA – junho  
KLEBER LEMOS DA SILVA – julho  
IDALÍSIO SOARES ARANHA FILHO – julho  
CAZUZA – 20 de setembro  
CIRO FLÁVIO OLIVEIRA SALAZAR – 30 de setembro  
HELENIRA REZENDE DE SOUZA NAZARETH – 8 de setembro  
JOSÉ TOLEDO DE OLIVEIRA – 7 de setembro  
JOSÉ FRANCISCO CHAVES – 20 de setembro  
MANUEL JOSÉ NURCHIS – 30 de setembro  
SÔNIA – 20 de outubro  
JOÃO CARLOS HAAS SOBRINHO – 30 de setembro  
JANA MORONI BARROSO – dezembro  
MARIA CÉLIA CORREIA – sem referências  
LÚCIO PETIT DA SILVA – sem referências  
JAIME PETIT DA SILVA – sem referências  
ELMO CORREIA – sem referências  
ANTÔNIO MONTEIRO TELXEIRA – sem referências

### **1973**

OSMAR – outubro  
ZEBÃO – 14 de outubro  
NUNES – 14 de outubro  
ALFREDO – 14 de outubro  
ANDRÉ GRABOIS – 14 de outubro  
ARILDO VALADÃO – 24 de novembro  
MAURÍCIO GRABOIS – dezembro  
NELSON DOURADO – sem referências  
PAULO ROBERTO PEREIRA MARQUES – sem referências  
ADRIANO FONSECA FILHO – sem referências

### **1974**

OSVALDO ORLANDO DA COSTA – abril  
DINALVA DA CONCEIÇÃO MONTEIRO TEIXEIRA – julho  
JOSÉ HUMBERTO BRONCA – sem referências  
DINAELZA SANTANA CAJUEIRO – sem referências  
WANDICK REILNER PEREIRA CAJUEIRO – sem referências  
PAULO RODRIGUES – sem referências  
SUELY YOMIKO KANAYANA – sem referências  
ANTÔNIO GUILHERME RIBEIRO RIBAS – sem referências

ÁUREA ELÍSIO VALADÃO – sem referências  
CILON – sem referências  
GUILHERME SOVEIRA LUND – sem referências  
ANTÔNIO TEODORO DE CASTRO – sem referências  
ROSALINO CRUZ – sem referências  
SÔNIA PIAUÍ – sem referências  
TELMA CORREIA – sem referências  
VALQUÍRIA QUEIROZ CARAMURU – sem referências

## **ANEXO II – OS MORTOS**

**Pessoas assassinadas pelos organismos de repressão entre 1964-79, segundo o Comitê Brasileiro pela Anistia:**

### **1964**

ALBERTINO JOSÉ DE OLIVEIRA – Vitória de Santo Antão (PE)  
ALFEU DE ALCÂNTARA MONTEIRO – Porto Alegre, 4 de abril  
ASTROGILDO PASCOAL VIANNA – Rio, abril  
BERNARDINO SARAIVA – São Leopoldo (RS), 14 de maio  
CARLOS SCHIRNER – Belo Horizonte, 5 de maio  
DILERMANDO MELO DO NASCIMENTO – Rio, 14 de agosto  
EDU BARRETO LEITE – Rio, 13 de abril  
IVAN ROCHA AGUIAR – Recife, 1º de abril  
JOSÉ DE SOUZA – Rio de Janeiro, 17 de abril  
JONAS JOSÉ ALBUQUERQUE BARROS – Recife, 1º de abril

### **1965**

SILVANO SOARES DOS SANTOS – Rio Grande do Sul

### **1966**

MANOEL RAYMUNDO SOARES – Porto Alegre, agosto

### **1967**

MILTON PALMEIRA DE CASTRO – Juiz de Fora (MG), setembro

### **1968**

CLÓVIS DIAS AMORIM – Rio, 23 de outubro  
DAVID DE SOUZA MEIRA – Rio, 1º de abril  
EDSON LUIZ DE LIMA SOUTO – Rio, 28 de março  
FERNANDO DA SILVA LOBO – Rio, 21 de junho  
JOÃO FRAZÃO DUTRA – Rio, 28 de março  
JORGE APRÍGIO DE PAULA – Rio, 1º de abril  
JOSÉ CARLOS GUIMARÃES – São Paulo, 3 de outubro  
LUIS CARLOS AUGUSTO – Rio, 23 de outubro  
MARIA ÂNGELA RIBEIRO – Rio, 21 de junho  
ORNALINDO CÂNDIDO DA SILVA – Goiânia, 1º de abril

### **1969**

ANTÔNIO HENRIQUE PEREIRA NETO – Recife, 26 de maio  
CARLOS MARIGHELLA – São Paulo, 4 de novembro  
CARLOS ROBERTO ZANIRATO – São Paulo, 25 de junho  
CHAEEL CHARLES SCHEEIER – São Paulo, 22 de novembro  
EREMIAS DELIZEIKOV – Rio, 6 de outubro  
FERNANDO BORGES DE PAULA FERREIRA – São Paulo, 30 de julho  
HAMILTON FERNANDO CUNHA – São Paulo, 8 de fevereiro  
JOÃO DOMINGUES DA SILVA – São Paulo, 19 de setembro  
JOÃO LUCAS ALVES – Belo Horizonte, fevereiro  
JOÃO ROBERTO BORGES DE SOUZA – Recife, outubro

JOSE WILSON LESSA SABAG – Rio, 31 de setembro  
LUÍS FOGAÇA BALBONI – São Paulo, 24 de setembro  
MARCO ANTÔNIO BRÁS DE CARVALHO – São Paulo, 29 de janeiro  
NELSON JOSÉ DE ALMEIDA – Teófilo Otoni (MG), 11 de abril  
REINALDO SILVEIRA PIMENTA – Rio, 27 de junho  
ROBERTO CIETO – Rio, 4 de setembro  
SEBASTIÃO GOMES DA SILVA – Sapucaia (RJ), abril  
SEVERINO VIANA COLON – Rio, abril

## 1970

ABELARDO RAUSCH ALCÂNTARA – Brasília, 13 de dezembro  
ALCERI MARIA GOMES DA SILVA – São Paulo, 10 de maio  
ALVEMAR MOREIRA DE BARROS – Porto Alegre, abril  
ANTÔNIO RAIMUNDO DE OLIVEIRA LUCENA – Atibaia (SP), 20 de fevereiro  
ARI DE ABREU LIMA DA ROSA – Rio Grande do Sul, novembro  
DORIVAL FERREIRA – Osasco (SP), 3 de abril  
EDSON CABRAL SARDINHA – São Paulo, 23 de setembro  
EDSON NEVES QUARESMA – São Paulo, 5 de dezembro  
EDUARDO LEITE – São Paulo, 8 de dezembro  
EIRALDO PALHA FREIRE – Rio, 1<sup>o</sup> de julho  
JOAQUIM CÂMARA FERREIRA – São Paulo, 23 de outubro  
JOELSON CRISPIM – São Paulo, 23 de abril  
JOSÉ ROBERTO SPIGNER – Rio, 17 de fevereiro  
JOSÉ IDÉSIO BRIANESI – São Paulo, 14 de abril  
JUAREZ GUIMARÃES BRITO – Rio, 18 de abril  
LUCIMAR BRANDÃO GUIMARÃES – Belo Horizonte, 31 de agosto  
MARCO ANTÔNIO DA SILVA LIMA – Rio, 13 de janeiro  
NORBERTO NEHRING – São Paulo, 24 de abril  
OLAVO HANSEN – São Paulo, 10 de maio  
ROBERTO MACARINI – São Paulo, 28 de abril  
YOSHITAME FUJIMORE – São Paulo, 5 de dezembro  
JOSÉ CAMPOS BARRETO, *Bahia, 18 de setembro*  
JOSÉ GOMES TEIXEIRA, *Rio, junho*  
ROBERTO TANARI

## 1971

ADERVAL ALVES COQUEIRO – Rio, 6 de fevereiro  
ALDO DE SÁ BRITO DE SOUZA NETO – Belo Horizonte, 6 de janeiro  
AMARO LUIZ DE CARVALHO – Recife, 22 de agosto  
ANTÔNIO SÉRGIO DE MATOS – São Paulo, 23 de setembro  
CARLOS EDUARDO PIRES FLEURY – Rio, 10 de dezembro  
CARLOS LAMARCA – Bahia, 18 de setembro  
CÉLIO AUGUSTO GUEDES – Rio, 15 de agosto  
DEVANIR JOSÉ DE CARVALHO – São Paulo, 5 de abril

DIMAS ANTÔNIO CASEMIRO – São Paulo, 17 de abril  
EDUARDO ANTÔNIO DA FONSECA – São Paulo, 23 de setembro  
FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA – São Paulo, 5 de novembro  
GERSON TEODORO DE OLIVEIRA – Rio, 15 de março  
JOAQUIM ALENCAR DE SEIXAS – São Paulo, 17 de abril  
JOSÉ MANOEL MENDES NUNES DE ABREU – São Paulo, 23 de setembro  
JOSÉ MILTON BARBOSA – São Paulo, 5 de dezembro  
JOSÉ RAIMUNDO DA COSTA – Rio, 5 de agosto  
JOSÉ ROBERTO ARANTES DE ALMEIDA – São Paulo, 5 de novembro  
LUÍS ANTÔNIO SANTA BÁRBARA – Brotas de Macaúbas (BA), 28 de agosto  
LUÍS EDUARDO DA ROCHA MERLINO – São Paulo, 17 de julho  
LUÍS HIRATA – São Paulo, dezembro  
MARILENE VILLAS-BOAS PINTO – Rio, 5 de abril  
MÁRIO DE SOUZA PRATA – Rio, 3 de abril  
MAURÍCIO GUILHERME DA SILVEIRA – Rio, 15 de março  
NICOLAU “21” – Canindé (CE), janeiro  
NILDA CARVALHO CUNHA – Salvador, 14 de novembro  
ODIJAS CARVALHO DE SOUZA – Recife, 8 de fevereiro  
OTONIEL CAMPOS BARRETO – Brotas de Macaúbas (BA), 28 de agosto  
RAIMUNDO EDUARDO DA SILVA – São Paulo, 5 de janeiro  
RAIMUNDO GONÇALVES FIGUEIREDO – Recife, 27 de abril  
RAUL AMARO NIN FERREIRA – Rio, 12 de agosto  
YARA YAVELBERG – Salvador, 6 de agosto

## 1972

ALEX DE PAULA XAVIER FERREIRA – São Paulo, 20 de janeiro  
ALEXANDRE JOSÉ IBSEM VOERÕES – São Paulo, 27 de fevereiro  
ANA MARIA NACINOVIC CORREA – São Paulo, 14 de junho  
ANTÔNIO BENETAZZO – São Paulo, 30 de outubro  
ANTÔNIO CARLOS NOGUEIRA CABRAL – Rio, 11 de fevereiro  
ARNO PREISS – Paraíso do Norte (GO), 15 de fevereiro  
AURORA MARIA NASCIMENTO FURTADO – Rio, 10 de novembro  
ANTÔNIO MARCOS PINTO DE OLIVEIRA – Rio, 29 de março  
CARLOS NICOLAU DANIELLE – São Paulo, 30 de dezembro  
FERNANDO AUGUSTO DA FONSECA – Rio, 29 de dezembro  
GASTONE LÚCIA BELTRÃO – São Paulo, 21 de janeiro  
GELSON REICHER – São Paulo, 20 de janeiro  
GETÚLIO D'OLIVEIRA CABRAL – Rio, 29 de dezembro  
GRENALDO DE JESUS DA SILVA – São Paulo, 30 de maio  
HELICIO PEREIRA FORTES – São Paulo, 28 de janeiro  
HIROAKI TORIGOI – São Paulo, 5 de janeiro  
ISMAEL DE JESUS DA SILVA – Goiânia, 9 de agosto  
JEOVÁ DE ASSIS GOMES – Guará (GO), 9 de janeiro  
JOÃO CARLOS CAVALCANTI REIS – São Paulo, 30 de outubro  
JOÃO MENDES DE ARAÚJO – Recife, 24 de janeiro  
JOSÉ BARTOLOMEU RODRIGUES DE SOUZA – Rio, 29 de dezembro

JOSÉ INOCÊNCIO PEREIRA – Escada (PE), 5 de novembro  
 JOSÉ JÚLIO DE ARAÚJO – São Paulo, 18 de agosto  
 JOSÉ SILTON PINHEIRO – Rio, 29 de dezembro  
 LAURIBERTO JOSÉ REYS – São Paulo, 27 de fevereiro  
 LÍGIA MARIA SALGADO NÓBREGA – Rio, 29 de março  
 LINCOLN CORDEIRO OEST – Rio, 20 de dezembro  
 LUÍS ALBERTO ANDRADE DE SÁ BENEVIDES – Caruaru (PE), 8 de  
 março  
 LUÍS GUILHARDINE – Rio, 20 de novembro  
 LOURDES MARIA WANDERLEY PONTES – Rio, 29 de dezembro  
 MARCOS NONATO DA FONSECA – São Paulo, 14 de junho  
 MIRIAM LOPES VERBENA – Caruaru (PE), 8 de março  
 MARIA REGINA LOBO LEITE DE FIGUEIREDO – Rio, 29 de março  
 RUI OSVALDO AGUIAR PFUTZENREUTER – São Paulo, 15 de abril  
 VALDIR SALES SABÓIA – Rio, 29 de dezembro  
 WISTON FERREIRA – Rio, 30 de março  
 YURI XAVIER PEREIRA – São Paulo, 14 de junho

### 1973

ALEXANDRE VANNUCCHI LEME – São Paulo, 17 de março  
 ALMIR CUSTÓDIO DE LIMA – Rio, 28 de outubro  
 ANATÁLIA DE SOUZA ALVES DE MELO – Recife, 22 de janeiro  
 ANTÔNIO CARLOS BICALHO LANA – São Paulo, 30 de novembro  
 ARNALDO CARDOSO ROCHA – São Paulo, 15 de março  
 EMANOEL BEZERRA DOS SANTOS – São Paulo, 4 de setembro  
 EUDALDO GOMES DA SILVA – Salvador, 8 de janeiro  
 EVALDO LUÍS FERREIRA DE SOUZA – Recife, 8 ou 9 de janeiro  
 FRANCISCO EMANUEL PENTEADO – São Paulo, 15 de março  
 FRANCISCO SEIKO OKAMA – São Paulo, 15 de março  
 GILDO MACEDO LACERDA – Recife, 28 de outubro  
 HELBER JOSÉ GOMES GOULART – São Paulo, 16 de julho  
 HENRIQUE ORNELAS FERREIRA CINTRA – Brasília, 20 de agosto  
 JARBAS PEREIRA MARQUES – Pernambuco, 8 ou 9 de janeiro  
 JORGE BARRETI VIEDMAN-*Recife, no começo do ano*  
 JOSÉ CARLOS NOVAES MATA MACHADO – Recife, 28 de outubro  
 JOSÉ MANOEL DA SILVA – Pernambuco, 8 ou 9 de janeiro  
 LINCOLN BICALHO ROQUE – Rio, 24 de março  
 LUÍS JOSÉ DA CUNHA – São Paulo, 13 de julho  
 MANOEL ALEIXO DA SILVA – Ribeirão (PE), 29 de agosto  
 MANOEL LISBOA DE MOURA – São Paulo, 4 de setembro  
 MERIVAL ARAUJO – Rio, 7 de maio  
 PAULINE REICHSTUL – Pernambuco, 8 ou 9 de janeiro  
 RANÚSIA ALVES RODRIGUES – Rio, 20 de outubro  
 RONALDO MOURTH QUEIROZ – São Paulo, 15 de março  
 SOLEDAD BARRETI VIEDMA – Pernambuco, 8 ou 9 de janeiro  
 SÔNIA MARIA LOPES DE MORAES – São Paulo, 30 de novembro

**ERRATA** Na página 268 consta o nome Jorge Barret Viedma na relação de pessoas mortas pela repressão política no ano de 1973. A inclusão do nome de Jorge nesta lista, teve por base a veiculação, pela imprensa, de denúncias de sua morte, quando da prisão e morte sob torturas em janeiro/73 em Pernambuco, de sua irmã Soledad Barret Viedma junto com mais cinco pessoas. Posteriormente apurou-se que Jorge foi preso àquela época e expulso do país naquele mesmo ano, vivendo hoje na Europa.

## **1975**

JOSÉ FERREIRA DE ALMEIDA – São Paulo, 8 de julho

JOSÉ MAXIMINIANO DE ANDRADE NETO – Campinas (SP), julho ou agosto

PEDRO JERÔNIMO DE SOUZA – Fortaleza, 17 de setembro

WLADIMIR HERZOG – São Paulo, 25 de outubro

## **1976**

ÂNGELO ARROYO – São Paulo, 16 de dezembro

JOÃO BATISTA FRANCO DRUMOND – São Paulo, 16 de dezembro

JOÃO BOSCO PENIDO BURNIER – Mato Grosso

MANOEL FIEL FILHO – São Paulo, 17 de janeiro

PEDRO VENTURA DE ARAUJO POMAR – São Paulo, 16 de dezembro

RUDOLF LUKEMBEIN – Mato Grosso, 15 de julho

SIMÃO BORORO – Meruri (MT), 15 de julho

## **1977**

SEBASTIÃO LOPES – Recife, 11 de novembro

JOSÉ SOARES DOS SANTOS, *Foz do Iguaçu, janeiro*

## **1978**

MARIVALDO – Pernambuco, dezembro

MAURO – Pernambuco, dezembro

## **1979**

ADÃO FAUSTINO – Rio Grande do Sul, 6 de fevereiro

ALBERI VIEIRA DOS SANTOS – Medianeira (PR), 11 de janeiro

JOCELI JOAQUIM MACEDO – Passo Fundo (RS), 21 de fevereiro

ORACÍLIO, *Minas Gerais*

## **SIGLAS DE PARTIDOS, ORGANIZAÇÕES E ENTIDADES**

ARENA – Aliança Renovadora Nacional  
MDB – Movimento Democrático Brasileiro  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PC do B – Partido Comunista do Brasil  
PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário  
POC – Partido Operário Comunista  
PS – Partido Socialista  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
PRT – Partido Revolucionário dos Trabalhadores  
PSD – Partido Social Democrático  
PSB – Partido Socialista Brasileiro  
PSP – Partido Social Progressista  
UDN – União Democrática Nacional  
PST – Partido Social Trabalhista

AP – Ação Popular  
APML – Ação Popular Marxista-Leninista  
ALN – Aliança Libertadora Nacional  
COLINA – Comando de Libertação Nacional  
FLN – Frente de Libertação Nacional  
MOLIPO – Movimento de Libertação Popular  
MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro  
POLOP – Política Operária  
RO – Resistência Operária  
VAR-Palmares – Vanguarda Armada Revolucionária Palmares  
VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

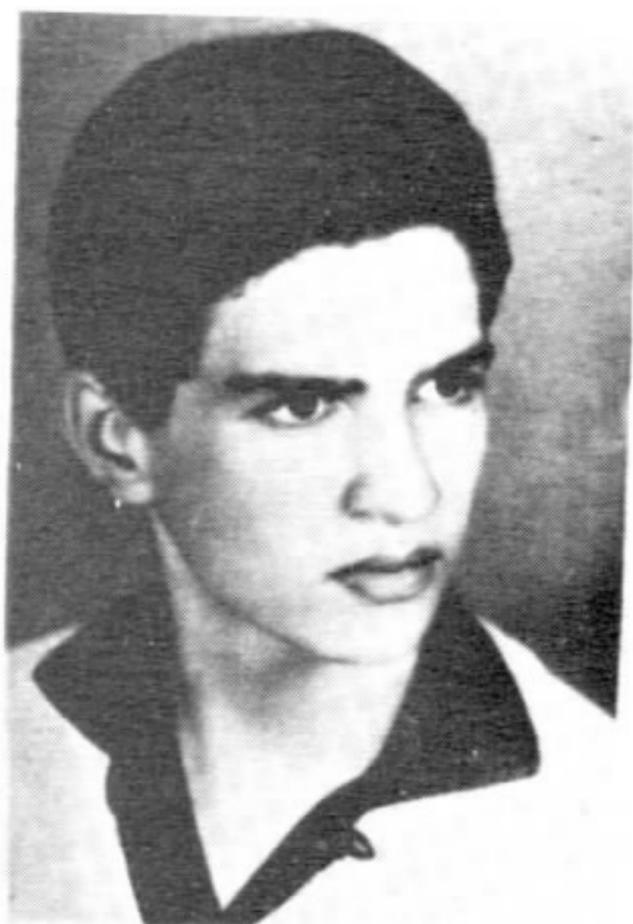
UJP – União da Juventude Patriótica  
TFP – Tradição, Família e Propriedade  
ABI – Associação Brasileira de Imprensa  
CONTEC – Confederação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Crédito  
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
JOC – Juventude Operária Católica  
CBA – Comitê Brasileiro pela Anistia  
MFPA – Movimento Feminino Pela Anistia  
CDDPH – Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana  
CGT – Comando Geral dos Trabalhadores  
IPASE – Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Estaduais  
FECOPESCA – Federação das Cooperativas de Pesca

FEFIERJ – Federação das Escolas Isoladas do Rio de Janeiro  
UNE – União Nacional dos Estudantes  
IBEU – Instituto Brasil-Estados Unidos  
UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundários  
PUC – Pontifícia Universidade Católica  
UNETI – União Nacional dos Estudantes Técnicos Industriais  
UFF – Universidade Federal Fluminense  
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro  
UFBA – Universidade Federal da Bahia  
Unb – Universidade de Brasília  
USP – Universidade de São Paulo  
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

CENIMAR – Centro de Informações da Marinha  
CIE – Centro de Informações do Exército  
CIEX – Centro de Informações do Ministério das Relações Exteriores  
CISA – Centro de Informações da Aeronáutica  
CJM – Circunscrição da Justiça Militar  
DPPS – Departamento da Polícia Política e Social  
DOI-CODI – Departamento de Operações Internas do Comando de Defesa Interna  
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social  
ESA – Escola de Sargentos e Armas  
PE – Polícia do Exército  
OBAN – Operação Bandeirantes  
CCC – Comando de Caça aos Comunistas  
PM – Polícia Militar  
PIC – Pelotão de Investigações Criminais  
SNI – Serviço Nacional de Informações  
STM – Supremo Tribunal Militar

OEA – Organização dos Estados Americanos  
OLAS – Organização Latino-americana de Solidariedade  
OIT – Organização Internacional do Trabalho  
ONU – Organização das Nações Unidas  
IRA – Exército Republicano Irlandês

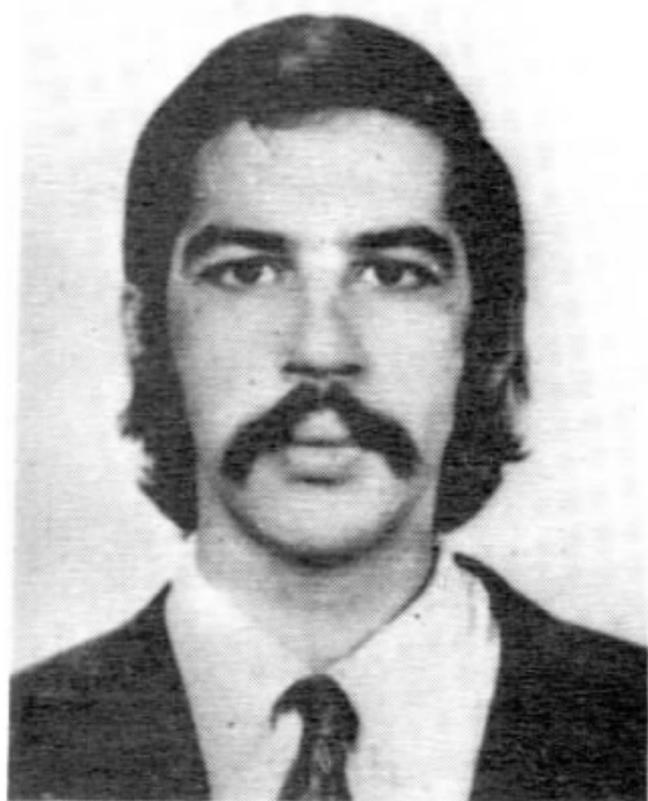
# FOTOGRAFIAS



*LUIS DE ALMEIDA ARAÚJO*



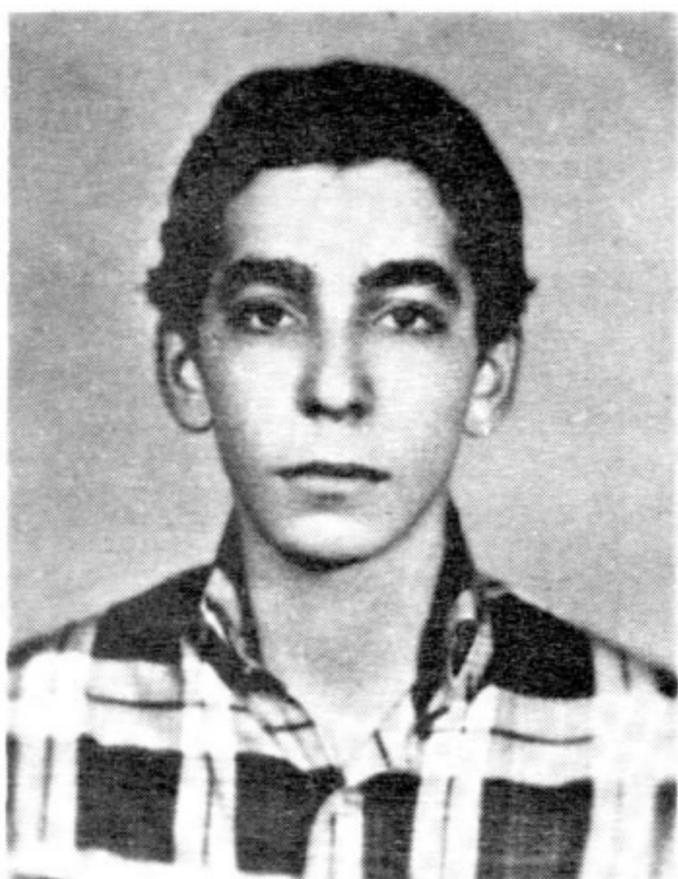
*DAVID CAPISTRANO DA COSTA*



*PAULO RIBEIRO BASTOS*



*STUART EDGAR ANGEL*



*RAMIRES MARANHÃO*



*ISIS DIAS DE OLIVEIRA*



*PAULO MASSA*



*NELSON DE SOUZA KOHL*



*ANTÔNIO JOAQUIM MACHADO,*



*WALTER DE SOUZA RIBEIRO*



*LUIZ EURICO TEJERA*



*LUIZ INÁCIO MARANHÃO*



*RUY CARLOS BERBET*



*ANA ROSA KUCINSKI*



*IVAN MOTA DIAS*



*MARCOS ANTÔNIO DIAS*



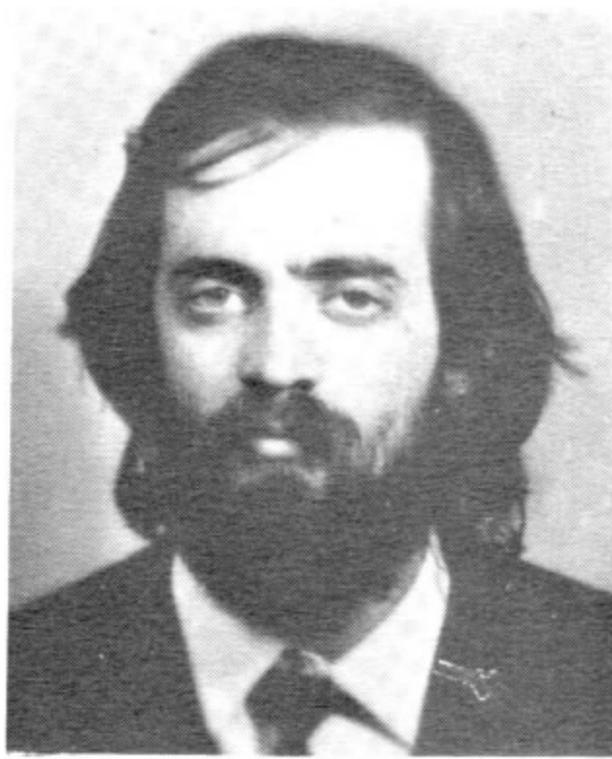
*HELENI TELES GUARIBA*



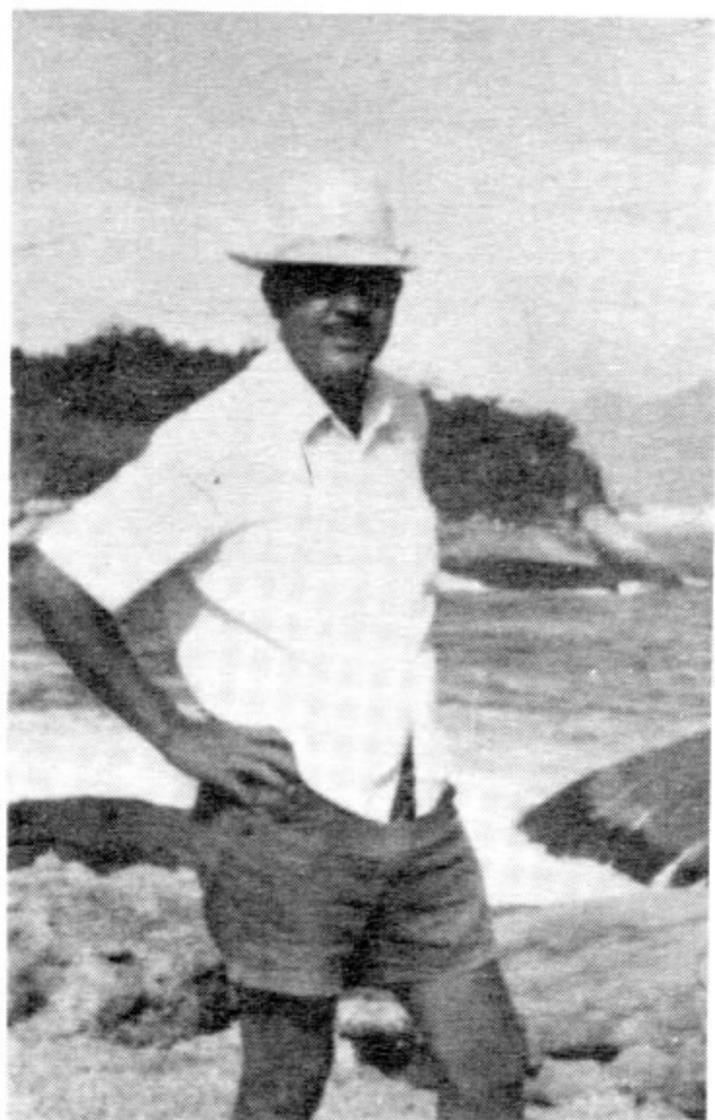
*JAYME AMORIM DE MIRANDA*



*THOMAZ ANTÔNIO MEIRELLES*



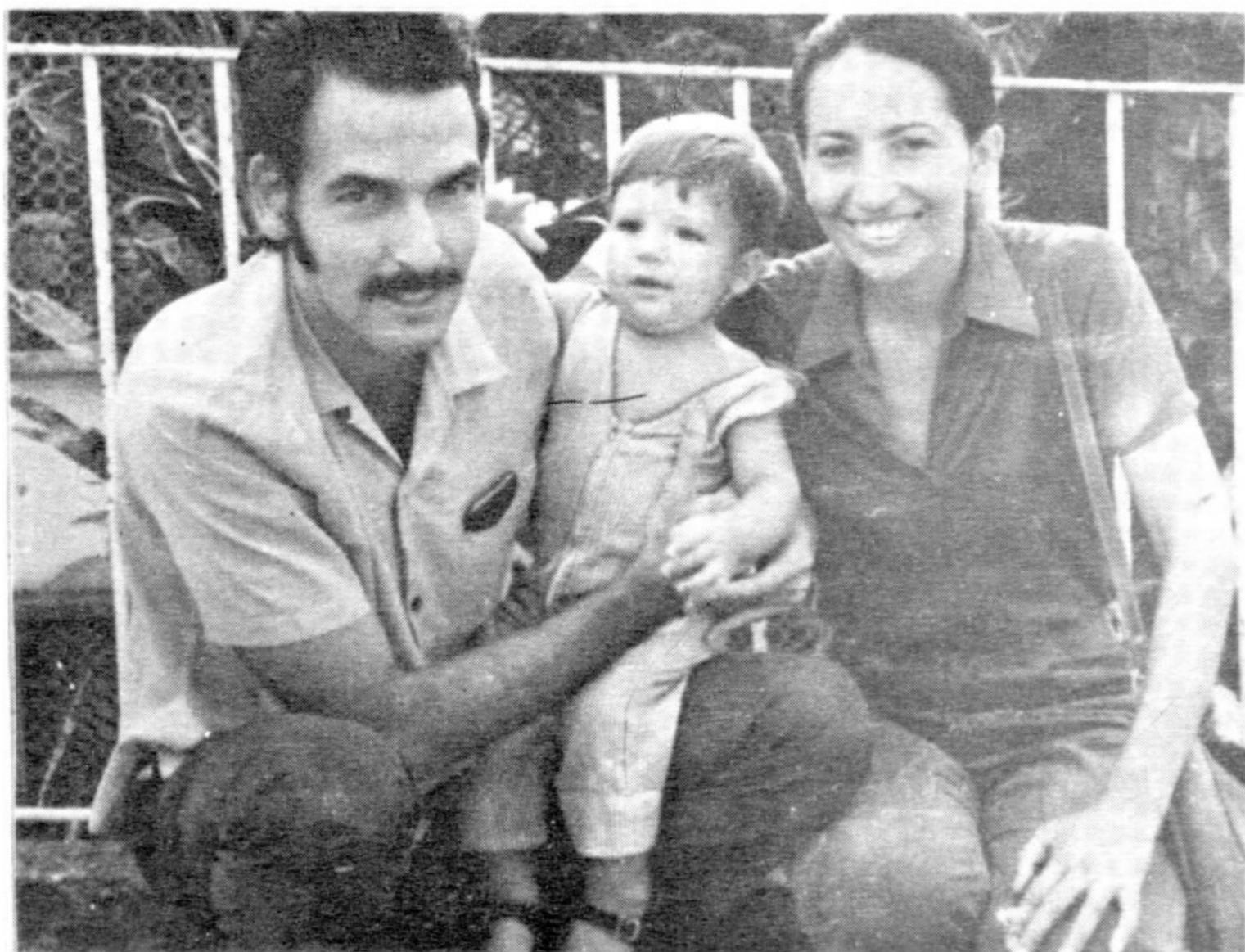
*HUMBERTO CÂMARA NETO*



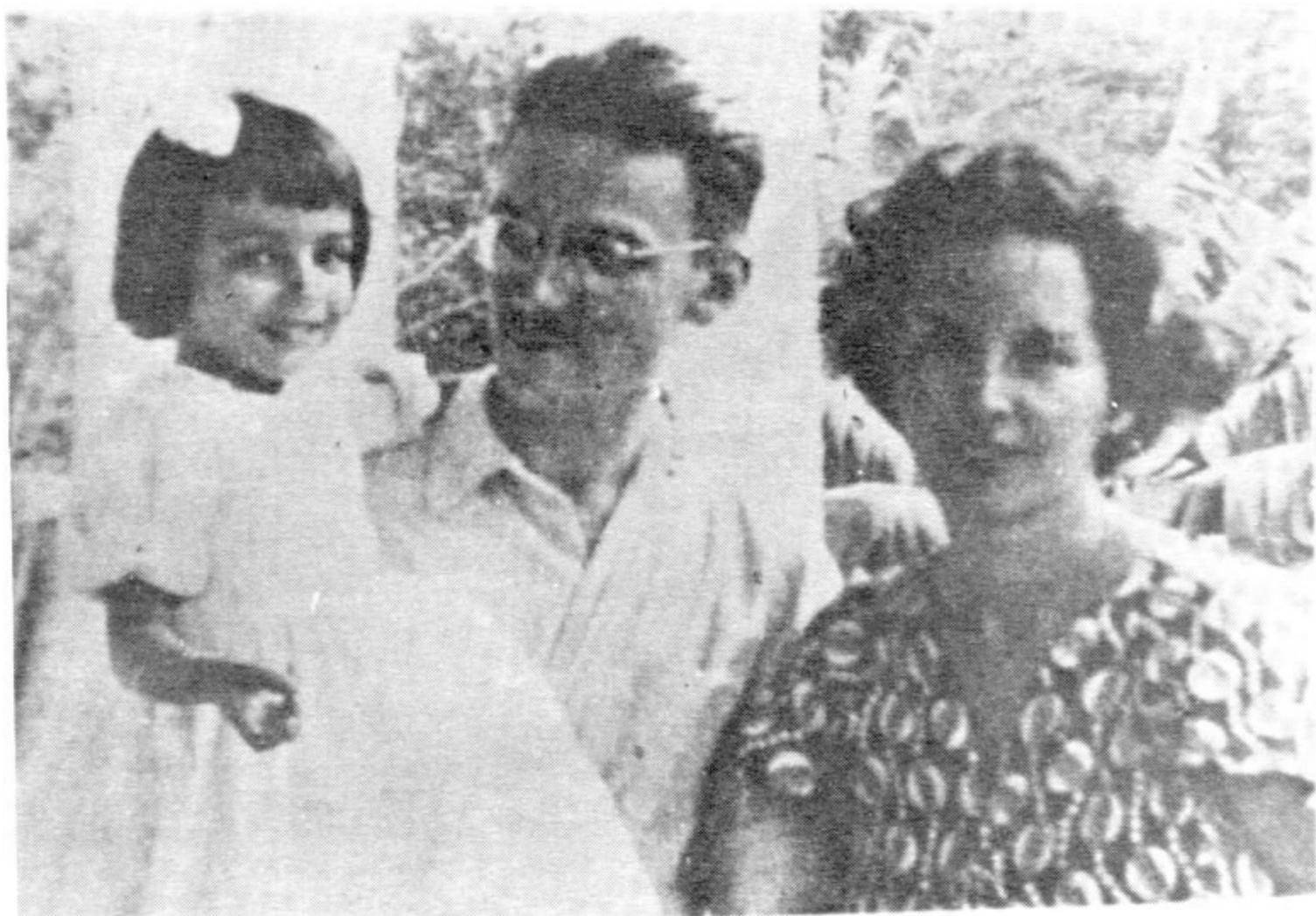
*ITAIR JOSE VELOSO*



*HIRAM DE LIMA PEREIRA*



*RUI FRAZÃO SOARES*



*MÁRIO ALVES*



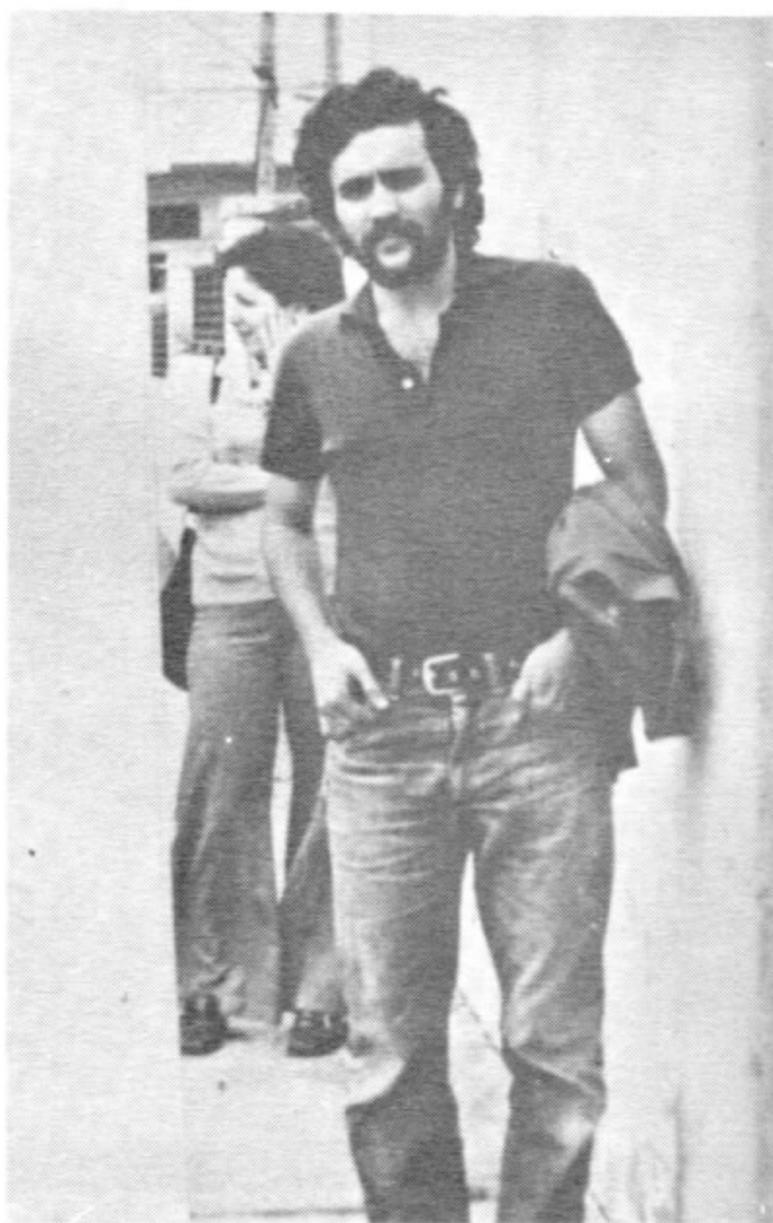
*CARLOS ALBERTO*



*EDUARDO COLLIER FILHO*



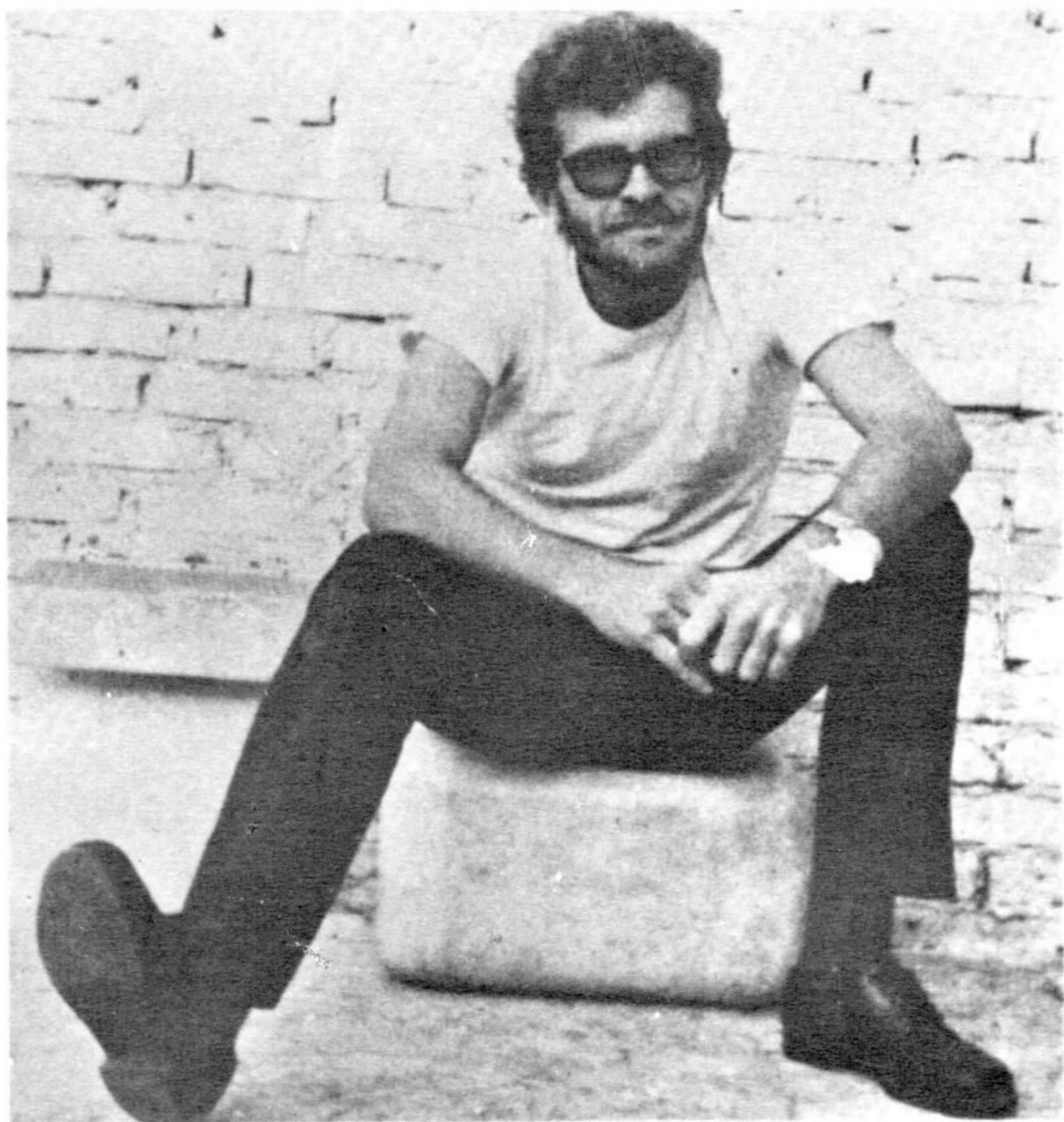
*IÊDA SANTOS DELGADO*



*FERNANDO DE SANTA CRUZ*



*ORLANDO BOMFIM JÚNIOR*



*HONESTINO GUIMARÃES*



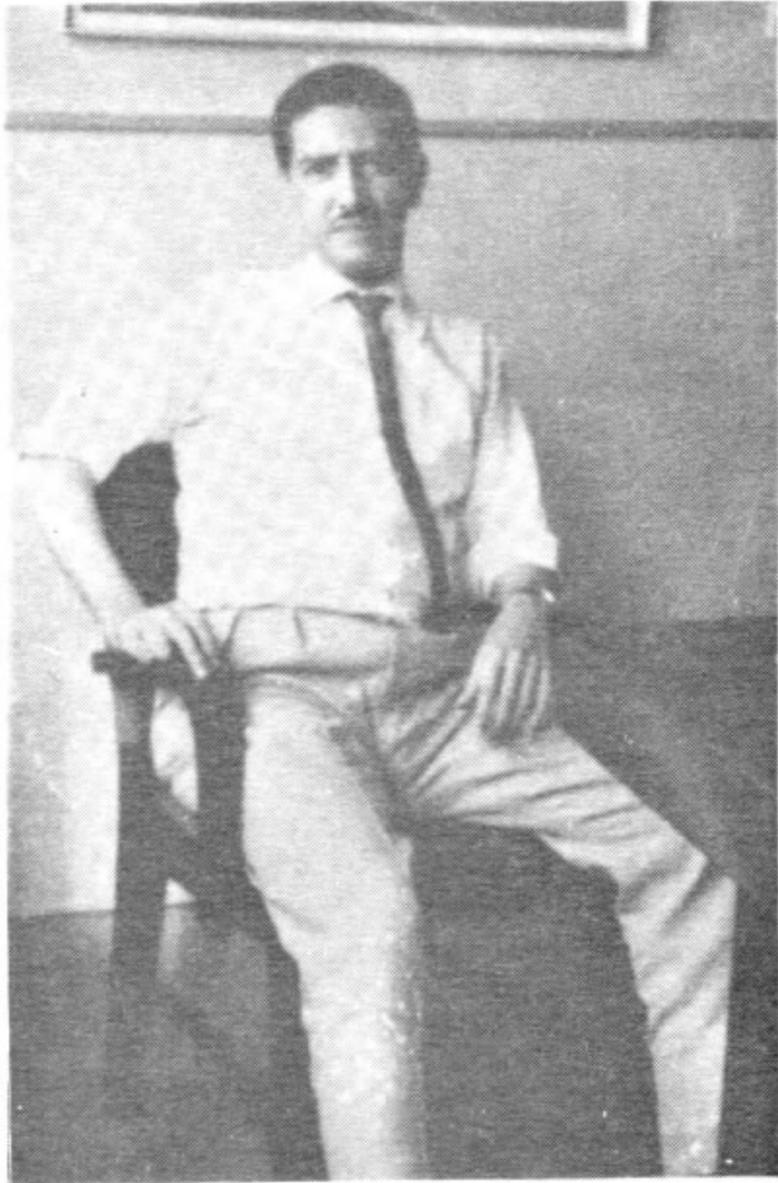
*JOSE MONTENEGRO DE LIMA*



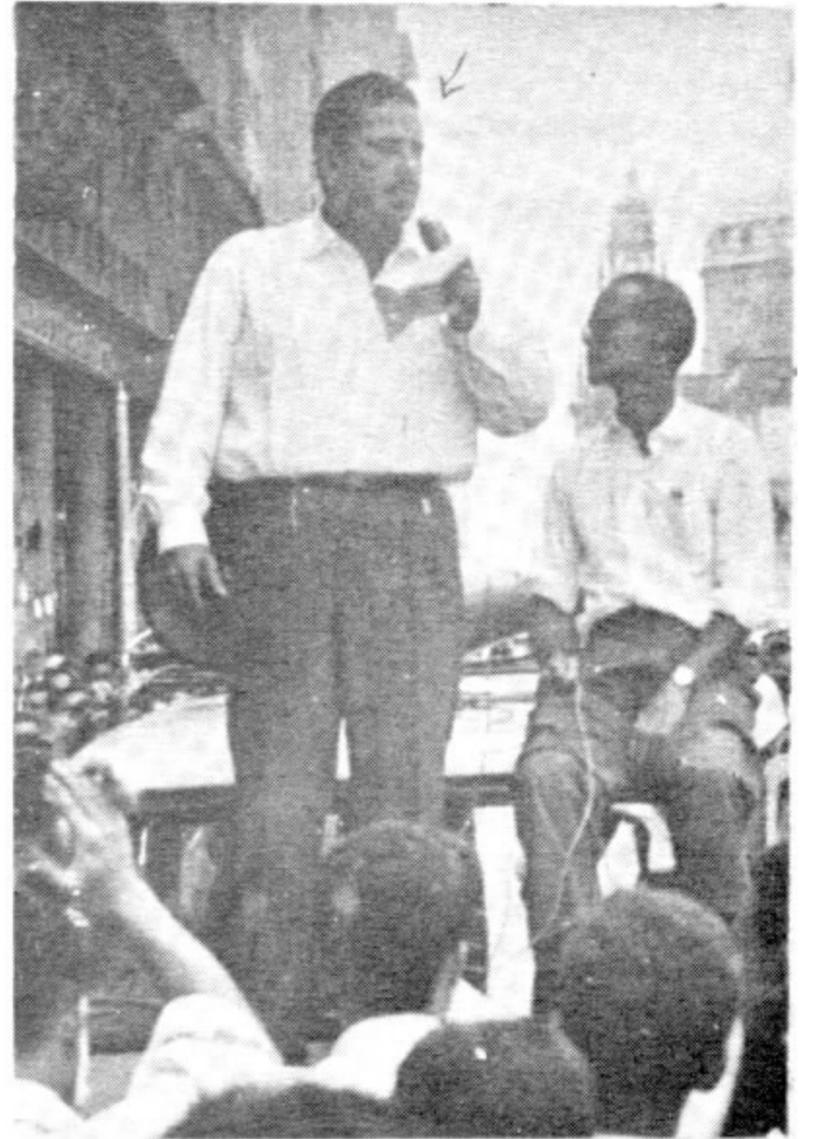
*JOÃO MASSENA MELO*



*JOEL VASCONCELOS*



*CAIUBY ALVES DE CASTRO*



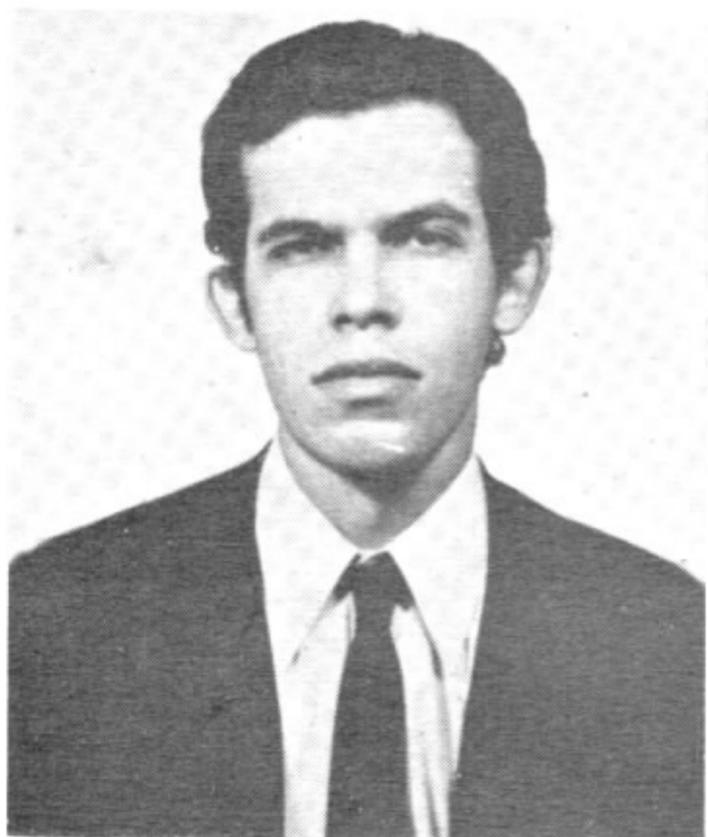
*ALUIZIO PALHANO*



*JOAQUIM PIRES CERVEIRA*



*JOÃO BATISTA RITA PEREDA*



*WILSON SILVA*



*FLÁVIO DE CARVALHO MOLINA*



*RUBENS PAIVA*

**FOTOLITO E IMPRESSÃO:**  
**EUROPA EMPRESA**  
**GRÁFICA E EDITORA**

Rua do Riachuelo, 109  
Rio de Janeiro – 224-3043

**COMPOSIÇÃO:**  
**SERTHEL EDITORA**

Rua da Lapa 180/506-507  
20021 Rio de Janeiro  
252-2916

# HÉLIO SILVA

Então, num determinado momento, um homem, uma mulher ou até crianças desaparecem. São arrancadas do meio da rua, são arrancados de suas casas e de seus locais de trabalho e ninguém sabe mais informar.

# D. EVARISTO ARNS

Juridicamente insustentáveis, moralmente condenáveis e humanamente insuportáveis, são tais desaparecimentos planejados e friamente executados. Temo que, no futuro, nem dêem crédito que tais coisas possam ter acontecido no meio de um povo bom, solidário e amigo como o brasileiro.

# SOBRAL PINTO

Quanto ao aspecto jurídico, pode a família do desaparecido, não só pleitear a punição dos agentes do aparelho repressivo, como também pleitear a indenização a que tem direito pelo fato dos desaparecimentos.